

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Adriano Cecatto

**A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PROVÍNCIA MARISTA DE
SÃO PAULO: a adaptação da identidade da Vida Religiosa e da Educação
Católica (1967-1986)**

Belo Horizonte
2021

Adriano Cecatto

**A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PROVÍNCIA MARISTA DE
SÃO PAULO: a adaptação da identidade da Vida Religiosa e da Educação
Católica (1967-1986)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. André Luis Pereira Miatello

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira

Belo Horizonte
2021

907.2	Cecatto, Adriano
C387r	A recepção do Concílio Vaticano II na Província Marista de São Paulo [manuscrito] : a adaptação da identidade da vida religiosa e da educação católica (1967-1986) / Adriano Cecatto. - 2021.
2021	260 f. : il. Orientador: André Luis Pereira Miatello. Coorientador: Rodrigo Coppe Caldeira.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia
	1.História – Teses. 2.Modernidade - Teses.3.Concilio Vaticano (2. : 1962-1965). 4.Igreja Católica – Educação - Teses. 5.Irmãos Maristas. I. Miatello, André Luis Pereira. II. Caldeira, Rodrigo Coppe . III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"A Recepção do Concílio Vaticano II Na Província Marista de São Paulo: A Adaptação da Identidade da Vida Religiosa e da Educação Católica (1967-1986)"

Adriano Cecatto

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. André Luis Pereira Miatello - Orientador
UFMG

Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira - Coorientador
PUC Minas

Prof. Dr. Robson Gomes Filho
UEG

Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso

Prof. Dr. Massimo Bonato
Università degli Studi di Torino

Prof. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca
UFMG

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Pereira Miatello, Subcoordenador(a)**, em 29/01/2021, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cândido Moreira Rodrigues, Usuário Externo**, em 29/01/2021, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Rodrigues Gomes Filho, Usuário Externo**, em



29/01/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Massimo Bonato, Usuário Externo**, em 29/01/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Nívia de Lima e Fonseca, Professora do Magistério Superior**, em 29/01/2021, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Coppe caldeira, Usuário Externo**, em 24/02/2021, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0431754** e o código CRC **285F91DB**.

Aos meus pais, Maximino Cecatto e Maria
Ernesta Cecatto, e ao meu avô Albino
Cecatto (*in memoriam*).

AGRADECIMENTO

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida para a realização do doutorado.

À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG).

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), funcionários da secretaria e docentes.

Aos Professores Dr. André Luis Pereira Miatello e Dr. Rodrigo Coppe Caldeira, orientadores da pesquisa, por terem aceitado a tarefa e pelas imprescindíveis contribuições acadêmicas.

Ao Laboratório de Estudos em Religião, Modernidade e Tradição (LERMOT), vinculado ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), sob a coordenação do Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira.

Aos docentes que tive oportunidade de conhecer e aprender por meio das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em História: Adalgisa Arantes Campos, Adriane Vidal Costa, José Newton Coelho Meneses, Kátia Gerab Baggio, Rodrigo Patto Sá Motta, Vanicléia Silva Santos.

Aos colegas de turma de doutorado.

Aos discentes que contribuíram para que esse período de estudos fosse o menos “desenraizado” possível, com a receptividade, as conversas pelos corredores da FAFICH e a socialização do conhecimento por meio das disciplinas cursadas: Bruno Vinícius Leite de Moraes, Emmanuel dos Santos, Felipe Silveira de Oliveira Malacco.

À Província Marista Brasil Centro-Sul, aos provinciais Joaquim Sperandio e Antônio Benedito de Oliveira, pela disposição e abertura dos arquivos para que eu acessasse os documentos referentes ao meu objeto. Na gestão dos arquivos, agradeço imensamente à Maria Palicz e ao Memorial Marista, na cidade de Curitiba. Às contribuições dos Irmãos Maristas: Afonso Levis, Dario Bortolini, Lucas José Ramos Lopes, Sebastião Antônio Ferrarini.

À Província Marista do Brasil Centro-Norte, ao provincial Ataíde José de Lima, à comunidade religiosa do Juniorato Marcelino Champagnat e ao Centro de Estudos Maristas (CEM), em Belo Horizonte, pela generosidade, solicitude, disponibilidade das

bibliotecas e contribuições com a documentação da pesquisa. Às contribuições dos Irmãos Antônio Ramalho e Rafael Ferreira.

Ao *Centro de Espiritualidad Marista* (CEM) e a Francisco Flores, de Santiago (Chile), por terem disponibilizado documentos para a pesquisa.

À Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), por ter permitido o acesso à documentação, por meio de sua presidente Irmã Maria Inês Vieira Ribeiro.

À Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e ao secretário executivo, James Pinheiro dos Santos, por terem disponibilizado a documentação.

Aos familiares e amigos: Maximino, Maria Ernesta, Luciano, Eliza, Augusto, Amélia, Vilma, Fernanda Vieira, Dalva, Amanda, Amelie, Antônio Edson, Jovelina, Jési, Aryana, Fábio, Sara, Andreza, Rosenilson, Elioenai, Maria de Lourdes, Maria Nahir, Antônio Germano, Fátima Leitão, Álbio Sales, Denise Luciana, Vivian Rocha, Silmara, Joarez, Renato, Natalino, Fernando, Ivan, Arnaldo, Rafael, Assis, Cícero, Marilson, Antônio, Gilson, Geraldo, Alvanei, Lauro, Jorge, Franki, Márcio, Vanderlei, Sérgio, Hélio, Balestro, Lucas, Kelvin, Yasmin, Paulo Henrique, Rafael, Fred, Fernanda Midori, Denis, Lua, Adriano Alves, Jagson, Kássio, Valdinéia, Adilson, Rogério, Thiago Felício.

O cristianismo se divide em fragmentos que reivindicam, cada um, o título de verdadeiro; mas a etiqueta que recobre cada um deles poderia não passar de uma ficção, um sinal equívoco entre convicções, comunidades ou concepções heterônimas. No momento em que Igreja reconhece uma diversidade, no momento em que as autoridades admitem o princípio (mas nem sempre as conseqüências), a dispersão efetiva seria muito mais 'avançada' do que aquilo que ressalta das declarações oficiais; essa diversidade se mostra como algo temível, pelo fato de ameaçar a unidade e tornar problemática a sua própria possibilidade. (Michel de Certeau, 1970)

Resumo

O Instituto Marista é uma congregação religiosa de Irmãos que surgiu em 1817 com o propósito de atender às demandas de educação com as escolas municipais, no interior da França. Em 1897, esse instituto chegou ao Brasil e organizou-se em províncias ao longo do século XX. Entre as províncias brasileiras, havia a Província Marista de São Paulo (1958-2002), cujos religiosos trabalharam predominantemente com a educação escolar em colégios privados. Por meio do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Igreja Católica Romana solicitou a atualização dos institutos religiosos e da educação, que ocorreu de maneira processual e com distintos ritmos entre as instituições e sujeitos. O principal objetivo desta tese é investigar a recepção do Concílio Vaticano II na Província Marista de São Paulo, de 1967 a 1986. A análise busca confrontar as experiências dos Capítulos Gerais com as expectativas da Província Marista de São Paulo para a compreensão das experiências históricas que condicionaram os Irmãos Maristas num período em que lhes foi exigida a renovação da vida religiosa e de suas escolas. O referencial teórico-metodológico fundamenta-se nos conceitos de recepção (Gilles Routhier) e de modernidade (Reinhart Koselleck). As contribuições de Reinhart Koselleck ensejam uma análise da relação dos Irmãos Maristas com a modernidade com suporte nas categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. São duas categorias meta-históricas para a apreensão do tempo histórico. O escopo documental desta pesquisa é constituído por fontes oficiais, eclesíásticas e privadas, organizadas e administradas pelo Instituto Marista. A recepção do Concílio Vaticano II constituiu-se sob variadas bases hermenêuticas e caracterizou-se por sua criatividade e seletividade, o que é observado na relação entre a atualização proposta pelos documentos e as mudanças práticas na organização da província. Na oficialidade de seus documentos, a Província Marista de São Paulo seguiu as orientações para a inserção dos religiosos entre os pobres, nas missões e nas pastorais eclesiais. Ante as exigências da renovação, houve resistência dos religiosos, e as suas lideranças optaram por conciliar dois caminhos para o apostolado: permanecer nos colégios e inserir-se progressivamente entre os pobres. Se, por um lado, ocorreu uma lenta adaptação da vida religiosa dos Irmãos (recrutamento, formação, vida comunitária), por outro, atualizaram os colégios em conformidade com as leis de educação do País, dialogaram com as tendências pedagógicas, incluíram professores leigos, implantaram a educação mista e se ajustaram à concorrência do mercado educacional.

Palavras-chave: Modernidade. Concílio Vaticano II. Recepção. Educação Católica. Instituto Marista.

Abstract

The Marist Institute is a religious congregation of brothers that was created in 1817 with the purpose of meeting the educational demands of the municipal schools in the interior of France. In 1897 this institute arrived in Brazil and organized itself throughout provinces the 20th century. Among the Brazilian provinces there was the Marist Province of São Paulo (1958-2002), whose religious people worked predominantly with school education in private schools. Through the Second Vatican Council (1962-1965), the Roman Catholic Church requested the updating of religious institutes and education, which took place in a procedural way and with different rhythms among the institutions and subjects. The main objective of this thesis is to investigate the reception of the Second Vatican Council in the Marist Province of São Paulo between 1967 and 1986. The analysis seeks to access the experiences of the General Chapters with the expectations of the Marist Province of São Paulo to understand the historical experiences that conditioned the Marist Brothers at a time when they were required to renew religious life and that of their schools. The theoretical-methodological reference is based on the concepts of reception (Gilles Routhier) and modernity (Reinhart Koselleck). The contributions of Reinhart Koselleck allow an analysis of the relationship of the Marist Brothers with modernity from the categories “space of experience” and “horizon of expectation”. They are two meta-historical categories for the apprehension of historical time. The documental scope of this research is constituted by official, ecclesiastical, and private sources, organized and administered by the Marist Institute. The reception of the Second Vatican Council was under different hermeneutic bases and was characterized by its creativity and selectivity, which can be observed in the relationship between the updating proposed by the documents and the practical changes in the organization of the province. In the official nature of its documents, the Marist Province of Saint Paul followed the guidelines for the insertion of the religious among the poor, in the missions and in ecclesial ministries. Faced with the demands of renewal, there was resistance from the religious, and their leaders chose to reconcile two paths for the apostolate: to remain in the schools and to insert themselves progressively among the poor. While on the one hand there was a slow adaptation of the religious life of the brothers (recruitment, formation, community life), on the other they updated the schools in accordance with the educational laws of the country, dialogued with pedagogical tendencies, included lay teachers, implemented mixed education, and adjusted to the competition of the educational market.

Keywords: Modernity. Vatican Council II. Reception. Catholic Education. Marist Institute.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seis Irmãos Maristas franceses chegaram a Congonhas do Campo-MG, no dia 18/10/1897 (Irmãos: Andrônico, Anastácio, Afonso Estevão, Basílio, Aloísio e João Alexandre)	19
Figura 2 - Província do Brasil Central (1908-1957)	21
Figura 3 - Províncias Maristas do Brasil de 1960 a 2000	22
Figura 4 - Encontro do Irmão Basílio Rueda Guzmán com o Papa João Paulo II (1920-2005)	48
Figura 5 - Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral, em Roma. O Irmão Basílio Rueda é o sétimo da primeira fila, da esquerda para a direita.....	81
Figura 6 - Irmãos participantes do XVII Capítulo Geral do Instituto Marista, em Roma. O Superior Geral é o oitavo da primeira fila, da esquerda para a direita...	101
Figura 7 - Idade dos Irmãos da PMSP (1975)	140
Figura 8 - Solicitação de autorização do Colégio Santa Maria para o funcionamento em regime misto. Foi o último colégio da PMSP a promover a coeducação, em 1978.....	165
Figura 9 - <i>Aggiornamento</i> : o problema da roda dianteira	179
Figura 10 - Professores católicos e escolas católicas antes e depois do Concílio Vaticano II.....	204

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Capítulos Gerais do Instituto dos Irmãos Maristas (1839-2009)	67
Tabela 2 - Professores leigos, professores religiosos e alunos	70
Tabela 3 - Estatística do Instituto dos Irmãos Maristas (1947-1990)	71
Tabela 4 - Proporção de número de alunos em relação às vocações.....	73
Tabela 5 - Estatística de Irmãos da PMSP (1967-1977)	136
Tabela 6 - Saída de Irmãos de 1959 a 1969 da PMSP.....	137
Tabela 7 - Número de comunidades religiosas da PMSP (1967-1977)	142
Tabela 8 - Estatística de Irmãos, professores e alunos da PMSP (1966 e 1974)	168
Tabela 9 - Professores leigos na PMSP (1970-1997)	170
Tabela 10 - Estatística das casas de formação, dos religiosos e dos alunos da PMSP.....	171
Tabela 11 - Estatística das Casas de Formação da PMSP (1975-1986)	185
Tabela 12 - Estatística de Irmãos da PMSP (1978-1986)	186
Tabela 13 - Índices da Formação no Brasil.....	189
Tabela 14 - Recursos financeiros concedidos a outras instituições (auxílios e doações).....	210
Tabela 15 - Estatística das obras apostólicas da PMSP.....	213
Tabela 16 - Estatística das obras apostólicas da PMSP.....	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de apostolado da PMSP	127
Quadro 2 - Comunidades da PMSP em 1986	194
Quadro 3 - Lista, por idade, dos Irmãos da PMSP (1986)	201
Quadro 4 - Unidades de apostolado da PMSP (1978-1986)	211

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AC**- Ação Católica
- AEC** – Associação de Educação Católica
- CAMAR** - Caminhada de Aperfeiçoamento Marista
- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- CEMAR** - Curso de Espiritualidade Marista
- CLAR** - Conferência Latino-Americana de Religiosos
- CELAM** – Conselho Episcopal Latino-Americano
- CG**- Capítulo Geral
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONPROV** - Conferência dos Provinciais
- CPPC** - Centro Provincial de Pastoral Catequética
- CRB** – Conferência dos Religiosos do Brasil
- DEC** - Departamento de Educação da Conferência Episcopal Latino-Americana
- DSI** – Doutrina Social da Igreja
- EMIR**- Equipe Marista Interprovincial de Reflexão
- FTD** - Frère Théophane Durand
- ISPAC** - Instituto Superior de Pastoral Catequética
- JOC** – Juventude Operária Católica
- MEB** - Movimento de Educação de Base
- MMC** – Movimiento de Cursillos de Cristiandad
- MMM** - Movimento por um Mundo Melhor
- PE** - Plano de Emergência
- PGM** - Serviço Geral das Missões
- PMSP** - Província Marista de São Paulo
- PMRJ**- Província Marista do Rio de Janeiro
- PPC** - Plano de Pastoral de Conjunto
- PVC** - Projeto de Vida Comunitária
- SDCE** - Secretaria do Departamento de Cultura e Educação do Conselho Episcopal Latino-Americano
- SG** – Superior Geral
- SIMAV** - Serviço Interprovincial Marista de Animação Vocacional
- UCP**- Universidade Católica do Paraná
- VR** – Vida Religiosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O IRMÃO BASÍLIO RUEDA GUZMÁN: UM SUPERIOR GERAL PARA MANTER “AQUELES NO RUMO E BÚSSOLA”	44
3 O AGGIORNAMENTO DO INSTITUTO MARISTA (1967-1976): A ADAPTAÇÃO DE UM PASSADO PARA O PRESENTE	65
3.1 Uma acentuada crise de vocações.....	68
3.2 As comunidades religiosas e os conflitos de mentalidades.....	82
3.3 O trabalho apostólico em questão: permanecer nos colégios ou atender os pobres?.....	91
4 O AGGIORNAMENTO DO INSTITUTO MARISTA (1977-1985): “TUDO SEJA ORIENTADO PARA A POBREZA”	101
4.1 As vocações e a adaptação das comunidades religiosas.....	105
4.2 A atualização do apostolado: identidades em disputa.....	116
5 A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PMSP (1967-1977)	126
5.1 O recrutamento e a formação religiosa: formar Irmãos para quê?	131
5.2 O descompasso das comunidades religiosas com a atualização.....	141
5.3 As escolas, os pobres, as missões e a Pastoral de Conjunto: a adaptação de uma identidade em transição.....	156
6 A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PMSP (1978-1986)	181
6.1 “ <i>Irmãos Maristas Hoje</i> ”: formar para o trabalho nos colégios ou para a inserção nos meios populares?	184
6.2 A reorganização das comunidades religiosas.....	192
6.3 A adaptação do carisma: atender os pobres ou permanecer com os colégios?	202
7 CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232
DOCUMENTOS	242
ANEXO I	255
ANEXO II	256
ANEXO III	261

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar como ocorreu a recepção do Concílio Vaticano II¹ na Província Marista de São Paulo² (PMSP), de 1967 a 1986, considerando o reposicionamento dos Irmãos Maristas (*Les Petits Frères de Marie*) mediante as exigências de atualização (*aggiornamento*) da Igreja Católica Romana em relação às suas comunidades religiosas e estabelecimentos de ensino. O trabalho dos Irmãos

¹ Foi o 21º Concílio da Igreja Católica Romana, considerado ecumênico e teve por objetivo atualizar (*aggiornare*) a Igreja Católica numa perspectiva dialógica com a sociedade. O Papa João XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli) anunciou o Concílio Vaticano II no dia 25 de janeiro de 1959, seguido das fases, antepreparatória, preparatória e sua realização, com quatro sessões que se estenderam de 11/10/1962 a 08/12/1965, com seus respectivos intervalos. Os escritos de João XXIII (*Mater et Magistra*, 1961; e *Pacem In Terris*, 1963), que antecederam tal evento, já indicavam o anseio por nova posição da Igreja, preocupada em acompanhar o mundo moderno. “A nave [da Basílica de São Pedro, em Roma] foi equipada para proporcionar 2.905 lugares: 102 para cardeais, 7 para patriarcas, 26 para a Secretaria Geral do Concílio, 2.440 para os bispos e arcebispos, 200 para os *periti* e 130 para observadores e convidados de outras Igrejas.” Cf. O’MALLEY, John W. **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p.35. Este concílio teve a representatividade de bispos e peritos de todos os continentes, superiores gerais de Ordens e Congregações, observadores de outras igrejas cristãs, auditores e leigos. Foram produzidos 16 documentos para a orientação da atualização da Igreja: “quatro constituições (sobre a liturgia, a Igreja, a revelação e a Igreja no mundo atual), nove decretos (sobre os meios de comunicação, as Igrejas Orientais, o ecumenismo, o ministério dos bispos, a vida religiosa, a formação sacerdotal, os leigos, a atividade missionária e o sacerdócio) e três declarações (educação cristã, as religiões não-cristãs e a liberdade religiosa).” Cf. LAARHOVEN, Jan Van. Balanço dos concílios ecumênicos: resumo quantitativo. **Concilium**, Petrópolis-RJ, n.187, p.62-75, 1983, p.65. As Constituições tratam dos principais temas abordados no Concílio. Sua adjetivação “Pastoral” baseia-se nos princípios doutrinários e ensaja orientar a relação da Igreja Católica com o mundo contemporâneo; e a adjetivação “Dogmática” indica tratar das verdades da fé. Os Decretos ocupam-se de assuntos delimitados e determinam o cumprimento das decisões do Concílio; diz respeito a documentos com disposições disciplinares. E as Declarações abordam problemas concretos, com o posicionamento das autoridades eclesiais diante de temas que lhes são caros em razão das circunstâncias históricas: “revestidas de autoridade conciliar, dirigem-se a toda a humanidade, e não somente aos católicos.” Cf. ZAMAGNA, Domingos. Documentos conciliares. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.299.

² O livro de normas do XVI Capítulo Geral (1967) dos Irmãos Maristas definiu uma província pela divisão administrativa e geográfica “que agrupa com o mesmo Superior um certo número de casas e cujos recursos e pessoal são habitualmente suficientes para lhes permitir uma vida autônoma, embora depende da Administração Geral.” Cf. **Normas do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria**. XVI Capítulo Geral. Recife-PE, 1967, p.82. Em 1967, o Instituto Marista estava constituído de 50 províncias. De 1967 a 1986, este número se manteve, oscilando para mais e para menos. Até o ano de 1957, os Estados de São Paulo e Paraná, mais o Distrito Federal, pertenciam à Província do Brasil Central (1908-1957), que em 1958 foi dividida em Província do Rio de Janeiro e Província de São Paulo, permanecendo até 2002. A PMSP foi constituída pelos Estados de São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal. O trabalho apostólico predominante dos Irmãos Maristas desta província ocorreu por meio da educação com colégios privados. Em 2002 houve uma reestruturação, juntando-se com a Província de Santa Catarina e passou a denominar-se Província Marista Brasil Centro-Sul (PMBCS). Ao fazermos um levantamento anual em relação a composição das comunidades religiosas, verificamos o aumento e diminuição do número de unidades gerenciadas pela província, não sendo possível estabelecer um número fixo de unidades administrativas dentro do nosso recorte temporal (1967-1986). Cf. AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: Contribuição dos Irmãos Maristas: a expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972). São Paulo: SIMAR- Secretariado InterProvincial Marista; Edições Loyola, 1999, v.3.

Maristas dessa província ocorreu predominantemente com a educação em escolas privadas.

O território compreendido pela PMSP (1958-2002) abrangia os Estados de São Paulo, Paraná, Distrito Federal e Amazonas. Nessa área, os Irmãos Maristas desenvolviam o trabalho de evangelização com suporte na rede formada por suas comunidades religiosas e colégios. Esse instituto religioso surgiu em 1817, na França, sob a inspiração e fundação do sacerdote Marcelino Champagnat (1789-1840). É uma congregação de religiosos educadores, um “instituto religioso laical, ou instituto religioso de Irmãos”³ que iniciou atividades com a educação escolar e a catequese em cidades do interior da França, inicialmente junto à população camponesa, com escolas municipais. Os Irmãos Maristas integram a Vida Religiosa, que é constituída por pessoas que decidem se consagrar a Deus vivendo em um instituto. Vinculados organicamente à Igreja Católica, os religiosos colocam-se ao serviço da evangelização e “professam observar os conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência.”⁴ O instituto ou congregação dos Irmãos Maristas, embora vinculado à Igreja Católica, possui autonomia para administrar seus estabelecimentos de ensino, a formação dos religiosos, a organização das comunidades e as normas e regras de vida. “A Vida Religiosa pode ser considerada, por um lado, um organismo da Igreja, pois deve ser oficialmente reconhecida por ela, para que tenha existência legal, segundo os cânones da mesma.”⁵

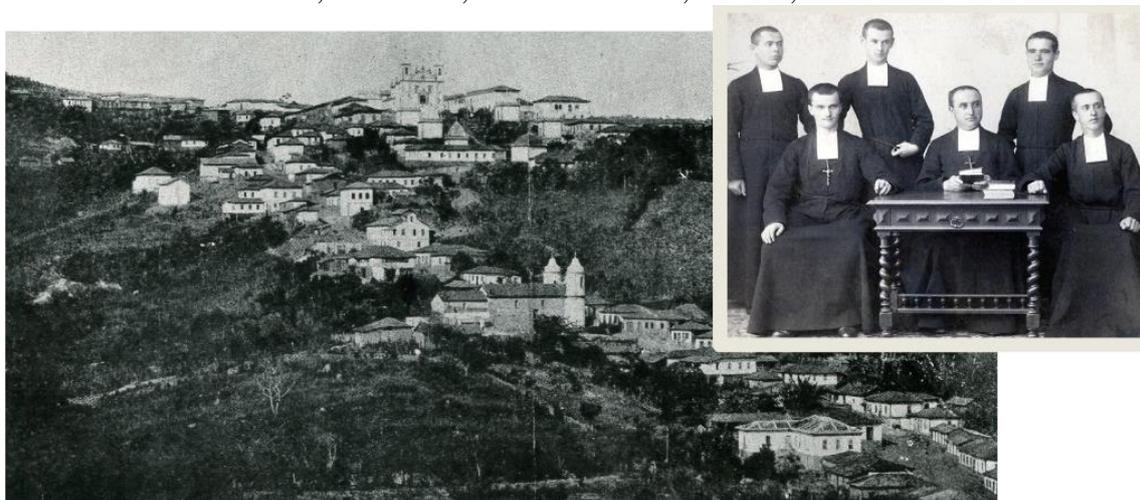
³ Instituto dos Irmãos Maristas. **Constituições e Estatutos**: texto de 1986 com as modificações Introduzidas pelos Capítulos Gerais de 1993, 2001 e 2009. Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma: CSC Gráfica, 2010. Cf. Artigo 1, p.17. A Vida Religiosa pode ser entendida como uma forma de vida organizada e vinculada à Igreja Católica: “Ordens e Congregações religiosas constituem-se de pessoas que emitem votos ou promessas, vivem, na maioria das vezes, em grupos, têm uma administração centralizada de seus recursos financeiros, uma estrutura interna de poder, prestando obediência a um ou mais ‘superiores’ e são, todas celibatárias. Cada Ordem ou Congregação tem o seu conjunto de normas estabelecido em estatutos internos chamados: Constituições, Regra de Vida ou nome similar. Estas Ordens e Congregações são sempre constituídas por grupos exclusivos de homens ou de mulheres.” Cf. NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.15. Através do site *champagnat.org* é possível acessar uma produção recente acerca da história do Instituto dos Irmãos Maristas: LANFREY, André. **Introdução à vida de M.J.B. Champagnat**. Brasília, DF: UMBRASIL, 2011. / LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**: da aldeia de Marlies à expansão mundial (1789-1907). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2015, tomo I. / LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II. / GREEN, Michael. C. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**: uma luz incerta da aurora (1985-2016). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2017, tomo III.

⁴ **Código de Direito Canônico**. Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração, 1983, p.106.

⁵ NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.226.

Esse instituto iniciou os trabalhos no Brasil, em 1897, instalando-se em Congonhas do Campo, Minas Gerais, a convite de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), e possuem o trabalho de evangelização vinculado à educação (Figura 1).⁶ É preciso considerar que, na Igreja Católica, há uma diversidade de Ordens e Congregações que diferem quanto ao carisma⁷ e à missão, com distintas frentes de trabalho: saúde, educação, missões, moradores de rua, catequese, paróquias, orfanatos etc. Desde o século XIX, uma variedade de institutos religiosos de origem européia iniciaram atividades no Brasil, sob diferentes motivações.⁸

Figura 1- Seis Irmãos Maristas franceses chegaram a Congonhas do Campo-MG no dia 18/10/1897: Andrônico, Anastácio, Afonso Estevão, Basílio, Aloísio e João Alexandre.



Fonte: Disponível em: <https://marista.edu.br/imprensa/?p=4163> Acesso em: 20 de abril de 2018.

⁶ Sobre a trajetória e história dos Irmãos Maristas no Brasil: AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: contribuição dos Irmãos Maristas: os primórdios da obra de Champagnat no Brasil (1897-1922)**. São Paulo: SIMAR/Loyola, 1996, v.1. / AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas: a consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947)**. São Paulo: SIMAR- Secretariado InterProvincial Marista, 1996, v.2. / AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas: a expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972)**. São Paulo: SIMAR- Secretariado InterProvincial Marista; Edições Loyola, 1999, v.3. / AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas: novos rumos da obra de Champagnat no Brasil (1972-1997)**. São Paulo: SIMAR- Secretariado InterProvincial Marista, 2005, v.4.

⁷ Na Vida Religiosa, o carisma pode ser concebido pelas experiências históricas e espirituais que motivaram a existência de Ordens e Congregações e se relaciona ao serviço de evangelização que determinado grupo desenvolve na Igreja Católica. Embora institucionalizado pelas Ordens e Congregações, o carisma é dinâmico e pode ser adaptado conforme as necessidades hodiernas. “Entende-se por carisma um dom espiritual concedido por Deus a um crente, o qual, fazendo uma experiência religiosa de especial intensidade, é capaz de influenciar de modo extraordinário a vida espiritual de um grupo ou de uma época histórica.” Cf. TOZZI, A.A. Carisma. In: PACÓMIO, Luciano *et al* (Orgs.). **Lexicon: Dicionário Teológico Enciclopédico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.94.

⁸ BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba, 1925-1965)**. 2002. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

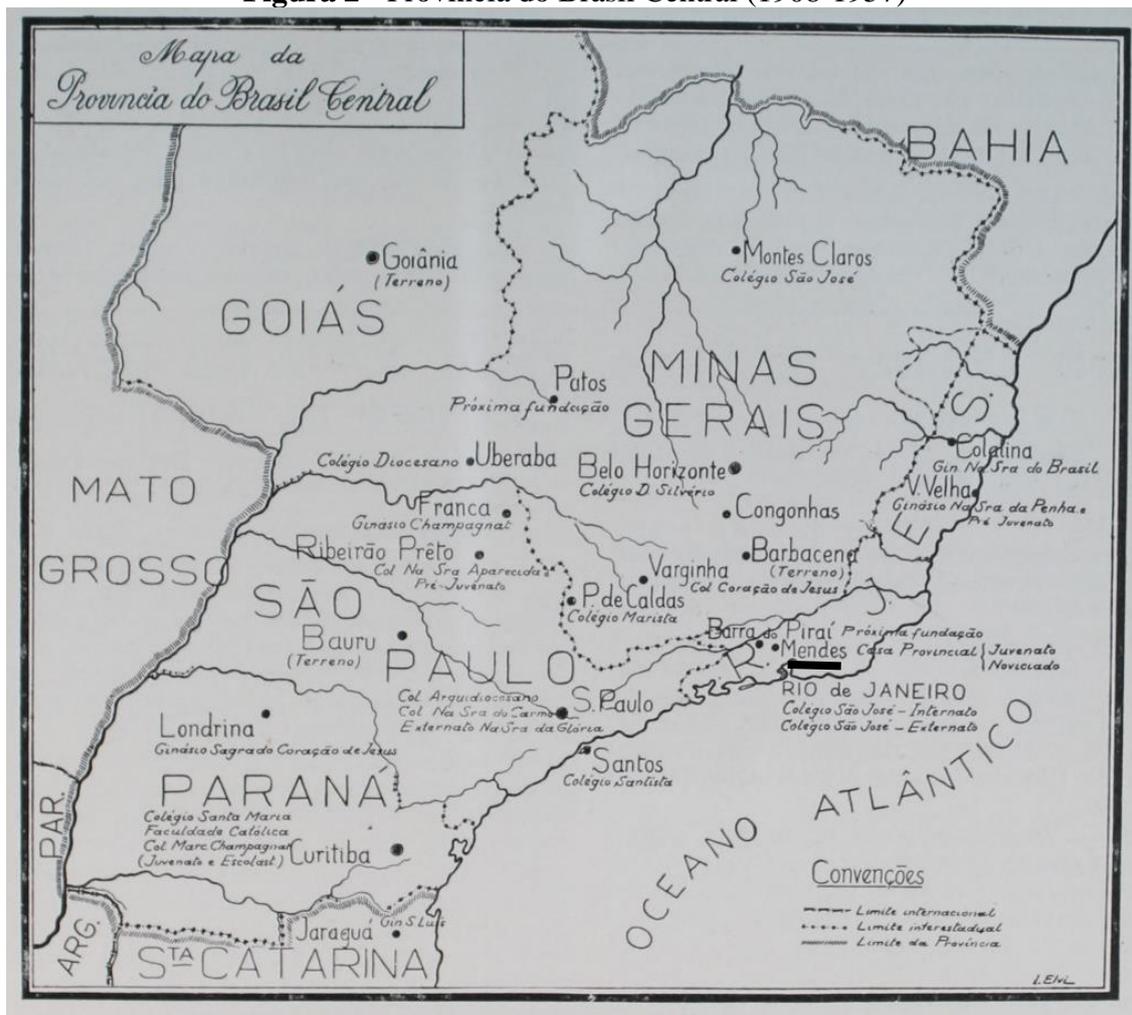
No século XIX, as mudanças promovidas pelo Estado francês alteraram drasticamente a sua relação com a Igreja Católica e, por conseguinte, com os institutos religiosos dedicados ao ensino naquele País. De acordo com o historiador do Instituto Marista, o Irmão André Lanfrey⁹, desde 1878, a maioria dos prefeitos republicanos da França decretou a laicização das escolas públicas. Com isso, em 1882, foi implantado a ensino laico e obrigatório, e impôs-se a exigência de uma licença estatal para lecionar (*Brevets*), o que atingiu diretamente a organização da educação católica, que necessitou se adaptar ao Estado. Com efeito, em 1892, os Irmãos Maristas deixaram a administração das últimas escolas públicas da França.¹⁰

Na primeira década do século XX, o grupo de Irmãos Maristas que iniciou os trabalhos em Congonhas do Campo expandiu-se pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Paulatinamente, promoveram a interiorização, com a fundação de colégios e comunidades religiosas em São Paulo (1899), Rio de Janeiro (1902), Santos (1902), Franca (1902), Uberaba (1903) e Curitiba (1925). Em 1908, foi constituída a Província do Brasil Central (1908-1957), com a sede da casa provincial em Mendes-RJ (Figura 2).

⁹ Uma importante contribuição de André Lanfrey foi oferecer um apanhado de dados estatísticos garimpados entre os diversos documentos do Instituto Marista e uma produção historiográfica que, em grande medida, se distancia da narrativa empregada na hagiografia. Cf. LANDREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: da aldeia de Marlies à expansão mundial (1789-1907)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2015, tomo I.

¹⁰ A lei do Estado francês de 16 de junho de 1881 alterou a obrigatoriedade dos religiosos referente ao serviço militar e sua liberação só foi possível para os que possuíam o certificado de formação do magistério. O problema situava-se entre os Irmãos Maristas que realizavam outras atividades internas na congregação e não portavam a formação e licença para ensinar: “as casas provinciais e internatos incluem dezenas de Irmãos, responsáveis pela cozinha, jardim, lavanderia, portaria que, até então, foram beneficiados com a isenção porque são membros de uma associação de educação.” Cf. LANDREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: da aldeia de Marlies à expansão mundial (1789-1907)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2015, tomo I, p.301.

Figura 2 - Província do Brasil Central (1908-1957)



Fonte: DEUS, João de. Mapa demonstrativo da Província Marista do Brasil Central. *Voz Marista*, São Paulo, n.31, dezembro de 1958, p.435.

Nesse mesmo período, outros dois grupos de Irmãos franceses chegaram ao Brasil: um instalou-se no Estado do Rio Grande do Sul e outro no Estado do Pará. Essa contextualização do objeto torna-se pertinente por indicar mudanças no trabalho apostólico que passou a se diferenciar da maneira como o conduziam na França e mesmo em Congonhas do Campo, já que no início do século XX priorizaram os colégios privados em grandes centros urbanos. As províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro foram constituídas em 1958, com o desmembramento da Província do Brasil Central. Dentro do recorte temporal desta pesquisa, os Irmãos Maristas do Brasil estavam organizados em seis províncias: Brasil Norte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Santa Maria e São Paulo (Figura 3).

Figura 3- Províncias Maristas do Brasil de 1960 a 2000.



Fonte: Revista Interprovincial de Reflexão e Comunicação. **Presença Marista**, Porto Alegre, ano 16, n. 58, p.24-25, 1989.

Partimos da hipótese de que a PMSB discutiu a recepção do Concílio Vaticano II em suas pautas e planejamentos, contudo, enfrentou dificuldades para efetivar as mudanças determinadas pelos Capítulos Gerais, mantendo-se no apostolado¹¹ com a educação escolar (escolas privadas). Pode ter havido, predominantemente, uma recepção teórico/jurídica e seletiva dos documentos do Vaticano II. Ao conciliarem o trabalho apostólico dos colégios com o assistencial e missionário, os Irmãos Maristas atestaram a necessidade de recursos humanos e financeiros para a sobrevivência dessa província.

¹¹ O termo **apostolado** significa a função de um apóstolo. Desde o Concílio Vaticano II o termo apostolado foi sendo substituído por evangelização, embora ainda seja comum encontrá-lo na literatura religiosa. “O apostolado cristão consiste em participar do apostolado de Jesus e na preocupação com a salvação dos homens e do mundo.” Cf. FIORES, Stefano de. *Apostolado*. In: FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo (Orgs.). **Dicionário de Espiritualidade**. São Paulo: Edições Paulinas: 1989, p.32-44, p.32. Desta forma, existem os apostolados específicos na Igreja, como: apostolado catequético, apostolado da oração etc. Os Institutos Religiosos desempenham seu apostolado conforme a especificidade do carisma, muitas vezes integrando aos apostolados gerais da Igreja. Cf. SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, v.1, p.210. Mesmo que o termo apostolado tenha sido alterado para evangelização, a documentação desta pesquisa utiliza as expressões “apostolado” e “vida apostólica”, delineadas nas Constituições e Estatutos do Instituto dos Irmãos Maristas, e mantidos até na sua última revisão, em 2009. O próprio Código de Direito Canônico de 1983 faz uso do termo apostolado para designar as atividades de evangelização que cada instituto religioso desenvolve na Igreja, segundo a própria natureza definida pelo carisma.

Que interpretação os Irmãos Maristas realizaram dos documentos do Concílio Vaticano II? De que maneira as diretrizes de renovação do Instituto Marista, por meio dos Capítulos Gerais, condicionaram as expectativas da PMSP? Quais estratégias foram adotadas pela PMSP para atualizar suas escolas e comunidades religiosas? A renovação da PMSP considerou a pluralidade de experiências das distintas gerações de Irmãos ou pautou-se na obediência para fazer-se cumprir as exigências das lideranças do Instituto Marista e da Igreja Católica Romana?

Do ponto de vista histórico e religioso, o Concílio Vaticano II (1962-1965) foi considerado o evento mais importante que ocorreu na Igreja Católica no século XX. Este concílio situa-se num contexto de atualização das práticas eclesiais e da produção teológica que visou a situar a Igreja Católica inserida no mundo moderno, com ênfase no seu trabalho pastoral, com a finalidade de se adequar às distintas culturas e a reconstituir sua identidade no novo contexto. Para isso, precisou rever sua maneira de proceder com a inculturação para atingir os objetivos da evangelização. Em 1961, o Papa João XXIII (1881-1963) manifestou o desejo da Igreja Católica, através do Vaticano II, “fortificar a sua fé” e “dar maior eficiência à sua robusta vitalidade, e de promover a santificação de seus membros, a difusão da verdade revelada, a consolidação de suas estruturas.”¹² Destacadamente, o concílio tornou-se espaço para discutir a unidade da Igreja e rever a sua maneira de estar e proceder no mundo. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) reconheceu as contribuições dos progressos técnicos à humanidade, contudo, a Igreja Católica não se mostrou disposta a aceitá-los, alegando que “o diálogo fraterno entre os homens não se realiza ao nível destes progressos, mas ao nível mais profundo da comunidade de pessoas, a qual exige o mútuo respeito da sua plena dignidade espiritual.”¹³ Deste modo, mesmo com a difícil relação da Igreja com a modernidade, o concílio evidenciou a centralidade das orientações pastorais, “pois não havia sido convocado para condenar heresias, nem para repetir a doutrina de sempre, mas para renovar a vida eclesial dos fiéis e as estruturas eclesiais obsoletas.”¹⁴

¹² João XXIII. **Constituição Apostólica *Humanae Salutis*** (1961). Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html Acesso em: 16 de outubro de 2020.

¹³ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gaudium et Spes*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.162.

¹⁴ CODINA, Victor. Nova configuração da Igreja. In: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II**: Batalha perdida ou esperança renovada? São Paulo: Paulinas, 2015, p.112.

É possível questionar, no entanto, as narrativas acerca do Concílio Vaticano II, sobretudo aquelas que atribuem a este evento um patamar diferente dos demais concílios ecumênicos, ao alegar a inexistência de problemas. A Igreja Católica convocou o Vaticano II em um período de crise, que demorou a ser reconhecido internamente por ela, e que a obrigou a adaptar o seu discurso, considerando o pluralismo religioso, o multiculturalismo, a crise de autoridade, as alterações no campo social, político e cultural. Os desdobramentos teóricos desse evento são verificáveis na proposta de seus documentos, com as orientações teológicas e pastorais, principalmente com o ecumenismo e as reformas empregadas na liturgia, embora não se preveja o alcance dos documentos sem verificar a recepção.¹⁵

Quanto aos documentos do Concílio Vaticano II, são instrumentos do âmbito da oficialidade da Igreja Católica, que é composta por uma heterogeneidade de sujeitos e práticas, com a normatização e encaminhamentos na contextura internacional. Aquilo que se anuncia como oficial, no entanto, é passível de contribuir para o não reconhecimento da sua diversidade institucional. Os Irmãos Maristas integram um instituto religioso que exerce o apostolado com a educação católica. Em vista disso, torna-se fundamental considerar as orientações de atualização advindas do Concílio Vaticano II por meio da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica. Entre os principais documentos que necessitaram ser apropriados pelos Irmãos Maristas, constam o Decreto *Perfectae Caritatis*¹⁶ (1965) e a Declaração *Gravissimum Educationis*¹⁷ (1965)

O Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) estabeleceu os princípios e critérios para o *aggiornamento* dos institutos religiosos. Tais critérios, entretanto, mantiveram-se imprecisos e generalistas, à medida que não abalizaram estratégias e procedimentos de como os institutos deveriam proceder para a atualização. Assim, com autonomia, cada instituto interpretou esse documento, fazendo a releitura do carisma, em um momento histórico ao qual a Vida Religiosa precisou se adaptar. Este Decreto propunha, basicamente, o retorno às experiências de fundação das Ordens e Congregações, a revisão dos documentos e a reorganização das comunidades religiosas, alicerçado na ideia de integração na dinâmica da sociedade moderna.

¹⁵ BEOZZO, José Oscar. Concílio Vaticano II. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.184-204.

¹⁶ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.485-504.

¹⁷ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Educationis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.559-596.

Tendo em vista o propósito do *aggiornamento*¹⁸, os institutos religiosos foram convocados pela Igreja Católica para avaliar os aspectos jurídicos e práticos das regras de vida, o uso do hábito religioso, o local da moradia, a liturgia, o recrutamento de vocações, a formação inicial de membros, a vida fraterna das comunidades religiosas, a vivência dos votos de consagração e o trabalho apostólico. Ditas orientações, no entanto, permitiram distintas interpretações do Decreto. Quando os Irmãos Maristas recorreram ao seu carisma para empreender a atualização, determinaram que as províncias empreendessem trabalhos educacionais de natureza assistencial, missionária e eclesial. Essa interpretação questionou a identidade já consolidada desses religiosos, pois exigia mudanças no apostolado clássico com os colégios; apesar disso, esse Decreto não determinou a obrigatoriedade de os institutos inserirem-se entre os pobres. Somente em 1971, com a Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio*¹⁹ (1971), a Igreja “aconselhou” os religiosos a constituírem comunidades menores para inserirem-se na dinâmica da sociedade, e a destinar algumas das obras apostólicas para o atendimento dos pobres.

O segundo documento conciliar, a Declaração *Gravissimum Educationis* (1965), refere-se à atualização das escolas católicas. Considerada um mecanismo para o diálogo entre a Igreja e a “comunidade dos homens”,²⁰ a escola é um espaço de evangelização, um braço da Igreja na sociedade, que passou a flexibilizar o atendimento para não católicos e trabalhos educacionais de naturezas distintas. Sobretudo, as escolas católicas deveriam estar atentas aos novos métodos pedagógicos, munindo-se de ciência profana e religiosa, provida de “arte pedagógica de acordo com as pesquisas mais recentes.”²¹ Mesmo reconhecendo que essa Declaração orientou uma abertura para a sociedade, que cada vez mais adquiriu contornos de transformação e pluralismo cultural, exigindo novas respostas no que diz respeito à formação da juventude, a escola católica teve dificuldades para dialogar com a modernidade. As exigências de atualização da educação católica, entretanto, se vincularam muito mais à necessidade de adaptação ao

¹⁸ É uma palavra italiana que significa “atualização” e foi utilizada pela Igreja Católica Romana para expressar o objetivo do Concílio Vaticano II. Concordamos, porém, com John O’Malley na ideia de que a aplicação da palavra *aggiornamento* teria sido inadequada, já que as mudanças aconteciam independentemente da introdução desse conceito: “mesmo sem ela o problema do relacionamento do passado com o presente teria com toda a certeza surgido e sido igualmente generalizado e perturbador.” Cf. O’MALLEY, John, **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p.21.

¹⁹ PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio***. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.

²⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968, n. 4, p.260.

²¹ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Educationis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.591.

Estado para sobreviver no mercado educacional do que propriamente a este documento conciliar.

Dentre os documentos conciliares, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (1964) e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) são consideradas centrais em função do diálogo que estabelecem com os demais documentos. Com a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (1964), a Igreja expressou a intenção de se aproximar da sociedade, seguindo uma perspectiva eclesiológica, no âmbito da qual todos os fiéis batizados (ministros ordenados, pessoas consagradas, leigos) são considerados “Povo de Deus.”²² A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965) encarregou-se de debater a relação da Igreja com o mundo, propondo uma evangelização que permitisse atingir as culturas, assumindo às “alegrias e esperanças” da humanidade, e não apenas dos cristãos, exigindo da Igreja Católica uma leitura dos “sinais dos tempos.”²³ Esse documento aborda a relação da Igreja com o desenvolvimento social, político, econômico e cultural, e objetivou atualizar o trabalho de evangelização: “O debate se concentra em duas questões: a noção bíblica de sinais dos tempos ‘e o caráter’ revelador ‘da história atual’.”²⁴

Portanto, as diretrizes que orientaram a renovação dos institutos religiosos, contidas no Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), estão concatenadas à *Lumen Gentium* (1964) e à *Gaudium et Spes* (1965), quando orientaram os religiosos para procederem com a inserção social e eclesial, com a finalidade de atualizar e adequar os costumes e regras de vida às exigências sociais. O Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) não utiliza a expressão “sinais dos tempos”, mas alguns sinônimos: “novas condições dos tempos”²⁵, “condições dos homens e da época” [...] “circunstâncias do mundo de nosso tempo”²⁶, “acomodarem sua vida às hodiernas exigências”²⁷. Mesmo que os documentos do Vaticano II expressem a disposição para inteirar-se e dialogar com o mundo moderno, a

²² Compreende-se que os leigos, os clérigos e os religiosos tornam-se igualmente importantes perante o sacramento do batismo, sendo diferentes e complementares em suas funções. A Igreja expressa o anseio pelo princípio de colegialidade, para incluir os leigos na sua missão. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Lumen Gentium*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.37-117, p.48-57; 76.

²³ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gaudium et Spes*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.145

²⁴ ROUTHIER, Gilles. “Les signes du temps”. *Fortune et Infortune d’une expression du Concile Vatican II. Transversalités*, Paris, n. 118, p. 77-102, 2011/2, p.88. Francês (França, internacional).

²⁵ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.488.

²⁶ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.489.

²⁷ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. I In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.494.

Igreja Católica optou pela adaptação; em razão da impossibilidade de acompanhar a modernidade, foi necessário aliar-se a ela:

Usam cinco vezes o adjetivo “moderno”, três vezes em *Gaudium et Spes* e duas vezes em *Ad Gentes*: o homem moderno, o intelecto prático moderno e o ateísmo moderno, no primeiro; a ciência e tecnologia do mundo moderno e os modernos instrumentos de comunicação no segundo.²⁸

Ainda que a Igreja Católica tenha adotado uma posição defensiva, tais documentos assinalam o propósito de aproximação ao mundo moderno, porém, numa relação que se caracterizou conflituosa e paradoxal. A experiência do catolicismo da segunda metade do século XX demonstra que a Igreja se adaptou ao progresso técnico e, ao mesmo tempo, resistiu às questões ideológicas nos campos da moral e da política. Perante, no entanto, uma sociedade que se constituiu cada vez mais plural, a Igreja Católica não deixou de fazer “concessões ao mundo transitório”²⁹ e “seu objetivo estratégico principal é a autopreservação.”³⁰

Estabelecendo uma incursão na literatura mais recente sobre o Concílio Vaticano II, não é raro observarmos o predomínio de uma produção acadêmica na seara da teologia, e, mesmo ocupando-se amplamente do assunto, há uma escassez de trabalhos concernente à recepção. A teologia discute, recorrentemente, o Vaticano II, com ênfase na sua memória, história e na contextualização da produção dos documentos; debate-se o sentido atribuído aos textos conciliares, sua interferência na senda teológica e pastoral, mas nem sempre a teologia discutiu os agentes do concílio e as práticas de recepção.³¹ Deste modo, torna-se pertinente a observação de Yves Congar, quando se referiu aos inconvenientes da teologia dos concílios e da “conciliaridade”, do conciliarismo entre eles, o de “apresentar uma imagem por demais ideal e sublime.”³²

²⁸ POULAT, Emile. La modernité à l’heure de Vatican II. *Persée*, École Française de Rome, n. 113, p.809-826, 1989, p.809.

²⁹ JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p.182.

³⁰ JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p.182.

³¹ BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015. / BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2016. / LORSCHIEDER, Aloísio *et al.* **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005. / ALMEIDA, Antonio José *et al.* A 50 anos do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n.288, out. 2012. / SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Igreja na História).

³² CONGAR, Yves. Estrutura ou regime conciliar da Igreja. **Concilium**, Petrópolis-RJ, n.187, p.6-14, 1983, p.6.

Há de se reconhecer, na teologia, uma diversidade de bases hermenêuticas acerca do Vaticano II, sob variados enfoques, que em geral abordam temas, como: Igreja dos pobres, conferências episcopais, sinodalidade, colegialidade, eclesiologia, pluralismo religioso, liturgia, entre outros mencionados pelos próprios documentos do concílio. Geralmente, essa produção tende a enaltecer e estabelecer o Vaticano II como marco de rupturas ou de permanências para a análise das práticas da Igreja Católica posteriores aos anos de 1960, cuja historiografia, no entender de Rodrigo Coppe Caldeira, foi “marcadamente realizada por agentes interiores, influenciados por perspectivas teológicas específicas que se desenvolveram e se consolidaram hegemonicamente.”³³ Portanto, exprime-se que a hermenêutica do Concílio Vaticano II é um campo para disputa entre os agentes (teólogos, sacerdotes, religiosos consagrados, leigos, intelectuais) em função dos caminhos que se tentou e se pretende formular para a Igreja Católica Romana.

Os estudos sobre o concílio requerem atenção sobre três aspectos: o evento em si, os documentos produzidos e aprovados e a sua recepção. “A recepção é o elemento de verificação mais importante, por revelar quais dimensões foram capazes de passar para o cotidiano da Igreja, que outras deixaram de ser assimiladas e até mesmo as que foram seletivamente abandonadas.”³⁴ Na mesma esteira, Christoph Theobald, que estudou a recepção dos textos conciliares na Igreja da França, compreende que a recepção é “a maneira pela qual, após o acontecimento, um concílio é compreendido, aceito e posto em prática ou, ao contrário, enfrenta resistência nos espíritos que freiam ou impedem sua aplicação.”³⁵ Por isso, Christoph Theobald recomenda estudar o evento como acontecimento e *corpus* documental, com procedência na vertente da teologia e do contexto histórico-social. Assim sendo, a unidade do Vaticano II não consta necessariamente no estilo literário de seus documentos, mas na coerência sistemática da sua teologia.

³³ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Recepção do Concílio Vaticano II: objeto do historiador. *In*: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (Orgs.). **História das Religiões no Brasil**. Recife- PE: AIP-Associação da Imprensa de Pernambuco; Carpe Diem Edições e Produções, 2015, p.93-115, p.93.

³⁴ BEOZZO, José Oscar. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. *In*: ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II: Le concile au risque de l’histoire et des espaces humains**. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004, p.203. / BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

³⁵ THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2015, v.1, p.24.

Na América do Norte e na Europa, surgiram pesquisas teológicas relevantes que se propuseram investigar os agentes sociais e os sujeitos da recepção do Concílio Vaticano II.³⁶ Massimo Faggioli³⁷ relacionou trabalhos e perspectivas teórico-metodológicas, assinalando a complexidade do ato de verificar o influxo desse evento sobre a Igreja, já que poucas são as pesquisas que tratam de sua recepção. Esse autor alega que as nuances de “como ler” o Vaticano II revelam diferenças importantes na sua interpretação e recepção. Acerca dessa divisão hermenêutica, ou “batalha de narrativas” em torno das interpretações que privilegiaram o evento, iniciou-se outra fase de pesquisas teológicas e historiográficas após o Sínodo Extraordinário de 1985³⁸. A segunda metade dos anos de 1980 foi um marco para a renovação dos estudos, principalmente no âmbito da história, com o acesso a novos documentos, destacadamente na Itália, com as pesquisas iniciais do historiador Giuseppe Alberigo.

Segundo John O'Malley³⁹, os estudos sobre o concílio requerem a compreensão do estilo literário e da linguagem pastoral aplicada; a linguagem indica valores, prioridades e o modelo de Igreja que se pretende constituir. Desta maneira, o concílio é entendido como unidade literária que requer uma análise do gênero e o estilo dos documentos, seu respectivo valor teológico, a fim de uma possível superação dos embates e interesses entre os distintos grupos no interior do catolicismo. Nessa perspectiva, para Ormond Rush⁴⁰, os estudos da recepção devem priorizar os autores, os textos e os receptores, que, após o concílio, interpretaram e aplicaram as suas orientações nas diversificadas culturas das Igrejas locais. Ainda que Ormond Rush, John O'Malley e Christoph Theobald assinalem a necessidade de compreensão do estilo literário dos documentos, para interpretar o Vaticano II e a sua recepção, a preocupação analítica concentra-se no âmbito da teologia, apoiando-se em historiadores eclesiais do catolicismo. Nesse sentido, as discussões carecem de contextualização histórica do

³⁶ LAROUCHE, André. **L'hermeneutique theologique de Vatican II sur l e thème du laïc at la question de l'exercice des ministères par des laïcs**. 2008. 219f. Thèse (Maîtrise en Théologie) - Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2008. / LAVOIE, Sylvain. **L'herméneutique théologique de Vatican II sur le thème de la pastoralité: de 1988 à 2009**. 2010. 128 f. Thèse (Maîtrise en Théologie) - Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2010. / ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993. / ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II: Le concile au risque de l'histoire et des espaces humains**. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004.

³⁷ FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II: a luta pelo sentido**. São Paulo: Paulinas, 2013.

³⁸ Foi convocado pelo Papa João Paulo II (1920-2005), e reuniu os bispos da Igreja Católica Romana com a finalidade de realizar um balanço do Concílio Vaticano II, após vinte anos do seu encerramento.

³⁹ O'MALLEY, John W. **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁴⁰ RUSH, Ormond. **Still Interpreting Vatican II**. Some Hermeneutical Principles. New York, EUA: Paulist Press, 2004.

objeto, que ultrapasse a área de teologia e transpondo uma análise da recepção no âmbito da história, a fim de se ressaltar a diversidade de experiências e as questões práticas dos sujeitos da recepção.

Entre as pesquisas que abordam a recepção do Concílio Vaticano II, aquela desenvolvida por Gilles Routhier trata da recepção querigmática e da recepção prática. Ao precisar o termo **recepção**, o autor observa que seu uso não há de se restringir à formalidade dos documentos, por se tratar de um processo de inculturação, de como os ensinamentos do concílio foram apropriados pelas igrejas locais e interferiu na prática dos sujeitos e das instituições. O conceito de recepção não advém da teologia, e tem sido utilizado, com recorrência, de modo interdisciplinar pela sociologia, nos estudos bíblicos e, especialmente, pelos historiadores alemães, para tratar da história conceitual, da estética literária e da história da arte.⁴¹

Na área dos estudos históricos, constata-se uma série de trabalhos que abordam a temática Concílio Vaticano II e dialogam interdisciplinarmente com a teologia.⁴² Os

⁴¹ Segundo Gilles Routhier, a verificação da recepção do Vaticano II caracteriza-se por ser querigmática quando enfatiza os esforços pastorais para anunciar e promover o concílio, assim como a recepção em lugares em que se encontram os “mediadores culturais”, geralmente os teólogos e espaços de comunicação que propagaram as ideias desse evento. Por sua vez, a recepção prática supõe a assimilação do concílio com alterações das estruturas mentais e dos processos eclesiais: “do discurso Conciliar deve passar pelo direito, do direito às formas institucionais, de figuras institucionais com práticas efetivas, completando o círculo pelo estudo das mentalidades.” Cf. ROUTHIER, Gilles. **La réception d’un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993, p.113. / ROUTHIER, Gilles. La ricezione del concilio: mentalità, soggettività e tempo di un percorso laborioso. **Revista Pistis e Práxis**, Curitiba, v. 4, n. 2, p.475-501, jul./dez., 2012. Gilles Routhier contribui com esta pesquisa pelo fato de analisar um objeto religioso; todavia, para a análise histórica, não é um conceito central, já que para a verificação da experiência humana no tempo, as narrativas podem ser confrontadas com as práticas dos sujeitos. É necessário ponderar que Gilles Routhier associa o conceito de recepção à dimensão querigmática, restrita à teologia. A palavra grega *kêrygma*, geralmente, é traduzida por proclamação, pregação, anúncio; uma notícia publicada por um arauto e que entra em vigor no ato de ser anunciada. Cf. FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT, David F.; PACKER J.I. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009. Deste modo, a recepção querigmática pode ser entendida do ponto de vista da análise histórica, pelas narrativas e ações dos sujeitos e instituições que contribuíram para promover o conhecimento do e sobre o Concílio Vaticano II. O uso do conceito de recepção na teoria literária considera a “estética da recepção” e teve como seu principal precursor Hans Robert Jauss, nos anos de 1960, na Alemanha. Cf. ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

⁴² BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi**. 2009. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. / CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011. / SILVA, Solange Maria. **Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970: negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. / PRIMOLAN, Emilio Donizete. **Do catolicismo conservador ao Concílio Vaticano II: a transição do catolicismo nas dioceses de Botucatu/Bauru (1948-1970)**. 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2011. / SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **“Verbalização do Sagrado” em tempos de fronteira: A recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão (1959-1979)**. 2015. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de

estudos de Rodrigo Coppe Caldeira oferecem elementos teórico-metodológicos para a análise da historiografia do concílio, da hermenêutica teológica e da recepção.⁴³ A recepção apresenta-se como instrumento conceitual que Gilles Routhier se apropriou e empregou para a verificação dos processos de assimilação do concílio numa Igreja particular. Levando em consideração o fato de que a historiografia brasileira sobre o concílio se deteve por muito tempo no estudo dos documentos conciliares, Rodrigo Coppe Caldeira e Gilles Routhier se propõem pensar as representações dos agentes receptores deste evento. Portanto, a leitura que uma determinada Igreja local realiza acerca dos documentos do Concílio Vaticano II possui relação com a sua situação singular, com os fatores e contextos históricos possíveis determinantes da recepção.⁴⁴

No entender de Gilles Routhier, a recepção querigmática (teórica) diz respeito aos ensinamentos de um concílio, ocorrente desde o anúncio das decisões pelos meios de comunicação social e os seus agentes eclesiásticos, até a promulgação e acesso aos documentos. Configura a maneira como os documentos se tornaram conhecidos pelo clero e fiéis, seja por meio de periódicos, palestras, pregações e comentários. Os próprios eclesiásticos, em contato com os fiéis, também comunicavam as primeiras ideias do concílio em suas pregações, palestras, cartas e jornais locais. Essa categoria de recepção possui um aspecto formal e jurídico reflexível nas alterações dos diversos documentos da Igreja, na liturgia e na produção teológica com os debates em revistas especializadas.⁴⁵

Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. / SILVEIRA, Diego Omar da. Sacerdos Magnus. **Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Mariana (1959-1988)**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009.

⁴³ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II: apontamentos bibliográficos para um estudo historiográfico. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, ano 43, n.120, p.211-226, mai./ago, 2011a./ CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O pontificado de João Paulo II e a herança do Concílio Vaticano II: em busca de uma interpretação normalizante. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, edição especial, p.155-173, jan., 2013. / CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Concílio Vaticano II: 50 anos depois. In: MARCHI, Euclides; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Poder e religiosidade: o espaço do sagrado no século XXI**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 71-93. / CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Recepção do Concílio Vaticano II: objeto do historiador. In: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (Orgs.). **História das Religiões no Brasil**. Recife, PE: AIP-Associação da Imprensa de Pernambuco; Carpe Diem Edições e Produções, 2015a, p.93-115. / CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. **Estudos Teológicos**, Belo Horizonte-MG, v.55, n.1, p.60-75, jan./jun., 2015b.

⁴⁴ ROUTHIER, Gilles. **Vatican II: herméneutique et réception**. Québec: Éditions Fides, 2006.

⁴⁵ ROUTHIER, Gilles. La périodisation. In: ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II: Le concile au risque de l'histoire et des espaces humains**. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004, p.225-244, p.232.

Por sua vez, a recepção querigmática deve conduzir à recepção prática. No entender de Gilles Routhier, a recepção prática é a verificação de como os documentos do concílio tornaram-se não só conhecidos, mas, sobretudo, como passaram a modificar a Igreja, alterando as mentalidades e promovendo as reformas prescritas nos documentos. Ao ressaltar essas duas categorias de recepção, o autor alega que as reformas promovidas pelos documentos marcam somente uma etapa da recepção, pelo fato de ser um caminho prolongado e complexo em virtude da permanência de mentalidades e antigas práticas pastorais susceptíveis de se esconderem sob o discurso de modernização, e conseqüentemente, promoverem uma reforma superficial das estruturas do catolicismo. Para compreender esses meandros, Gilles Routhier propõe o estudo das mentalidades e a relação entre os discursos e as práticas oficiais e não oficiais dos agentes da recepção e o modelo de trabalho apostólico adotado.

Ao considerarmos o objetivo desta tese, que se propõe analisar a recepção do Concílio Vaticano II na PMSP (1967-1986) e o reposicionamento dos Irmãos Maristas com seu carisma direcionado à educação na esteira desse processo, destacamos, de modo particular, três trabalhos. No Brasil, Clarice Bianchezzi⁴⁶ investigou a atualização da congregação das Irmãs da Divina Providência, no Estado de Santa Catarina, que trabalhavam com a educação das classes abastadas. Essa atualização causou uma divisão na província em função das distintas interpretações do carisma desse instituto; o grupo dissidente se apropriou das orientações da Igreja e realizou reformas abruptas, abandonou o trabalho com o colégio e inseriu-se na periferia da cidade de Florianópolis. O trabalho de Bianchezzi, por sua vez, ocupa-se da recepção do concílio exclusivamente por parte desse grupo dissidente, que redefiniu a sua identidade ao promover mudanças no apostolado. Neste sentido, a autora destacou que a recepção do concílio ocorreu entre as religiosas que abandonaram o colégio e optaram pelos meios populares, motivadas pela releitura que fizeram do carisma, e tendo como fundamento os documentos conciliares, a Conferência Episcopal de Medellín (1968) e as orientações da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

⁴⁶ BIANCHEZZI, Clarice. A recepção do Concílio Vaticano II entre religiosas de uma Congregação católica feminina no sul do Brasil. **XIV Jornadas Interescuelas**. Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, 2 al 5 de octubre de 2013. / BIANCHEZZI, Clarice. **Entre documentos e narrativas, marcas de identidade**: a organização dos dois primeiros Centros de Desenvolvimento Infantil e as religiosas da Fraternidade Esperança. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Cassandra Fortin⁴⁷ estudou a congregação *Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille* (1962-1983), em Québec, Canadá. As atualizações ocorreram num ritmo lento e as religiosas cumpriram tanto as recomendações do Vaticano II como as leis educacionais do Estado canadense. Além das discussões correlatas ao concílio, essa autora discute a historiografia das comunidades religiosas e as questões relativas à categoria de gênero; ela analisa o modo como as religiosas deixaram de se ocupar de trabalhos domésticos, em casas paroquiais, e assumiram trabalhos mais técnicos em função das exigências de adaptação ao Estado.

No mesmo País, Dominique Laperle⁴⁸ pesquisou o trabalho apostólico no âmbito educacional do instituto das *Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie* (SNJM), de 1954 a 1985. A atualização desse instituto esteve sustentada nas propostas do Vaticano II, havendo sido as religiosas convocadas para rever suas atividades educacionais e a organização de suas comunidades. Dominique Laperle articula as mudanças de âmbito religioso associadas à realidade sociopolítica e econômica de Québec, circunscrita num período também de alterações na educação estatal. Esse instituto se adaptou tanto ao Vaticano II, quanto ao Estado, que empreendeu uma ampla reforma educacional no final dos anos de 1960 e exigiu a atualização das congregações religiosas com a imposição de prazos para se adaptarem.

As pesquisas sobre a educação católica supracitadas indicam que os institutos religiosos não se eximiram de seguir o Concílio Vaticano II, considerado um marco para as reformas realizadas nesses institutos. A legislação educacional do Estado, porém, foi determinante pelo fato de exigir a adaptação dos estabelecimentos de ensino católicos e estabelecer prazos legais para acomodarem as alterações das estruturas e funcionamento. Tais pesquisas são pertinentes para analisarmos o *aggiornamento* do Instituto Marista. Deste modo, esta tese se ocupará da recepção do Concílio Vaticano II, utilizando-se da categoria de recepção para analisar a atualização da educação católica e da vida religiosa promovida pela PMSP (1967-1986).

⁴⁷ FORTIN, Cassandra. **“Une femme de tout temps, d’hier, d’aujourd’hui et de demain”**: Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille dans le contexte du concile Vatican II (1962-1983). 2017. 141 f. Thèse (Maîtrise en Histoire) - Département D’Histoire. Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec au Canada, 2017.

⁴⁸ LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”**: l’évolution et l’adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire). Université du Québec à Montréal, 2013.

O recorte temporal compreende o período em que o Instituto Marista iniciou o Capítulo Geral⁴⁹ de renovação, reestruturou a vida religiosa e o apostolado, culminando com a aprovação das regras de vida, em 1986. É necessário observar que as decisões das lideranças desse instituto interferiram em todas as suas províncias, entre elas, a PMSP. Ao inventariar pesquisas sobre a recepção do Concílio Vaticano II na Vida Religiosa e na educação católica no Brasil, no âmbito da História, constata-se que há uma lacuna historiográfica.

Na dimensão teórico-metodológica, além do conceito de recepção, recorreremos a Jacques Le Goff e José Maurício Domingues para tratar das diferenças de mentalidade e divisar uma perspectiva sobre os conflitos entre as gerações de religiosos. As gerações se definem pela articulação dos valores compartilhados, constituem-se no decurso da interação mútua e, segundo José Maurício Domingues, “é necessário percebê-las como capazes de dirigir ou mesmo impor umas às outras, e a outras subjetividades coletivas, cursos de movimento que se conformem com o que almejam.”⁵⁰ Consoante Jacques Le Goff, os conflitos de geração existiram desde a antiguidade, causando oposição entre os modernos e os antigos, pois “é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado.”⁵¹ Assim, os progressos materiais desencadeados com a modernidade contribuíram para modificar as mentalidades, que, por sua vez, não ocorrem abruptamente, já que as mudanças e permanências persistem entre as gerações de religiosos. Neste caso, interessa-nos a compreensão dos interesses das gerações de religiosos, considerando a diversidade de experiências, os conflitos e paradoxos advindos do processo de renovação.

As contribuições de Reinhart Koselleck permitem uma análise da relação dos Irmãos Maristas com a modernidade, considerando as experiências com a temporalidade com amparo nas categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. São duas categorias meta-históricas para a apreensão das dimensões temporais do passado e

⁴⁹ Os Capítulos Gerais diferenciam-se entre as Ordens e Congregações quanto ao período de governo e estrutura. Entre os Irmãos Maristas, é uma assembleia representativa do instituto que exprime a participação de todos os seus membros na vida-missão que lhe é peculiar. O Capítulo Geral é composto por membros de direito (Superior Geral, Superior Geral precedente, Vigário Geral, Conselheiros e Irmãos Provinciais) e eleitos pelas Províncias e Distritos. Desde as Constituições e Estatutos de 1986, se estabeleceu a convocação do Capítulo Geral Ordinário a cada oito anos. “O Capítulo Geral exerce autoridade suprema extraordinária. É convocado e presidido pelo Irmão Superior Geral. Este convoca o Capítulo Geral a cada oito anos.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.128.

⁵⁰ DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.80.

⁵¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.196.

do futuro. Da tensão resultante dessas duas categorias, constitui-se o tempo histórico, que é múltiplo e com ritmos próprios. Com a modernidade, a diferença temporal entre a experiência e a espera, aumentou, progressivamente, com o tempo novo caracterizado pela transição, a ruptura e a imprevisibilidade do futuro. “Todos eles, homens e instituições, têm formas próprias de ação e consecução que lhes são imanentes e que possuem um ritmo temporal próprio.”⁵² Mesmo que a relação da Igreja Católica com a modernidade tenha sido tensionada de maneira mais enfática até meados do século XX, essa relação persistiu com suas ambiguidades na segunda metade desse século, seja em defesa dos valores antimodernos ou da própria modernidade.

Como historiador dos conceitos, Koselleck ocupa-se da noção de modernidade oriunda de finais do século XVIII. A Revolução Francesa é considerada o marco de mudanças para a percepção da temporalidade. Para esse autor, as noções de tempo histórico foram alteradas nos séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental, ao romperem com o pensamento religioso e com a concepção de história *magistra vitae*. Deste modo, o presente histórico passou a ser compreendido como um espaço em elaboração, possuindo um futuro em aberto para o progresso, sem limitar-se a uma perspectiva escatológica, com a aceleração do tempo interferindo no horizonte de expectativa.

O distanciamento progressivo entre as experiências contidas no passado histórico e as expectativas acerca do futuro expandiu-se com o surgimento da modernidade, que tensionou essas duas categorias e possibilitou o aumento da diferença entre elas. Essa análise é pertinente, pois não conformam categorias opostas, e da tensão resultante é possível compreender o tempo histórico, pois

[...] cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado [...] Horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado.⁵³

Assim, examinaremos a singularidade da experiência temporal dos Irmãos Maristas em relação ao ritmo de renovação e/ou de adaptação de suas escolas e comunidades religiosas. As reflexões de Koselleck são oportunas para pensarmos a tensão gerada entre as experiências dos espaços decisórios dos Capítulos Gerais do Instituto Marista e as expectativas da PMSP, entrelaçando essas distintas

⁵² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.14.

⁵³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.311.

temporalidades para compreendermos as experiências históricas que condicionaram este instituto em um período em que lhe foi exigida a renovação. Essa análise permite estabelecer relação entre as decisões oficiais (teóricas) e a sua operacionalização no âmbito das comunidades religiosas (práticas):

O estudo de um fato de recepção nos obriga, por um lado, a tentar dar conta dessa dupla lacuna entre a eclesiologia professada e a prática efetiva e, por outro lado, entre a vida eclesial e a representação que um dado grupo social faz, isto é, o sistema de legitimação que ele elabora.⁵⁴

O escopo documental desta investigação é constituído por documentos oficiais e privados, organizados e administrados pelo Instituto Marista. São também eclesiásticos, pelo fato de este instituto remeter-se às autoridades da Igreja Católica no trabalho com a educação. Embora esse instituto esteja inserido nas igrejas locais, possui autonomia para gerir e organizar o trabalho com os estabelecimentos de ensino e as comunidades religiosas. No primeiro momento, realizamos contato com as autoridades da Província Marista Brasil Centro-Sul, na cidade de Curitiba, que disponibilizaram a documentação de pesquisa nos arquivos da Casa Provincial e do Memorial Marista. Apenas não tivemos acesso aos documentos referentes ao âmbito privado da vida dos religiosos: cartas, atas de reuniões, relatórios, pareceres de emissão de votos de consagração e de desligamento do instituto.

Quase todos os documentos referentes ao nosso objeto estão em papéis datilografados, ao passo que os demais estão em papéis manuscritos ou em arquivos digitais. O conjunto de documentos produzidos pelos Capítulos Gerais de 1967/1968 e 1976 foram traduzidos e publicados em língua portuguesa, assim como as cartas circulares do Irmão Basílio Rueda Guzmán (1924-1996); exceto as atas dos Capítulos Gerais, que estão em língua francesa, nos arquivos da casa geral, em Roma. Referente à PMSP, as cartas circulares provinciais estão digitalizadas em *Portable Document Format*. A revista *Voz Marista* constituiu-se um mecanismo de comunicação da Província Brasil Central (1908-1957), importante para a compreensão da trajetória da PMSP. No *site* oficial do Instituto Marista, *champagnat.org*, constam outros documentos: revista *FMS Mensagem*, *Cadernos Maristas*, *Bulletin de l'Institut* (1909-1984) e demais escritos sobre o Irmão Basílio Rueda (livros e artigos).

⁵⁴ “l'étude d'un fait de réception nous oblige, d'une part, à tâcher de rendre compte de ce double écart entre l'ecclésiologie professée et la pratique effective et, d'autre part, entre la vie ecclésiale et la représentation qu'un groupe social s'en donne, c'est-à-dire le système de légitimation qu'il élabore.” Cf. ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993, p.189.

Analisamos as discussões e alterações dos documentos no âmbito jurídico da congregação, considerando o ponto de vista da autoridade formal, mas também os distintos posicionamentos dos religiosos em torno da renovação no âmbito internacional do Instituto Marista. E, posteriormente, averiguamos a recepção do Concílio Vaticano II na PMSP. A análise dos documentos demandou metodologicamente a verificação da assimilação teórica e prática das diretrizes do Instituto Marista na PMSP, observando as categorias basilares que compõem a organização dos institutos religiosos: a vida religiosa (recrutamento, formação, comunidades) e o apostolado.

Interessante é observarmos as narrativas que os Irmãos Maristas elaboraram sobre o Concílio Vaticano II, desde o seu anúncio e durante os anos de 1960, utilizando-se do seu principal informativo, o *Bulletin de l'Institut*.⁵⁵ Assim como ocorreu a preparação do Vaticano II, também os Irmãos Maristas foram orientados por suas lideranças, que solicitaram a receptividade e “obediência” aos documentos conciliares e da congregação: “Nossa atitude diante deste grande evento será, portanto, a da alma receptiva, pronta para acolher, como criança submissa, os ensinamentos e diretrizes do Concílio.”⁵⁶ Essa narrativa permeou os escritos do Irmão Basílio Rueda e causou inúmeros conflitos com a ideia de recepção desse instituto, assentada na obediência às decisões dos Capítulos Gerais. Importa observarmos que havia a preocupação de instruir os religiosos em torno da mesma perspectiva interpretativa do concílio. Oito meses após o XVI Capítulo Geral⁵⁷, em um artigo intitulado “Reflexões pós-capitulares”, o então conselheiro geral, Irmão Quentin Duffy, retomou o tema da obediência religiosa e a estabeleceu como fator de agregação e renovação da vida religiosa Marista. Para esse Irmão Marista, os concílios e os Capítulos Gerais encontrariam a razão de ser na obediência dos religiosos, exigindo-lhes sacrifícios para garantir a coesão das províncias em torno das orientações do Superior Geral: “Então,

⁵⁵ Publicação trimestral do Governo Geral do Instituto dos Irmãos Maristas (1909-1984). Paralelamente às circulares dos superiores gerais, foi um dos principais meios de comunicação para informar as comunidades religiosas das províncias e distritos sobre temas diversos relativos à organização do Instituto Marista.

⁵⁶ “Notre attitude devant ce grand événement sera donc celle de l’âme réceptive, prête à accueillir en enfant soumis, les enseignements et directives du Concile.” Cf. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXVIII, n.188, p.5-84, outubro de 1962, p.6. Francês (Itália, internacional).

⁵⁷ O XVI Capítulo Geral ocorreu em Roma e foi dividido em duas sessões em função da quantidade de demandas. A 1ª sessão de 03/09 a 28/10/1967 e a 2ª sessão de 01/09 a 21/11/1968. Relativamente a esse espaço entre as sessões, de praticamente um ano, o Irmão Basílio Rueda orientou os Irmãos capitulares para que pudessem discutir e trazer informações das províncias para contribuir com as discussões das diretrizes capitulares no decorrer da 2ª sessão. As circulares que antecederam a segunda sessão tiveram o intuito de colocar todo o instituto a par dos processos em andamento.

quão falsa é a situação, quando um Capítulo ou um Conselho se torna um meio para um grupo de Irmãos escapar da obediência ao Superior Maior e introduzir a desunião.”⁵⁸

Os institutos religiosos reúnem-se periodicamente para a realização dos Capítulos Gerais, constituídos por uma assembleia de membros, visando a eleger o Superior Geral, discutir os interesses comuns e tomar posição para solucionar possíveis problemas. O Capítulo Geral é formado de representantes das províncias e distritos distribuídos em países onde os religiosos desenvolvem os respectivos trabalhos. Durante a assembleia capitular, organizam-se as diretrizes de governo, que são delineadas e publicadas nos documentos capitulares, e que posteriormente são distribuídas para todas as comunidades religiosas das províncias. Sob a coordenação do Irmão Basílio Rueda⁵⁹ (1924-1996), os Irmãos Maristas trouxeram à baila as discussões sobre a renovação que a Igreja havia pontuado. O primeiro mandato desse Superior Geral compreendeu os anos de 1967 a 1976. Tendo em vista as demandas de trabalho marcadas por discussões sobre a renovação, o XVI Capítulo Geral foi dividido em duas seções: a primeira em 1967 e a segunda em 1968. Por isso foi chamado de Capítulo Especial “de renovação e adaptação da Vida Religiosa ao mundo moderno.”⁶⁰ Em grande medida, a denominação de “Capítulo Especial” já demandava atitude diferente aos institutos religiosos, associando-se a uma convocação para o *aggiornamento*. Os documentos dos Capítulos Gerais são traços importantes das decisões tomadas pelos religiosos capitulares e suas decisões podem ser consideradas uma área para disputas e embates.

Os documentos do XVI Capítulo Geral (1967 e 1968)⁶¹ estão divididos em dois volumes, e constituídos de oito partes, produzidas por comissões e subcomissões provenientes da distribuição dos 155 religiosos. O primeiro volume trata de elementos considerados fundamentais para a vida religiosa Marista, ligados à vida comunitária e à espiritualidade: 1) *Espírito do Instituto*, 2) *Consagração religiosa*, 3) *Vida de oração e* 4) *Vida comunitária*. O segundo volume contém aspectos mais práticos pelo fato de

⁵⁸ “Donc combien est fautive la situation, lorsqu'un Chapitre ou un Conseil devient un moyen pour un groupe de Frères de se soustraire à l'obéissance envers le Supérieur Majeur et d'introduire la désunion.” Cf. DUFFY, Quentin. Réflexions post-capitulaires. **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXVIII, n.209, p.125-269, julho de 1969, p.126. Francês (Itália, internacional).

⁵⁹ Irmão Marista que exerceu o trabalho de Superior Geral do Instituto Marista de 1967 a 1985.

⁶⁰ “[...] de renovación y de adaptación de la vida religiosa al mundo moderno.” Cf. FLORES, José. **Síntesis Biográfica**: H. Basilio Rueda Guzmán F.M.S. Delegación Cuauhtémoc, México: Editorial Progreso, 2004.

⁶¹ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1 e v.2.

fornecer diretivas em torno do que se pretendia para o apostolado (escola e Igreja): 5) *Vida apostólica*, 6) *A formação*, 7) *As missões* e 8) *As finanças*.

O XVII Capítulo Geral (1976) contou com a participação de 145 religiosos, com a reeleição do Irmão Basílio Rueda para governar o instituto até o final de 1985, cujo intuito foi dar continuidade à renovação iniciada em 1967. Nesse período de governo – o segundo - de 1977 a 1985, analisamos os documentos: 1) *Pobreza e Justiça*, 2) *Oração-Apostolado-Comunidade*, 3) *Formação*, 4) *Irmãos Maristas Hoje* e 5) *Missões*. Dentre eles, *Pobreza e Justiça* e *Irmãos Maristas Hoje* são havidos como basilares para a proposta de renovação desse instituto, por orientar a efetivação de mudanças na formação e no apostolado. O trabalho com os pobres dependia de uma formação para essa finalidade, considerando as resistências advindas das distintas mentalidades dos Irmãos.

Por sua vez, as cartas circulares do Irmão Basílio Rueda, mesmo fornecendo uma leitura do contexto internacional da congregação, transmitiram normas e orientaram as províncias, segundo as diretrizes empreendidas durante os Capítulos Gerais; expressam o seu posicionamento e constituem um importante meio para a verificação dos encaminhamentos das decisões dos Capítulos Gerais na prática de cada província. Ao articular as prioridades do Instituto Marista, o Irmão Basílio Rueda evidenciou as principais dificuldades como condutor da renovação. Enquanto os documentos capitulares exprimem os anseios de uma representatividade de religiosos, as cartas circulares orientam a prática desses documentos, segundo o entendimento e a dinâmica empregados pelo Superior Geral.

As primeiras oito cartas circulares constituídas no decorrer de 1968⁶² ocupam-se de maneira enfática da renovação, em resposta aos documentos produzidos no XVI Capítulo Geral e ao Concílio Vaticano II. No primeiro mandato, o Irmão Basílio Rueda publicou dezoito cartas circulares, tratando de temas que se expressavam como mote para a Vida Religiosa: oração, comunidade, missão, apostolado, fidelidade e identidade. No segundo mandato, publicou seis cartas circulares, nas quais retomou as temáticas do período anterior, porém, incluiu a prática do planejamento como estratégia para efetivar a renovação das províncias. Essas cartas circulares são constituídas de

⁶² 02 janeiro de 1968 (n.1), 02 de janeiro de 1968 (n.2), 24 de fevereiro de 1968 (n.3), 02 de julho de 1968 (n.4), 15 de julho de 1968 (n.1), 12 de setembro de 1968 (n.5), 01 de novembro de 1968 (n. 5), 30 de novembro de 1968 (n. 3).

aproximadamente 120 laudas cada uma, escritas sistematicamente e ocorrendo maior produção em momentos de Capítulo Geral.

O governo do Irmão Basílio Rueda foi abundante em informações sobre o Instituto Marista, a Vida Religiosa e a Igreja. Para esse Superior Geral, a renovação consistiu em alinhar o instituto às políticas inferidas pelo Concílio Vaticano II acerca da Vida Religiosa e da educação católica. Ele empreendeu estratégias para superar a crise da Vida Religiosa e adaptar o Instituto Marista às novas exigências religiosas e sociais. No âmbito eclesial, participou do Movimento por um Mundo Melhor (MMM)⁶³, que contribuiu para que se tornasse apto – segundo os membros dessa instituição! - para conduzir os Irmãos Maristas naquele momento de transição.

Deste modo, os documentos dos Capítulos Gerais somados às orientações das cartas circulares refletiram no planejamento e organização das províncias em diversificados níveis. Cada província possuía períodos de governo de três anos. Não se trata somente de um governo administrativo, no plano da organização econômica e estrutural, pois inclui a dimensão canônica, que diz respeito à orientação da vida dos religiosos que a compõem.

Quanto à documentação da PMSP, constam as cartas circulares provinciais, planejamentos trienais, relatórios trienais, atas das Conferências dos Provinciais do Brasil (CONPROV), atas do Serviço Interprovincial Marista de Animação Vocacional (SIMAV) e atas da Equipe Marista Interprovincial de Reflexão (EMIR). Cada unidade de apostolado (colégios, escolas assistenciais, missões, editora e universidade) possui

⁶³ O MMM surgiu na Itália, em 1952, pretendeu promover a renovação pastoral da Igreja e teve como liderança o jesuíta Ricardo Lombardi que, de 1960 a 1965 promoveu “mais de 1200 cursos dados pelo movimento, envolvendo umas 5 mil pessoas, entre bispos, sacerdotes, seminaristas e leigos.” Cf. LIBÂNIO, J. B. **Igreja contemporânea: encontro com a modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.117. Esse movimento pretendia a renovação teológica e espiritual, bem como implementar processos de planejamento; no Brasil, contribuiu para a implementação do Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), que não teria obtido êxito se não tivesse sido precedido pelo movimento alguns anos. Cf. SILVA, Solange Maria. **Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970: negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II**. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Juntamente com o jesuíta Pedro Arrupe, com quem o Irmão Basílio Rueda se comunicava com frequência, crê-se que ele foi uma figura de referência para a Vida Religiosa na América Latina. Cf. ESTAÚN, Antonio Matínez. **El Hermano Basilio Rieda y su Cátedra universitária**. Delegación Cuauhtémoc, México: Editorial Progreso S.A de C. V, 2004. “Criado na Itália e adaptado no Brasil pelo padre José Martins, foi um instrumento importante para a renovação por que passava o catolicismo. Através de cursos para o clero, os religiosos, as religiosas e agentes de pastoral, em várias regiões do Brasil, uma nova linha de trabalho foi sendo difundida. Essa atualização cuidava da formação das lideranças católicas, prescindindo das estruturas tradicionais e abrindo perspectivas para uma nova forma de ação.” Cf. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. **Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.109.

um arquivo de documentos próprio, porém, o arquivo geral da PMSP constitui-se de informações dessas unidades particulares. O arcabouço documental é relativamente amplo e possui relação com a organização da PMSP (1967-1986). Tais documentos dispõem de uma estrutura de conteúdos abordados, que, de maneira geral, tratam da Igreja, da vida apostólica e da vida comunitária (comunidades, recrutamento, formação).

As cartas circulares provinciais⁶⁴ são instrumentos de acompanhamento do planejamento e aplicação dos Capítulos Gerais, além de comunicados práticos da vida da província. Evidencia-se nessa documentação o alinhamento da PMSP ao Instituto Marista. Os provinciais do Brasil, porém, admitiram a dificuldade de os religiosos repensarem os colégios e direcionarem a educação assistencial e missionária junto aos pobres⁶⁵; além da pouca ou inexistente inserção nas pastorais das igrejas locais e entre as próprias províncias do Brasil, como atestaram os provinciais: “verificamos que temos a necessidade de integrar-nos não somente como Maristas, mas também como Igreja, com as Congregações, e disto já temos exemplos em quase todas as Províncias. Entretanto nos resta muito a fazer neste setor.”⁶⁶

Os planejamentos e relatórios trienais⁶⁷ foram elaborados no início de cada governo provincial, geralmente em Assembleias e Capítulos. Esse conjunto de documentos expressa informações detalhadas e gerais da província, com a avaliação e a projeção de suas prioridades. A identidade dos Irmãos Maristas esteve atrelada à escola, e o repensar de suas estruturas foi uma constante nas avaliações e projeções em todos os planos trienais. Os conceitos de Igreja, evangelização e pastoral exprimem indícios de se restringir aos espaços internos de suas escolas, embora o discurso da PMSP tenha sido de inserção com a educação assistencial dos pobres, as missões e com as pastorais das igrejas locais.

⁶⁴ Principal ferramenta de comunicação das prioridades da PMSP, entre o Provincial e as comunidades religiosas. Foram emitidas mensalmente e enviadas para as comunidades, tendo caráter prático em suas orientações. Foram produzidas entre 10 e 12 circulares anuais, variando de seis a dez laudas cada uma. Encontram-se digitalizadas em *Portable Document Format* (1959 a 1985). “O Irmão Provincial é o Superior maior que exerce, em nome de Cristo e do instituto, uma autoridade direta sobre todos os Irmãos e obras de uma Província. Mantém a união entre os membros, coordena as atividades e administra, de acordo com a legislação da Igreja e da Congregação e as diretivas dos Superiores.” Cf. Normas do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Normas**. Recife: Tipografia Marista, 1968, p.87.

⁶⁵ “Notem, Irmãos, como há apelos insistentes para compartilhar a vida em comunidades eclesiais de base, em trabalhos junto aos mais desafortunados.” Cf. BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 14 de junho de 1976, p.17.

⁶⁶ Ata da Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **11ª reunião**, Porto Alegre, 14 de setembro de 1972.

⁶⁷ 1969-1971; 1972-1974; 1975-1977; 1978-1980; 1981-1983; 1984-1986.

As atas das Conferências dos Provinciais (CONPROV) resultaram das reuniões semestrais dos provinciais do Brasil e salientam aspectos gerais da organização das províncias, desde as regras, a organização das comunidades, a formação religiosa e profissional e o trabalho nas escolas. Na segunda metade dos anos de 1960, ficou notabilizada a preocupação com a possibilidade de os religiosos adotarem o sacramento da ordem, o uso ou não da batina, as regras para o uso do dinheiro e dos bens materiais. Nos anos de 1970, houve maior empenho das lideranças provinciais para a integração das províncias às ações pastorais da Igreja local. Por outro lado, constataram que “o impacto do Capítulo ainda não se tinha dado”⁶⁸ nas províncias. No final do decênio, destacam-se as reflexões de um documento do XVII Capítulo Geral, denominado “*Pobreza e Justiça*”, cujo intuito foi conclamar as províncias para orientar os trabalhos apostólicos efetivamente para os pobres.

A tese está dividida em cinco capítulos. No capítulo 1- “*O Irmão Basílio Rueda Guzmán: um Superior Geral para manter ‘aqueles no rumo e bússola’ (1967-1985)*”, busca-se compreender o papel exercido pelo Irmão Basílio Rueda na condução da renovação do Instituto Marista, considerando seus primeiros escritos no final dos anos de 1960 e as narrativas elaboradas acerca dele. A esse Superior Geral, foi atribuída uma série de qualidades que o credenciaram para a posição que ocupou, sobretudo pela disposição que teria para dialogar com a modernidade sem eximir-se da tradição.

No capítulo 2- “*O aggiornamento do Instituto Marista (1967-1976): a adaptação de um passado para o presente*”, abordamos a recepção do Concílio Vaticano II no Instituto Marista, com a análise das diretrizes de renovação que foram formuladas no XVI Capítulo Geral (1967-1968) para todas as províncias. A hermenêutica que esse instituto elaborou dos documentos conciliares estabeleceu os pobres como sujeitos prioritários do trabalho apostólico.

No capítulo 3 – “*O aggiornamento do Instituto Marista (1977-1985): ‘tudo seja orientado para a pobreza’*”, analisamos a recepção do Concílio Vaticano II no Instituto Marista com amparo nas diretrizes de renovação formuladas no XVII Capítulo Geral (1976). Ainda que os pobres já constituíssem as pautas dos documentos desse instituto desde 1967, foi com início em 1976 que as províncias foram pressionadas para renovar o trabalho apostólico e as comunidades religiosas por meio da inserção progressiva dos Irmãos entre os pobres, nas missões e nas pastorais eclesiais.

⁶⁸ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **15ª reunião**, Mendes-RJ, 29 de setembro de 1975, p.52.

O capítulo 4 – “*A recepção do Concílio Vaticano II na PMSP (1967-1977)*”, discute as estratégias adotadas pela PMSP para responder às exigências de renovação do Instituto Marista e da Igreja Católica, considerando as tensões e conflitos advindos da relação com a modernidade e a difícil conciliação das mentalidades dos religiosos na esteira desse processo.

No capítulo 5 – “*A recepção do Concílio Vaticano II na PMSP (1978-1986)*”, tratamos da recepção do concílio pela PMSP. As comunidades religiosas, o recrutamento de vocações, as casas de formação e os colégios foram tencionados pela proposta de renovação das lideranças do Instituto Marista, que interferiu na identidade desses religiosos. O ritmo de renovação dessa província nem sempre esteve em consonância com as decisões estabelecidas no XVII Capítulo Geral. Assim, foi necessário ponderar duas propostas de renovação, com a adaptação às necessidades dos religiosos como estratégia para a sobrevivência da PMSP.

2 O IRMÃO BASÍLIO RUEDA GUZMÁN: UM SUPERIOR GERAL PARA MANTER “AQUELES NO RUMO E BÚSSOLA”

Em 1967 encontrava-me em Roma, poucos dias antes da celebração do XVI Capítulo General, chamado, por sua importância, de renovação. Por sua envergadura duraria dois anos. Nessa altura eu falava com um Irmão Assistente Geral, que tinha sido meu superior em épocas anteriores, e que tinha todas as possibilidades para ser eleito Superior Geral. Dizia-lhe que a sua eleição era quase segura. Recordo que me disse com grande simplicidade marista e com profundidade profética: “Não, Aure, tu me conheces. Tenho capacidade para governar. Mas, para isso tenho que ter pontos de referência seguros. Ter, por exemplo, caminhos abertos por onde possa fazer avançar com força o comboio. Nestes momentos tão difíceis que vive a Igreja do post-concílio, precisamos de um homem que saiba viajar no mar agitado das idéias e conduza o barco a porto seguro sem ter mapas claros de navegação, sem pontos de referência inamovíveis.” Depois da eleição, este clarividente Irmão, apresentava a todos os habitantes da Casa Generalícia, o novo Superior Geral: o “petit mexicain”, nosso Basílio Rueda.⁶⁹

Este diálogo indica que a eleição do novo Superior Geral levou em consideração o critério da experiência prévia com a renovação e contrariou a lógica sucessória que comumente ocorria com a escolha de um Irmão Marista que estivesse exercendo funções de liderança junto ao governo geral, como provincial ou diretor de um colégio de referência. Em um tempo de incertezas, era necessário eleger um religioso que conduzisse o *aggiornamento* dos Irmãos Maristas com o mínimo de segurança para evitar a dispersão e a divisão. O Irmão Basílio Rueda Guzmán (1924-1996) foi considerado pelo Instituto Marista um dos principais superiores gerais, por ter exercido a função em um período considerado pela Igreja Católica bastante conturbado na seara social e religiosa, de 1967 a 1985. Os distintos trabalhos que realizou em seu instituto e na Igreja indicam ter sido um religioso com capacidade para atualizar os Irmãos Maristas, seguindo o que solicitou o Concílio Vaticano II à Vida Religiosa. Para esse religioso, a atualização esteve associada à capacidade de o Instituto Marista reelaborar a leitura do carisma e dialogar com a modernidade. Segundo Jacques Le Goff, “a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado”⁷⁰ e exprime seus paradoxos quando o antigo e o moderno estabelecem relações conflituosas e até

⁶⁹ BRAMBILA, Aureliano. O Irmão Basílio Rueda e o seu pensamento sobre a obediência religiosa. **FMS Cadernos Maristas**, Roma, n. 22, Ano XVII, p.23-46, dez. 2005, p.23-24.

⁷⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.169.

mesmo contraditórias, com o retorno ou a recusa do passado histórico. Esse paradoxo sucedeu no Instituto Marista e a sua atualização esteve associada, em grande medida, ao menos no primeiro momento, à mudança de mentalidade dos religiosos com a “tomada de consciência da modernidade.”⁷¹ Por sua vez, a mudança de mentalidade e o diálogo com a modernidade não constituiu o horizonte de todos os religiosos na esteira da atualização. Este capítulo não quer se ocupar da elaboração biográfica do Irmão Basílio Rueda, mas compreender o papel exercido por ele como Superior Geral na qualidade de condutor da renovação do Instituto Marista no contexto internacional.

Além das cartas circulares que o Irmão Basílio Rueda escreveu, há uma quantidade significativa de escritos sobre ele.⁷² Esse religioso indicou o Concílio Vaticano II como referência para atualizar o Instituto Marista, cuja finalidade foi “responder ao apelo que a Igreja nos fez pelo Concílio, procurando em nossas origens e nos sinais dos tempos o *aggiornamento* a ser feito no nosso instituto.”⁷³ Uma adaptação às condições contemporâneas dependia da cooperação dos religiosos e essa expectativa por uma renovação nos permite pensar que o Irmão Basílio Rueda não a conduziu sem

⁷¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.196.

⁷² O site *champagnat.org* disponibiliza grande parte dos trabalhos de cunho biográfico sobre o Irmão Basílio Rueda Guzmán. Em língua portuguesa, dez livros. Em francês e espanhol, 13 livros. Podemos mencionar que são obras que chamam atenção pelos títulos, mas também pela tentativa de constituir a trajetória desse Irmão Marista, evidenciando suas qualidades e colocando-o no patamar de santidade. **Em português:** Ir. Basílio Rueda Guzmán: foi nosso Irmão (2006); Ir. Basilio Rueda: A graça, Deus, Jesus, o Espírito Santo. Cadernos sobre Basílio Rueda 1 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: A Virgem Maria, Marcelino Champagnat, a Igreja. Cadernos sobre Basílio Rueda 2 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: O universo da oração. Cadernos sobre Basílio Rueda 3 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: O amor e a sabedoria. Cadernos sobre Basílio Rueda 4 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: A pobreza, o celibato, a obediência, um santo? Cadernos sobre Basílio Rueda 5 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: A inteligência e o trabalho. Cadernos sobre Basílio Rueda 6 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: O líder e o irmão, que homem? Que santo? Cadernos sobre Basílio Rueda 7 (Giovanni Bigotto, 2006); Ir. Basilio Rueda: A Palavra de Deus. Cadernos sobre Basílio Rueda 8 (Giovanni Bigotto, 2006); Esboço sobre as virtudes do Ir. Basilio Rueda Guzman (José Flores, 2005). **Francês e espanhol:** Fr. Basilio Rueda: La foi. Cahiers sur Fr. Basilio 9 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: L'Espérance. Cahiers sur Fr. Basilio 10 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: La prudence. Cahiers sur Fr. Basilio 11 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: La justice. Cahiers sur Fr. Basilio 12 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: Journal personnel et notes spirituelles. Cahiers sur Fr. Basilio 13 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: Jesus dans la vie du Fr. Basilio ou brûler ma vie pour le Christ. Cahiers sur Fr. Basilio 14 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: au Monde Meilleur et à l'Escorial. Cahiers sur Fr. Basilio 15 (Giovanni Bigotto, 2006); Fr. Basilio Rueda: au Monde Meilleur et à l'Escorial. Cahiers sur Fr. Basilio 16 (Giovanni Bigotto, 2006); H. Basilio Rueda: Jesús en la vida del Hno. Basilio o Quemar la vida por Cristo. Cuadernos sobre el H. Basilio 14 (Giovanni Bigotto, 2006); H. Basilio Rueda: Basilio e Mundo Mejor. Cuadernos sobre el H. Basilio 15 (Giovanni Bigotto, 2006); H. Basilio Rueda Guzmán: Síntesis Biográfica (José Flores, 2005); Biografía del hermano Basilio Rueda Guzmán (José Flores, 2004); H. Basilio, Superior General de los Hermanitos de María: Palabras durante el funerals (Aureliano Brambila, 22/01/1996); El Hermano Basilio Rueda y su Cátedra universitaria (Antonio Matévez Estaún, 2004). Estes livros estão em pdf. Disponível em: <http://champagnat.org/530.php?p=179&b=Basilio> Acesso em: 29 de abril de 2018.

⁷³ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma de 02 de janeiro de 1968, n.2, p.70.

avaliar a trajetória da Vida Religiosa na Igreja, que, para ele, requereria mudanças nas estruturas internas e externas.

O Decreto *Perfectae Caritatis*⁷⁴ (1965) instruiu os institutos religiosos para atualizar os seus membros. Historicamente, de tempos em tempos, todas as Ordens e Congregações efetuaram mudanças de acordo com as necessidades práticas. Esse documento conciliar, portando, se vincula às preocupações mais amplas da Igreja Católica e a sua relação com o mundo moderno na segunda metade do século XX. O mencionado Decreto propunha a inserção dos religiosos transpondo seus espaços internos conventuais e de apostolado; maior aproximação das realidades sociais, econômicas, políticas e religiosas, adequando os costumes e práticas às exigências das distintas culturas e a revisão dos trabalhos apostólicos que tradicionalmente cada instituto desenvolvia. Embora as orientações desse documento sejam amplas em função de seu propósito de atender a uma diversidade de institutos no interior da Igreja Católica, suas discussões estão concatenadas aos demais documentos produzidos pelo Concílio Vaticano II, com o objetivo de conduzir o catolicismo ao *aggiornamento*. Os religiosos e as religiosas foram convocados para avaliar o apostolado, a formação inicial de membros, o recrutamento de vocações, a vida em comum, a vivência dos votos de consagração, os aspectos jurídicos e práticos das regras de vida, o uso do hábito e a possibilidade de ordenação sacerdotal nos institutos de Irmãos.

As discussões sobre a renovação da Vida Religiosa interferiram no Instituto Marista de maneira intensa no período em que o Irmão Basílio Rueda foi Superior Geral. Esse religioso propôs o diálogo com a sociedade moderna e exigiu das províncias a avaliação dos trabalhos que desenvolviam com a educação nos colégios para dar início à atualização, que, para ele, só ocorreria com o aumento gradativo de Irmãos trabalhando com os pobres, nas missões e com as pastorais das Igrejas locais. “O Concílio convida-nos a descarregar do que é antiquado e inútil às estruturas da vida religiosa e a adaptá-las acertadamente às condições dos religiosos de hoje e às exigências do apostolado atual.”⁷⁵

O Irmão Basílio Rueda nasceu em Acatlán de Juárez (Estado de Jalisco, México) em 14 de outubro de 1924, e em 1942 iniciou a formação religiosa para se tornar Irmão

⁷⁴ “Prolongue-se de maneira conveniente e em casas apropriadas a sua formação religiosa e apostólica, doutrinária e técnica, com a obtenção dos títulos convenientes.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.500.

⁷⁵ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 06 de junho de 1970, p.259.

Marista; em 1944 emitiu os votos de consagração (pobreza, castidade e obediência). Desde 1947, trabalhou com grupos de Ação Católica (AC), com catequese em bairros populares e movimento de *Cursillos de Cristiandad*⁷⁶, em Querétaro, México.

Recentemente, o Instituto Marista deu início à causa de beatificação do Irmão Basílio Rueda, conforme uma notícia institucional de 28 de abril de 2016. A matéria evidencia o fato de que as autoridades do Governo Geral estiveram em Roma para entregar os documentos necessários ao processo.⁷⁷ Sua trajetória em uma congregação de religiosos-educadores teria sido marcada por preocupações eclesiais mais amplas, pois não se restringiu ao trabalho com as escolas maristas e, assim, concebia um perfil de Vida Religiosa. Durante parte de sua vida, trabalhou como formador de aspirantes à vida religiosa Marista e auxiliou a renovação de outros institutos nos períodos pré e pós-conciliar. Exerceu, no entanto, a função de professor na educação básica e superior, de 1947 a 1961. De 1961 a 1965 esteve ausente da província à qual pertencia, para trabalhar com o MMM, onde ministrou cursos para a atualização do clero e da Vida Religiosa na América Latina - Colômbia, Venezuela, Chile e principalmente no Equador, onde ficou responsável pelo MMM, de 1963 a 1965. Esse trabalho com os cursos de atualização indica que o Irmão Basílio Rueda acompanhava as discussões da

⁷⁶ O *Movimiento de Cursillos de Cristiandad* (MCC) surgiu nos anos de 1940, na Espanha, por meio da Ação Católica (AC) e teve por objetivo renovar a vida cristã por via de cursos e vivências religiosas. Os valores cristãos deveriam ser vividos e socializados na sociedade, por isso, uma das estratégias foi a criação de núcleos para fomentar tais valores: “não limitava-se apenas aos cursos, mas importava-se principalmente com a vida que o cursilista levaria depois dos três dias de Cursilho ou, em sua linguagem, como os cristãos viveriam o quarto dia. Assim, o MCC organizou-se de modo que pudesse acompanhar o cristão desde a preparação para o Cursilho, durante o curso e depois dele. Essas três etapas juntas constituem o método, e explicam com mais facilidade os meios cursilistas de se viver o fundamental cristão.” Cf. GOMES, Sara Cristina de Souza. **A Cristiandade De Cores: A Igreja Católica e o Movimento de Cursillos de Cristiandade durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1980)** - 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009, p.18.

⁷⁷ De acordo com o site do Instituto Marista, no dia 5 de junho de 2002, o Conselho Geral decidiu a abertura da causa do Irmão Basílio Rueda, que é narrado pelo Irmão Giovanni Maria Bigotto como modelo de santidade: “Esta causa do Irmão Basílio Rueda é valiosa para a vida consagrada, reconforta o coração, mas também é preciosa para todo o subcontinente Latino-americano. Os cristãos deste continente encontram em Basílio o modelo de um homem dinâmico, inteligente, humano, apaixonado e aberto às últimas descobertas da ciência, íntegro na sua doação a Deus, à Igreja e ao homem.” Cf. Disponível em: <https://champagnat.org/pt/publicacoes/irmao-basilio-rueda/> Acesso em: 29 de março de 2018. Em 28 janeiro de 2020, o Irmão Antonio Martínez Estaún, Postulador Geral do Instituto Marista, relata que, após a Congregação das Causas dos Santos ter concluído o processo na diocese de Guadalajara, será iniciado o processo romano, “cuyo primer paso consistirá en el nombramiento de un Relator de la causa y la entrega al Postulador de los volúmenes de la Copia Pública de las actas del tribunal de Guadalajara (México) para que se pueda proceder a la elaboración de la Positio que demuestre la santidad de vida y virtudes así como la fama de santidad del hermano Basilio.” Cf. Disponível em: <https://champagnat.org/es/Inicio-del-proceso-de-la-causa-del-h-basilio-rueda-en-el-vaticano/> Acesso em: 04 de fevereiro de 2020.

da Vida Religiosa e da Igreja Católica naquele período e, certamente, constituiu um critério empregado pelos Irmãos Maristas para elegê-lo Superior Geral (Figura 4).

Figura 4- Encontro do Irmão Basílio Rueda Guzmán com o Papa João Paulo II (1920-2005).



Fonte: FLORES, José. **Hermano Basilio Rueda Guzmán: quemar la vida como un círio encendido por ambos cabos.** Cuauhtémoc, Cidade do México, México: Editorial Progreso, 1997, p.45.

Nos períodos de 1966-1967 e 1986-1996, trabalhou com a formação religiosa inicial e continuada, desde aspirantes até a formação permanente, alternando somente com seus dois mandatos de Superior Geral, de 1967 a 1985. Ele foi o primeiro Irmão não europeu a ser eleito para governar o Instituto Marista. Significou uma trajetória pessoal, que indica, por um lado, o afastamento do contato direto com a escola, em 1961, e, de outra parte, o trabalho com a atualização da Vida Religiosa. Essa experiência de cunho eclesial e interinstitucional marcou as escolhas e direcionamentos promovidos por ele no Instituto Marista. Além disso, com o MMM, já desenvolvia trabalhos com a renovação da Vida Religiosa antes do Concílio Vaticano II.

O título do livro de José Flores nos remete ao modo como ele vê a trajetória do Superior Geral: “*Hermano Basilio Rueda Guzmán: quemar la vida como un círio encendido por ambos cabos.*”⁷⁸ Um religioso que teria empregado tempo e esforços sem restrições e consumido a vida em prol da renovação do Instituto Marista e da Igreja.

⁷⁸ “Irmão Basilio Rueda Guzmán: quemar a vida como uma vela acesa pelos dois lados.” Cf. FLORES, José. **Hermano Basilio Rueda Guzmán: quemar la vida como un círio encendido por ambos cabos.** Cuauhtémoc, Cidade do México, México: Editorial Progreso, 1997.

Acima de tudo, uma narrativa que estabeleceu elementos de santidade a esse Superior Geral. Deve-se levar em conta a noção de que, tradicionalmente, a produção historiográfica das igrejas cristãs ficava sob a incumbência de religiosos, portanto, há de se considerar “a leitura providencialista de história, expressa através do relato biográfico das principais lideranças religiosas das instituições eclesiais cristãs, numa perspectiva heroizante, e por vezes quase hagiográfica.”⁷⁹

Além de uma narrativa que atribuiu em muitos momentos elementos de santidade ao Irmão Basílio Rueda, é preciso ponderar os condicionantes sociais e religiosos daquele período, sobretudo a instabilidade da Vida Religiosa ante as exigências de atualização fomentadas com o Concílio Vaticano II. O conceito de santidade implica a separação e, ao mesmo tempo, a proximidade da condição humana. Segundo André Vauchez, o papel do santo é de um sujeito integrador e a santidade a ele atribuída é o reflexo da sua experiência interior e da função que determinada sociedade exerceu sobre as suas representações.⁸⁰

Considerando as reflexões dos historiadores e cientistas sociais sobre a concepção de santidade, as representações dos santos devem ser compreendidas em seus contextos. Para Maria de Lourdes dos Santos, a santidade cristã implica uma condição de privilégio, que envolve a predestinação e o mérito, cujo santo reconhece ser eleito por Deus e possui o livre arbítrio para a prática de atos que remetem a uma relação de identificação com a vontade divina. Na Igreja Católica Romana, novos modelos de santidade foram constituídos quando os contextos sociais, políticos e econômicos passaram por sensíveis mudanças, embora, possam ser “encontrados modelos de santidade que se repetem, ou seja, perfis de santos característicos de um contexto, que persistem ou são retomados em outro.”⁸¹ Na trajetória do catolicismo com a constituição da santidade, historicamente surgiram modelos, outros desapareceram ou foram reformulados. Desde o século XVIII a Igreja estipulou a figura do santo mais próximo do cotidiano dos fiéis com a finalidade de estabelecer laços de identificação.

Segundo Ronaldo Amaral, a santidade indica o reconhecimento de um personagem exemplar, pois “o santo hagiografado importaria menos em si do que como

⁷⁹ BUARQUE, Virgínia A. Castro. A especificidade do religioso: um diálogo entre historiografia e teologia. **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 53-64, jul. 2008, p.58.

⁸⁰ VAUCHEZ, André. Santidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional; Mythos/Logos, v. 12, 1987.

⁸¹ SANTOS, Maria de Lourdes dos. As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de “ser santo”. **Estudos Históricos**. Franca, v. 7, n. 1, p. 27-39, 2000, p.33.

portador e disseminador de uma profissão religiosa ideal.”⁸² Nesse sentido, as características e atributos do Irmão Basílio Rueda remetem à necessidade de uma liderança com capacidade para conduzir o Instituto Marista por caminhos de renovação, em um momento de dúvidas, indefinições e reformulação dos ideais de formação religiosa. Constatamos, nos próprios títulos dos livros sobre o Irmão Basílio Rueda, elementos que trazem à tona suas características pessoais, mas, sobretudo o que Michel de Certeau elenca como “traços de verdadeira santidade”⁸³ e que faz com que a narrativa destes livros seja similar à hagiografia. Os traços que o caracterizaram como religioso, o discurso das virtudes, certamente, se relacionam com a necessidade de tal perfil para conduzir a congregação. Segundo Michel de Certeau, no estudo da dimensão religiosa deve permanecer a inquietação do historiador sobre o que o aspecto religioso mostra de indícios das coletividades sociais e individuais da prática espiritual; tais indícios fornecem elementos para se compreender como as narrativas constituem representações da sociedade. Esse modelo de narrativa evidencia a naturalização dos “traços” de santidade no Irmão Basílio Rueda, que, em grande medida, contribuiu para o reconhecimento de sua liderança e minimizar determinados problemas relativos ao *aggiornamento* do Instituto Marista.

É possível que estas minhas palavras causem espanto em alguns. Podeis estar certos de que as digo com amor ao passado, porém, ao mesmo tempo com realismo. Foi o Concílio quem nos mandou rever todos os nossos livros oficiais de caráter normativo ou definitório. Se o Concílio o ordenou, por algum motivo foi.⁸⁴

Esse relato de exortação, que estabelece o Concílio Vaticano II como um marco para a renovação desse instituto, foi uma constante nos escritos do Irmão Basílio Rueda. A relevância atribuída a esse Superior Geral é constatada nas representações constituídas por uma variedade de adjetivos que o situam como arquétipo da Vida Religiosa. Alguns historiadores da congregação cooperaram para evidenciar essa imagem do Irmão Basílio Rueda.⁸⁵ Interessante é notar que o Irmão Aureliano Brambila o intitulou de “Irmão Marista da Educação” com a finalidade de assegurar a identidade dos religiosos-educadores com a permanência do trabalho nas escolas da congregação e

⁸² AMARAL, Ronaldo. **A santidade habita o deserto**: a hagiografia à luz do imaginário social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

⁸³ CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p.301.

⁸⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, p.343.

⁸⁵ Destacamos os Irmãos Maristas: Aureliano Brambila, Alain Delorme, Giovanni Bigotto e Paul Sester.

cogitar outras áreas de atuação, mas, sobretudo, para ampliar a sua credibilidade e aceitação. Ele o faz utilizando uma narrativa saudosista, sustentada em aspectos hagiográficos, ressaltando que o Irmão Basílio Rueda teria nascido e se preparado ao longo da vida para governar e renovar a congregação. Pelo fato de estar ausente do Instituto Marista, de 1961 a 1965, havia dúvidas se realmente o Irmão Basílio Rueda conseguiria governar a congregação. Essa memória contribuiu para qualificá-lo e justificar ser ele o religioso certo para o momento, embora seja necessário considerar que os próprios religiosos tiveram dúvidas no ato de sua eleição. Chamá-lo de “Irmão Marista da Educação” é considerado estratégico, visto que esse religioso havia se distanciado dos trabalhos educacionais. Por outro lado, a sua eleição decorre, em grande medida, das experiências que teve com a renovação da Vida Religiosa na América Latina.

Sim, Basílio comovido até o mais profundo de seu ser começava a missão de sua vida, aquela para a qual havia nascido: conduzir a embarcação de Champagnat durante dezoito longos e cruciais anos de sua história, em um mar agitado e turbulento. Seu pedido de orações não era retórica, nem emoção do momento: estava em verdade vivendo seu próprio Getsêmani.⁸⁶

De fato, esse Superior Geral é retratado como um divisor de águas, uma referência para o Instituto Marista e seus sucessores; aquele que teria empregado balizas seguras para o porvir da congregação, conciliando a tradição com a modernidade. Por “balizas seguras” entende-se levar a cabo a atualização da Vida Religiosa instaurada pelo Vaticano II, porém, sem desconsiderar o retorno às origens como fundamento para o presente histórico. O Irmão Aureliano Brambila dispõe, no entanto, de elementos que denotam um período difícil vivido pelo Instituto Marista, referente aos anos que se sucederam ao Vaticano II. Ao ser eleito para dirigir a congregação, o Irmão Basílio Rueda carregou o ônus da dúvida, da crise diante de situações de conflitos, da possibilidade de desmoronamento institucional, sobretudo em função das muitas saídas de religiosos nos primeiros nove anos de seu governo.

Os dois períodos de seu governo (1967-1976; 1977-1985) são entendidos com base em um retorno às origens para compor um horizonte de expectativa que foi descrito pelo Irmão Aureliano Brambila (e também por José Flores) numa perspectiva profética sobre aquele que teria doado a vida pelo instituto: “Queimar a vida!”. Acima

⁸⁶ BRAMBILA, Aureliano. Basílio Rueda Guzmán, Irmão Marista da Educação. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XVI, n.34, p.87-96, maio 2016, p.91.

de tudo, o Irmão Basílio Rueda é apresentado como modelo de Superior Geral; aquele que conseguiu dar uma guinada institucional, conjugando a tradição e a modernidade. É preciso considerar os pressupostos do Irmão Aureliano Brambila, de que a vida religiosa Marista e a Igreja estariam em crise, após o Vaticano II, destacadamente em função das inúmeras saídas de religiosos, a diminuição das entradas de vocações e a alteração do trabalho apostólico tensionada pelas exigências de renovação; por isso, o Irmão Basílio Rueda é indicado como referência; aquele que cumpriu a missão pessoal e institucional sem que a congregação perdesse a sua identidade vinculada às experiências do fundador, no século XIX:

Dezoito anos de navegação sem ponto fixo de referência, conduzindo o barquinho marista com mão amorosa no timão e os olhos na estrela da manhã, infladas as velas da fidelidade com o sopro do Espírito e a mística genuína de Marcelino, e preservando. Havia cumprido a missão de sua vida.⁸⁷

As expressões: “conduzindo”, “estrela da manhã”, “velas da fidelidade”, “preservando” cooperam para instituir o Irmão Basílio Rueda como referência diante dos problemas de saídas de religiosos, da baixa qualidade das relações de fraternidade das comunidades religiosas, de dúvidas sobre a permanência ou não no apostolado tradicional com as escolas, da crescente ausência de Irmãos ministrando aulas e a catequese nas escolas e paróquias e do pouco ou inexistente trabalho com os pobres e com as pastorais das igrejas locais. É preciso considerar que muitos problemas mensurados por esse Superior Geral já faziam parte das pautas da congregação antes do XVI Capítulo Geral, como, num exemplo, a possibilidade de ordenação presbiteral dos Irmãos Maristas, a supressão do hábito religioso, a diminuição das entradas de vocações.

A manutenção da unidade dos Maristas não foi totalmente bem-sucedida por esse Superior Geral. O Irmão Alain Delorme, que, de 1967 a 1976 participava das reuniões de assistentes gerais, escreveu sobre a composição das cartas circulares do Irmão Basílio Rueda, recorrendo à memória do Irmão Gabriel Michel, que as traduzia do idioma espanhol para o francês e foi secretário do governo geral neste mesmo período. Esses dois religiosos relataram que existiam forças opostas entre os participantes do XVI Capítulo Geral (1967-1968). “Há dois perigos: anquilosar-se ou tornar-se vítima de revoluções internas, como resultado das forças opositoras providas

⁸⁷ BRAMBILA, Aureliano. Basílio Rueda Guzmán, Irmão Marista da Educação. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XVI, n.34, p.87-96, maio 2016, p.95.

dos jovens.”⁸⁸ Tudo indica que não foi tranquilo para o Irmão Basílio Rueda intervir nos interesses e decisões em torno do apostolado e da vida comunitária, sobretudo o problema da obediência entre as distintas gerações de Irmãos: seja dos mais velhos que tendiam a frear os processos de atualização, ou dos mais jovens, caracterizados pelo desejo de renovação, e que necessitavam de certos “limites” para que houvesse um denominador comum entre ambos. Os religiosos formados antes da renovação dos institutos pautavam a obediência religiosa no seguimento rígido da regra, dos horários, dos rituais e dos superiores a quem se atribuía a presença de Deus encarnada em um religioso, visto que “é exatamente a sacralização da obediência que permite a manutenção da estrutura rígida da VR tradicional.”⁸⁹ Já a formação das gerações com interferência da renovação se caracterizou por uma relação de obediência mais horizontal entre os religiosos, os horários e as atividades foram flexibilizados, as regras adaptadas e priorizaram-se as relações interpessoais. Por sua vez, o choque de gerações entre os Irmãos Maristas é observado por um prolongado espaço temporal, visto que as rupturas não ocorrem no ritmo dos documentos; a oficialização da renovação não assegura a mudança das mentalidades. Compreendemos por mentalidades as atitudes e comportamentos que integram a estrutura do pensamento individual e coletivo das distintas gerações de sujeitos como características advindas do processo formativo, da cultura e dos valores compartilhados. Entre os religiosos, tais mentalidades divergiam do ponto de vista das concepções teológica e pastoral, dificultando a harmonia entre as gerações: “é preciso compreender que haja mentalidades e situações diversas das suas próprias, dar-lhes uma feição mais eclesial e mais universal, sem desprezá-las nem repudiá-las.”⁹⁰

Em diversos momentos, esse Superior Geral relatou que o exercício de autoridade foi um dos maiores problemas para a Vida Religiosa daquele período, em função da dificuldade que teve para agregar os religiosos em torno das decisões de renovação. Por mais que os documentos da congregação exigissem a renovação, não significa que tenha ocorrido em todas as províncias e de maneira homogênea. Embora determinasse a descentralização como pauta de seu governo para que as autoridades regionais (províncias e distritos) gozassem de menos dependência do governo geral,

⁸⁸ DELORME, Alain. Circulares do Irmão Basílio Rueda: circunstâncias da sua composição pelo Irmão Gabriel Michel. **Cadernos Maristas FMS**, Roma, ano XXI, n. 29, p.101-128, maio de 2011, p.104.

⁸⁹ NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.45.

⁹⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, de 24 de fevereiro de 1968, n.3, p.142.

ênfatiou uma “descentralização vigiada”⁹¹, em que a vontade das pessoas deveria sujeitar-se às prioridades do instituto, o que denota a existência de problemas para unir as mentalidades dos religiosos. Essa descentralização associa-se à distribuição hierárquica dos poderes para que as autoridades das províncias e distritos pudessem adaptar as leis e regras do governo geral para a organização e o cumprimento das atividades no nível regional da congregação. Ainda que esse Superior Geral tenha almejado a democratização dos poderes em seu governo, tornou-se laborioso agregar os Irmãos em torno dos objetivos dos Capítulos Gerais, já que a renovação esteve assentada na obediência às prescrições do Concílio Vaticano II.⁹²

Do ponto de vista do Irmão Alain Delorme, mesmo o instituto estando em crise, o Irmão Basílio Rueda teria fornecido o equilíbrio necessário para garantir a renovação: “Em nove anos, não sei se o vi uma única vez manifestar desânimo, irritação ou variação notável de serenidade.”⁹³ Essa representação se contrapunha à atitude austera em muitos momentos encontrada nas cartas circulares, seja quando o Irmão Basílio Rueda criticou o estilo de vida luxuoso que existia entre os Irmãos ou até mesmo o excesso de individualismo que não contribuía com a fraternidade das comunidades e com o recrutamento de novas vocações. Na primeira carta circular, esse religioso mencionou que havia divergências claras entre os Irmãos capitulares acerca do trabalho nas escolas; dos que desejavam permanecer somente com a educação escolar e os que pretendiam arriscar-se com outro tipo de trabalho, incluindo atividades ligadas aos pobres e às paróquias: “Existiam claríssimas, enérgicas, tenazes e polêmicas sobre temas genéricos e até sobre pontos concretos.”⁹⁴

Em um número especial do boletim *FMS Mensagem*⁹⁵, publicado quatro meses após o falecimento do Irmão Basílio Rueda, constam testemunhos diversos sobre esse Superior Geral, provenientes de pessoas de sua convivência. O Irmão Quentin Duffy, que foi conselheiro geral (1967-1976) e vigário geral (1977-1985), ressalta uma memória positiva do Irmão Basílio Rueda ao mencioná-lo como sujeito “inédito”

⁹¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.2, p.141.

⁹² “É obedecendo às leis da aeronáutica que o avião ou o helicóptero se tornam livres para voarem.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, de 24 de fevereiro de 1968, n.3, p.141.

⁹³ DELORME, Alain. Circulares do Irmão Basílio Rueda: circunstâncias da sua composição pelo Irmão Gabriel Michel. **Cadernos Maristas FMS**, Roma, ano XXI, n. 29, p.101-128, maio de 2011, p.111.

⁹⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.24.

⁹⁵ Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino. **FMS Mensagem**, n.19, maio de 1996.

(“*C’est l’inédit*”) por ter sido eleito sem antes ter assumido cargos de referência como diretor de colégio ou mesmo atuado como provincial: “passar vários anos trabalhando fora do instituto, no Movimento por um Mundo Melhor. Para muitos, esse fato já era suficiente para pôr um ponto de interrogação ao lado do nome.”⁹⁶ E essa dúvida se relaciona ao período em que esteve fora da província Marista e distante da educação. Ao mesmo tempo, o instituto esperava uma liderança que estivesse atualizada e vivendo experiências próximas ao Governo Geral para dar continuidade aos processos sem promover demasiadas mudanças. A reeleição do Irmão Basílio Rueda também não foi unânime entre os Irmãos participantes do XVII Capítulo Geral, conforme foi evidenciado: “Alguém disse que havia sido um equívoco. Nem todos compartilhavam a mesma fé, o mesmo sentido do discernimento, a mesma capacidade de trabalho.”⁹⁷ Essa falta de unanimidade entre os religiosos decorre do fato de esse Superior Geral ter desenvolvido um perfil de Vida Religiosa marcadamente eclesial e, como vimos anteriormente, menos voltado para a educação.

O Irmão Charles Howard, que foi conselheiro geral (1977-1985) e eleito para governar a congregação em 1985, destacou que o Irmão Basílio Rueda se manteve confiante em relação aos problemas da congregação. Não sem ter experimentado, porém, duas situações que o aborreceram: as muitas saídas de religiosos e a dificuldade para convencer o instituto sobre a renovação. Houve resistência permanente de algumas províncias para seguir as suas recomendações, “houve também muita frustração e sofrimento para bastantes pessoas [...] inevitavelmente, durante esses anos houve momentos de tensão, de sofrimento, de desenganos.”⁹⁸ Além disso, ocorreram divergências entre as províncias e o Governo Geral acerca das reformas que deveriam ser discutidas e efetivadas nos Capítulos Provinciais.⁹⁹

⁹⁶ DUFFY, Quentin. Superior Geral, 1967-1985. In: Basílio Rueda Guzmán, FMS (1924-1996). **FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino**, Zaragoza-Espanha, n.19, maio, 1996, p.27.

⁹⁷ DUFFY, Quentin. Superior Geral, 1967-1985. In: Basílio Rueda Guzmán, FMS (1924-1996). **FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino**, Zaragoza-Espanha, n.19, maio, 1996, p.27.

⁹⁸ HOWARD, Charles. Basílio Rueda, Superior Geral. In: Basílio Rueda Guzmán, FMS (1924-1996). **FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino**, Zaragoza-Espanha, n.19, maio, 1996, p.24-25.

⁹⁹ O Capítulo Provincial ocorre em cada província quando da eleição do Irmão Provincial. O Conselho Provincial organiza a eleição dos membros do Capítulo Provincial e o Irmão Provincial que finaliza o mandato convoca o Capítulo seguinte. “O Capítulo Provincial é uma assembléia de Irmãos eleitos e de membros de direito que representam a Província ou Vice-Província. Esta Assembléia tem um poder deliberativo nos casos previstos pelas Normas; nos outros casos, é consultiva.” Cf. **Normas do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria**, XVI Capítulo Geral, Recife-PE, 1967, p.84.

As três primeiras circulares foram uma espécie de apresentação pessoal do Irmão Basílio Rueda, que explicitou como pretendia conduzir o Instituto Marista e as impressões que teve sobre a primeira sessão do XVI Capítulo Geral.¹⁰⁰ Com recomendações enfáticas, delineou aspectos doutrinários e pastorais relacionados ao Concílio Vaticano II. As decisões do XVI Capítulo Geral entraram em vigor a partir de dezembro de 1968, levando em consideração que “a verdadeira batalha se dará sobretudo em nível provincial.”¹⁰¹ Ou seja, a responsabilidade pela atualização prática ficou sob a incumbência das províncias e distritos.

No que diz respeito aos participantes do XVI Capítulo Geral, o próprio Irmão Basílio Rueda identificou “conservadores ou tradicionalistas, de um lado, reformadores ou adaptadores de outro.”¹⁰² Isso denota que o Capítulo foi permeado de adversidades; houve confronto de ideias entre as gerações; dificuldade para conduzir as discussões e decisões na Assembleia capitular. Entre as principais correntes que atuaram em oposição, mencionamos: 1) inclinação espiritualista e sobrenatural dos temas - caracterizava-se pela piedade tradicional contraposta à valorização da dimensão psicológica e humana;¹⁰³ entre uma geração de religiosos que obteve a formação antes do Concílio Vaticano II e necessitou atualizar-se, e as gerações posteriores a esse evento, que, embora marcadas pelas experiências das gerações passadas, se adaptaram às exigências de renovação da Vida Religiosa. Para o Irmão Basílio Rueda, a renovação do Instituto Marista deveria iniciar pelas casas de formação, por acreditar que os problemas de mentalidade entre as gerações somente seriam superados com a formação das novas gerações, de acordo com “as grandes linhas do Vaticano II, e segundo a nossa possibilidade de aceitar essas jovens gerações na sua ‘atritiva’ e diária convivência com as antigas.”¹⁰⁴ Segundo Reinhart Koselleck, as experiências afetam os sujeitos, são próprias de cada geração e são constituídas pela aquisição cumulativa ao longo do

¹⁰⁰ A 1ª sessão ocorreu de 03/09 a 28/10/1967. A 2ª sessão, de 01/09 a 21/11/1968. Esse intervalo de um ano entre as sessões foi estabelecido em função da grande quantidade de demandas de assuntos que foram debatidos. Os Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral, quando retornaram da 1ª sessão, foram orientados para coletar informações e sugestões entre os religiosos de suas províncias para contribuir com o andamento da última sessão e com a produção dos documentos do Capítulo Geral.

¹⁰¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4, p.324.

¹⁰² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.2.

¹⁰³ “Sublinhada por aspectos claros de renovação, mas mostrando-se menos sensível aos de adaptação, sobretudo no aspecto apostólico e operativo e no ‘aggiornamento’.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.24.

¹⁰⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.5, p.482.

tempo, “na medida em que se confirmam ou se consolidam por meio de correções recíprocas”¹⁰⁵; 2) Consagração - os que pretendiam maior inserção na sociedade e os que queriam conservar a forma tradicional de consagração religiosa, mantendo o que os diferenciava dos demais: “pecúlio, hábito, forma de obediência, vida em comum, a regulamentação das orações.”¹⁰⁶; 3) As estruturas - foram pontos de discussões frequentes e tensas entre os Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral, com vistas a atender de modo funcional o trabalho apostólico, sobretudo com a crescente saída de religiosos; 4) A finalidade do instituto - não havia somente dois posicionamentos sobre este ponto, mas “diversos aspectos de polarização”¹⁰⁷, entre permanecer no ensino tradicional na escola Marista ou atuar em outros estabelecimentos não Maristas; permanecer na forma clássica de educação ou buscar outros meios de educação; dedicar-se à minoria (escola Marista) ou abrir-se ao serviço catequético paroquial; manter o trabalho destinado à classe média ou o abandono gradual para um trabalho com os pobres; e 5) O sacerdócio - optar pela ordenação de alguns de seus membros ou permanecer como instituto laical.

Para esse Superior Geral, a renovação teria basicamente duas funções: conduzir os Irmãos a uma mudança de mentalidade e atualizar as estruturas da vida religiosa (recrutamento, formação e comunidades) e do apostolado (escolas). Por isso a rigidez em seu posicionamento: “Se quisermos fazer concessões, deixemos para fazê-las em outro Capítulo, não no Capítulo de renovação.”¹⁰⁸ O Irmão Basílio Rueda advertiu os religiosos sobre dois pontos: 1) a inércia com as mudanças em função do apego ao passado e a comodidade dos superiores das comunidades; e 2) a necessidade de não tornar lei o que não tiver funcionalidade para evitar a “hipertrofia” das províncias e distritos, quando, “diante de um mundo que busca a solução dos problemas na interdependência e na união, não se pode responder com entidades dos tempos feudais.”¹⁰⁹ Nesse sentido, a atualização do apostolado e da vida religiosa Marista constituíram-se metas desse Superior Geral, que manifestou disposição para dialogar

¹⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014, p.34.

¹⁰⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.26.

¹⁰⁷ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.27.

¹⁰⁸ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 24 de fevereiro de 1968, n.3, p.132.

¹⁰⁹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4, p.264.

com a modernidade. Essa modernidade foi caracterizada pela ruptura e a transição temporal, que, segundo Reinhart Koselleck, é compreendida pelo distanciamento cada vez maior “entre a experiência adquirida e a expectativa do que está por vir”¹¹⁰, pelo aumento da diferença entre o passado e o futuro. Ao mesmo tempo em que o Irmão Basílio Rueda exigiu dos religiosos a atualização de acordo com os “sinais dos tempos” e o desapego às estruturas de organização do apostolado e da vida religiosa, recorreu ao passado para estabelecer as bases da renovação. Esse discurso de renovação encontrou oposição entre os religiosos que optaram pela adaptação dos colégios a fim de garantir elementos da identidade vinculados a um passado recente, pois almejavam poucas rupturas. Nesse sentido, compreende-se a existência de posicionamentos tradicionalistas quando se identifica reações contrárias às tendências reformistas, com o apego a determinados modos de viver das antigas gerações. “O tradicionalismo é uma atitude psicológica geral que se expressa em diferentes indivíduos como uma tendência a agarrarem-se ao passado e como um medo de inovações”¹¹¹

Ainda que o Irmão Basílio Rueda desejasse a renovação, estabelecendo os pobres em sua centralidade, ele enfatizou uma “renovação adaptada.”¹¹² Foi necessário ponderar a tradição para conciliar as distintas mentalidades dos religiosos, ou seja, manter as estruturas tradicionais dos colégios e exigir a inserção entre os pobres. Observa-se uma relação conflituosa entre o antigo e o moderno, haja vista que a consciência da modernidade nasce da ruptura, mas também é passível de “camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado.”¹¹³ Portanto, o movimento de retorno às origens com a releitura do carisma não consistiu em abandonar necessariamente o passado, mas em integrá-lo, dando continuidade às experiências.¹¹⁴ A atualização se traduziu na entrada de professores leigos, na educação mista, na reorganização das comunidades

¹¹⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.288.

¹¹¹ MANNHEIM, Karl. O significado do conservadorismo. *In*: MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 112. Conservadorismo e tradicionalismo são considerados conceitos distintos: “Num certo sentido, o conservadorismo nasceu do tradicionalismo: na verdade, em última instância ele nada mais é que o tradicionalismo tornado consciente. Apesar disso, os dois não são sinônimos, pois o tradicionalismo apenas assume feições especificamente conservadoras quando se torna a expressão de um modo de vida e de pensamento muito definido e mantido de modo consistente (o qual se desenvolve inicialmente em oposição à atitude revolucionária), e quando ele funciona como tal, como um movimento relativamente autônomo no processo social.” Cf. MANNHEIM, Karl. O significado do conservadorismo. *In*: MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p.116-117.

¹¹² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 24 de fevereiro de 1968, n.3, p.123.

¹¹³ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.168.

¹¹⁴ “[...] permanecendo a mesma, completamente fiel ao Fundador, sem ruptura com seu passado, julga acolher hoje o chamamento do Concílio e sintonizar com os sinais dos tempos.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4, p.161.

religiosas, nas mudanças relativas ao uso do hábito religioso e na abertura para outras modalidades de trabalho relacionado à educação.

Em 1971, o Irmão Basílio Rueda avaliou os dois anos e meio de governo à frente do Instituto Marista e discutiu assuntos referentes à Conferência Geral¹¹⁵ realizada em 12 de maio de 1971, quando fez os seguintes questionamentos aos Irmãos Provinciais: “O que é que não se fez? Porque não se fez? O que é preciso para que possa ser feito?”¹¹⁶ Recorreu novamente ao Concílio Vaticano II e ao XVI Capítulo Geral para estabelecer uma narrativa pautada na renovação, porque o risco de não ocorrer era tangível: “quem está em transe de parto, ou dá à luz ou morre. E a vida religiosa, creio eu, ou faz nascer a sua nova forma, ou morre.”¹¹⁷ Em grande medida, esse posicionamento pressionou os religiosos por uma renovação, já que, para alcançar este objetivo, fazia-se necessário convencê-los para acomodar as decisões da congregação nos níveis regionais.

A crise que se potencializou após o Concílio Vaticano II, sobretudo com a perda de vocações, também atingiu os Irmãos Maristas em níveis distintos.¹¹⁸ A experiência dos participantes do XVI Capítulo Geral, com o que demandou em termos de conteúdos e decisões, incluindo o período em que foi intercalado para algumas reflexões e práticas, propiciou o alinhamento de diretrizes, mas também o reconhecimento de uma heterogeneidade de mentalidades na vida religiosa Marista. Evidentemente, as demandas e temas a serem discutidos no prolongado Capítulo indicam ter ocorrido certo desgaste entre os religiosos, permanecendo dúvidas e encaminhamentos a serem retomados no Capítulo subsequente, como foi a discussão sobre o sacerdócio.¹¹⁹

¹¹⁵ Visa a consolidar a unidade do Instituto Marista por meio do contato entre os Superiores e estudar assuntos de interesse geral. Essa prática iniciou em 1961. “É uma assembléia consultiva composta pelo Irmão Superior Geral, pelo Irmão Vigário Geral, pelos Irmãos Conselheiros Gerais, pelos Irmãos Provinciais e, se o Estatuto do Distrito prevê, pelos Irmãos Superiores dos Distritos.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.131.

¹¹⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, p.345.

¹¹⁷ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, p.335.

¹¹⁸ Entre os Irmãos Maristas, essa crise é compreendida basicamente pela diminuição de vocações e a dificuldade de imprimir mudanças na vida comunitária e no apostolado escolar. “Depois do Concílio, todos o sabemos, deram-se e dão-se ainda, profundas e graves crises no seio da Igreja.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 30 de novembro de 1968, p.16.

¹¹⁹ Foi um assunto amplamente tratado de 1967 a 1985, nos dois Capítulos Gerais. Embora os Irmãos Maristas tivessem discussões “acaloradas”, com distintos posicionamentos sobre o sacerdócio, chegou-se à conclusão de que deveriam permanecer sem a ordenação. O n°10 do decreto *Perfectae Caritatis* refere-se aos Institutos religiosos laicais, orientando que nos Institutos de Irmãos, alguns membros “recebam as ordens sacras” a fim de poderem atender as casas da Instituição. Cf. KLOPPENBURG, Boaventura;

Um documento relevante do Concílio Vaticano II foi o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965). Este Decreto determinou como as Ordens e Congregações deveriam proceder com a atualização, com orientações gerais que pretendiam contemplar a diversidade de trabalhos dos institutos religiosos: “propõe-se tratar da vida e da disciplina dos institutos, cujos membros professam a castidade, a pobreza e a obediência, e prover a necessidade deles, segundo as exigências dos tempos atuais.”¹²⁰ Contudo, os princípios gerais e critérios de atualização não possuem um caráter de praticidade em função da diversidade de institutos que compõem a Vida Religiosa. Entre outros aspectos, este documento traçou orientações relativamente aos votos de consagração, à vida comunitária, o trabalho apostólico (“obras”), o uso do hábito, à formação religiosa e o recrutamento de vocações. A hermenêutica que o Instituto Marista realizou deste documento considerou, sobretudo, o retorno às suas experiências iniciais com a fundação, reconhecendo que a atualização deveria proceder com a retomada dos pobres como destinatários centrais do trabalho apostólico. Portanto, os demais aspectos relativos à renovação da vida religiosa Marista procedem das orientações na área apostólica.

Mesmo que o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) tenha facultado a ordenação de Irmãos em função das demandas internas dos institutos religiosos, quando orientou que “nas Congregações de Irmãos, embora se conserve estável sua índole leiga, por disposição do Capítulo Geral sejam alguns membros promovidos às ordens sagradas para prover às necessidades do ministério sacerdotal nas próprias casas”¹²¹, o Irmão Basílio Rueda não consentiu com essa orientação do Decreto e repreendeu os religiosos capitulares que se mantiveram a favor do sacerdócio por considerar ser uma postura um tanto quanto exclusivista optar pela ordenação para suprir somente as demandas internas do Instituto Marista. Na concepção do Irmão Basílio Rueda, a justificativa apresentada pelo Decreto e pelos próprios religiosos não fazia sentido, pois seria um “egoísmo institucional” promover a abertura para a ordenação de Irmãos, restringindo os serviços sacerdotais aos trabalhos internos (comunidades e colégios da congregação), quando havia muitas carências de sacerdotes nas pastorais das igrejas locais.

VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.485-504.

¹²⁰ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.487.

¹²¹ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.494.

Por outro lado, se pontuou a problemática que poderia surgir das relações entre as atribuições do Sacerdote e do Irmão, assim como o perigo de clericalizar o Instituto Marista. Diante deste assunto, o XVI Capítulo Geral promoveu o estudo do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), que se prolongou com o XVII Capítulo Geral, questionando a instituição: “O Concílio abriu uma possibilidade; convidou a refletir e a decidir.”¹²² Ainda que as discussões sobre a viabilidade de ordenação de Irmãos tenham sido enérgicas, não foi uma pauta tratada somente após o Vaticano II. De acordo com o Irmão André Lanfrey, o Instituto Marista discutia este assunto desde o XIII Capítulo Geral (1932), mas que teria sido mais candente nos Capítulos Gerais de 1958, 1967/1968 e 1976, em função da abertura da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica aos institutos religiosos de natureza laical. Em 1969, o *Bulletin de l’Institut* relata terem sido tensas as discussões deste tema, com ameaças mútuas, e possivelmente em função disso, o Superior Geral apaziguou os ânimos dos Irmãos com a postergação da decisão: “No entanto, devemos dizer uma palavra sobre um problema que preocupava as mentes mais sérias. O que sairia de um debate sobre o sacerdócio? Era muito fácil ameaçar um ao outro.”¹²³ Embora não se mencione o teor das discussões, ficou notória a polarização de interesses entre os Irmãos capitulares, a considerar que cada província possuía experiências singulares referente a essa reivindicação.

Numa carta circular relativamente curta, de 1974, que anunciou a data provável do XVII Capítulo Geral, as discussões sobre o sacerdócio foram retomadas. O tema foi considerado pouco amadurecido e por isso o instituto optou por manter o *statu quo*, ou seja, a não ordenação de Irmãos. Em todo caso, julgou-se necessário retomar esse assunto no XVII Capítulo Geral, e neste intervalo foi realizada uma sondagem com todas as províncias sobre a possível introdução do sacerdócio. Com essa sondagem, verificou-se que, até o ano de 1974, dos 7.583 Irmãos Maristas, 37 haviam solicitado o desligamento para serem ordenados em outros institutos ou dioceses: 31 ao clero secular e 6 ao clero religioso. Apesar de essa sondagem não revelar o prolongamento dos

¹²² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968, n.1, p.32.

¹²³ BENAVIDES, Luis G.. **Bulletin de l’Institut**, Roma, n. 209, tomo XXVIII, p.125-269, julho de 1969, p.300.

embates em torno do tema, nota-se que foram poucos os Irmãos que optaram pelo sacerdócio, e os que assim o fizeram solicitaram a saída do Instituto Marista.¹²⁴

O XVI Capítulo Geral, contudo, decidiu que a vida religiosa Marista permaneceria em um período aberto para experiências que perdurou até 1985, quando a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica aprovou a normatização de seus documentos. Esse período chamado de *ad experimentum*,¹²⁵ foi sobradamente importante para promover mudanças graduais nos documentos, com o objetivo de orientar as províncias e distritos. Os Irmãos Maristas reformularam suas constituições em paralelo às tentativas de novas experiências de vida comunitária e de apostolado, em grande medida, cientes de que a congregação precisava se atualizar: “o mundo está mudando, em marcha para horizontes mais vastos. Por isso estão em crise uma série de valores e surge uma nova cultura humana e religiosa, descrita pela *Gaudium et Spes*.”¹²⁶ Esta Constituição Pastoral exprime o desejo da Igreja Católica em dialogar com as diversas instâncias da sociedade, reconhecendo suas possibilidades, limitações e problemas advindos da relação que estabeleceu com a modernidade. Por mais que a Igreja se posicionasse favorável a este diálogo com o mundo moderno, nota-se um descompasso na relação temporal das mudanças promovidas nas práticas dessa instituição e as da sociedade secular:

[...] em um mundo onde a modernidade só fortaleceu e ampliou seu domínio, onde não se pode esperar nem seu colapso de dentro, nem um retorno ao passado, nem uma composição. Com isso, a história de uma Igreja tenazmente defensiva aparece ao mesmo tempo que a história de uma Igreja em busca de sua modernidade: tateando, laboriosamente, obscuramente, em conflito. E o Vaticano II como um momento importante dessa busca, cristalizando um século ou mais de esforço.¹²⁷

¹²⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de janeiro de 1975, p.21.

¹²⁵ O período *ad experimentum* serviu para as províncias e comunidades testarem e aplicarem as decisões do concílio e dos Capítulos Gerais no que se refere à organização das comunidades e do apostolado. Tais decisões estariam prescritas nas Constituições, por isso a necessidade de reavaliar e reescrevê-la. Sobre o *ad experimentum*, ver as discussões em: LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”**: l'évolution et l'adaptation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013. / FORTIN, Cassandra. **“Une femme de tout temps, d'hier, d'aujourd'hui et de demain”**: Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille dans le contexte du concile Vatican II (1962-1983). 2017. 141 f. Thèse (Maîtrise en Histoire) - Département D'Histoire. Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec au Canada, 2017.

¹²⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, p.413.

¹²⁷ POULAT, Emile. La modernité à l'heure de Vatican II. **Persée**, École Française de Rome, n. 113, p.809-826, 1989, p.826.

O período *ad experimentum* também foi descrito por Cassandra Fortin e Dominique Laperle como oportunidade de as comunidades religiosas aplicarem as decisões dos Capítulos Gerais. Esses autores demonstram, em suas pesquisas, que o trabalho de revisão das regras de vida que os institutos religiosos realizaram procurou integrar suas aspirações com as orientações do concílio, promovendo alterações no formato da Vida Religiosa e do apostolado. Assim, “não se pode entender as modificações feitas às Constituições sem considerar a inspiração do Vaticano II e as modificações impostas por Roma.”¹²⁸ O processo de revisão dos documentos evidenciou posturas distintas: de religiosas conservadoras que não queriam alterar o texto, daquelas que desejavam livrar-se de todo o passado da congregação e as que queriam manter o espírito do fundador atrelado às diretrizes conciliares. Portanto, como campo de aplicação para a atualização, torna-se uma luta hermenêutica do Vaticano II, que ocorreu em todos os institutos. A aprovação das constituições dessas religiosas foi considerada um marco de recepção do Concílio Vaticano II, quando foi identificado o fato de que as reformas seguiram as orientações do Decreto *Perfectae Caritatis*¹²⁹ (1965). Apesar da diversidade de institutos religiosos, as pesquisas supracitadas indicam distintos níveis e processos de atualização que vão além das orientações oficiais do Vaticano II.

É interessante notar que o Instituto Marista atribuiu ao Irmão Basílio Rueda a capacidade de promover a atualização em função das experiências que ele fez externamente à congregação, quando trabalhou com a renovação de Ordens e Congregações da América Central e da América do Sul:

A influência renovadora que exerceu o Irmão Basílio Rueda, Superior Geral dos Irmãos Maristas, não se circunscreveu a seu instituto, mas transcendeu a outras Congregações Religiosas por sua valiosa participação na União dos Superiores Gerais em Roma e em eventos eclesiais de primeira ordem, como o ‘Sínodo sobre a missão da família cristã’ (26 de outubro - 25 de novembro, 1980) no qual participou a convite do Papa, João Paulo II.¹³⁰

¹²⁸ “On ne peut pas comprendre les modifications apportées aux Constitutions sans considérer l’Inspiration de Vatican II et les modifications imposées par Rome.” Cf. LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”: l’évolution et l’adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985)**. 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013, p.339.

¹²⁹ LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”: l’évolution et l’adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985)**. 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire). Université du Québec à Montréal, 2013.

¹³⁰ BRAMBILA, Aureliano. Basílio Rueda Guzmán, Irmão Marista da Educação. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XVI, n.34, p.87-96, maio 2016, p.94.

Portanto, a escolha desse Superior Geral para dirigir o Instituto Marista esteve associada às suas experiências eclesiais e interinstitucionais, sobretudo pelo conhecimento das orientações da Igreja em torno do *aggiornamento*. Naquele momento os Irmãos Maristas viram no Irmão Basílio Rueda a capacidade para promover a renovação e colocar o instituto em diálogo com a modernidade. Para ele, a releitura do carisma incitada pelo Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) significou o “retorno decidido aos pobres e aos ‘marginalizados’”¹³¹, com a educação escolar e não escolar, ampliando o trabalho missionário que já era realizado e inserindo os religiosos nas pastorais com as igrejas locais. Se de 1967 a 1976 havia solicitado a abertura gradativa dos colégios da congregação para atender os pobres e outros trabalhos educacionais de natureza assistencial, de 1977 a 1985 exigiu que as províncias priorizassem os trabalhos educacionais inseridos nas realidades sociais de pobreza, com o fechamento gradativo dos grandes colégios. Ditas exigências, todavia, não ocorreram sem gerar conflitos e insatisfações dos Irmãos e províncias, que necessitaram se adaptar ou se renovar, conforme a hermenêutica que elaboraram dos documentos do Concílio Vaticano II e dos Capítulos Gerais do Instituto Marista.

¹³¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.552.

3 O AGGIORNAMENTO DO INSTITUTO MARISTA (1967-1976): A ADAPTAÇÃO DE UM PASSADO PARA O PRESENTE

No XVI Capítulo Geral (1967-1968), os Irmãos Maristas determinaram que a atualização do trabalho apostólico teria de proceder com a educação dos pobres, as missões e as pastorais das igrejas locais. Por sua vez, nem todas as províncias compartilhavam dessa decisão. Os documentos produzidos pelos Capítulos Gerais são o resultado do posicionamento majoritário dos religiosos capitulares que venceram o debate, na maioria das vezes, tenso, gerando satisfações e insatisfações quanto às deliberações que foram oficializadas. Mesmo antes da promulgação dos documentos do Concílio Vaticano II, o *Bulletin de l'Institut* mencionava o evento e situava os religiosos sobre os acontecimentos relativos a ele. Pontos referentes à identidade, ao trabalho que desenvolviam nos colégios e à vida religiosa (recrutamento, formação e comunidades) foram incluídos em suas pautas. As lideranças desse instituto orientaram seus membros a fazer uma releitura das experiências iniciais do fundador e dos primeiros religiosos por ele formados, para promover a atualização.¹³²

Em 1971, o Papa Paulo VI (1897-1978) publicou a Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio*¹³³ (1971), retomando as discussões do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) para orientar as Ordens e Congregações, entre outros aspectos, a “reverter” algumas obras em favor do atendimento dos pobres. Apesar de o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) não ter exigido que a Vida Religiosa alterasse os destinatários dos trabalhos apostólicos, o XVI Capítulo Geral do Instituto Marista incluiu os pobres na hermenêutica da renovação, portanto, antes da publicação da Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (1971). “Que as Províncias favoreçam realmente a educação das crianças pobres ou de condição modesta [...] Que as Províncias determinem em que medida poderão auxiliar aos necessitados.”¹³⁴ Mesmo tendo os Irmãos Maristas determinado o Concílio Vaticano II como referência para a sua atualização, desde os anos de 1950 esse instituto argumentava a necessidade de

¹³² Maria J. F. R. Nunes utilizou a expressão “renovação adaptativa” para explicar a modernização que ocorreu nas comunidades religiosas e no apostolado de 1965 ao início dos anos de 1970, período que teve como particularidade a revisão dos livros e documentos dos institutos religiosos. Cf. NUNES, M. J. F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

¹³³ PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelica Testificatio**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.

¹³⁴ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1 (rosa), p.93.

promover alterações nos setores de recrutamento, de formação, nas comunidades religiosas e nas suas escolas.

A recepção do Concílio Vaticano II no Instituto Marista, no primeiro momento, se caracterizou pelas informações acerca do evento, da apropriação dos documentos conciliares e das discussões em seus espaços decisórios. Deste modo, a recepção contém um aspecto formal e jurídico (teórico) que acompanha a fase de atualização da Igreja, porque não se limita à divulgação dos documentos. É necessário considerar, porém, os processos de assimilação prática, levando em conta as mudanças passíveis de ocorrer na organização das escolas, nas comunidades e, sobretudo, nas mentalidades das distintas gerações de Irmãos. Por mais que o Irmão Basílio Rueda tenha prescrito o Vaticano II como balizador da renovação desse instituto, precisou lidar com uma diversidade de experiências de vida religiosa e ritmos distintos de apropriação das decisões do XVI Capítulo Geral.

O período de 1967 a 1976 caracterizou-se por uma tentativa de atualização interna dos Irmãos Maristas, com vasta produção de documentos. Assim, analisamos os documentos do XVI Capítulo Geral¹³⁵ e dezoito cartas circulares do Superior Geral. Os primeiros foram constituídos no decorrer da realização do Capítulo Geral, a cada nove anos, naquele período (Tabela 1). Esse conjunto de documentos foi constituído por diretrizes para um mandato de governo e resultou da participação de uma representatividade de religiosos advindos de todas as províncias e distritos do instituto. Ao elegerem determinadas pautas, elencaram os seus problemas. Por sua vez, as cartas circulares foram veículos de comunicação entre o Superior Geral e as províncias para informar os religiosos sobre as decisões e prioridades. Acima de tudo, no entanto, tiveram o intuito de acompanhar, avaliar, fazer-se cumprir as decisões constituídas nos documentos do XVI Capítulo Geral e assegurar a padronização dos encaminhamentos em todos os níveis do Instituto Marista.

¹³⁵ Embora o documento produzido no XVI Capítulo Geral apresente em seu título “**Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1 e v.2”, não são atas capitulares. Não há referências de quem traduziu esse documento capitular, nem mesmo os membros que redigiram os oito documentos que o compõe. Todavia, em *Bulletin de l’Institut* (1909-1984) há informações sobre o anúncio, organização e composição dos grupos de trabalho e sessões do XVI e XVII Capítulo Geral.

Tabela 1- Capítulos Gerais do instituto dos Irmãos Maristas (1839-2009).

Capítulo	Lugar	Ano	Capitulares
I	L'Hermitage	1839	92
II	L'Hermitage	1852	33
III	Saint-Genis-Laval	1860	36
IV	Saint-Genis-Laval	1862	38
V	Saint-Genis-Laval	1867	39
VI	Saint-Genis-Laval	1873	40
VII	Saint-Genis-Laval	1880	47
VIII	Saint-Genis-Laval	1883	45
IX	Saint-Genis-Laval	1893	47
X	Saint-Genis-Laval	1903	51
XI	Grugliasco	1907	52
XII	Grugliasco	1920	61
XIII	Grugliasco	1932	74
XIV	Grugliasco	1946	101
XV	Grugliasco	1958	108
XVI	Rome	1967	155
XVII	Rome	1976	145
XVIII	Rome	1985	133
XIX	Rome	1993	126
XX	Rome	2001	117
XXI	Rome	2009	83

Fonte: Disponível em: <http://champagnat.org/203.php?caso=2> Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

O objetivo deste capítulo é analisar a recepção do Concílio Vaticano II nos espaços decisórios do XVI Capítulo Geral do Instituto Marista (1967-1968) e no acompanhamento dessas diretrizes de governo no seu contexto internacional. Desta maneira, analisamos como o espaço experiência do XVI Capítulo Geral condicionou o horizonte de expectativa das províncias maristas para a renovação. Consideramos o reposicionamento desse instituto em relação ao seu objetivo inicial, que teve como opção inserir-se na sociedade com outras atividades apostólicas ou manter-se no formato tradicional, isto é, trabalhar com a educação escolar, adaptando-se às leis estatais e às orientações da Igreja Católica ou voltar-se para a educação dos pobres.

Primeiramente, tratamos da atualização e das principais mudanças em relação ao número de religiosos (recrutamento e formação). Em seguida, analisamos as orientações concernentes às comunidades religiosas e, por fim, sobre a inclusão de uma nova proposta de atualização para o apostolado.

3.1 Uma acentuada crise de vocações

De 1958 a 1967, no governo geral do Irmão Charles Raphaël (1900-1984), já se discutia a atualização do Instituto Marista. No Capítulo Geral de 1958, esse Superior Geral propôs “a revitalização do espírito do Fundador”¹³⁶, indicando a necessidade de alterações de algumas práticas e regras comuns, que até então não haviam realizado na história do instituto.

Seja como for, o Capítulo de 1958 já tinha manifestado um evidente avanço da tendência favorável a uma evolução. Se ela se impôs em 1967-68 não foi apenas por conversão repentina, após o Concílio, mas também, porque havia uma tradição que pensa ser possível adaptar-se sem renegar (a si mesmo).¹³⁷

Existiu a primeira crise na congregação, de 1959 a 1966, com a diminuição de entradas de vocações (primeiros votos) e o aumento das saídas de Irmãos (votos perpétuos e de estabilidade). “O tempo do Concílio (1962-65), portanto, vê o aumento das saídas se confirmar, especialmente entre os professos temporários e até dos estáveis. E os anos de 1965-66 mostram um agravamento de saídas na época em que as entradas começam a declinar.”¹³⁸ Nesse sentido, muitas mudanças realizadas pelo XVI Capítulo Geral estavam em andamento antes do Concílio Vaticano II, já que os problemas se ampliaram desde esse evento.

De 1958 a 1964, houve a reorganização das províncias em função do aumento do número de Irmãos. Mesmo com a diminuição de entradas e o aumento de saídas no decorrer do governo do Irmão Charles Raphaël, ocorreu uma reestruturação no Instituto Marista e o número de províncias subiu de 32 para 43 e oito distritos, com uma variação entre 400 e até menos de 100 Irmãos. Mesmo, porém, aumentando o quantitativo de

¹³⁶ LANFREY, André. Esboço de uma história do Instituto. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XXII, n.30, p.131-154, mai. 2012, p.149.

¹³⁷ André Lanfrey indica que existiram posturas antagônicas dos religiosos: “O Instituto parece muitas vezes dividido entre necessidade e projeto; entre recuo estratégico e busca de renovação.” Cf. LANFREY, André. Esboço de uma história do Instituto. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XXII, n.30, p.131-154, mai. 2012, p.150.

¹³⁸ LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.371.

províncias e de atividades apostólicas, ocorreu uma gradativa queda no número de religiosos.¹³⁹ Uma das estratégias para suprir a falta de Irmãos e continuar atendendo a mesma demanda das escolas foi a contratação dos professores leigos.¹⁴⁰

Além dessa finalidade, justificou-se a inclusão dos professores leigos nos colégios maristas pelo fato de serem “mais comprometidos com a realidade temporal.”¹⁴¹ O Irmão André Lanfrey alega que essa abertura não se limitou a suprir a carência de religiosos para o ensino de suas escolas, mas, acima de tudo, os leigos poderiam agregar conhecimentos sobre as ciências da educação. Ao mesmo tempo, denota que o instituto enfrentou impasses para acompanhar a dinâmica da sociedade e estabelecer estratégias de atualização de suas escolas. Nesse caso, foram os professores leigos que vivenciaram uma ruptura acelerada do tempo, com o distanciamento e descompasso em relação às experiências dos religiosos, pois “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”¹⁴² Com ritmos distintos de experiências, a inclusão dos leigos indica, sobretudo, que o diálogo entre as esferas religiosa e social tornava-se imprescindível para a sobrevivência do instituto no mundo moderno. Nesse caso, ante a constatada dificuldade de os religiosos acompanharem a modernidade, os leigos foram peças importantes para promover a atualização das escolas. A entrada de professores leigos se deve basicamente ao crescimento do número de alunos e de escolas, assim como a saída de religiosos (Tabela 2). De 1960 a 1970, o número de professores leigos praticamente duplicou; diminuíram os professores religiosos; ampliaram-se de forma crescente as matrículas de alunos; e assentou-se a crise das saídas de religiosos no final dos anos de 1960. Mesmo que nem todos os religiosos desenvolvessem o trabalho docente, essa função foi diminuindo de maneira crescente em todo o Instituto Marista.

¹³⁹ “O número das Casas passou de 758 a 832; o das Escolas de 693 a 743 e dos alunos de 278.000 para mais de 375.000. Também o número de professores leigos quase duplicou durante esses nove anos, enquanto o dos Irmãos professores aumentou apenas 5%. Além disso, a tendência de longa data do primário para o secundário prossegue e o problema das escolas mistas começa a surgir.” Cf. LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.390.

¹⁴⁰ A constituição dogmática *Lumen Gentium* caracteriza o leigo como o fiel batizado e praticante que desenvolve atividades de ordem secular nos meios familiar e social e “não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Lumen Gentium*. In: **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.83.

¹⁴¹ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1, p.203.

¹⁴² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.314.

Tabela 2 – Professores leigos, professores religiosos e alunos.

	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>	<i>e</i>	<i>f</i>
1960	5.206	110	298.003	100	6.284	100
1961	5.516	106	306.009	102	6.402	102
1962	5.913	114	311.207	104	6.625	106
1963	6.354	122	323.129	108	6.556	105
1964	6.803	131	339.444	113	6.549	104
1965	7.041	136	352.401	118	6.572	105
1966	8.334	162	363.080	122	6.569	105
1967	8.769	169	375.602	126	7.126	113
1968	10.451	192	395.583	133	6.646	106
1969	10.837	201	408.002	137	6.234	99
1970	11.490	213	415.535	139	5.536	88

a = Total des professeurs civils.
b = Évolution des professeurs civils en faisant 5.296 = 100.
c = Total des élèves.
d = Évolution des élèves en faisant 298.003 = 100.
e = Total des Frères enseignants.
f = Évolution des Frères enseignants: 6.284 = 100.

**a*=Total de professores leigos. *b*= Evolução dos professores leigos. *c*= Total de alunos. *d*= Evolução dos alunos. *e*= Total de Irmãos professores. *f*= Evolução dos Irmãos professores (Tradução).

Fonte: *Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXIV, n.211, p.1-107, julho de 1970, p.83. Francês (Roma, internacional).

O número de religiosos permaneceu em ascensão até 1966, depois seguiu um ritmo de declínio (Tabela 3). De 1958 a 1966, totalizou-se o aumento de 985 membros. Em 1961, chegou ao total de 9.997 Irmãos, o maior número da história do Instituto Marista. Por sua vez, a perda de religiosos (saídas e mortes) ocorreu com maior contundência durante o governo do Irmão Basílio Rueda, somando-se 3.594. Em 1967, constata-se uma progressiva queda no número de Irmãos, que demandou a revisão no recrutamento de vocações e na formação. Se, por um lado, os Irmãos Maristas tiveram problemas com o recrutamento e a formação, por outro, souberam adaptar-se ao cenário educacional com a modernização técnica e pedagógica de seus colégios, destacadamente com o aumento considerável das matrículas, dos professores leigos, a inclusão da educação mista e o uso de filme como recurso didático na educação.¹⁴³

¹⁴³ De 1967 a 1976, o Instituto Marista teve a baixa de 2.479 Irmãos. De 1977 a 1985, contabilizou-se a perda de 869 Irmãos. Portanto, o período mais crônico caracterizado por saídas ocorreu de 1967 a 1976. Cf. Disponível em: <http://www.champagnat.org/205.php?a=7> Acesso em: 30 de agosto de 2016.

Tabela 3 - Estatística do Instituto dos Irmãos Maristas (1947-1990).

ANO	TEMPORÁRIOS	PERPÉTUOS	TOTAL	NOVIÇOS
1947	2859	4297	7156	398
1948	-----	-----	-----	-----
1949	-----	-----	-----	-----
1950	3506	4056	7562	494
1951	-----	-----	-----	-----
1952	-----	-----	-----	-----
1953	4014	4042	8056	426
1954	-----	-----	-----	-----
1955	-----	-----	-----	-----
1956	4624	3846	8470	464
1957	-----	-----	-----	-----
1958	5212	3555	8767	509
1959	-----	-----	-----	-----
1960	-----	-----	9153	-----
1961	-----	-----	9997 ←	-----
1962	-----	-----	-----	-----
1963	-----	-----	-----	-----
1964	-----	-----	9606	-----
1965	-----	-----	9721	-----
1966	6150	3602	9752	469
1967	5873	3831	9704 ←	421
1968	5732	3889	9621	350
1969	5338	4031	9369	252
1970	-----	-----	8552	-----
1971	-----	-----	8254	-----
1972	-----	-----	7966	-----
1973	-----	-----	7740	-----
1974	-----	-----	7583	-----
1975	-----	-----	7329	-----
1976	-----	-----	7225 ←	-----
1977	-----	-----	6979	-----
1978	-----	-----	6827	-----
1979	-----	-----	6737	-----
1980	796	5885	6681	211
1981	781	5767	6548	211
1982	-----	-----	-----	-----
1983	-----	-----	-----	-----
1984	-----	-----	6230	-----
1985	628	5482	6110 ←	242
1986	638	5405	6043	252
1987	569	5359	5928	235
1988	-----	-----	5823	-----
1989	548	5170	5718	266
1990	-----	-----	5643	-----

Fonte: Embora faltem dados referentes aos religiosos de votos temporários e votos perpétuos, o número correspondente ao total dos religiosos é relativamente completo. Digitado e grifado pelo autor. Disponível em: <http://www.champagnat.org/205.php?a=7> Acesso em: 30 de agosto de 2016.

O Irmão André Lanfrey compreende que o Concílio Vaticano II foi um marco de rupturas para a renovação do Instituto Marista, mesmo que tenha admitido que a diminuição das vocações não estivesse necessariamente vinculada a esse evento. O XV Capítulo Geral (1958) havia concluído que a busca por vocações não deveria se

restringir aos espaços das escolas maristas e, embora não constem as causas de saídas dos Irmãos, apresentou informações que remeteram a sensíveis perdas, de 1946 a 1958:

Um estudo mais atento da densidade por idade, das perdas vocacionais, mostra que de 16 a 20 anos, temos 334 saídas. Diante da opção definitiva da profissão perpétua, 742 se recusam. Enfim, 288 abandonam sua vocação de 20 anos para a profissão perpétua. Alguns até não têm paciência para esperar o final do ano de votos em curso. Estes são, no entanto, casos bastante raros. O que pode parecer extraordinário são esses abandonos de vocações que seguem muito próximos da profissão perpétua: 328 de 21 a 30 anos. E aqui está uma ilustração estatisticamente da crise dos 35 anos: 378 desistentes de 30 a 40 anos. Em todos esses números temos material abundante para a reflexão. Nunca impediremos os dramas pessoais e nem o jogo livre das vontades humanas, mas se, nos níveis administrativo e governamental, houver medidas capazes de remediar essa situação, nosso dever será considerá-los firmemente.¹⁴⁴

As reflexões e estatísticas expressas no *Bulletin de l'Institut* indicam que o problema não estava somente relacionado com as saídas de religiosos, mas também com a não atualização dos trabalhos de recrutamento e formação. “O que parece ser sério para nós é que a mudança é tão rápida no recrutamento que pode revelar uma crise vocacional para Irmãos ou estudantes.”¹⁴⁵ Mesmo que o número de alunos das escolas tenha se avolumado a partir de 1959, a entrada de religiosos não ocorreu na mesma proporção. Dos 298.003 alunos matriculados em 1959, surgiram 1.880 vocações que ingressaram no Instituto Marista, em outras congregações ou seminários diocesanos (Tabela 4). Nota-se uma desproporção entre o recrutamento e a modernização dos colégios, mas que refletiu positivamente com o aumento crescente de alunos. Além do mais, a queda no recrutamento indica ser um problema que os Irmãos Maristas não estavam preparados para enfrentar e, portanto, tiveram dificuldades para formar Irmãos especificamente para este ofício, já que tradicionalmente as vocações surgiam predominantemente nas escolas maristas e não era necessário delegar religiosos para essa função.

¹⁴⁴ “Une étude plus serrée de la densité par âge, des pertes de vocations, montre que de 16 à 20 ans, nous avons 334 sorties. En face de l'option définitive de la profession perpétuelle, 742 se refusent. Enfin 288 abandonnent leur vocation de 20 ans à la profession perpétuelle. Quelques-uns même n'ont pas la patience d'attendre la fin de l'année de vœux en cours. Ce sont cependant là des cas plutôt rares. Ce qui peut sembler extraordinaires, ce sont ces abandons de vocations qui suivent de très près la profession perpétuelle: 328 de 21 à 30 ans. Et voici qui illustre statistiquement la crise des 35 ans: 378 abandons de 30 à 40 ans. Il y a dans tous ces chiffres matière à réflexion abondante. Nous n'empêcherons jamais les drames personnels ni le libre jeu des volontés humaines mais si, à l'échelon administratif et gouvernemental, il existe des mesures susceptibles de porter remède à cette situation, notre devoir sera de les envisager fermement.” Cf. **Minutes de Quinzième Chapitre Général des Petits Frères de Marie**. Grugliasco, Itália, du 15 septembre au 13 octobre 1958, p.75. Francês (Itália, Internacional).

¹⁴⁵ **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXVIII, n.209, p.125-269, julho de 1969, p.115. Francês (Roma, Internacional).

Tabela 4- Proporção de número de alunos em relação às vocações.

Comme vision d'ensemble, le TABLEAU N. 2 nous présente:

	<i>a</i>	<i>b</i>	<i>c</i>	<i>d</i>	<i>e</i>	
1959	298.003	1.880	6,13	158,51	—	<i>a</i> = Total d'élèves.
1960	306.009	2.010	6,57	152	—6,51	<i>b</i> = Total des vocations de nos écoles.
1961	311.207	2.015	6,46	154,4	3,4	<i>c</i> = Nombres des vocations pour mille élèves.
1962	323.129	1.886	5,83	171	16,6	<i>d</i> = Nombre d'élèves nécessaires pour une vocation.
1963	339.444	1.927	5,78	173,6	2,6	<i>e</i> = Différence de la colonne « <i>d</i> » par rapport à l'année précédente.
1964	352.401	1.891	5,35	186,7	13,1	
1965	363.080	1.668	4,59	217	30,3	
1966	375.602	1.352	3,7	270	53	
1967	395.583	1.182	3,00	333	63	

**a*= Total de alunos. *b*= Total de vocações de nossas escolas. *c*= Número de vocações por mil alunos. *d*= Número de alunos necessários para uma vocação. *e*= Diferença na coluna "d" em relação ao ano anterior. (Tradução).

Fonte: *Bulletin de l'Institut*, Roma, n.209, tomo XXVIII, p.125-269, julho de 1969, p.141. Francês (França, internacional).

Em 1959, no *Bulletin de l'Institut*, constam discussões que permearam o XV Capítulo Geral (1958), indicando o problema quantitativo de vocações advindas de suas escolas. Ainda que os dados das estatísticas oficiais indiquem aumento progressivo até 1961, “tornou-se quase comum falar sobre a escassez de vocações em nosso tempo e a necessidade de intensificar ou melhorar o recrutamento.”¹⁴⁶ Nesses escritos, constam orientações de como os religiosos deveriam proceder e advertem que o problema não recaía, necessariamente, na falta de jovens que pudessem vir a optar pela vida religiosa Marista, mas na ausência de planejamento e metodologia para o trabalho de recrutamento.

Os dados discutidos pelo Irmão André Lanfrey podem ser confrontados com aqueles apresentados no *Bulletin de l'Institut*, publicado após o término do XVI Capítulo Geral, com informações sobre as discussões e decisões desse evento. Ainda que os religiosos capitulares estivessem apreensivos com a perda de vocações, não conseguiram identificar e justificar os motivos das saídas de formandos e Irmãos. Admitiram ser urgente, porém, alterar o formato do recrutamento: “Está além de nosso

¹⁴⁶ “Il est devenu presque banal de parler de pénurie de vocations à notre époque et de la nécessité d'intensifier ou d'améliorer le recrutement”. Cf. *Bulletin de l'Institut*, Grugliasco-Itália, tomo XXIII, n. 175, Juillet, 1959, p.7. Francês (Itália, Internacional). Em 1961 será mencionado discutido estatísticas referentes às vocações advindas das escolas Maristas, entre os anos de 1958 e 1960. Cf. *Bulletin de l'Institut*, Grugliasco-Itália, v.XXIV, n. 178, Juillet, 1961, p.55-58. Francês (Itália, Internacional).

alcance determinar as causas que somente um estudo sociológico poderia indicar.”¹⁴⁷ O aumento dos professores leigos foi uma das hipóteses cogitadas pelos Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral para analisar esse decréscimo no recrutamento, supondo que os leigos não teriam a mesma preocupação e engajamento dos Irmãos com a cultura das vocações nas escolas.

Notoriamente, a escola tornou-se um espaço cada vez mais importante para estabelecer o diálogo entre a Igreja e a “comunidade dos homens”.¹⁴⁸ E, para tal, os professores deveriam estar munidos de ciência profana e religiosa, atualizados relativamente à educação. Embora a educação católica tenha perpetuado o anseio pela salvação cristã, o desejo de promover a socialização de grupos e de formar a sociedade com arrimo em seus valores, a Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) e a *A Escola Católica*¹⁴⁹ orientaram a abertura para a sociedade que cada vez mais adquiriu contornos de transformação, pluralismo cultural, e exigiu novas respostas no que diz respeito à formação da juventude. No Brasil, por exemplo, desde os anos de 1940 e 1950, a Igreja Católica precisou lidar com a perda de espaço na esfera educacional, em função do aumento da oferta do Estado e de opções de escolas privadas no mercado das grandes cidades.¹⁵⁰

Uma atualização importante que o Instituto Marista promoveu em seus colégios nos anos de 1960 e 1970 diz respeito à educação mista ou coeducação.¹⁵¹ De acordo com Daniela Auad, em países europeus e na América do Norte, o regime misto encontrou problemas de ordem política e religiosa, quando setores vinculados à Igreja Católica se utilizaram de argumentos morais e religiosos para justificar os malefícios da educação conjunta nas instituições católicas e leigas. Os argumentos baseavam-se, sobretudo, na Encíclica *Divini Illius Magistri* (1929), em que o Papa Pio XI refutou a educação mista

¹⁴⁷ “Il est hors de notre portée d'en déterminer les causes que seule une étude sociologique pourrait indiquer.” Cf. **Bulletin de l'Institut**, Roma, n.209, tomo XXVIII, p.125-269, julho de 1969, p.114. Francês (Roma, Internacional).

¹⁴⁸ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968, n. 4, p.260.

¹⁴⁹ GARRONE, Gabriel Maria. **A Escola Católica**. Sagrada Congregação para a Educação Católica, Roma, 19 de março de 1977. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html Acesso em: 14 de junho de 2018.

¹⁵⁰ BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos** (Curitiba, 1925-1965). 2002. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

¹⁵¹ Sobre as escolas mistas, desenvolvemos um trabalho monográfico tendo como objeto o Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba, o último colégio da PMSP a ofertar matrículas para as meninas, tornando-se misto. Cf. CECATTO, Adriano. **A Implantação do ensino misto no colégio Marista Santa Maria de Curitiba no final da década de 1970**. 2008. 67 f. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

por acreditar ser pernicioso à educação cristã, em função dos perigos que poderia causar para a moralidade ao estabelecer a igualdade entre meninos e meninas:

Nos Estados Unidos e nos países do norte da Europa - como a Noruega, Finlândia, Suécia - vinculados ao protestantismo, a prática da escola mista foi implantada já no século XIX. Porém, a maioria dos países europeus vinculados ao catolicismo - como Espanha, Itália, França, Portugal, Bélgica, Inglaterra -, a escola mista despertava, ainda no século XX, oposição e era ainda prática minoritária nos sistemas de ensino.¹⁵²

Em ritmos distintos, de acordo com a cultura e a legislação educacional de cada país, gradativamente, houve a inclusão de meninas nos colégios maristas. Entre outros aspectos, no contexto brasileiro, o ensino misto foi uma exigência de mercado, que, ante o aumento da concorrência entre as escolas privadas religiosas e leigas, possibilitou às famílias com filhos de ambos os sexos estudarem no mesmo estabelecimento de ensino, além das próprias inovações nas “ciências pedagógicas.”¹⁵³ O ensino misto exigiu a readequação das estruturas físicas, assim como a integração de alunos e alunas e professores leigos, homens e mulheres. Ao mesmo tempo, é preciso considerar, que embora a educação escolar privada tenha predominado nesse instituto, em muitos países, os Irmãos Maristas trabalhavam em parceria com o Estado, que lhes fornecia recursos para administrar os colégios. Mesmo não tendo acesso aos dados para mapear as especificidades do trabalho educacional no contexto internacional desse instituto, é válido expressarmos que a educação escolar predominou entre todas as províncias Maristas, que se adaptaram às leis de cada país.

De 1967 a 1976, as escolas maristas permaneceram como os principais espaços para recrutar vocações: “Aluno dos Irmãos, o aspirante está mais impregnado de nosso ideal de vida. Temos maior conhecimento dele, de sua família e do contexto social em que vive.”¹⁵⁴ Além da familiaridade que teriam os alunos com a escola Marista e com os próprios religiosos, denotamos o distanciamento das atividades pastorais com a Igreja local, além da imperícia do instituto em renovar a prática de recrutamento, quando optou por permanecer no contexto doméstico de suas escolas. Entre as recomendações do XVI Capítulo Geral, consta a intensificação do recrutamento nos seus colégios para

¹⁵² AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** uma relação de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006, p.62.

¹⁵³ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.74.

¹⁵⁴ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.148.

suprir as demandas vocacionais, além de vocações sacerdotais para as dioceses e outros institutos religiosos.

As vocações maristas advindas das escolas passaram a diminuir progressivamente. Conforme as estatísticas apresentadas no *Bulletin de l'Institut*, nos anos de 1959 a 1967, ocorreu o decréscimo no número de vocações, mesmo com o crescimento exponencial das matrículas de alunos (conforme consta na tabela 4, p.72). Quando recorremos ao quadro de estatísticas gerais do Instituto Marista, apesar da ausência de dados referentes ao recrutamento anual, verificamos que, de 1958 a 1981, ocorreu a diminuição do número de noviços, de 509 para 211.¹⁵⁵

Entre alguns obstáculos para a entrada de vocações, constam: a crise de fé, o bem-estar material, a falta de definição da missão do instituto, além de esse estado de vida ter perdido o aspecto da “promoção social.”¹⁵⁶ Como vimos, a maioria das vocações, neste período, surgia do contato dos jovens com os Irmãos por intermédio das escolas, o que não implicava a implementação de projetos e *marketing* vocacional. Constata-se uma política que privilegiava a quantidade em detrimento da qualidade. Este problema foi detectado antes do Concílio Vaticano II. O trabalho vocacional, embora tivesse a escola como principal lugar de recrutamento, passou a ser concebido – não necessariamente efetivado - dentro da perspectiva da Pastoral de Conjunto, a fim de obter vocações nas paróquias.¹⁵⁷ Ora, isso constituiu um problema, já que o Superior Geral exigia insistentemente maior participação dos Irmãos nas pastorais das igrejas locais.

Em grande medida, todos os institutos religiosos dependiam do recrutamento vocacional. Entre os Irmãos Maristas, as entradas e permanências no processo formativo foram objeto de embates: “em resumo, estamos a fechar-lhes as portas do instituto ou a tornar-lhes muito difícil a perseverança entre nós, por causa do nosso apego a determinada cultura, precisamente numa época cuja característica é a mudança.”¹⁵⁸ Os religiosos tiveram dificuldades para acompanhar as mudanças eclesiais e sociais e priorizaram aspectos de continuidade de práticas que já não se encaixavam na proposta

¹⁵⁵ Não constam os números correspondentes ao recrutamento e dos postulantes em formação. Os dados sobre os noviços também estão incompletos, porém, constata-se a queda de entradas e permanências na formação. Conforme a tabela 3, na p.66.

¹⁵⁶ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.149.

¹⁵⁷ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.153.

¹⁵⁸ RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.354.

de renovação almejada pelo Instituto Marista.¹⁵⁹ Isso indica, sobretudo, o quão difícil foi a relação com a modernidade, quando optaram pela preservação de certas práticas para não permitir que as experiências históricas se perdessem, pois se deslocaram com maior rapidez em função das exigências por atualização.

A realidade internacional da Igreja Católica, nos anos de 1960 a 1970, foi marcada pela perda de vocações sacerdotais e religiosas.¹⁶⁰ Entre os Irmãos Maristas não foi diferente, pois havia uma grande quantidade de obras a serem atendidas e uma constatada diminuição de Irmãos. Mesmo que enfatizassem ser prioritário formar as novas gerações de religiosos com base nas linhas de renovação do Concílio Vaticano II, foi um problema formar formadores:

Caríssimos Irmãos, o primeiro passo que temos que dar para que o nosso instituto caminhe rumo à sua imagem pós-conciliar, temos que o dar nas casas de formação; em nós, os maiores, o verdadeiro Concílio penetrará segundo o grau de permeabilidade que cada um de nós tenha e que queiramos dar às nossas estruturas; do contrário, ou não penetrará nada ou o que penetrar será uma adulteração.¹⁶¹

Essa retórica, muito comum nas cartas circulares do Irmão Basílio Rueda, se impôs aos religiosos em tom de cobrança, ao solicitar que a atualização deveria iniciar pela formação das novas gerações, ser prioridade em todo o instituto e, sobretudo, seguir as determinações do Vaticano II. Para esse Superior Geral, o maior problema para a renovação foi a lentidão das mudanças de mentalidade entre as gerações de Irmãos, porém, sem desconsiderar as suas diferenças. Os apontamentos de Reinhart Koselleck definem que as experiências são adquiridas de modo singular, articuladas entre as gerações e passível de repetibilidade:

Por isso, toda história possui um duplo aspecto, aquele constituído pela experiência e aquele que pode ser derivado dela. Assim como acontecimentos singulares e surpreendentes evocam experiências e provocam histórias, também experiências acumuladas ajudam a estruturar as histórias em médio prazo. Existem condições e processos específicos de cada geração que se

¹⁵⁹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 25 de dezembro de 1975, n.3, p.141.

¹⁶⁰ Nessas duas décadas a Igreja Católica vivenciou uma acentuada crise, não necessariamente que a impossibilitasse de continuar atuando hegemonicamente no Ocidente. Em grande medida, essa crise atingiu a sociedade como um todo e a Igreja Católica em diferentes níveis, conforme advertiu Eric Hobsbawm: “As Instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram a família tradicional e as igrejas organizadas tradicionais no Ocidente, que desabaram de uma forma impressionante no último terço do século. O cimento que agregava as comunidades de católicos romanos desfez-se com espantosa rapidez.” Cf. HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.330.

¹⁶¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.482.

sobrepõem às histórias pessoais, mas que, mesmo assim, remetem a prazos maiores, que configuram um espaço de experiência comum.¹⁶²

Na mesma esteira, José Maurício Domingues argumenta que “as gerações somente se constroem em processo de interação com outras gerações.”¹⁶³ Assim, os discursos e comportamentos das gerações coexistem mesmo “em contradição e luta umas com as outras”¹⁶⁴, pois essa relação se faz imprescindível para o intercâmbio e o suscitar de novas experiências. A interação das gerações, entretanto, não se expressa como garantia de coesão quando são demarcadas as suas diferenças. Mesmo que novos religiosos tenham sido submetidos a uma formação inicial assentada na proposta de renovação, coexistiram distintas experiências que se prolongaram.

O Superior Geral descreveu dois grupos de Irmãos Maristas que considerou empecilho à renovação: 1) os de idade e mentalidade inflexíveis, frutos de uma formação pré-conciliar; e 2) os que eram considerados despreparados para viver sem as estruturas normativas e de vigilância.¹⁶⁵ Ainda que o Irmão Basílio Rueda tenha definido o Vaticano II como marco de rupturas para uma formação religiosa renovada, não convém atrelar o quesito idade e mentalidade como entraves à renovação. Em decorrência desse problema, solicitou uma formação continuada dos superiores provinciais e superiores das comunidades, com ênfase no *aggiornamento*:

Ter presente a finalidade que se busca realizando experiências: Encontrar caminhos, talvez não imaginados e superiores, que nos levem a encarnar o Concílio e o Capítulo numa experiência unitária, harmoniosa e suficientemente duradoura? Ou uma experiência que pretende executar projetos pessoais que nos lisonjeiam, e aliviar tensões emotivas, fruto da insatisfação?¹⁶⁶

O XVI Capítulo Geral determinou o trabalho dos Irmãos com os pobres, nas missões e nas igrejas locais. Por isso, as lideranças do instituto precisaram lidar com a resistência das gerações que estabeleceram os colégios como referência para a vocação

¹⁶² KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014, p.36.

¹⁶³ DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia**: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.116.

¹⁶⁴ DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia**: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.115.

¹⁶⁵ “Temos, sim, duas grandes categorias de Irmãos: os que trabalham com a velha fórmula e ministram formação para um gênero de vida que não vai ser vivida; e os que, vítimas do idealismo, multiplicam planos muito lindos (sobre o papel...)” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.379.

¹⁶⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.385.

religiosa. Os relatos indicam ter ocorrido uma renovação mal compreendida pelo fato de ter sido imposta uma via apenas para todo o instituto, desconsiderando a pluralidade de experiências e, conseqüentemente, resultando em uma série de conflitos e insatisfações entre os Irmãos:

[...] insisto ainda um pouco nesse ponto, porque os apelos conciliares e capitulares eram plenamente legítimos, mas não foram eles que – salvo em casos bem raros – puderam bloquear mentalidades de homens de boa vontade [...] Não admira que um bom religioso tenha ficado triste, irritado, insatisfeito, sobretudo enquanto durou a confusão.¹⁶⁷

Consoante Massimo Bonato, que analisou a crise macroestrutural da Igreja Católica na segunda metade do século XX, com base em um grupo de jovens italianos militantes leigos, o Concílio Vaticano II foi identificado como um momento forte da crise da Igreja, mas que, de maneira arraigada, persistiu progressivamente nos anos seguintes com a diminuição das vocações de sacerdotes, abandono da Vida Religiosa, reformulação das paróquias, redefinição do papel do leigo na Igreja, perda de influência em relação ao Estado e uma Igreja que não era mais a única referência em termos de cultura e valores. A crise teve como referência o Vaticano II, em função das discussões que se estabeleceram com procedência nesse evento em torno da identidade do catolicismo. O autor utilizou o conceito de crise¹⁶⁸ para analisar a dinâmica das transformações sócio-históricas de maneira processual para compreender os fenômenos dentro de determinada conjuntura espaço-temporal e identificou que “após o evento, cristalizou-se uma visão de crise como algo inevitável, com a qual, mais que combatê-la, era preciso aprender a conviver e a lidar.”¹⁶⁹

Essa crise potencializada com o Vaticano II não ocorreu homogênea na Igreja Católica, nem mesmo entre os institutos religiosos. A recepção do concílio, tanto

¹⁶⁷ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.381.

¹⁶⁸ Além de o autor considerar o conceito de crise de Robert Merton (“crise crônica”), de Jürgen Habermas (associação entre “crise” e “modernidade”), um dos conceitos de crise advém de Reinhart Koselleck, de “crise permanente”, que “pode ser aplicada para pensar o desenvolvimento da religião católica no século XX, para avaliar suas mudanças e permanências no plano institucional, além de que, também ajuda na análise de discursos sobre ‘a crise da Igreja’ produzidos pelos intelectuais católicos, no sentido de poder avaliar de que forma e com quais propósitos recorrem a essa categoria para explicar a condição da Igreja Católica perante o mundo moderno.” Cf. BONATO, Massimo. **Igreja Católica e modernização social: a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960**. 2014. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.52-53.

¹⁶⁹ BONATO, Massimo. **Igreja Católica e modernização social: a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960**. 2014. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.323.

em sua faceta teórica quanto prática, também percorreu caminhos distintos. Tratando-se de Vida Religiosa, cada instituto possui características próprias e, embora constituídos por sujeitos que compartilham regras de vida comuns, não deixamos de considerar os impasses e adversidades advindos do processo de renovação e que se constituem diversificadas memórias. Importante é destacar as discussões de Maurice Halbwachs¹⁷⁰, quando estabelece que os sujeitos participam tanto da memória individual como da coletiva (a memória de grupo), embora sejam múltiplas as memórias relacionadas à segunda dimensão, com elementos comuns que contribuem para a tomada de consciência da identidade, além de essa memória ser mutável. Em relação às memórias constituídas coletivamente, Michael Pollak reitera a ideia de que “o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”¹⁷¹, condicionada a uma identificação com determinado passado, uma “memória quase que herdada.”¹⁷² Do ponto de vista dos documentos do Instituto Marista, a memória coletiva foi acentuada e representa o desejo de uma maioria que venceu os debates nos espaços de decisão e compartilhou dos mesmos propósitos, quando “normas e valores são assumidos, segundo os critérios da instituição.”¹⁷³ Por mais que as decisões desse grupo religioso tenham sido constituídas pelas vozes majoritárias, nas províncias, entretanto, surgiram reivindicações entre os religiosos que não se sentiram contemplados pela proposta de atualização.

Os Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral utilizavam como vestimenta o hábito religioso preto e foi objeto de debate acerca da sua permanência para os anos que se seguiram. O hábito ou batina constituiu uma particularidade da identidade desses religiosos e cooperou para demarcar as relações religiosas e sociais. Como meio de identificação, o hábito expressava a consagração a Deus, remetendo à renúncia aos bens materiais e afetivos do mundo secular, à busca da perfeição, à mudança de mentalidade e de identidade. Recorrendo às orientações do XV Capítulo Geral (1958), a vigésima quinta sessão trouxe à baila as discussões sobre o hábito religioso, quando os Irmãos assim determinaram:

¹⁷⁰ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

¹⁷¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p.201.

¹⁷² POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p.201.

¹⁷³ NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p.54.

Deve haver uma inteira uniformidade nas partes essenciais do traje dos Irmãos, seja na forma ou na qualidade do tecido. Se o clima ou qualquer outro motivo sério exigir uma modificação do traje, ele deverá ser aprovado pelo Irmão Superior Geral e seu Conselho.¹⁷⁴

De 1958 a 1967, o traje religioso dos Irmãos Maristas estava constituído dos seguintes elementos: a batina preta, o cordão de lã, a cruz de cobre incrustada de ébano. Havia uma padronização e exigências mais rígidas com a vestimenta religiosa (Figura 5).

Figura 5 - Irmãos participantes do XVI Capítulo Geral, em Roma. O Superior Geral é o sétimo da primeira fila, da esquerda para a direita.



Fonte: CHASTEL, Guy *et al.* **Nossos Superiores Gerais: Biografias dos Superiores do Instituto dos Irmãos Maristas, de 1839 a 1993.** Curitiba: PUCPRESS, 2019, p.658.

O Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) não solicitou abolir o uso do hábito religioso, inclusive reconheceu ser um importante sinal da consagração religiosa. Em algumas províncias, os Irmãos já haviam suprimido o seu uso. Em geral, todavia, os Irmãos mais velhos não queriam mudar a vestimenta oficial. Por isso, em 1967, o uso do hábito tornou-se flexível e os religiosos que optaram por não usá-lo foram orientados a trajar o terno preto, cinza ou azul marinho.

¹⁷⁴ “Il doit y avoir une entière uniformité dans les parties essentielles du costume des Frères, soit pour la forme, soit pour la qualité de l'étoffe. Si le climat ou une autre raison sérieuse nécessitait une modification du costume, elle devrait être approuvée par le Frère Supérieur Général et son Conseil.” Cf. **Minutes de Quinzième Chapitre Général des Petits Frères de Marie.** Grugliasco, Itália, du 15 septembre au 13 octobre 1958, p.49. Francês (Itália, Internacional).

Ainda que todos os documentos do Concílio Vaticano II tenham interferido na renovação da Vida Religiosa, o *Perfectae Caritatis* (1965), que trata especificamente deste estado de vida, instituiu princípios e critérios. Entre os princípios, encontram-se a volta às fontes da Igreja (Evangelhos), a inspiração fundacional dos institutos e a adaptação “às novas condições dos tempos.”¹⁷⁵ Quanto aos critérios de atualização, as comunidades religiosas e o trabalho apostólico deveriam ser organizados conforme as exigências pastorais da Igreja Católica e a especificidade do carisma de cada instituto. O Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), no entanto, não orientou as particularidades dessa renovação, por isso, com autonomia, cada instituto religioso determinou os seus procedimentos e estratégias. Quando o Papa Paulo VI publicou a Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio*¹⁷⁶ (1971), descreveu ter sido um período de “incerteza”, “inquietação” e “instabilidade” o contexto de busca dos institutos por uma renovação, com a exigência de atualização dos carismas dos fundadores como critério a ser empreendido: “a obrigação dos Religiosos e das Religiosas de serem fiéis ao espírito dos seus Fundadores, às suas intenções evangélicas e ao exemplo da sua santidade.”¹⁷⁷ Ambos os documentos remetem os institutos religiosos a uma atualização desde as origens. Esses documentos foram considerados relevantes para a renovação dos Irmãos Maristas, porém, nem todos compartilhavam da mesma releitura do carisma. Ainda que o Superior Geral tivesse o Concílio Vaticano II como referência e pretendido conduzir os religiosos para o trabalho com os pobres e em áreas de missão, essa estratégia não cooperou para integrar a tradição do Instituto Marista. Nesse sentido, as suas lideranças estiveram mais inclinadas para cumprir as determinações dos documentos do concílio do que em acatar e fomentar outros caminhos de renovação que pudessem atender as experiências e necessidades das distintas gerações de Irmãos e as províncias.

3.2 As comunidades religiosas e os conflitos de mentalidades

Em março de 1969, a revista *Grande Sinal* publicou o artigo intitulado “Vida Religiosa e vida comunitária”. Nele, foi retratada uma Vida Religiosa que carecia de

¹⁷⁵ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.488.

¹⁷⁶ PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio***. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.

¹⁷⁷ PAULO VI. **Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio***. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972, p.9.

uma reforma de mentalidade e “compreensão das leis que regem a vida social.”¹⁷⁸ A temática da vida comunitária é bastante representativa neste período de atualização da Igreja, com questionamentos sobre a organização da Vida Religiosa e foi discutida frequentemente nas publicações dessa revista durante os anos de 1970. E o artigo prosseguiu defendendo o argumento de que “o motivo mais freqüente para alguém abandonar a Vida Religiosa é porque, como dizem, nas assim chamadas comunidades religiosas pode haver tudo, menos genuíno espírito comunitário.”¹⁷⁹ Essa afirmação oferece alguns elementos de análise: a recorrência do tema na literatura da Vida Religiosa; os contextos sociais e religiosos do mundo contemporâneo repercutiam na maneira de viver dos religiosos; a eficiência das atividades (fraternidade e apostolado) estava associada a entrosamento e harmonia entre os membros da comunidade; mas principalmente, os problemas em torno do conceito de autoridade se tornaram pauta nos institutos, com o desejo de relações menos verticalizadas entre os superiores e os demais membros.

Uma das características das comunidades religiosas que se delineou após o Vaticano II foi a sua constituição com um número menor de membros, com ênfase nas relações humanas.¹⁸⁰ A própria literatura referente aos anos de 1960 a 1970 oferece elementos teóricos para se pensar os problemas de funcionamento das comunidades, de

¹⁷⁸ SPINDELDREIER, Ademar. Vida Religiosa e vida comunitária. **Grande Sinal**, Petrópolis-RJ, ano 23, p.96-105, março de 1969, p.101. Existe um número significativo de livros publicados na segunda metade do século XX sobre o tema, conforme alguns trabalhos já referenciados. Nas revistas brasileiras especializadas sobre a Vida Religiosa, como a *Convergência* e a *Grande Sinal*, é possível verificar as discussões dessa temática de forma recorrente. A *Convergência* é uma publicação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e existe desde 1955. A *Grande Sinal* é publicada pela Editora Vozes desde 1947.

¹⁷⁹ SPINDELDREIER, Ademar. Vida Religiosa e vida comunitária. **Grande Sinal**, Petrópolis-RJ, ano 23, p.96-105, março de 1969, p.98-99.

¹⁸⁰ São algumas características gerais, que gradativamente e em ritmos diversos, após o Vaticano II, os institutos religiosos foram se reorganizando, seja em função da diminuição do número de membros ou a intensificação da inserção entre as classes populares e nas igrejas locais. Cf. CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. / FORTIN, Cassandra. **“Une femme de tout temps, d’hier, d’aujourd’hui et de demain”**: Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille dans le contexte du concile Vatican II (1962-1983) 2017. 141 f. Thèse (Maîtrise en Histoire) - Département D’Histoire. Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec au Canada, 2017. / LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”**: l’évolution et l’adaptation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013. / NUNES, Maria J. F. R. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1985.

certa maneira generalizados e que demandaram atenção justamente pela necessidade que a concepção eclesiológica e pastoral e o novo sujeito social exigiram.¹⁸¹

De acordo com a pesquisa de Cassandra Fortin, após o Vaticano II, passou-se a compreender a comunidade mais integrada ao mundo e as novas gerações de religiosos mantiveram-se desejosas de uma vida comunitária assentada na democratização da autoridade e não somente na submissão à regra. O abandono gradativo do hábito religioso tradicional foi visível e nada fácil de solucionar, considerando que a sua supressão ainda se relacionava à perda da identidade religiosa. Experiências de comunidades com o menor número de religiosas em sua composição cooperaram para qualificar as relações e os trabalhos pastorais.¹⁸²

Por sua vez, Dominique Laperle¹⁸³ identificou o fato de que as transformações sociais e culturais questionaram o modelo educacional e religioso das *Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie*, mas que, no primeiro momento, esse instituto se dedicou à sua estrutura interna de organização, às atividades das religiosas. Entre os Irmãos Maristas, a preocupação com as estruturas ocorreu em função dos questionamentos provocados pela própria sociedade, que lhes exigiu a atualização das escolas em conformidade com as leis de cada país e uma formação atualizada dos religiosos.¹⁸⁴ A palavra **estrutura** foi central nas discussões do Irmão Basílio Rueda, e diz respeito muito mais à mentalidade, à forma de pensar a organização prática da Vida Religiosa do que propriamente as estruturas físicas de suas comunidades e escolas, embora esse último aspecto também o seja.¹⁸⁵ Em 1975, quando esse Superior Geral descreveu suas percepções sobre a PMSP, identificou um “agudo” problema nas relações entre os

¹⁸¹ Pode ser verificada uma vasta produção, especificamente sobre a Vida Religiosa, mas também sobre a Igreja, dando-se ênfase à vida comunitária e à interferência da secularização na Vida Religiosa. Consultar: ROLDÁN, Alejandro. **As crises na Vida Religiosa e Sacerdotal**. São Paulo: Edições Loyola, 1965. / WRIGHT, John. **Consciência e autoridade: tensão e harmonia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1971. / BOCOS, L Gonzáles *et al.* **Discernimento comunitário**. Madrid, Espanha: EDITA-Publicaciones Claretinas, 1976; GOFFI, Tullo. **Obediência e liberdade pessoal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1970. / LÓPEZ, Salvador. **Psicologia e Vida Consagrada: maturidade, sexo e eu**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

¹⁸² NUNES, Maria J. F. R. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1985.

¹⁸³ LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”**: l'évolution et l'adaptation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013.

¹⁸⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 janeiro de 1968, n.1, p.58-59.

¹⁸⁵ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 24 de fevereiro de 1968, n.3.

religiosos: “Há menos integração pessoal. Existem relações humanas mais formais, que em profundidade.”¹⁸⁶

O Irmão Basílio Rueda solicitou de maneira enfática aos superiores das comunidades que não se fizessem concessões aos Irmãos no tocante ao uso do dinheiro, como, por exemplo, com o fumo; os licores, que remetiam a uma vida de luxo; a leitura de revistas “mundanas” por distração; os aparelhos fotográficos de uso não educativo; a perda de tempo e dinheiro com visitas à família. No seu entender, esses gastos deveriam ser revertidos para as missões e escolas em países pobres. As referências à necessidade de adequação do comportamento dos Irmãos em relação à pobreza indicam que este assunto permaneceu no anonimato da congregação. De modo geral, existia um desconhecimento, ausência de contatos com as realidades de pobreza pelo fato de os trabalhos apostólicos restringirem-se aos seus colégios, ocorrendo a “segregação do plano apostólico, nível de vida muito aburguesado, ignorância dos graves problemas de hoje, indo mesmo até uma certa insensibilidade a este respeito.”¹⁸⁷

Essa proposta de apostolado pleiteado no documento capitular *Vida Apostólica*, certamente, decorre da influência do Irmão Basílio Rueda e possui relação com a subcomissão do XVI Capítulo Geral “Objetivo específico do instituto.”¹⁸⁸ Esse documento propunha às províncias priorizar a educação das crianças pobres: “abram prazerosamente as escolas, os cursos de recreação, os campos de esportes, com a prudência necessária, a organização criativa, às crianças e aos jovens do bairro, às aulas noturnas etc...”¹⁸⁹ As mesmas estruturas organizativas dos colégios deveriam atender também os pobres. Houve uma exigência tripla diante do tema pobreza: tomada de consciência de sua existência, necessidade de viver junto dos pobres para retomar o carisma do instituto e abrir as escolas para essa clientela. Para esse Superior Geral, antes de se fazer a reforma para a vivência da pobreza (estrutura material), se fazia necessária uma reforma com a pobreza individual dos Irmãos, a começar pela sugestão de redução de gastos e reajustamento econômico do orçamento das comunidades religiosas.

¹⁸⁶ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.11.

¹⁸⁷ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1, p.70.

¹⁸⁸ Em *Bulletin de l’Institut* (1968) constam todas as comissões e subcomissões com os nomes de suas respectivas composições. O Irmão Basílio Rueda fez parte da subcomissão “Objetivo específico do Instituto”, vinculada à comissão sobre “Vida Apostólica”. Cf. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXVIII, n.208, p.3-121, maio de 1968. Francês (Roma, Internacional).

¹⁸⁹ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1, p.93.

Poderíamos admitir, digamos, no exercício financeiro de 1969, uma redução de 5% das despesas ‘per capita’ em relação ao que é normalmente previsto sem essas medidas? E se isto se fizesse, este esforço de 10.000 homens para conseguir 5% de redução anual e o investir em maior ajuda aos pobres, não seria eficaz?¹⁹⁰

No documento capitular sobre a vida comunitária, constam orientações específicas, aproximadamente 100 laudas. Esse documento não teve a pretensão de realizar uma avaliação minuciosa, mas destaca que antes do XVI Capítulo Geral foi elaborada uma sondagem¹⁹¹ que identificou a superficialidade de algumas comunidades em relação à vivência dos votos de consagração. Isto nos permite constatar que a vida em comum teria sido um problema para muito religiosos, com baixa qualidade das relações humanas, da vida de oração, do “testemunho atrativo” para as novas vocações e um constatado descompasso da organização das comunidades em relação às exigências advindas das mudanças socioculturais.

A contestação de certos valores que pareciam imutáveis, a rápida evolução do mundo, a imponente reforma do Vaticano II, a complexidade das novas tarefas, a penúria das vocações..., tudo isto cria, com o tempo, certo clima de insegurança. O Irmão experimenta a necessidade crescente de sentir-se apoiado por seu irmão.¹⁹²

Sustentado na experiência de atualização que teve com as demais congregações religiosas e no que foi apresentado nos documentos do Concílio Vaticano II, o Irmão

¹⁹⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.568.

¹⁹¹ O documento do XVI Capítulo Geral (1968, v.1) faz menção a uma sondagem realizada somente nas províncias da Espanha, em 1967. Esses dados foram socializados pelo grupo de trabalho responsável pela produção do documento sobre a vida comunitária no decorrer do XVI Capítulo Geral, reconhecendo que as comunidades religiosas enfrentavam problemas, algumas mais, outras menos. Embora a sondagem entre os Irmãos espanhóis não revele tanta discrepância em relação às categorias propostas para o instrumental de coleta de dados (muito felizes, bastante felizes, pouco felizes e nada felizes), apontou para alguns problemas da vida comunitária. O resultado foi publicado integralmente na circular de 06 de junho de 1970 (p.305-326), em 21 tabelas, relacionando a felicidade dos religiosos ao grau de satisfação com a vida comunitária e a vida apostólica. Mesmo que os dados não sejam muito dispare (em relação a satisfação ou insatisfação), indicam que os índices de satisfação foram maiores em comunidades com número reduzido de religiosos, pelo fato de possibilitar aproximação entre eles. Entre os problemas, mencionamos: perda de identificação com a vocação, conflitos de gerações e formação deficitária (acadêmica e religiosa).

¹⁹² **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1, p.149. O Irmão Alain Delorme, quando elabora um panorama das circulares de Basílio Rueda, afirmou que esse Superior Geral priorizou a vida comunitária dos religiosos, por entender que havia problemas de funcionamento que afetavam negativamente as outras dimensões da Vida Religiosa; com a ausência de participação dos membros e pouco atrativa para as novas vocações: “[...] as deficiências neste ponto talvez expliquem a hemorragia das vocações que caracteriza essa época na maior parte das Congregações.” Cf. DELORME, Alain. As circulares do Irmão Basílio Rueda: circunstâncias de sua composição pelo Irmão Gabriel Michel. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XXI, n.29, p.101-128, maio 2011, p.112.

Basílio Rueda acreditava que a vida comunitária era ponto fulcral para o futuro dos institutos religiosos. Muitos Irmãos Maristas haviam se desligado da congregação em virtude da indiferença e deficiência da organização da vida comunitária.¹⁹³ As comunidades do Instituto Marista foram caracterizadas pela “esclerose”, “insuficiências” e “deformações”.¹⁹⁴ Tais problemas se relacionavam ao excesso de rigidez, regularidade e estabilidade dos rituais e horários tratados como valores intransponíveis. Isso denota a dificuldade para unificar os encaminhamentos, sobretudo quando foram identificados dois tipos de comunidades: a “Modelo de Ordem”, que vivia as normas e prescrições; e a “Modelo de Equilíbrio”, que procurava estabelecer o diálogo entre seus membros, valorizando a criatividade e conciliando os diversos níveis de conflitos. Atesta-se que o Irmão Basílio Rueda propôs a conciliação de novos formatos de organização comunitária para agregar as experiências das gerações, assentado no “Modelo de Equilíbrio”. Por outro lado, havia outro modelo de comunidade que não se caracterizava pela ordem, tampouco pelo equilíbrio necessário para agregar as experiências geracionais:

As reuniões da comunidade estão no centro das novas reformas. Mas acho que não se encontrou o espírito requerido para essas reuniões. Tive diretores que nas tradicionais explicações da Regra deixavam transbordar o coração de pai e de religioso. Os Irmãos se enchiam de coragem por toda a semana. Mas se uma reunião é dominada por um ou dois eloqüentes, que muitas vezes se desviam do assunto, os Irmãos saem cansados e aborrecidos.¹⁹⁵

Como categoria sociológica, o conceito de geração não pode se resumir a indivíduos que conviveram na mesma temporalidade histórica, mas à posição social que ocuparam diante dos diversos acontecimentos, considerando que a particularidade de cada geração (novos e velhos) é composta pela pluralidade de experiências no curso da vida, quando as “trajetórias e projetos elaborados pelos indivíduos tem uma

¹⁹³ Conforme mencionado anteriormente, na circular de 06 de junho de 1970, existe um “*Apêndice estatístico e sociológico*” referente a uma pesquisa realizada por um sacerdote, que entrevistou 1.600 Irmãos Maristas das Províncias da Espanha, em 1967, sobre a vida comunitária. Entre outros dados, foram constatados mediano grau de satisfação com a vida de comunidade e a fidelidade à própria vocação, porém, quando se mencionam as saídas de vocações, associa-se com a não identificação das pessoas com o seu grupo e as devidas aspirações da congregação. Embora sejam dados regionais, o Irmão Basílio Rueda argumentou ter sido um panorama geral de todo o Instituto Marista.

¹⁹⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 06 de junho de 1970, n.2, p.193.

¹⁹⁵ Depoimento. *In*: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.383.

circunscrição histórica e cultural que se apresenta a eles como repertório de temas, preocupações, paradigmas culturais.”¹⁹⁶

O Irmão Basílio Rueda concebia a autoridade como expressão e manutenção da fidelidade dos religiosos ao carisma do fundador; vinculou a obediência à fidelidade, já que caberia ao superior de cada comunidade manter os demais membros persistentes aos objetivos comuns. Tendo em conta que a proposta de renovação não obteve aceitação unânime entre as províncias, a ênfase à obediência foi uma estratégia para unificar os procedimentos e objetivos do Instituto Marista nos níveis regionais, sobretudo entre os religiosos contrários às determinações do XVI Capítulo Geral:

Atualmente, como vejo aqui, parece que chegamos a acomodações bastante capengas, que consistem a pôr-se de acordo com o que não se está de acordo. Se a vida comunitária existe para ser vivida, encontrou-se aí de fato o mínimo-denominador-comum. O que acontece é que pessoas boas, homens honestos, enfrentam um problema que carece de uma solução rápida e fácil, se, é claro, a consciência for respeitada.¹⁹⁷

De fato, o Instituto Marista esteve ciente dos problemas relativos à vida comunitária, a quem o Irmão Basílio Rueda atribuiu parte dos entraves às circunstâncias históricas. Ao fazer isso, atestou a fragilidade da congregação em lidar com o que ele denominou de “desvios”: o predomínio do prático e do normativo do exterior sobre o interior, das regras disciplinares sobre os anseios por maior autenticidade e valorização da individualidade dos religiosos. Nas comunidades, nem sempre foi possível acomodar e conciliar as concepções acerca da renovação, nem mesmo unir os religiosos em torno de pontos comuns da organização comunitária:

Uma coisa é certa. Sobre essas mudanças não há concordância. E as diferenças de pontos de vista destroem a coesão das comunidades. A casa dividida contra si mesma poderia manter-se agora? A princípio, pensava-se que o diálogo conduziria ao consenso. A isso não parece que conduziu. Num segundo momento, a reunião se realizava com nova palavra de ordem: não pensemos no consenso; que cada um diga o que tem que dizer, só isso.¹⁹⁸

Adequar a Vida Religiosa às circunstâncias históricas pressupunha a preservação das experiências e a transmissão da herança institucional de um passado que precisava ser recordado. Nesse sentido, há uma concepção de história *Magistra Vitae*, cujas

¹⁹⁶ BARROS, Myriam Lins de. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: BARROS, Myriam Lins de (Org.) **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p.20.

¹⁹⁷ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.389.

¹⁹⁸ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.389.

características assinaladas por Reinhart Koselleck podem ser constatadas na capacidade de repetição dos ensinamentos da história passada como um caminho de múltiplas experiências “das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos.”¹⁹⁹ Ao mesmo tempo em que o instituto estabeleceu o retorno às experiências de sua fundação para não perder a sua identidade, o Irmão Basílio Rueda orientou a “descarregar do que é antiquado e inútil às estruturas da vida religiosa e a adaptá-las acertadamente às condições dos religiosos de hoje e às exigências do apostolado atual.”²⁰⁰ Nessa perspectiva é que Danièle Hervieu-Léger enfatiza que as instituições religiosas, ao depararem as mutações culturais, as incertezas do presente histórico, sentem-se desafiadas a readaptar-se para transmitir e dar continuidade à memória de fundação, quando “a paisagem religiosa da modernidade é caracterizada por um movimento irresistível de individualização e de subjetivação das crenças e das práticas.”²⁰¹

Ainda que não seja possível mensurar com exatidão as particularidades do funcionamento das comunidades religiosas, a deficiência e o descuido com a prática da oração foi um problema crescente em todo o instituto: “uma realidade que se está estendendo e generalizando em vários países do mundo (e em alguns de modo alarmante) é o descuido, desgosto, e até a repulsa da oração entre os religiosos.”²⁰² Acrescentem-se a esse problema a saída de Irmãos e o estilo incoerente de muitos que permaneciam no instituto: “o Concílio não nos convidou a abandonar, mas sim a dedicar-nos à oração; oração que, se até agora pecou por formalismo, de hoje em diante deve ser muito mais autêntica e pessoal.”²⁰³ Esse posicionamento indica a ausência de assiduidade dos religiosos com os horários das comunidades e rigidez com as prescrições normativas para os costumes e rituais de oração. Ainda que tivessem orientações para flexibilizar os horários, a rotina e as tarefas das comunidades, há indícios de que parte dos religiosos assentava a prática da oração na repetição de

¹⁹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.42.

²⁰⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 06 de junho de 1970, n.2, p.259.

²⁰¹ HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.139.

²⁰² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.583.

²⁰³ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.605.

fórmulas, e “sentindo-se menos ligados a um regulamento, há Irmãos que a abandonam em parte, ou quase totalmente.”²⁰⁴ Assim, havia os religiosos que não conseguiam desprender-se das regras e fórmulas das orações tradicionais sustentadas na repetição, mas também os que não se apoiavam nas regras e, tampouco, nas práticas atualizadas. Por outro lado, a participação nas missas, a reza do ofício e do terço, tudo indica terem sido atividades mantidas dentro de certo rigor disciplinar, sem muitas contestações. Os exercícios espirituais foram assim descritos pelo Superior Geral, quando emitiu um parecer das comunidades da PMSP:

Desde 1968, o Brasil deu-me a impressão de uma rarificação e desaparecimento progressivo da oração. [...] Existe ausência em sua Província de mecanismos de vitalização e de ativação da oração, que se pode tornar hábito pelo esquema repetitivo na comunidade em que se vive.²⁰⁵

O Superior Geral conhecia os problemas das comunidades maristas, chegando a constatar o abandono da prática de oração. Tudo indica que esta crise ocorreu singularmente nas províncias e “causou o desmoroamento de religiosos, de comunidades e até mesmo de Províncias.”²⁰⁶ Essa crise, no entanto, já se manifestava antes do Vaticano II, e as estruturas de organização da vida religiosa de certa maneira camuflavam o problema: “Não vamos atribuir ao Concílio a responsabilidade desta crise. Podíamos aduzir toda uma série de dados históricos da época de Pio XII para provar que então já se preparava profundamente o seísmo vindouro.”²⁰⁷

²⁰⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.391. Em uma publicação da Coleção Formação (fascículos), quando o Irmão Basílio Rueda discutiu com mais afinco a formação à oração, expressou novamente que havia um bom número de religiosos que não sabiam rezar. Ele se refere principalmente aos religiosos que se apoiavam somente em fórmulas e repetições. E provavelmente por este motivo escreve uma série de fascículos para tratar de temas relacionados à formação Marista. “Se a estes Irmãos se suprisse um exercício de piedade, e se lhes dissesse de realizá-lo num tempo determinado, estavam perdidos. Quando se lhes deixou a liberdade de rezar, viu-se que não sabiam fazê-lo, e a convicção e o interesse não alcançavam a dose suficiente, para o exercício sair eficaz. Esmagados pelos trabalhos concretos, não logravam em acomodar a sua vida de oração.” Cf. RUEDA, Basílio. **Formação à Oração**. Cadernos de Formação. Tradução: José Cegalla e João Batista Camilotto. Porto Alegre: Gráfica da Escola Profissional Champagnat, s/d., p.3.

²⁰⁵ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.34.

²⁰⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de novembro de 1973, n.10, p.509.

²⁰⁷ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1976, n.4, p.265. Na mesma perspectiva, para abordar a espiritualidade dos Irmãos Maristas, em 08 de setembro de 1976, o Irmão Basílio Rueda finalizou sua última circular referente aos primeiros nove anos de governo, intitulada *Um novo espaço para Maria*. No mês seguinte, foi reeleito Superior Geral, no dia 07 de outubro de 1976. Essa circular basicamente apresenta a centralidade do que ele denomina “espírito Marista” tratado na circular anterior; ou seja, aquilo que caracterizaria o Irmão Marista; os aspectos identitários relacionados à peculiaridade do carisma fundacional. A circular faz um apanhado sobre o Fundador, os Superiores Gerais da congregação e a experiência dos Irmãos em relação à devoção mariana, apresentando as discussões dos dados coletados entre 550 religiosos. Nesses depoimentos, verifica-se que após o Vaticano II ocorreu uma crise com relação às práticas de devoção a Maria, que

Tanto o Irmão Basílio Rueda quanto o Irmão Quentin Duffy (conselheiro geral) foram intransigentes com as orientações do XVI Capítulo Geral: “todos os membros do instituto, especialmente os Superiores, devem ter uma sensibilidade justa e forte às reações e à conduta de outros confrades.”²⁰⁸ E ainda: “Se os Irmãos tiverem motivações realmente fortes para receber essa comunicação, eles desejarão que o sistema funcione bem.”²⁰⁹ Mesmo que o Irmão Basílio Rueda tenha almejado imprimir uma administração alicerçada na colegialidade, não ocorreu de maneira satisfatória, por alguns motivos: primeiro, pela resistência de parte dos religiosos contrários às decisões do XVI Capítulo Geral; e segundo, por predominar entre os religiosos uma concepção de obediência e autoridade centralizada na figura dos superiores e na obediência às regras. Ainda que a narrativa do Instituto Marista tenha estabelecido a renovação das comunidades, encontrou resistências e conflitos entre os Irmãos das variadas gerações. Mesmo havendo, no entanto, posturas contrárias às decisões desse instituto, ninguém negou a relevância e pertinência do Vaticano II, em grande medida, sob a influência de uma concepção sacralizada da obediência e a defesa da estrutura comunitária tradicional para preservar os ritos. Assim, poderia ocorrer relutância em relação ao cumprimento de determinadas ordens dos superiores, mas não em relação à plausibilidade da estrutura de obediência sob a qual os religiosos foram formados.

3.3 O trabalho apostólico em questão: permanecer nos colégios ou atender os pobres?

Com a carta circular intitulada *Um Capítulo para o mundo de hoje*²¹⁰, as províncias maristas foram indagadas sobre o trabalho que tradicionalmente desenvolviam em seus colégios. Havia os Irmãos que defendiam a continuidade com a mesma estrutura de apostolado das escolas, acreditando que assim não perderiam a identidade e a tradição; e os que ambicionavam novos trabalhos, não necessariamente nas escolas da congregação, porém, com a educação dos pobres. “Bastante tensões têm

certamente se relaciona ao problema da prática de oração. Os religiosos que responderam à pesquisa relataram conservar práticas de devoção a Maria com origem na família ou na própria congregação, advindas do contexto Marista e eclesial anterior ao próprio Concílio Vaticano II. Portanto, essa crise não deve ser atribuída somente ao Vaticano II; é resultado de práticas que foram alterando-se ao longo do tempo e intensificadas com o concílio, quando se discutiu abertamente essa crise.

²⁰⁸ DUFF, Quentin. In: **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXX, n. 218, p.405-431, junho de 1976, p.411. Francês (Itália, Internacional).

²⁰⁹ DUFF, Quentin. In: **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXX, n. 218, p.405-431, junho de 1976, p.411. Francês (Itália, Internacional).

²¹⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4.

surgido ultimamente em algumas Províncias ou entre Irmãos, a respeito das apreciações e inclinações para tais ou quais formas de apostolado.”²¹¹ No XVI Capítulo Geral, mas também nas assembleias das províncias, houve dúvidas e embates sobre o tipo de renovação que o instituto pretendia empreender no apostolado, considerando que as orientações de atualização impactaram os religiosos de várias maneiras, “desde impaciências e entusiasmos entre uns [...] e entre outros, estranheza e desorientação.”²¹²

Nas províncias, mesmo com o reconhecimento da oficialidade das orientações de renovação, havia um posicionamento majoritário dos Irmãos em prol da manutenção das escolas, o que, decerto, se associa à defesa da identidade. Observa-se a tentativa da constituição de uma memória assentada nos interesses em jogo, sobretudo, com a resistência às orientações do Superior Geral para redirecionar o apostolado para os pobres, quando parte dos religiosos optou pela manutenção da escola tradicional e veiculou o passado da congregação a uma imagem que desejou forjar desde a releitura promovida do carisma.²¹³ Essa ideia nos remete também a Fernando Catroga, quando reitera a noção de que a memória é fruto de embates em torno de interesses específicos, contribui para a consolidação da identidade e “sua expressão colectiva também actua como instrumento e objecto de poder(es) mediante a selecção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia.”²¹⁴

Os modelos de educação e de autoridade experimentados no Ocidente até a primeira metade do século XX passaram a ser contestados e instalou-se uma crise que contribuiu para abalar as bases da tradição. Segundo Hannah Arendt, a crise da autoridade e da educação possui relação com a tradição que perdurou por muito tempo no Ocidente como referência inabalável, e que, na segunda metade do século XX, a educação se viu obrigada “a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição.”²¹⁵ O maior problema esteve no âmbito da educação, tanto escolar como familiar, com uma geração que desejou romper com o modelo de autoridade. Embora os anos de 1960 tenham sido um período de prosperidade e crescimento econômico em países da Europa e da América do Norte,

²¹¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4, p.307.

²¹² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 julho de 1968, n.4, p.266.

²¹³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

²¹⁴ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra, Portugal: Edições AlmedIna, 2009, p.47.

²¹⁵ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016, p.246.

educar a juventude conformava um desafio para as instituições tradicionais. Ao mesmo tempo, o rompimento entre as gerações impulsionou a revolução dos valores sociais, com a “ruína das utopias e o esvaziamento dos mitos, do ponto de vista da edificação do porvir.”²¹⁶

Evidentemente que a diversidade de experiências dos institutos religiosos com a renovação requisitada pelo Vaticano II impossibilita uma leitura uniforme desse processo em função das dinâmicas estabelecidas, com ritmos e caminhos singulares. Antes dos anos de 1960, a vida religiosa tradicional caracterizava-se pela “fuga do mundo” e os religiosos deveriam comportar-se como tal. O ideal de formação das Ordens e Congregações negava as normas de comportamentos e valores da sociedade, o que é descrito pelo modelo de vestir-se, a rigidez dos horários, os muros que separavam os colégios e as comunidades, o rigor da obediência. Segundo Antonio Germano Magalhães Júnior, os institutos e colégios religiosos

[...] procuraram materializar uma representação de condutas e rituais que servissem de modelo para uma sociedade exterior às instituições, mas que viam nestas um símbolo de moralidade e modelo “puro” de vida. Estas congregações praticavam uma educação que muitas vezes se chocava com um cotidiano externo aos estabelecimentos escolares, cotidiano este que vivenciava uma mutabilidade de valores, ocasionada pela complexidade social impulsionada pela urbanização crescente e as modificações nas relações de trabalho.²¹⁷

O trabalho apostólico dos Irmãos Maristas foi extensamente debatido e a grande questão, de fundo, foi a razão de ser de suas escolas. Não que os maristas pautassem seus trabalhos somente neste setor, mas o foi predominantemente e assim constituiu-se a identidade desses religiosos, desde a origem. Essa identidade foi questionada com as decisões do XVI Capítulo Geral:

O instituto permanece fiel, a esse impulso inicial? A ESCOLA CATÓLICA [sic] tem sido, até hoje, o campo privilegiado e quase único de nossa ação apostólica. Porém, verifica-se a necessidade de avivar a nossa preocupação apostólica e trabalhar a revitalizá-la, levando em conta as condições atuais da educação da juventude e da escola. Frente a situações novas ou as novas exigências, a Hierarquia e os Irmãos já tomaram a iniciativa de começar obras que, até hoje, não entravam no quadro habitual das nossas atividades. Esta abertura sempre se fez com o cuidado de ficar no sentido do nosso apostolado específico.²¹⁸

²¹⁶ LEPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri-SP: Manole, 2007, p.9.

²¹⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano. DE EVA A MARIA: os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, p.86.

²¹⁸ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.28-29.

Nota-se que os Irmãos Maristas fomentaram discussões com a inclusão de outras formas de trabalho em suas pautas, mas com o cuidado para não se distanciarem do carisma da congregação. A escola tradicional, porém, se manteve intacta, embora algumas províncias já tivessem trabalhos com atendimento aos pobres, mormente em países de “Terceiro Mundo”.²¹⁹ O documento *Populorum Progressio*²²⁰ (1967) foi empregado para discutir a pobreza, os problemas de ordem econômica, política e social. Por meio da mencionada Encíclica, o Superior Geral indagou o instituto ante a renovação assumida pelo Capítulo Geral, por acreditar ser importante tratar das políticas de gastos, abertura e fechamentos de escolas, levando em consideração os locais com maior carência de trabalho dos Irmãos, sobretudo entre os pobres.²²¹ Neste caso, a opção pelos pobres foi assumida timidamente como prioridade pelo XVI Capítulo Geral, por isso tornou-se pauta constante nas cartas circulares do Irmão Basílio Rueda para repensar o trabalho que desenvolviam com os colégios da congregação. Assim, a renovação das províncias deveria cogitar a abertura dos colégios para atender os pobres, e até mesmo o seu fechamento para abrir escolas em meios populares.

No final do primeiro mandato, o Superior Geral convocou os religiosos para participarem mais ativamente das pastorais das igrejas locais, quando reconheceu as dificuldades com a formação cristã dos colégios: “Em mais de uma diocese, a Igreja local sente que não estamos bastante inseridos, e a contestação da escola católica vem disto: os nossos colégios formam seus alunos sem se preocuparem suficientemente com a pastoral de conjunto.”²²² Tal constatação evidencia uma educação católica com

²¹⁹ “Iniciativas deste gênero, unidas num esforço paralelo com os organismos internacionais em vista da formação dos quadros no Terceiro Mundo, assim como outras formas criativas de financiamento que, talvez até hoje não tenhamos tido a lucidez de inventar, poderiam alargar consideravelmente o esforço que temos feito neste setor, esforço que muitos Irmãos desejam ardentemente ver realizados.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968, n. 4, p.322. O Instituto se colocou à disposição da Igreja para colaborar nos espaços de missão no “Terceiro Mundo”. Essa expressão “Terceiro Mundo” foi utilizada pelos Irmãos Maristas no final da dos anos de 1960 e início de 1970, como sinônimo de espaços de carência material e espiritual. Cf. **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.223. De 1967 a 1971, para responder ao Plano Missionário, as províncias européias enviaram Irmãos para a América Latina: “Na data de 1 de janeiro de 1971, exercem missão na América Latina 1065 Irmãos europeus, a maior parte espanhóis.” Cf. RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.410.

²²⁰ Paulo VI. **Carta Encíclica Populorum Progressio**. Roma, 26 de março de 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html Acesso em: 13 de junho de 2018.

²²¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 24 de fevereiro de 1968, n.3, p.149.

²²² RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 25 dezembro de 1975, n. 3, p.179.

problemas formativos, pois os colégios maristas formavam cristãos que não mais se envolviam com as atividades das igrejas locais. Por sua vez, este foi um problema não só relacionado à formação dos alunos, mas também à resistência e isolamento dos Irmãos que se eximiam de seguir as orientações da congregação quanto à participação nas pastorais eclesiais, restringindo suas atividades de evangelização aos colégios.

O tema das missões ganhou relevância, assim como a pauta do “Terceiro Mundo.” As atividades missionárias foram planejadas para serem desenvolvidas nos locais onde pudessem oferecer serviços educacionais e formação religiosa para agentes de pastoral leigos. Então, o instituto planejou: 1) Programa de ação missionária e 2) Expansão da congregação para novas regiões. O principal objetivo foi a inserção nas “Igrejas jovens”, em locais que poderiam surgir vocações e oportunizar o contato dos Irmãos com os pobres.²²³ O documento capitular apresenta um Projeto Missionário²²⁴ detalhado e que foi retomado na carta circular de julho de 1968 e empregado como prioridade novamente no XVII Capítulo Geral (1976) com o objetivo de expandir o Instituto Marista e atender a solicitação da Igreja no tocante às missões (Decreto *Ad Gentes*, 1965). Essa temática missionária foi suscitada pela visita que o Irmão Basílio Rueda realizou a treze países da África, Ásia e América, com o seguinte propósito: “eu empregaria minha influência e minha ação para orientar o instituto, ainda mais se possível, para os pobres e as missões.”²²⁵ É importante sublinhar a ideia de que, acima de tudo, a opção pelos pobres constituiu-se a releitura que esse Superior Geral realizou do carisma do Instituto Marista para promover a renovação, e para esta finalidade o trabalho dos Irmãos deveria ser orientado, conforme ficou definido no XVI Capítulo Geral.²²⁶

O XVI Capítulo Geral delegou às províncias a responsabilidade de enviar uma quantidade de religiosos anualmente às missões, em conformidade com a administração

²²³ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968, n. 4, p.302.

²²⁴ O Plano Missionário foi articulado entre a Administração Geral, as Administrações Provinciais e os Setores Missionários e, mais diretamente com o Serviço Geral das Missões (SGM) composto por três Irmãos Maristas, conselheiros gerais, que tinham por atribuição promover e coordenar as atividades missionárias da congregação, estabelecer um mapa mundial e Marista sobre as missões e difundir informações acerca das atividades missionárias do Instituto e da Igreja. No tocante a cada província, deveriam promover e assegurar vocações missionárias nas casas de formação e recrutar vocações religiosas e leigas. Cf. **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2 (verde), p.221-286.

²²⁵ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 15 de julho de 1968, n. 1, p.6.

²²⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 15 de julho de 1968, n. 1, p.9.

geral do instituto e os organismos responsáveis. Para isso, a efetivação desse plano dependia da cooperação das províncias, já que haviam constatado a carência de religiosos no setor missionário. “Em geral os Irmãos não estão atentos: nem à pobreza espiritual e material da maior parte da humanidade, nem à missão da Igreja em meio a esse mundo de marginalizados.”²²⁷ Ainda que as missões não constituíssem a centralidade do trabalho do Instituto Marista – embora historicamente hajam integrado suas atividades apostólicas - utilizaram-se das reflexões dos Decretos *Perfectae Caritatis* (1965) e *Ad Gentes* (1965) para justificar o projeto missionário.²²⁸

A constante alusão ao fundador consta de uma narrativa que remete aos pobres, à gênese do apostolado desse instituto, ainda que o Irmão Basílio Rueda reconheça os limites para realizar esse retorno às origens. “Creio que se há algum ponto sobre o qual o Fundador nos chamaria hoje seriamente a atenção e nos convidaria a reagir como ele sabia fazer, é este assunto.”²²⁹ E enfatizou: “entre as desculpas que se ouvem mais frequentemente está a de dizer que não se pode, que é utopia, que além disso já temos colégios em cidades pobres.”²³⁰ Até mesmo questionamentos unilaterais: “Das classes sociais existentes nessas povoações qual é a que frequenta os nossos colégios, mesmo quando estes não são rendosos?”²³¹ E ainda: “Que porcentagem da população tem acesso em virtude de suas possibilidades econômicas, aos nossos colégios?”²³² O Superior Geral reiterou não ser suficiente a prática de destinar mensalidades para fins de democratizar as escolas maristas aos pobres, por acreditar que os Irmãos deveriam

²²⁷ **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2, p.223.

²²⁸ O Decreto *Ad Gentes*, que tratou exclusivamente da atividade missionária da Igreja Católica, instituiu como objetivo a inculturação em locais com pouca ou inexistente atuação do catolicismo, sobretudo com as jovens igrejas, localizadas em regiões carentes de recursos materiais e de trabalho sacerdotal. Por essa razão, as atividades missionárias deveriam ocorrer de maneira ininterrupta, auxiliando financeiramente o desenvolvimento das igrejas locais e “também se estenda essa atividade missionária àquelas igrejas antigas que agora se acham em regressão ou debilidade.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Ad Gentes. In: _____*. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.376.

²²⁹ Circular de 12 de setembro de 1968, n.5, p.553. E na Circular de 01 de julho de 1971, n.3, p.440-441, O Irmão Basílio Rueda reconheceu que a prática da pobreza do Instituto deixava a desejar: “Tomamos conhecimento e estamos preocupados com o deslocamento entre o estado de pobreza que exigem os tempos novos e a maneira pela qual praticamos essa pobreza. Parece-me que estamos todos conscientes de que, sem má vontade alguma e talvez sem que haja de nossa parte falta de virtude, a nossa pobreza sobre muitos pontos é uma farsa.”

²³⁰ RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.559.

²³¹ RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.561.

²³² RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968, n.5, p.562.

trabalhar entre eles. A considerar a regularidade com que os religiosos foram exortados sobre o tema, houve baixa adesão ao trabalho assistencial e missionário.

No discurso de encerramento da Conferência Geral de 1971, o Irmão Basílio Rueda expressou que existia “unidade dos corações, mas nem sempre a dos espíritos”,²³³ remetendo-se à diversidade de mentalidades dos Irmãos, que dificultou o alinhamento das diretrizes capitulares de renovação. A principal divergência estava entre os que desejavam permanecer nos colégios e os que pretendiam trabalhar com a educação dos pobres. “É preciso um esforço para reencontrar o carisma do Fundador: ir ao encontro dos pobres; porém, mesmo às apalpadelas, é preciso encontrar o caminho.”²³⁴ Portanto, essa releitura do carisma da congregação conduzida pelo XVI Capítulo Geral e tratada com afinco pelo Irmão Basílio Rueda não constituiu o horizonte de todos os Irmãos Maristas. Por mais que se tenha discutido e vinculado o tema dos pobres à renovação, foi um problema para os Irmãos Maristas incluí-los em suas atividades, considerando que havia um distanciamento dessa realidade socioeconômica, muito em função da rígida estrutura de organização dos trabalhos com as escolas.²³⁵

É possível constatar certo desajuste entre a renovação impressa nas orientações do Superior Geral e as experiências dos religiosos nas províncias. As discussões e encaminhamentos foram permeados por divergências quanto à organização e ao funcionamento das comunidades e do apostolado. Mesmo que os documentos do XVI Capítulo Geral e as cartas circulares tivessem o anseio por mudanças estruturais, o Instituto Marista não se posicionou de maneira homogênea, o que denota a dificuldade para empreender a renovação almejada:

Em vários dos casos anteriores se pôde ver certa agressividade contra uma renovação mal-entendida. Insisto ainda um pouco nesse ponto, porque os apelos conciliares e capitulares eram plenamente legítimos, mas não foram

²³³ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.425. “A Conferência Geral é uma assembléia consultiva composta pelo Irmão Superior Geral, pelo Irmão Vigário Geral, pelos Irmãos Conselheiros Gerais, pelos Irmãos Provinciais e, se o Estatuto do Distrito o prevê, pelos Irmãos Superiores de Distritos. Tem por finalidade: 1) consolidar a unidade do Instituto e permitir contatos diretos dos Superiores entre si e com o Irmão Superior Geral e os membros de seu Conselho; 2) estudar questões de interesse geral e propor soluções.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.131.

²³⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971, n.3, p.441.

²³⁵ “Cada vez que a Igreja e as Instituições Religiosas quiseram seriamente se renovar, perceberam o apelo da pobreza. É assim que o Concílio Vaticano II, Concílio de renovação, colocou-nos na pista da pobreza. Renovar-nos é viver mais intensamente nossa vocação religiosa na Igreja [...]” Cf. **Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1, p.71.

eles que – salvo em casos bem raros – puderam bloquear mentalidades de homens de boa vontade [...] Não admira que um bom religioso tenha ficado triste, irritado, insatisfeito, sobretudo enquanto durou a confusão.²³⁶

Se, por um lado, o Superior Geral manifestou disposição e capacidade para dialogar com a modernidade, por outro, as províncias resistiram às mudanças e adaptaram-se às exigências do Instituto Marista sem promover grandes alterações em sua organização da vida religiosa (recrutamento, formação, comunidades) e no trabalho apostólico (colégios). Ainda que durante o XVI Capítulo Geral tivessem elaborado um conjunto de documentos bastante coeso, as cobranças do Superior Geral revelam o descompasso das decisões oficiais em relação à apropriação dessas decisões nas comunidades religiosas das províncias, visto que, no final do primeiro mandato do Irmão Basílio Rueda, ele concluiu: “Um dos grandes erros dos Capítulos Gerais de renovação foi, a imprevisão do após-concílio. Fizeram-se coisas lindas; houve como que corridas de cavalos ferozes e chegadas de burros mansos!”²³⁷

Interessante é perceber que a diminuição das vocações e o alto índice de saídas dos Irmãos não interferiram na organização das escolas, que sempre se mantiveram com o número de matrículas em ascendência em todo o instituto. Isso denota que os Irmãos Maristas lograram êxito na administração dos colégios, mas não conseguiram renovar com o mesmo ímpeto o recrutamento de vocações (baixo índice de entradas), a formação inicial e continuada dos religiosos, a organização das comunidades (problemas de relacionamento entre os religiosos, prática da oração, organização dos horários), o atendimento aos pobres e a inserção nas pastorais das igrejas locais. Tais problemas, no entanto, não devem ser atribuídos unicamente ao Vaticano II, já que foram identificados há pelo menos uma década antes do XVI Capítulo Geral.

Assim, notamos que os discursos oficiais do Instituto Marista orientavam para a renovação, com a frequente articulação dos documentos do Vaticano II em suas decisões. A questão de fundo para a renovação foi o apostolado, com a escola sendo parte constituinte da identidade dos Irmãos Maristas. Em função dos rumos que historicamente foram dados a esse instituto, a maioria dos religiosos decidiu dar continuidade às experiências apostólicas e optou pela defesa da escola formal como parte constituinte de sua identidade.

²³⁶ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.381.

²³⁷ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.8.

Por mais que o trabalho com os pobres se apresentasse como critério para a renovação, os embates em defesa da manutenção da escola, seja ela privada ou em parceria com o Estado, impossibilitaram mudanças no apostolado, mesmo existindo iniciativas pontuais com outras frentes de trabalho. Ao se proporem seguir as orientações do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) e da Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (1971), os Irmãos Maristas recorreram às experiências iniciais da congregação e reafirmaram a preferência do fundador pelos pobres como fundamento de seu carisma. Ao mesmo tempo em que estabeleceram um caminho de renovação, em meio à crise, recorreram às experiências do passado histórico para estruturar suas referências, numa tentativa de “conectar o conturbado presente com o passado e o futuro.”²³⁸ Portanto, o critério de renovação das lideranças foi mensurado pela capacidade de inserção dos religiosos com os trabalhos educacionais entre os pobres, nas missões e nas atividades pastorais com as igrejas locais.

De acordo com Gilles Routhier, a linguagem jurídica transmite a recepção do Concílio Vaticano II quando insere as decisões nos documentos. A atualização fez-se presente nos encaminhamentos do Instituto Marista, sobretudo quando foram articulados os documentos conciliares para fundamentar a narrativa de renovação. Nesse sentido, predominou uma renovação no âmbito jurídico, com os documentos capitulares e com as alterações graduais nas regras de vida. Mesmo que a efetivação dos documentos tenha ficado sob a incumbência de cada província, as variadas hermenêuticas impossibilitaram as mudanças prescritas nas diretrizes do Capítulo Geral. Só será possível mensurar, porém, essa recepção prática com a análise dos encaminhamentos de cada província com a atualização que realizaram nas comunidades e no apostolado. Assim sendo, não basta que os documentos sejam apropriados pelas províncias, pois é necessário que os conhecimentos sobre o concílio permitam alterações nas mentalidades e nas estruturas de organização, em um contexto particular e em um período de extensa duração.

Divergindo de parte da historiografia que defende o Concílio Vaticano II como marco de rupturas, os impasses enfrentados pelos Irmãos Maristas não devem ser compreendidos somente após a deflagração deste evento, embora tenha contribuído para potencializar e acelerar alguns problemas. A narrativa produzida pelo Instituto Marista em torno da renovação não se eximiu em revelar os conflitos que surgiram entre os

²³⁸ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.32.

encaminhamentos do Irmão Basílio Rueda e as posturas irredutíveis de algumas províncias. A recepção das decisões do XVI Capítulo Geral foi problemática nas províncias ao propor um caminho homogêneo e fundamentado nas orientações do Concílio Vaticano II, assim como impossibilitou a precisão do alcance da renovação. Ao fazer isso, os religiosos que assentavam a vocação no modelo de Irmão Marista restrito aos espaços dos colégios não conseguiram se adaptar ao caminho de renovação proposto, que se caracterizou por um processo nada tranquilo e inacabado.

4 O AGGIORNAMENTO DO INSTITUTO MARISTA (1977-1985): “TUDO SEJA ORIENTADO PARA A POBREZA”

Nos meses de setembro e outubro de 1976, ocorreu o XVII Capítulo Geral, que contou com a participação de 145 Irmãos Maristas. Nesse foram produzidos cinco documentos: *Pobreza e Justiça*, *Oração-Apostolado-Comunidade*, *Formação*, *Irmãos Maristas Hoje* e *Missões*. Em grande medida, essas pautas se caracterizam pela retomada das prioridades do Capítulo precedente, mas com a proposição de temas complementares para orientar o instituto de dentro para fora (*ad extra*), considerando os problemas sócio-históricos.²³⁹

Se durante o XVI Capítulo Geral todos os Irmãos utilizavam a batina como vestimenta oficial, as discussões promovidas de 1967 a 1976 os levaram a tornar flexível o seu uso, observado pelo número reduzido de Irmãos que optou pela permanência do traje religioso tradicional (Figura 6). Os Irmãos que não desejavam utilizar a batina, no entanto, deveriam usar como vestimenta o terno preto, cinza ou azul, conforme haviam decidido e oficializado em 1967.

Figura 6- Irmãos participantes do XVII Capítulo Geral do Instituto Marista, em Roma. O Superior Geral é o oitavo da primeira fila, da esquerda para a direita.



Fonte: CHASTEL, Guy *et al.* **Nossos Superiores Gerais:** Biografias dos Superiores do instituto dos Irmãos Maristas, de 1839 a 1993. Curitiba: PUCPRESS, 2019, p.658.

²³⁹ “[...] contentou-se em complementar o trabalho do XVI Capítulo, ao decidir a prorrogação do período de experimentação das Constituições e o encaminhamento da questão do sacerdócio para o próximo Capítulo.” Cf. LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas:** a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.415.

Do ponto de vista da renovação, o documento *Pobreza e Justiça* é havido como estratégico, pelo fato de retomar as discussões sobre o lugar dos pobres no Instituto Marista, já que sobre este assunto o Irmão Basílio Rueda não obteve o êxito almejado nos encaminhamentos, de 1967 a 1976.²⁴⁰ Por sua vez, o XVII Capítulo Geral recorreu à Encíclica *Populorum Progressio* (1967) e à Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (1971) para justificar a atualização dos seus documentos, indicando os pobres como destinatários prioritários do apostolado. Ao mesmo tempo, denota-se certo desconhecimento das realidades sociais de pobreza.²⁴¹ Ainda que o tema pobreza tenha adquirido ares de complexidade quanto a sua concepção (pobreza material x pobreza espiritual), e que reconhecidamente havia experiências de religiosos com trabalhos assistenciais antes do Vaticano II, essa discussão permaneceu um paradoxo na congregação. Mesmo, porém, que tivessem por prioridade a escola formal católica, se verifica uma relativa abertura para outras atividades relacionadas à educação dos pobres, assim como a possibilidade de trabalho em escolas não pertencentes à congregação, em locais de missão. A tônica do XVII Capítulo Geral é definida com a seguinte exortação do Irmão Basílio Rueda: “O nosso Capítulo deseja que no instituto, nas Províncias e entre os Irmãos, tudo seja orientado para a pobreza, para os pobres, para a justiça e a promoção humana e que esta orientação seja tão rápida e decidida quanto à realidade o permita.”²⁴²

Não foi uma tarefa branda imprimir uma guinada no trabalho apostólico, a considerar as poucas alterações ocorridas à extensão da história do próprio Instituto Marista, sobretudo entre as gerações de Irmãos formadas antes das exigências por atualização. Desde 1976, no entanto, esse Superior Geral foi contundente, passou a exigir a inserção dos Irmãos entre os pobres, haja vista que a avaliação do período anterior (1967-1976) detectou poucos avanços nesse quesito.

²⁴⁰ Pobreza e Justiça. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.14.

²⁴¹ As regras de vida de 1986 resultaram das experiências (*ad experimentum*), das discussões e intervenções das assembleias dos Capítulos Gerais e Provinciais, entre os anos de 1967 e 1985. Nas regras de vida, os pobres foram incluídos como prioridade do Instituto Marista, tendo como referência e fundamento a exortação apostólica *Evangelica Testificatio*: “A preocupação pelos pobres leva-nos a descobrir as causas de sua miséria e a libertar-nos de qualquer preconceito ou indiferença para com eles. Torna-nos mais responsáveis no uso dos bens que devemos partilhar com os mais necessitados. Evitamos escandalizá-los com um teor de vida demasiado confortável.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986.p.36.

²⁴² RUEDA, Basílio. Apresentação. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.12.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), quando ratificou a mútua relação entre a Igreja e a sociedade, recomendou a interpretação dos sinais dos tempos para um possível diálogo com o mundo moderno: “a própria história acelera-se tão rapidamente em seu curso que os homens conseguem segui-la com dificuldade [...] a humanidade passa de uma noção mais estática da ordem das coisas para uma concepção mais dinâmica e evolutiva.”²⁴³ Em um contexto de progresso das ciências, secularização, pluralismo cultural e religioso, a Igreja propôs uma aproximação com a sociedade, tendo em vista a necessidade de uma nova leitura sobre as suas atividades de evangelização. Por isso, a disposição para acompanhar a modernidade, reconhecendo a existência de uma variedade de “discursos religiosos e seculares.”²⁴⁴ Para Emile Poulat, entretanto, os contornos dessa modernidade assumida pela Igreja durante o pontificado de João Paulo II (1978-2005) colaborou para que permanecesse uma atitude defensiva e aquém do horizonte almejado e constituído pelos documentos do Concílio Vaticano II.²⁴⁵ Assim sendo, a Igreja Católica não conseguiu acompanhar a modernidade, pois optou por aliar-se a ela e adaptar-se ao novo contexto da segunda metade do século XX, arcando com as consequências da perda de referência no âmbito religioso. O Papa João Paulo II (1978-2005) foi insistente em seus discursos de combate à secularização, a quem atribuiu ser um dos maiores desafios para a Igreja e a

causa determinante da diminuição da prática religiosa, da redução das vocações, da perda dos valores éticos do catolicismo na vida individual e familiar, e ainda, em particular, por tender à meta de uma organização de

²⁴³ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gaudium et Spes*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.147.

²⁴⁴ BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da Modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.9. Com esta obra, Peter Berger refutou a própria tese defendida na década de 1990, quando havia estabelecido uma proposta de estudo da teoria da secularização aportada no argumento de que o declínio da religião era uma consequência da modernidade. Nesse sentido, Peter Berger (2017) passou a discordar da ideia de que a modernidade promoveu o declínio da religião. Por isso, suas novas contribuições propõem pensar o paradigma do pluralismo, entendendo ser possível coexistirem as distintas religiões e os “discursos religiosos e seculares”. O termo pluralismo no campo religioso possui relação com a ruptura do seu monopólio e designa “uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades (sic) vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente.” Neste caso, a modernidade pode levar ao pluralismo, não obrigatoriamente à secularização e ao declínio da religião, embora contribua para relativizar e enfraquecer algumas certezas e ampliar as possibilidades das escolhas das pessoas. Cf. BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da Modernidade**: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.20.

²⁴⁵ POULAT, Emile. La modernité à l'heure de Vatican II. Le deuxième concile du Vatican (1959-1965). École Française de Rome. **Actes du Colloque International de Rome**, 28 a 30 de maio de 1986, p.809-826, 1989. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/efr_0000-00001989act1131_3404.pdf Acesso em 10 de novembro de 2018.

vida coletiva que prescindia dos valores cristãos, reduzindo ou anulando a importância social da Igreja.²⁴⁶

Em 1980, o Irmão Paul Sester, então Secretário Geral do Instituto Marista, de 1977 a 1985, tratou sobre as orientações das regras de vida (Constituições) com o intuito de agregar os religiosos, mobilizá-los para a atualização, já que os documentos da congregação passavam por uma reformulação (*ad experimentum*). “É importante que se mobilize um certo número de pessoas dispostas a pagar algum preço por sua realização concreta. Nestas condições, apenas o grupo pode se tornar uma realidade.”²⁴⁷ A ideia empregada consistiu em unificar os procedimentos descritos nas regras de vida e nos documentos capitulares. E, neste caso, todo o Instituto Marista deveria ser agregado em torno das decisões do XVII Capítulo Geral: “se os objetivos não forem definidos de maneira precisa e sólida, eles não resistirão às solicitações incessantes da atmosfera, absolutamente contraditórias às vezes.”²⁴⁸ Além do mais, o Irmão Paul Sester recomendou que os religiosos não se eximissem de seguir as orientações da congregação - comportamento que seria necessário para superar a crise, garantir a coesão do grupo e unificar os encaminhamentos das decisões:

A história nos diz que os grupos mais fortes também são os mais intransigentes. O Partido Comunista, como é concebido em alguns países orientais, é um exemplo disso [...] o grupo, ativamente fiel a seus princípios, é capaz de superar grandes obstáculos e sobreviver sem muito dano.²⁴⁹

Para compreender o segundo período de governo do Instituto Marista (1977-1985), analisamos os documentos do XVII Capítulo Geral e seis cartas circulares. Nessa documentação, retomam-se os assuntos do período anterior, porém, argumenta-se que a renovação deveria ocorrer efetivamente com a inserção progressiva dos Irmãos em trabalhos educacionais com os pobres, nas missões e nas pastorais das igrejas locais. Abordamos a relação do Instituto Marista com a modernidade, considerando as exigências da Igreja Católica por atualização e as implicações das orientações das lideranças Maristas. Esse período se diferencia do anterior por mostrar uma produção menor de documentos, todavia, o Irmão Basílio Rueda procurou integrar as dimensões centrais da Vida Religiosa (comunidade e apostolado), exigindo o emprego do

²⁴⁶ MENOZZI, Daniele. **A Igreja Católica e a secularização**. São Paulo: Paulinas, 1998, p.11.

²⁴⁷ SESTER, Paul. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 220, p.3-117, junho de 1980, p.4. Francês (Itália, Internacional).

²⁴⁸ SESTER, Paul. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 220, p.3-117, junho de 1980, p.4. Francês (Itália, Internacional).

²⁴⁹ SESTER, Paul. *In: Bulletin de l'Institut*. Roma, v. X.XI, n. 220, p.3-117, junho de 1980, p.4. Francês (Itália, Internacional).

planejamento em todas as comunidades religiosas para garantir a renovação das 49 províncias e distritos (Anexo I). Este capítulo divide-se em duas partes. Primeiro, tratamos das discussões relativas ao recrutamento, formação e organização das comunidades religiosas, e, no segundo momento, das orientações sobre o trabalho apostólico das escolas.

4.1 As vocações e a adaptação das comunidades religiosas

As comunidades maristas desse período tiveram uma composição cada vez menor em relação ao número de religiosos, com problemas que se repetiam nas relações de fraternidade dos Irmãos, o que, por sua vez, refletia na crise das vocações. Segundo o Irmão André Lanfrey, essa crise é associada à ineficácia das obras para recrutar novas vocações, já que por muito tempo as suas escolas supriram essa necessidade.²⁵⁰ O problema situava-se, contudo, na ausência de definição de um plano estratégico para o recrutamento e a formação, além da necessidade de formar religiosos para este serviço; diz respeito à inaptidão do Instituto Marista para atualizar esse setor, considerado basilar para a sobrevivência das províncias.²⁵¹

Após 1976, a crise de identidade se atenuou, associando-se ao modelo de apostolado clássico que passava por questionamentos, entre permanecer com os colégios e as recomendações para redirecionar o trabalho com a educação dos pobres. Foi necessário reestruturar as províncias com fusões e adaptações administrativas e, em alguns casos, o fechamento de estabelecimentos e a busca por novos locais que fornecessem respostas mais satisfatórias do ponto de vista religioso. O documento capitular *Irmãos Maristas Hoje*, longe de tratar as causas dos problemas pelos quais o instituto vinha passando, relacionou a crise das vocações e de identidade aos problemas mais amplos da sociedade e da Igreja.²⁵² Nele, os Irmãos Maristas referem-se ao problema da secularização da sociedade e à necessidade de engajamento dos religiosos entre os pobres e na catequese com as igrejas locais. De 1977 a 1985, o instituto contabilizou a perda de 869 Irmãos, ocorrendo a retomada de um sensível aumento de vocações na formação inicial, porém, ainda ocorrendo muitas saídas. Para o Irmão

²⁵⁰ LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II.

²⁵¹ VOEGTLE, Léonard A. Formação. **Bulletin de l'Institut**. Roma, n.220, tomo XXXI, p.42-53, junho de 1980, p.46. Francês (Itália, Internacional).

²⁵² Irmãos Maristas Hoje. *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.35.

Basílio Rueda, a diminuição das vocações possuía relação com a baixa qualidade das relações de fraternidade das comunidades e a dificuldade de promover mudanças estruturais. Problemática semelhante foi discutida por Cassandra Fortin²⁵³, com a análise da organização das comunidades das *Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille*, quando constatou o anseio das religiosas por uma nova concepção de autoridade com relações interpessoais mais horizontais, a flexibilização das regras de vida, a autonomia das religiosas e uma concepção de obediência com ênfase no diálogo com as superiores.

Entre os Irmãos Maristas, o Projeto de Vida Comunitária (PVC) foi tratado densamente na carta circular de março de 1978 e retomou o problema das saídas de religiosos, retratando a preocupação com o aspecto quantitativo dos Irmãos e formandos.²⁵⁴ Uma das novidades do XVII Capítulo Geral foi a institucionalização desse projeto para que as comunidades praticassem as orientações das constituições e estatutos que passaram por alterações, as prioridades do instituto e de cada província, de forma planejada. A ideia do planejamento se impôs como uma tentativa de uniformizar os encaminhamentos e práticas das províncias e, em grande medida, garantir que as comunidades realizassem as mudanças necessárias à renovação. O perfil da comunidade religiosa Marista mudou em todo o instituto e foi preciso pensar em estratégias para não comprometer a vida de fraternidade e o apostolado. As orientações prescritas nos documentos do XVII Capítulo Geral e das cartas circulares previam que cada comunidade religiosa elaborasse o PVC no início de cada ano, seguindo estrutura e organização padronizadas (Anexo II).

As informações acerca da aplicação do PVC nas províncias são muito sumárias, com relatos de que vigorava e ao mesmo tempo havia rejeição, embora nenhuma comunidade tivesse ficado indiferente a esse projeto em decorrência de sua determinação pelas lideranças do instituto. A aceitação do PVC não ocorreu conforme almejou o Superior Geral: “para alguns, o Projeto é realmente a carta da comunidade, enquanto outros sentem uma verdadeira alergia a ele [...]”²⁵⁵ A rejeição ao PVC por algumas comunidades indica a dificuldade em manter os religiosos dentro da proposta de renovação, o que é verificado, principalmente, quando o Irmão Paul Sester

²⁵³ FORTIN, Cassandra. “**Une femme de tout temps, d’hier, d’aujourd’hui et de demain**”: Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille dans le contexte du concile Vatican II (1962-1983). 2017. 141 f. Thèse (Maîtrise en Histoire) - Département D’Histoire. Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec au Canada, 2017, p.89.

²⁵⁴ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 09 de março de 1978.

²⁵⁵ SESTER, Paul. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n. 221, p.113-185, junho de 1982, p.131. Francês (Itália, Internacional).

mencionou ter existido a “desunião nas comunidades”²⁵⁶, haja vista que um dos principais objetivos do projeto consistia em sanar esse problema.

O Irmão Joseph André, em 1978, relatou um panorama de mudanças no Instituto Marista na relação com o “mundo exterior”, que teria causado uma crise de identidade entre muitos religiosos, provocada pela tensão entre as concepções de vida religiosa Marista e a necessidade de adaptação das estruturas deste instituto ao ritmo das mudanças sociais e eclesiais. Essa dificuldade de adaptação às mudanças da sociedade refletiu na crise das vocações, com as saídas de Irmãos e diminuição das entradas, e é consequente da inabilidade dos religiosos para estabelecer novas estratégias de recrutamento e formação. “Não devemos parecer estranhos, como monumentos do passado, mas responder às suas aspirações.”²⁵⁷ Essa constatação evidencia as dificuldades que a congregação teve para atualizar as mentalidades e práticas, adaptar-se e dialogar com os valores do mundo moderno, que possui como características o movimento, a tomada de consciência de as pessoas estarem vivendo um tempo de transição.²⁵⁸ Considerando a aceleração do tempo como uma peculiaridade da modernidade, verifica-se um descompasso do ritmo da sociedade em relação ao Instituto Marista, entre as exigências da educação de seus colégios e a imperícia para atualizar a formação inicial e permanente dos religiosos.

O Irmão Basílio Rueda recomendou aos religiosos que renunciassem ao que ele próprio denominou de “contracultura”, caracterizada por uma sociedade pluralista, cujos “valores precisam apoiar-se no tempo, mas eles o ultrapassam.”²⁵⁹ Embora este religioso tenha fundamentado suas discussões em torno de Friedrich Nietzsche (1844-1900), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Simone de Beauvoir (1908-1986) e Henri de Lubac (1896-1991), o fez, ressaltando que os postulados da filosofia teriam contribuído para desintegrar os sujeitos e a sociedade. Assim, emprega uma perspectiva negativa acerca das mudanças no campo social, embora reconheça ser importante adaptar-se para acompanhá-las.²⁶⁰

²⁵⁶ SESTER, Paul. In: **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n. 221, p.113-185, junho de 1982, p.132. Francês (Itália, Internacional).

²⁵⁷ ANDRÉ, Joseph. Catequese e pastoral das vocações. In: **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n. 219, p.81-87, dezembro de 1978, p.81.

²⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraoponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

²⁵⁹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, de 08 de setembro de 1984, n.1, p.35.

²⁶⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984.

Em 1980, o Irmão Léonard A. Voegtler²⁶¹ admitiu que, no contexto internacional, do Instituto Marista, as províncias careciam de um programa de recrutamento vocacional e de pessoas para trabalhar com dedicação exclusiva nesse serviço. Ora, este problema se perpetuava desde os anos de 1950. Mesmo que os religiosos estivessem envolvidos com trabalhos predominantemente em suas escolas, o recrutamento era deficitário nesses espaços, não conseguiram solucionar este problema em função do apego ao modelo tradicional. Esse religioso destacou um panorama diferente daquele identificado no final dos anos de 1960, quando o Instituto Marista ampliou o recrutamento para os jovens que não frequentavam as suas escolas, além da tentativa de delegar religiosos para esta tarefa específica. Se, por um lado, as vocações que se originavam entre seus alunos haviam diminuído, por outro, não conseguiram modificar o recrutamento para um trabalho em conjunto com as igrejas locais, com exceção das comunidades inseridas com o trabalho missionário e assistencial.

O Irmão Léonard A. Voegtler destacou a alteração no perfil de recrutamento, com a entrada de aspirantes mais velhos e menos jovens procedentes das escolas maristas, mas não tratou dos pormenores. “A impaciência é um grande perigo hoje: as necessidades são tão grandes, muitos de nós saíram, tão poucos entraram, as províncias estão envelhecendo.”²⁶² Esse religioso relata dois cenários preocupantes para todo o instituto: a indisponibilidade de Irmãos para o trabalho em tempo integral no recrutamento e na formação e o crescente envelhecimento das províncias em decorrência do alto índice de saídas de 1967 a 1976 e da redução de entradas de vocações. Essa “indisponibilidade” dos religiosos não há de ser interpretada somente em virtude de uma possível má vontade ou resistência às lideranças do Instituto Marista. É preciso considerar as consequências das rupturas abruptas promovidas sob o pretexto da renovação, assim como a dificuldade para atualizar parte dos religiosos que necessitaram se adaptar e que lhes exigiu uma formação que não haviam recebido e nem sempre estiveram dispostos a recebê-la. A perda de vocações não se vincula somente às mudanças, mas à ausência de estratégias do instituto para lidar com a pluralidade de suas experiências:

Evidentemente, é preciso também convir que às vezes as oposições são fabricadas em níveis subterrâneos e talvez partindo de valores mais

²⁶¹ VOEGTLER, Léonard A. Formação. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n.220, p.42-53, junho de 1980, p.46. Francês (Itália, Internacional).

²⁶² VOEGTLER, Léonard A. Formação. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n. 220, p.42-54, junho de 1980, p.46. Francês (Itália, Internacional).

mediócras. Nesse período de referência, o que eu vejo é que mais de 100 Irmãos de minha Província nos deixaram. Ora, como Província, por ter enfrentado essa mudança, eu creio que é importante inscrever essas “perdas”, não em mudança, mas em rejeição. Parece que isso exigia maturidade e liberdade que nos faltava enquanto entidade: sim, essa disponibilidade para assistir sem paixão o que ia acontecer; essa vontade de procurar distinguir a palha do trigo [...] Evidentemente, é mister olhar para além de nós mesmos, mas, essencialmente, é preciso estar também consciente de sua identidade de grupo, enquanto isso inclui nossa diferença. E, no fim das contas, essa diferença é, ao mesmo tempo, a medida de nosso carisma e sua prova.²⁶³

Malgrado as lacunas de informações referentes ao recrutamento e à primeira etapa de formação, o primeiro setor foi tratado como prioridade no XVII Capítulo Geral. Os relatos do Irmão Paul Sester indicam que as províncias empreenderam iniciativas no setor (embora não sejam descritas), porém, sem o resultado almejado. “Em toda parte, podemos dizer, ações são empreendidas em favor do despertar de novas vocações. Inúmeros esforços estão sendo feitos para esse fim, a tal ponto que é surpreendente que os frutos não sejam mais abundantes.”²⁶⁴

A apreensão ante os resultados do recrutamento e da formação de religiosos fez com que o instituto intensificasse os trabalhos na segunda metade dos anos de 1970 e, por isso, agregou o projeto missionário como tentativa de assegurar a identidade Marista aliada à elaboração de um plano para promover vocações nos espaços das escolas e nas missões. “Deve-se fazer conhecer a todo aspirante ao nosso instituto que ele pode aspirar ao ideal missionário.”²⁶⁵ Isso nos remete a pensar que, embora houvesse um crescente desinteresse dos jovens de suas escolas em optar pela vida religiosa Marista, ainda acreditavam ser o principal espaço de recrutamento. Apesar de o Irmão Basílio Rueda trazer à tona o problema das saídas e de recrutamento, ao solicitar que esse trabalho não se restringisse às escolas, há o indicativo de que essa realidade persistiu até o final de seu segundo mandato, em 1985:

Não obstante, os grandes gastos de energias, de trabalho incansável e mesmo de dinheiro, não há dúvida que não conseguiu alcançar todos os fins almejados, a saber, a renovação da vida religiosa na Congregação, o estancamento da hemorragia entre os seus membros e a retomada de forte crescimento vocacional.²⁶⁶

²⁶³ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.389.

²⁶⁴ SESTER, Paul. Pastoral das Vocações. **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n.221, p.1-44, setembro de 1982, p.21 Francês (Itália, Internacional).

²⁶⁵ **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Setembro-Outubro de 1976. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, s/d, p.67.

²⁶⁶ SESTER, Paul. Para além dos vegetais. **FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino**, Zaragoza-Espanha, n. 19, p.29-33, maio de 1996, p.33.

Essa narrativa expressa o que teria sido uma das grandes frustrações do Irmão Basílio Rueda, muito embora a diminuição das saídas não se apresentasse de fácil resolução; havia divergências quanto à renovação do setor e as saídas persistiram com índices superiores aos de entradas. Alguns relatos anônimos de Irmãos, publicados pelo Irmão André Lanfrey, indicam que esse problema esteve relacionado à imposição de uma proposta de renovação que acabou causando sérios conflitos entre as gerações, sobretudo quando o instituto desconsiderou as experiências dos Irmãos mais velhos e exigiu-lhes a adaptação às novas orientações. As divergências e conflitos ocorreram em virtude da reivindicação por uma atualização que levasse em conta as experiências alheias:

O Superior provincial tinha talvez suas razões para aceitar esta situação de fato, mas eu, em consciência não poderia concordar. Eu ouvia Irmãos me dizerem: “Sabemos em que congregação emitimos nossos votos, mas já não sabemos se ainda é a mesma agora”.²⁶⁷

A atualização prescrita pelas lideranças gerou crise de identidade, confrontos de mentalidades, insatisfações, pois havia um modelo de Vida Religiosa estruturado para a geração de Irmãos que foi formada antes do XVI Capítulo Geral e que pensavam a renovação sob outro prisma, ao menos quanto ao seu ritmo e os cuidados para preservar a tradição. Para os religiosos que não se sentiram incluídos na renovação, o retorno às origens do Instituto Marista não significou necessariamente manter o vínculo das experiências do presente a uma aceitação literal do seu passado, pois voltar à tradição pressupõe a manutenção das expressões permanentes do instituto em momentos de transição. A tradição para os maristas constituía-se das vivências e dos valores acumulados através das gerações e “não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração conforme esta assume sua herança cultural dos precedentes.”²⁶⁸

A última carta circular, de 8 de setembro de 1984, composta por extensas 490 laudas, fez um apanhado das experiências dos religiosos, retratando os “testemunhos de perseverança” pós-Vaticano II. Acima de tudo, foi uma carta circular de agradecimento aos dezoito anos durante os quais o Irmão Basílio Rueda esteve como Superior Geral. Ele conhecia as particularidades de cada província e, em grande medida, acompanhava os religiosos, porque possuía o hábito de destinar tempo para conversas individuais

²⁶⁷ Depoimento. In: LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.384.

²⁶⁸ GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p.47.

quando realizava as visitas *in loco*. Em 1978, solicitou a todos os Irmãos que lhe escrevessem socializando as experiências de vida religiosa Marista, que foram transcritas na íntegra, mas não na totalidade, em função da grande quantidade de relatos. Por meio de cartas, sem a obrigatoriedade de identificação, alguns Irmãos relataram as experiências tidas no percurso de suas vidas.

Em razão da acentuada crise da Vida Religiosa, o propósito desses escritos foi oferecer exemplos de fidelidade, tanto é que “fidelidade” foi o título dado a esta carta circular e dividida em sete capítulos. Nela, os religiosos relataram suas experiências de infância junto às famílias, as motivações que os levaram a se tornarem Irmãos Maristas, a formação inicial, o início da vida religiosa e os problemas e desafios concernentes aos religiosos de meia-idade e idosos que experimentaram as principais rupturas com a atualização iniciada em 1967. Foi, porém, somente no final do segundo mandato que o Irmão Basílio Rueda organizou a carta circular e publicou trechos *ipsis litteris*, mas não em sua totalidade, priorizando alguns recortes desses relatos que foram divididos por temáticas. Tais escritos são precedidos de comentários e posicionamentos desse Superior Geral, que remetem constantemente ao que ele chama de valores.²⁶⁹ Esses valores foram mencionados nas suas reflexões para tratar sobre o que deveria permanecer essencial para o *aggiornamento* das estruturas da vida religiosa Marista, enfatizando a fidelidade como valor perene e resposta à crise:

Ser fiel aos valores que todo o mundo concorda em proclamar é fácil, mas permanecer fiel aos valores que o ambiente circundante contesta e abandona, é heróico, e é nisso que se confirma a verdadeira fidelidade [...] A saída de muitos sacerdotes, religiosos e religiosas, a separação de muitos casais produziram uma sensação de desmoronamento e, às vezes, criaram a

²⁶⁹ A dissertação de mestrado defendida pelo Irmão Basílio Rueda, em 1961, na área de Filosofia, intitula-se “*Ser y Valor*”. Em seus escritos, as discussões em torno dos valores estão constantemente em evidência, situando-os na educação e principalmente nas casas de formação Marista, tendo em vista as mudanças sociais e culturais da sociedade naquele momento. Entre os teóricos recorrentes para fundamentar seus escritos constam: Gabriel-Marie Garrone (1901-1994), Yves-Marie-Joseph Congar (1904-1995), Marcel Légaut (1900-1990), Teilhard de Chardin (1881-1955), Charles de Foucauld (1858-1916), Tomás de Aquino (1225-1274), Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), Emma Godoy (1918-1999). O celibato, por exemplo, é discutido como valor para fazer frente às discussões que o questionam, já que a opção por este estado de vida estava em declínio. O aumento do divórcio é interpretado por ausência de valores, que teria como consequência a infidelidade. Por isso estabeleceu críticas às doutrinas e filosofias subjetivistas (segundo Basílio!), como as de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e Jean-Paul Sartre (1905-1980). O Irmão Basílio Rueda compreendia que o conceito de pessoa deveria passar pela integração na esfera dos valores: “[...] os valores são aquelas realidades amadas e valoradas por um grupo social, que trata de iniciar e de conaturalizar essas mesmas coisas aos indivíduos que nascem dentro dele e que querem assimilar-se a ele. Então, atribuem-se valores àquelas coisas que historicamente vão formando parte do processo coletivo, do querer da massa, do sentir da massa.” Cf. RUEDA, Basílio. **Os valores na formação**. s/d, p.11.

convicção de que em nosso tempo é impossível manter a fidelidade durante toda a vida.²⁷⁰

Mesmo com as saídas de muitos Irmãos no decorrer de quase duas décadas, o Irmão Basílio Rueda empregou uma narrativa de valorização dos que permaneceram perseverantes na congregação e na Igreja. As reflexões resultaram de encontros, retiros espirituais, conversas individuais e relatos de experiências dos religiosos, provenientes das mais diversas culturas. A ideia central dessa carta circular foi de não deixar se perder os “testemunhos” considerados por este Superior Geral como ensinamentos para as gerações posteriores, e assim

[...] apresentar, no verso de uma página dolorosa e turva da história da Igreja pós-conciliar, um pequeno parágrafo luminoso e encorajante dessa mesma história, que, tenho plena certeza, é repetida e confirmada por testemunhos, desconhecidos, mas idênticos, de fidelidade e santidade nas outras congregações.²⁷¹

Essa carta circular esteve circunscrita à dimensão pessoal e comunitária, conforme sugeriu o Irmão Alain Delorme: “o essencial era dizer, neste período de dúvida e desfalecimento, que a vida religiosa Marista valia a pena ser vivida.”²⁷² Esse tema possui relação direta com a própria vida do Irmão Basílio Rueda e as representações que foram constituídas a seu respeito, enaltecendo as virtudes e propondo-o como modelo de fidelidade: “QUEIMAR A SUA VIDA, por Cristo, pelos Irmãos, pelo Reino.”²⁷³ A escritura dessa carta circular ressalta elementos que ultrapassam o Instituto Marista e vincula-se a preocupações que abrangem a Vida Religiosa interinstitucional.

Os relatos dos religiosos de meia-idade e idosos expressam o desajuste causado pelas orientações de renovação. Mesmo que todas as províncias concordassem com as decisões designadas pelos Capítulos Gerais, os Irmãos mais velhos não desejavam abandonar as antigas estruturas em função das dificuldades que tiveram para se adaptar às novas orientações. Nesse sentido, as posturas inflexíveis às mudanças não devem ser

²⁷⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.16.

²⁷¹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.16.

²⁷² DELORME, Alain. As circulares do Irmão Basílio Rueda: circunstâncias de sua composição pelo Irmão Gabriel Michel. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XXI, n.29, p.101-128, maio 2011, p.127.

²⁷³ FLORES, José. **Hermano Basílio Rueda Guzmán**: quemar la vida como un círio encendido por ambos cabos. Del. Cuauhtémoc, México: Editorial Progreso, 1997, p.5.

analisadas somente do ponto de vista da contestação de um determinado grupo de Irmãos que teriam resistido à renovação, mas como “jogo de acomodação”²⁷⁴ diante da crise instaurada com uma proposta que não contemplava os anseios de todos. Entre a atitude de resistência e de adesão, a acomodação constituiu-se um espaço intermediário à medida que não foi negada a pertinência da atualização, mas sim as estratégias adotadas para tal. É preciso ponderar a ideia de que a nova estrutura de Vida Religiosa constituída nesse período pelo Instituto Marista esteve mais propensa a desconstruir as antigas estruturas normativas em que foram formadas muitas gerações de Irmãos, do que aceitar e integrar as suas experiências para promover as reformas progressivamente. Muitos Irmãos se sentiam “amargurados pela renovação”, mostravam-se claramente insatisfeitos e outros procuravam olhar para o lado positivo das mudanças. O relato seguinte expressa as consequências da alteração de certas regras e costumes de uma geração de Irmãos que precisou se adaptar às decisões do Instituto Marista, mesmo discordando:

Nós, gente da velha-guarda, aguentamos uma verdadeira perseguição. Não que os jovens nos tenham maltratado, mas tivemos que presenciar a varredura de quase tudo quanto prezávamos. Parece que éramos estruturados demais. Na realidade, a destruição das ordens religiosas foi causada muitas vezes pelo enfraquecimento de suas estruturas. Adeus sino, adeus levantar da manhã! Aonde nos leva isso?²⁷⁵

Certos relatos expressam terem sido “tempos desastrosos.”²⁷⁶ As regras de vida foram questionadas e perderam a sua função disciplinar. Tornou-se comum encontrar religiosos frequentando espaços sociais como bares e cafés; assistiam a televisão até altas horas da noite, se ausentavam dos exercícios espirituais e dos horários das comunidades.

Chegou o tempo do desastre. Podia-se encontrar Irmãos num café, coisa que antes nunca acontecia. Os próprios leigos começavam a afligir-se desses maus exemplos dados à cidade. Alguns Irmãos viam televisão até meia-noite. Ademais, não sentiam mais a obrigação de comparecer às orações da manhã. Era esse o programa da renovação?²⁷⁷

²⁷⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.310.

²⁷⁵ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.5, p.381.

²⁷⁶ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.5, p.380.

²⁷⁷ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.5, p.380.

Um Irmão responsável pelos jovens religiosos em formação universitária relata ter adotado as orientações do instituto referentes à renovação. Esse religioso alega que os documentos do Capítulo Geral de 1967/1968 teriam sido adulterados pela atmosfera “revolucionária” daquele período, referindo-se às divergências e confrontos dos religiosos, na medida em que influenciou e desestabilizou as regras e normas da congregação. “Em pouco tempo são abandonados os exercícios comunitários: levantar, missa, Ofício, terço, etc, até mesmo as refeições! Chega-se à mesa como num hotel, com convidados: companheiros e companheiras, sem avisar ninguém, mas a janta se prolonga...”²⁷⁸

A própria abdicação da batina, antes da autorização oficial do Superior Geral para o uso do traje civil, escandalizou muitos Irmãos e colocou em questionamento o conceito de obediência religiosa. Ainda que os Irmãos mais velhos considerassem legítima a renovação proposta - muito em decorrência da concepção de obediência ao Instituto Marista e à Igreja-, gerou incompreensões e insatisfações com a excessiva abertura e o abandono de certos costumes que estavam incorporados à tradição.

Com a falsa interpretação e os abusos decorrentes da “abertura exagerada” sofri um choque terrível, extremamente doloroso. Apresentei a minha demissão de formador, porque não via mais como explicar uma Regra, da qual não mais se praticava certo número de artigos [...] Entretanto, nunca pensei em desistir. Como deixar uma família que tanto amei e que ainda amo de toda a minha alma? Então intensifiquei minha vida de oração: “Senhor, dai-me a fé!” Repetia isso continuamente [...] Pobre de mim! Eu sou retrógrado! Estou lá de sobra! Na reunião que eu havia planejado, ninguém veio. As coisas tinham dado completamente errado, mesmo para os três ou quatro que ainda perseveravam. Exigi de imediato liberdade sem limites. Em vez de reformar o coração, foram reformados os móveis, a taça, os copos... Eu não tive escolha senão apresentar minha demissão.²⁷⁹

Apesar dos problemas categorizados pelas perdas de vocações e ausência de unidade com a renovação, os escritos desse Superior Geral privilegiaram uma imagem positiva da vida religiosa Marista e da Igreja Católica, pois compreendia que muitos Irmãos que deixavam o instituto o fizeram, lastimando, sentindo os valores institucionais aos quais renunciavam; outros teriam abandonado o instituto porque consideravam “insuportável” a maneira como viviam; e outros reconheciam que haviam cometido um equívoco sobre a própria escolha vocacional, mas que possuíam

²⁷⁸ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.5, p.383.

²⁷⁹ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.5, p.384.

consciência do que a vida religiosa Marista representava para a Igreja. Dessa maneira, os testemunhos de fidelidade pretendiam edificar os Irmãos e asseverar que era possível se manter fiel à vocação, apesar do cenário não ter sido favorável. Por outro lado, para o Irmão Basílio Rueda, a saída de religiosos também constituía sinônimo de fidelidade, pressupondo desacomodação e maturidade de certos Irmãos, já que “não se trata apenas de perseverança na vocação, mas também de qualidade dessa perseverança.”²⁸⁰ Essa qualidade da persistência e fidelidade à Igreja foi exaltada por esse Superior Geral, quando mencionou o trabalho de alguns Irmãos com os pobres e com as pastorais eclesiais, o que nos possibilita afirmar mais uma vez que havia iniciativas/experiências de cunho individual no campo apostólico transpostas às tarefas tradicionais das escolas.

O documento *Pobreza e Justiça* revela que a maneira como os religiosos viviam nas comunidades se tornava, muitas vezes, uma contradição ante as exigências do instituto com a pobreza. O documento *Formação* reforça que “a pobreza que não é material não é autêntica. Habitações com conforto excessivo podem nos impedir de viver a pobreza evangélica.”²⁸¹ Ainda que os pobres fizessem parte das discussões, o Superior Geral evidenciou algumas ambiguidades a esse respeito, que foram detectadas de 1967 a 1976: as casas de formação não haviam optado pela pobreza; o funcionamento das atividades apostólicas e missionárias permaneceu dependente do apoio financeiro dos colégios; o engajamento dos Irmãos nas missões e no trabalho com os pobres carecia de formação e preparação específicas; e a necessidade de formar lideranças entre os alunos dos colégios para suprimir as estruturas de injustiça social. Durante o XVII Capítulo Geral, a comissão sobre a formação, novamente, insistiu na preparação religiosa das novas gerações para o trabalho entre as classes populares, o desejo de formar missionários e a abertura à Igreja local. “Cremos que os jovens Irmãos deverão, na medida do possível, realizar algum trabalho onde possam praticar uma verdadeira pobreza e sentir também o valor do dinheiro e do trabalho.”²⁸²

Como vimos, uma das reivindicações frequentes dos religiosos contrários à atualização - e motivo de conflito com as novas gerações - foi o modo como o Instituto Marista interpretou o Concílio Vaticano II, como se tudo o que a congregação havia vivido desde o final do século XIX não tivesse mais valor depois dessa cimeira eclesial.

²⁸⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.245.

²⁸¹ Formação. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.77.

²⁸² Formação. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.77.

“O que mais me fez sofrer foi a maneira como muitos entendiam o Concílio. Os jovens, ainda de fraldas, queriam dar lições aos mais velhos e explicar o que se devia entender por vida religiosa.”²⁸³ Para muitos religiosos, a renovação foi considerada desastrosa: causou sofrimento com as saídas, houve fechamento de casas de formação, mudaram-se as regras de vida, faltava-se ao compromisso com os horários das comunidades, alteraram a liturgia e as orações diárias e substituíram a batina pelo traje civil.

A abertura concedida pela Igreja Católica para os institutos religiosos de Irmãos autorizarem a ordenação para alguns de seus membros possui relação com a necessidade de sacerdotes para atender as demandas dos trabalhos apostólicos. Desde 1932, o tema do sacerdócio foi pauta nos Capítulos Gerais do Instituto Marista, mas só foi inteiramente resolvido em 1985. Durante o XVII Capítulo Geral, essa discussão persistiu de maneira intensa e dividia opiniões. Foi, no entanto, o XVIII Capítulo Geral (1985) que decidiu manter em definitivo o caráter leigo da congregação, quando a Assembleia Capitular votou pela não ordenação de Irmãos.²⁸⁴

4.2 A atualização do apostolado: identidades em disputa

“No decurso dos próximos nove anos, uma parcela maior de Irmãos e de recursos seja orientada para aqueles que mereciam as preferências do Fundador”, assinalou o documento do XVII Capítulo Geral.²⁸⁵ Essa foi a meta do Instituto Marista desde 1967 e que foi retomada com maior contundência em 1976. Entre os documentos, *Pobreza e Justiça* adquiriu centralidade por abranger o aspecto social e político e por tratar de dimensões concretas da pobreza religiosa. A educação dos pobres integrou a releitura que o Irmão Basílio Rueda e os participantes do XVII Capítulo Geral realizaram do carisma do instituto. Essa interpretação do carisma foi contemplada nas discussões, mas foi somente no final dos anos de 1970 e início de 1980 que houve uma exigência mais categórica do Instituto Marista em relação ao trabalho com os pobres.

²⁸³ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.384.

²⁸⁴ “Em 25 de outubro de 1985, o Capítulo decidiu, com votação por maioria de 2/3, a proposição da introdução do sacerdócio, que em nível de todo o Instituto é rejeitada: ela teve 19 votos a favor, 102 contra, três votos em branco e um voto nulo. Uma questão aberta em 1932 fecha-se mais de cinquenta anos depois. Mas deve ser dito que, nascido em um universo teológico e eclesiológico, termina em outro, o Concílio inicialmente reforçando a tese do sacerdócio, mas criando ao longo do tempo as condições de sua recusa.” Cf. LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.429.

²⁸⁵ Oração, Apostolado, Comunidade. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.53.

Tal convicção foi reafirmada quando o instituto enfatizou ser imprescindível “dar testemunho de nossas vidas, em nosso engajamento direto com os pobres e em nossos gestos de solidariedade para com eles.”²⁸⁶

A discussão em torno dos pobres envolvia tanto a organização das comunidades como do apostolado. Foi nessa direção que a comissão do documento *Pobreza e Justiça* retomou as discussões do Irmão Basílio Rueda, referentes ao primeiro mandato, para reafirmar e orientar o Instituto Marista para o trabalho educacional com os pobres e as missões, recorrendo à experiência inicial do fundador como elemento de justificativa, coesão e fortalecimento da identidade Marista.²⁸⁷ Persistiu, todavia, a resistência dos religiosos em aceitar esse documento e, além disso, retrata o distanciamento de parte do instituto, não só em relação aos pobres, mas também dos problemas mais amplos que afetavam a sociedade. Aceitava-se a experiência de pobreza que foi inserida na espiritualidade e na gênese da congregação, mas não havia unanimidade na ideiação de que na atual conjuntura devessem recorrer a ela para atualizar a vida religiosa:

Acordar. Existia em certos Irmãos uma espécie de zona negligenciada e adormecida que os transformava em grandes ausentes dos grandes problemas do mundo, dos quais os religiosos não podem estar ausentes, sobretudo se são filhos do Padre Champagnat.²⁸⁸

O tema da pobreza foi bastante complexo em razão das várias realidades socioculturais e econômicas em que as províncias maristas estavam inseridas. As decisões do XVII Capítulo Geral, no entanto, deveriam ser efetivadas em todas as províncias e distritos, com a organização de serviços para a educação dos pobres. O Superior Geral interferiu diretamente na produção do documento *Pobreza e Justiça*, tanto na comissão que o elaborou, como nas discussões que permeavam todas as suas circulares.²⁸⁹ A carta circular de março de 1978 tratou enfaticamente desse documento,

²⁸⁶ *Pobreza e Justiça*. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.22.

²⁸⁷ “Orientar efetivamente o Instituto para os pobres e as missões, segundo as idéias corajosamente expressas pelo Irmão Basílio Rueda, no início do seu mandato.” Cf. *Pobreza e Justiça*. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976, p.23.

²⁸⁸ **Normas de Aplicação**. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, Setembro-Outubro de 1976, p.104. Por sua vez, o Irmão Joseph André definiu o trabalho apostólico dos Maristas em consonância com as determinações do fundador, com a educação escolar e a catequese. Ao contrário da proposta do fundador, para esse religioso, os pobres não são mencionados e o trabalho vocacional e de catequese restringe-se às escolas da Congregação. Cf. ANDRÉ, Joseph. Catequese e pastoral das vocações. In: *Bulletin de l’Institut*, Roma, v. XXXI, n. 219, p.81-87, dezembro de 1978. Francês (Roma, Internacional).

²⁸⁹ “Muitos Irmãos estão realmente preocupados com a pobreza evangélica em sua própria vida e angustiados com o problema da pobreza coletiva e com o nosso compromisso para com os pobres, num

reafirmando o compromisso do Instituto Marista em pensar a pobreza com procedência na Doutrina Social da Igreja (DSI): “cada Província deve encorajar a iniciativa dos Irmãos ou grupos de Irmãos que desejam se consagrar mais inteiramente aos pobres.”²⁹⁰

Como os Irmãos Maristas, geralmente, desenvolviam os seus trabalhos no interior dos colégios com a educação escolar, inclusive constando o próprio lugar de moradia, torna-se difícil mensurar as peculiaridades desse apostolado com os pobres no âmbito internacional do instituto. Também permanece um desafio identificar a compreensão que os religiosos tinham acerca dos pobres, já que se constituía uma realidade sociológica distante da maioria. Mesmo em comunidades religiosas que trabalhavam com os colégios, porém, houve Irmãos que optaram por trabalhar paralelamente entre os povos indígenas, com a catequese, trabalhos assistenciais, sindicatos, pastorais nas igrejas locais. Faziam-no sob a justificativa de que esses trabalhos proporcionavam sentido à vocação religiosa, porém, nem sempre lhes foi permitido dedicar-se inteiramente ao trabalho assistencial em função da necessidade de manter os colégios, conforme alguns depoimentos que integram a carta circular de setembro de 1984:

Tenho uma bela experiência de um trabalho com uma comunidade indígena há seis anos. Creio que até aqui foi a comunidade mais profunda e a mais enriquecedora de toda a minha vida. Era ao mesmo tempo catequese e assistência social. Construimos uma escola, uma Igreja e eletrificamos uma rua de mais de 2 km [...] Cumpre notar, também, que por isso, nunca negligenciei minhas obrigações para com minha escola e minha comunidade [...] Mesmo sendo superior e diretor de um Colégio, continuo essa forma de apostolado que me enche de satisfação e dá um sentido à minha vocação de educador religioso.²⁹¹

Os Irmãos que se identificavam com o apostolado entre os pobres eram também as vozes que indicavam ser possível este caminho para a renovação, mesmo que muitos não concordassem com a ideia de abandonar os colégios para inserirem-se nos meios populares. Verifica-se que a concepção de pobreza tradicional caracterizada pela austeridade pessoal e dependência dos superiores cedeu lugar para experiências concretas que possibilitaram a mudança de mentalidade no contato dos religiosos com a realidade social:

... mundo em que grande parte da humanidade está atormentada pela fome e pela pobreza (1) e onde muitos vivem sujeitos à opressão e à miséria (2).” Cf. Pobreza e Justiça. *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, Setembro-Outubro de 1976, p.16.

²⁹⁰ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 09 de março de 1978, p.26.

²⁹¹ Depoimento. *In: RUEDA, Basílio. Circular*. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.399.

Tendo passado da Europa para um dos países mais pobres da América Latina, trato de viver pobremente. Faz tempo que não utilizo todo o vestuário que a congregação nos fornece. Uma parte dou aos pobres. Lavo as minhas roupas. Durmo no dormitório dos aspirantes. Dou catecismo aos pobres e visito alguns em suas casas. Organizei refeições para os pobres em nosso colégio. Estamos construindo um reservatório de água que regará uma horta, onde começamos a recolher os primeiros legumes, que abaixarão o custo dos víveres para os pobres poderem comprar. Não assisti ao funeral de meu pai – em acordo com minha mãe e irmãs - para economizar o custo da viagem e ficar mais próximo da pobreza da gente com quem convivo.²⁹²

Em contrapartida, os colégios constituíam-se problema para o engajamento dos religiosos com os pobres, embora seja necessário considerar que o Instituto Marista não poderia se eximir dos recursos financeiros para o autosustento, de modo particular em países com o predomínio da educação privada. Um dos entraves em relação ao trabalho com os pobres decorre do fato de os religiosos terem permanecido “enclausurados” nas escolas, impossibilitando tanto o engajamento com as pastorais das igrejas locais, como em trabalhos assistenciais e nas missões: “que interesse suscita em nós, por exemplo, a pastoral de conjunto?”²⁹³ Compreendia-se que a escola católica, espaço de evangelização da juventude, constituía uma extensão da ação da Igreja, ao passo que cooperava para o isolamento dos Irmãos em relação às pastorais eclesiais. Por sua vez, prezando pela identidade e a tradição, grande parte dos Irmãos acreditava que a renovação aconteceria com a permanência e adaptação dos colégios. O problema focalizado descansa no fato de o instituto ter estabelecido um caminho de renovação sem considerar os anseios dos religiosos que não se identificavam e não se viam aptos para participar da renovação exigida.

A atualização do apostolado provocou descontentamento generalizado entre os Irmãos. Se, por um lado, os documentos exigiram mudanças no apostolado, muitos Irmãos não conseguiram responder às expectativas do instituto, pois a maioria havia se tornado Irmão Marista por ter sido aluno dos próprios Irmãos em colégios da congregação, além de terem sido formados para esse modelo clássico de apostolado. “Tive a sorte de viver a maior parte da minha vida antes de 1970, quando nada se punha

²⁹² Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.414.

²⁹³ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 09 de março de 1978, p.27. “Em 1976, o costume tornou-se o projeto de vida comunitária... Agora, não deveríamos pensar seriamente sobre nossa integração na Igreja?” Cf. ANDRÉ, Joseph. In: **Bulletin de l’Institut**, Roma, v. XXXI, n. 219, p.7-135, abril de 1978, p.125.

em discussão. Então se rezava muito e bem e se faziam um trabalho extraordinário.”²⁹⁴ Nesse sentido, a resistência dos Irmãos mais velhos à renovação, muitas vezes silenciosa, foi uma maneira de contestar a imposição de uma só leitura possível do carisma delineada nos Capítulos Gerais. Neste caso, a efetivação da renovação dependia da harmonia entre as mentalidades, caso contrário, corria-se o risco de empreender uma reforma superficial caracterizada pela adaptação consciente como forma de resistência dos religiosos contrários às decisões do XVII Capítulo Geral:

não fecho minha inteligência aos movimentos que nem sempre entendo. Em muitos casos... a única coisa a fazer é suspender seu julgamento. Não creio que a fé ou o bom senso me obriguem a me deixar levar por qualquer vento de mudança. Se esses movimentos rejeitam por completo nossos costumes e tradições, especialmente se atacam nosso carisma, então aí precisarei de provas, de justificativas antes de aceitá-los. Não concordo, nesses casos, com engolir as proclamações de alguém que, seriamente, consultou o seu coração, mas que esqueceu de controlá-lo com seu espírito e - sobretudo - com o espírito da Igreja.²⁹⁵

Os participantes do XVII Capítulo Geral solicitaram ao Irmão Basílio Rueda que a opção do Instituto Marista pelos pobres deveria ocorrer com maior rapidez e intensidade. “Fala-se de pobreza interior, espiritual, e de disponibilidade, como sinais de pobreza. Falamos também dos pobres? Fala-se de pobreza social e política. Falamos também de Cristo pobre? É por Ele, como Ele que somos pobres.”²⁹⁶ Considerando que esses questionamentos foram empregados no decorrer do XVII Capítulo Geral e o assunto foi defendido sistematicamente nas cartas circulares, é indicativo de que as províncias pouco ou nada realizaram neste setor. Ao mesmo tempo, o Concílio Vaticano II não os obrigou a alterar radicalmente os destinatários de seu apostolado.

Em cada Província, examinemos nosso apostolado, procurando descobrir se não haveria necessidades de modificar o sistema de ensino e outras organizações, para prover largamente às necessidades dos pobres, de preferência a manter um serviço educativo baseado, muitas vezes, em fatores sócio-econômicos.²⁹⁷

A inserção entre os pobres deveria proceder com trabalhos educacionais e com a formação de professores leigos, para que esses pudessem se adaptar ao modelo

²⁹⁴ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.382.

²⁹⁵ Depoimento. In: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.390.

²⁹⁶ Comissão sobre a formação. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Setembro-Outubro de 1976. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, s/d, p.77.

²⁹⁷ Pobreza e Justiça. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.26.

pedagógico das escolas maristas. O XVII Capítulo Geral também reconheceu outro problema que já fora constatado nas escolas: o afastamento dos Irmãos das atividades de catequese e do magistério com o Ensino Religioso e demais disciplinas curriculares. A diminuição gradativa com essas atividades passou a compor as discussões das cartas circulares do Irmão Basílio Rueda, já que, no início da congregação, a catequese constituiu uma atividade central, vinculada à identidade do Irmão Marista.

Acrescenta-se a isso que houve a necessidade de adaptação dos colégios às leis educacionais vigentes em cada país. O fato de os Irmãos Maristas terem o ofício de professores, quando manifestaram o propósito de atualizar os seus colégios, precisaram se adaptar aos paradigmas sociais e educacionais, sobretudo com relação ao crescimento da concorrência no setor das escolas privadas e a ampliação da oferta de educação pelo Estado, como têm ocorrido no Brasil. Ao mesmo tempo deve-se levar em conta o fato de que muitas províncias eram subsidiadas pelo Estado. Por essa razão, o instituto atualizou os colégios, com o intuito de salvaguardar a tradição em um período marcado pela crise da autoridade e da educação, com a perda gradativa da formação religiosa e humanística e a reorganização dos estabelecimentos de ensino em consonância com as exigências de uma clientela interessada cada vez mais em obter uma formação que lhes possibilitasse entrar nas universidades.

Quando Hannah Arendt discorre sobre as alterações dos paradigmas da educação no mundo ocidental, na segunda metade do século XX, evidenciou que houve a necessidade das sociedades reconstruírem seus referenciais em diálogo com a modernidade e a tradição.²⁹⁸ Essa reflexão de Hannah Arendt possibilita compreender que o Instituto Marista necessitou estabelecer caminhos de atualização para continuar com as suas escolas. A aceitação e a inclusão de elementos técnicos da modernidade questionou a tradição e os ideais de formação dos colégios Maristas:

A busca de formas novas, o receio de perder certos valores fundamentais, a dificuldade em harmonizar os diversos pontos de vista, podem ter provocado inquietação e até angústia. Mas constatamos que a inspiração do XVI Capítulo Geral trouxe um novo impulso e salvaguardou unidade apesar das tensões.²⁹⁹

Apesar da ausência de estatísticas dos professores leigos, de 1970 a 1985, tudo indica que se considerarmos a queda no recrutamento, a saída dos religiosos e o

²⁹⁸ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

²⁹⁹ Irmãos Maristas Hoje. *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.92.

aumento do número de escolas e de alunos, a presença desses professores se fez cada vez mais imprescindível e a sua inclusão ocorreu em ritmos distintos entre os países. Houve a preocupação do instituto com a atualização das escolas e o anseio de formar os professores leigos para garantir a continuidade dos trabalhos. “Em alguns países, esforços são feitos para treinar nossos professores leigos, comunicar-lhes nosso espírito, transmitir nossos objetivos a eles.”³⁰⁰ A diminuição crescente da presença dos religiosos em sala de aula exigiu não só a contratação de professores leigos, mas também garantir sua formação na perspectiva da educação Marista e dos objetivos mais amplos da congregação. Formar esses docentes com base nos valores maristas foi a maneira encontrada para assegurar a continuidade das escolas.

Em 1982, os relatos do Irmão Paul Sester indicam que havia um número reduzido de religiosos que trabalhava com catequese nas paróquias, doentes, idosos, órfãos, jovens infratores e, principalmente, nos espaços de missão, locais que não trabalhavam necessariamente só com as escolas, mas também com atividades vinculadas às pastorais eclesiais. Essa adaptação às diversas situações de trabalho fora das estruturas do Instituto Marista foi motivo de preocupação, já que para esse religioso as escolas continuavam associadas ao carisma do fundador, à identidade de religiosos-educadores, seja ela para atender a elite ou os pobres: “Que essa adaptação nem sempre é fácil e que está exposta, pelo próprio fato de ser questionada, correndo o risco de algum desvio [...]”³⁰¹ Interessante é notar que havia a apreensão para que essa diversidade de atividades assumidas fora da congregação não levasse ao afastamento do carisma.

Passados nove anos de governo, orientando os religiosos para o trabalho de educação dos pobres, o XVII Capítulo Geral identificou que as províncias não conseguiram responder a essa demanda de forma satisfatória.³⁰² Para o Irmão Basílio Rueda, a importância do trabalho missionário esteve em ensinar aos Irmãos o contato com a pobreza. Com a proposta de descentralização administrativa do governo geral,

³⁰⁰ SESTER, Paul. A vida apostólica. In: **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXXI, n. 221, p.7-26, setembro de 1982, p.7. Francês (Itália, Internacional).

³⁰¹ SESTER, Paul. A vida apostólica. In: **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXXI, n. 221, p.7-26, setembro de 1982, p.10. Francês (Itália, Internacional).

³⁰² “Onde as condições sociais não permitem exercer apostolado em obra marista institucionalizada, é preciso procurar as possibilidades fora da Instituição; por exemplo: inserir-se na catequese, na animação paroquial, ou ensinar nas escolas do Estado, nos centros catequéticos etc. Se necessário, exercer um trabalho remunerado, salvaguardando tanto quanto possível a vida da comunidade religiosa.” Cf. Missões. In: **Documento do XVII Capítulo Geral**. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.121.

caracterizada muito mais pela imposição das lideranças diante da constatada morosidade das províncias em seguir as diretrizes de renovação, esperava-se que os campos de atuação nas missões pudessem ser autossuficientes, o que, ao que tudo indica, não ocorreu. “As Províncias que possuem obras com sólida base financeira (colégio próspero, editora, exploração, etc.) examinarão a possibilidade de consagrar UM [sic] por cento da receita dessas obras à caixa geral das missões.”³⁰³ Não havia a pretensão de ampliar as atividades missionárias, mas fortalecer os trabalhos então em curso e garantir a formação de religiosos autóctones.³⁰⁴ Assim, o XVII Capítulo Geral retomou alguns temas considerados centrais para as missões, que foram tratados em seus planejamentos:

- Adaptação do espírito missionário, renovado pelo Concílio, a nossas situações missionárias;
- Orientação do instituto para os pobres e para as missões;
- Inserção da pastoral Marista na pastoral de conjunto;
- Adaptação da vida religiosa levando em conta as culturas locais;
- Escolha e formação dos missionários;
- Formação dos religiosos oriundos de países de missão;
- Planejamento preciso dos compromissos missionários, em todos os níveis.³⁰⁵

Mesmo que os documentos oficiais da congregação tenham retratado superficialmente determinados assuntos, constata-se que havia conflitos entre as gerações de religiosos que se mantiveram “entrincheirados em suas posições”,³⁰⁶ seja dos que defendiam a continuidade do trabalho com os colégios, ou entre os que tencionavam constituir novas experiências, conforme as exigências do Superior Geral em relação ao terreno missionário e com as atividades educacionais de natureza assistencial. Para o Irmão Basílio Rueda, não havia outro caminho para a renovação, a não ser reestruturar o apostolado para atender os pobres. Por esse motivo, cada província ficou encarregada da organização dos trabalhos missionários e, mesmo com as dificuldades em relação ao número de religiosos e aos recursos financeiros, a inserção nas missões foi empreendida sob variadas motivações.³⁰⁷

³⁰³ Missões: *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.132.

³⁰⁴ Missões: *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.114.

³⁰⁵ Missões. *In: Documento do XVII Capítulo Geral*. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Setembro-Outubro, Escola Profissional Champagnat, 1976, p.112.

³⁰⁶ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 09 de março de 1978, p.31.

³⁰⁷ “Os estudos superiores em ciências sociais têm sido uma reconsideração e um chamado para mim. Refleti sobre o fato de muitos Irmãos estarem em verdadeira situação de marginalização em relação ao mundo e seus problemas [...] Hoje, parece-me que os Irmãos estão começando a abrir os olhos, e eu disse a mim mesmo que ser Irmão para viver entre quatro paredes, piedosamente, confortavelmente, não foi

A proposta de renovação do Instituto Marista não encontrou aceitação unânime das províncias e os embates suscitaram atitudes contraditórias que foram justificadas pelos distintos interesses dos religiosos, em grande medida, silenciando ou enaltecendo as orientações da congregação, de acordo com as conveniências de Irmãos e províncias. Em grande medida, mesmo que o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) tenha determinado a atualização por meio da releitura do carisma, os religiosos que aspiravam a permanecer com os colégios assim o fizeram com base na justificativa que atribuíram para a manutenção da identidade do Instituto Marista. Essa identidade vinculada aos colégios dificultou a renovação planejada pelo XVII Capítulo Geral.

Quando analisamos a recepção do Concílio Vaticano II nesse instituto, constatamos certo desajuste entre o desejo de renovação impresso nas orientações do Superior Geral e as experiências dos religiosos nas distintas províncias. As discussões e encaminhamentos foram permeados por divergências quanto à renovação, compreendida como sinônimo de obediência desse instituto às orientações do concílio. Embora os documentos do XVII Capítulo Geral e as cartas circulares revelassem o anseio por mudanças estruturais, o Instituto Marista não se posicionou de maneira uniforme, o que denota as dificuldades para empreender a renovação: aumento de saídas de religiosos, baixo índice de recrutamento, apostolado restrito às escolas, a reduzida participação dos Irmãos na Pastoral de Conjunto, a indisposição para o trabalho com os pobres e nas missões, os conflitos relativos à identidade e uma proposta que não conseguiu incluir o anseio das distintas gerações de Irmãos.

O *aggiornamento* aconteceu nos encaminhamentos do Instituto Marista quando foram articulados os documentos conciliares para fundamentar a renovação. Nesse sentido, ocorreu predominantemente uma renovação no âmbito jurídico, com as modificações dos documentos do XVII Capítulo Geral e as regras de vida (Constituições). Mesmo que a renovação estivesse sob a responsabilidade de cada província, o interesse dos religiosos interferiu na hermenêutica dos documentos, impossibilitando as principais mudanças que foram prescritas nas diretrizes do Instituto Marista. Ainda que os documentos do Concílio Vaticano II, porém, tenham sido generalistas com as orientações relativas às comunidades e o apostolado, só será possível mensurar essa recepção prática com a análise dos encaminhamentos de cada província.

feito para mim. Para ser consistente comigo mesmo fui para as missões. Cf. Depoimento. *In*: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, p.440.

Notamos que os discursos oficiais objetivavam orientar processos de renovação, o que ficou evidente com a frequente articulação dos documentos do Vaticano II nas alterações dos documentos da congregação. A questão de fundo para a renovação estava no campo do apostolado. Por mais que o trabalho com a educação dos pobres tenha sido determinado prioridade desde 1967, os embates em defesa da manutenção da escola privada reivindicavam uma renovação sem mudanças abruptas na estrutura de trabalho deste instituto. Mesmo estabelecendo os pobres como sujeitos prioritários, o Instituto Marista precisou lidar com a resistência dos religiosos que foram formados e tiveram os colégios como parte constituinte de suas identidades. Nesse sentido, as vozes desses Irmãos não foram contempladas, permaneceram trabalhando nos colégios e apoiaram o modelo de renovação oficialmente constituído e adotado pelo XVII Capítulo Geral.

5 A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PMSP (1967-1977)

Em 1976, a revista *Grande Sinal*³⁰⁸ publicou seis artigos de Frei Betto³⁰⁹, cujos títulos se repetiram: “*Tem futuro a VR?*”. Expressões como crise, mundo, engajamento, progresso, desenvolvimento, renovação, transformação, adaptação aos sinais dos tempos, identidade, inserção social... são algumas empregadas pelo autor e revelam um período instável dos institutos religiosos brasileiros. Cada qual a seu ritmo, enfrentou impasses para proceder com a atualização solicitada pelo Concílio Vaticano II. Frei Betto, contudo, empregou uma frase que é representativa e caracteriza - mesmo que de forma generalista - esse período da Vida Religiosa: “As panelas do Egito suscitam saudades daqueles que tem as incertezas da procura.”³¹⁰ Se, por um lado, os institutos religiosos encontraram dificuldades para promover a renovação, em razão do momento histórico marcado por sensíveis mudanças socioculturais dos anos de 1960 e 1970, por outro lado, ante as circunstâncias de incertezas, também teriam optado pela adaptação com o retorno às origens, em função do distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, cujas experiências “se alimentavam de um passado presente.”³¹¹ Esse distanciamento temporal denota uma relação conflituosa com a modernidade, caracterizada pela aceleração do tempo das experiências históricas.

Antes do início do Concílio Vaticano II, a PMSP já discutia a interferência dos valores modernos, a quem se atribuiu uma série de mazelas, mas também a constatação da crescente necessidade de dialogar com tais valores. Havia a necessidade de os religiosos inserirem-se na sociedade e atribuir um significado concreto aos votos religiosos, principalmente reconhecer a existência da pobreza material, a urgência da atualização da formação religiosa e profissional, além do contato com as novas

³⁰⁸ É publicada desde 1947, pelos Franciscanos de Petrópolis-RJ. Deve-se ter presente que a revista como categoria documental necessita ser mapeada quanto a sua produção e circulação, já que pelo seu caráter procurava contemplar o máximo possível o público interessado. Essa revista, no entanto, tem suas especificidades, se destina a atender as religiosas e os religiosos do Brasil, portanto, tratando de temáticas da Vida Religiosa e escrita pelos religiosos. Neste sentido, além de discutir os problemas e acontecimentos relativos a essa categoria de pessoas, também emprega distintas narrativas diante da crise por que passaram as Ordens e Congregações no transcorrer da segunda metade do século XX. Cf. CECATTO, Adriano. Narrativas e representações da Vida Religiosa feminina no Brasil (1969-1974). *Semina*, Passo Fundo-RS, v. 19, n. 1, p. 164-184, jan./abr. 2020.

³⁰⁹ Carlos Alberto Libânio Christo (1944) é o seu nome civil. É um religioso pertencente à ordem Dominicana. Além da formação teológica e filosófica, estudou antropologia e jornalismo. É escritor e militante político progressista, propagador da Teologia da Libertação. Foi preso em 1969 pelo regime militar brasileiro e permaneceu na prisão até 1973.

³¹⁰ BETTO, Frei. *Tem futuro a VR?* *Grande Sinal*, Petrópolis-RJ, p.250-262, maio de 1976, p.250.

³¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.323.

tecnologias educacionais. Entre os Irmãos Maristas dessa província, a relação com a modernidade apresentou suas dubiedades, quando estes desejaram atualizar suas escolas, ao passo que não empreenderam essa tarefa em conformidade com o que solicitou o Instituto Marista: fechar alguns colégios e promover a educação das classes populares. Por sua vez, não foi possível conciliar com o mesmo ímpeto as mudanças solicitadas em relação a recrutamento, formação e organização das comunidades religiosas.

É importante considerar que ao longo dos anos a PMSP manteve suas unidades de apostolado com predominância em escolas privadas. Quando atestamos os dados referentes à fundação e ao fechamento de seus estabelecimentos de 1967 a 1977, a província administrou: colégios, unidades assistenciais, unidades missionárias, casas de formação religiosa, editora, universidade, casa de eventos/cursos (Quadro 1). Nesse entremeio, notamos que dois colégios e algumas casas de formação encerraram as atividades. Quanto às casas de formação religiosa (juvenato, postulado, noviciado, escolasticado), na maioria dos casos, não deixaram de existir, apenas foram transferidas dos seus locais para atender as prioridades.

Quadro 1- Unidades de apostolado da PMSP.

Colégios	Cidade	Estado	Abertura	Fechamento
Nossa Senhora do Carmo	São Paulo	São Paulo	1899	1971
Champagnat	Franca	São Paulo	1902	1971
Nossa Senhora da Glória	São Paulo	São Paulo	1902	
Santista	Santos	São Paulo	1904	
Arquidiocesano	São Paulo	São Paulo	1908	
Santa Maria	Curitiba	Paraná	1925	
Nossa Senhora Aparecida	Ribeirão Preto	São Paulo	1938	
Londrina	Londrina	Paraná	1955	
Maringá	Maringá	Paraná	1958	
Pio XII	Ponta Grossa	Paraná	1961	
Cascavel	Cascavel	Paraná	1962	
Brasília	Brasília	Distrito Federal	1962	
Centros Assistenciais	Cidade	Estado	Abertura	Fechamento
Creche Lar Feliz	Santos	São Paulo	1959	
Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont	Itapejara D'Oeste	Paraná	1968	
Núcleo Social Papa João XXIII	Maringá	Paraná	1972	
Centro Social Pau D'Alho	Ribeirão Preto	São Paulo	1974	2001
Escola Nossa Senhora da Paz	Londrina	Paraná	1985	
Unidades Missionárias	Cidade	Estado	Abertura	Fechamento
Escola Santo Ângelo	Lábrea	Amazonas	1967	
Escola Eduardo Ribeiro	Canutama	Amazonas	1973	

Escola Prof. ^a Marizita	Tapauá-AM	Amazonas	1974	
Casa de Formação Religiosa	Cidade	Estado	Abertura	Fechamento
Juvenato Marcelino Champagnat	Curitiba	Paraná	1925	1969
Juvenato Coração de Jesus	Londrina	Paraná	1959	1967
Juvenato e Noviciado São José	Brodósqui	São Paulo	1961	1973
Noviciado São José	Brodósqui	São Paulo	1962	1965
Juvenato Pio XII	Ponta Grossa	Paraná	1971	1979
Juvenato Coração de Jesus	Londrina	Paraná	1974	1995
Centro Marista de Formação	Curitiba	Paraná	1977	1992
Juvenato Marcelino Champagnat	Maringá	Paraná	1979	1985
Centro Marista de Formação	Manaus	Amazonas	1979	1998
Noviciado	Campinas	São Paulo	1980	2003
Juvenato Marcelino Champagnat	Londrina	Paraná	1991	1997
Escolasticado	Uberaba	Minas Gerais	-	1972
Juvenato Champagnat	Franca	São Paulo	1968	1970
Outros	Cidade	Estado	Abertura	Fechamento
Editora FTD	São Paulo	São Paulo	1902	
Universidade Católica	Curitiba	Paraná	1974	
Instituto Nossa Senhora Medianeira	Campinas	São Paulo	1956	

Fonte: Elaboração própria, com base nas nomeações anuais dos religiosos pelos provinciais da PMSP e da obra: FERRARINI, Sebastião; RUNINI, Ático. **Pequeno histórico dos Irmãos Maristas:** Província de São Paulo-Paraná. Curitiba-PR: EDUCA, 1985.

Com a expansão do Instituto Marista, no final do século XIX, os religiosos necessitaram se adaptar às realidades educacionais de cada país. Nesse sentido, não é possível descrever o contexto internacional do apostolado Marista sob única natureza de trabalho educacional, mas afirmamos que, no século XX predominou a educação com as escolas privadas e escolas em parceria com os governos (colégios maristas subsidiados pelo Estado). A Província do Brasil Central (e posteriormente a PMSP) prosseguiu na mesma esteira - optou pelo crescimento e manutenção das estruturas privadas de ensino e não mais pelo trabalho com as escolas públicas, com o atendimento às classes populares, conforme ocorreu no século XIX em terras francesas. Do ponto de vista da prosperidade econômica, países como o Brasil, Estados Unidos, Canadá e alguns da Oceania tiveram a organização e o número de estabelecimentos similares, e assim foi descrito pelo Irmão André Lanfrey:

No Brasil predominam os colégios particulares secundários com clientela burguesa, mas sem dúvida com uma identidade religiosa um pouco indefinida e, portanto, pouco propícia ao recrutamento. No mundo anglo-saxão, (EUA, Canadá, Austrália), o meio é mais democrático e a identidade católica mais definida, permitindo um forte recrutamento por escola, levando a um menor desenvolvimento dos juvenatos e a uma idade de entrada para o noviciado mais alta. Esta é a fórmula que emergirá gradualmente. Os colégios do Brasil que pagam seus professores, parecem ainda ter poucos professores leigos, enquanto que no mundo anglo-saxão, dominam as escolas com alunos externos e com funcionários mistos.³¹²

Além dos colégios e da Editora FTD (*Frère Thèophane Durand*), a PMSP iniciou os trabalhos com a Universidade Católica do Paraná (UCP), manteve as casas de formação religiosa, fundou centros assistenciais e missionários, “apesar de todos os problemas que a afligiam e numa hora em que seus efetivos diminuam.”³¹³ A venda do Juvenato Marcelino Champagnat (Curitiba), em 1969, do colégio do Carmo (São Paulo) e do colégio de Franca (Franca), em 1971, esteve relacionada à redução do número de Irmãos e à necessidade do pagamento de dívidas da Editora FTD. Devemos considerar, porém, que o Irmão Basílio Rueda, durante o XVI Capítulo Geral, solicitou à PMSP a redução do número de obras apostólicas em função da perda de religiosos e a diminuição das entradas de novas vocações.³¹⁴ Apesar desse prejuízo, no entanto, as obras continuaram a aumentar. Com o desmembramento da Província do Brasil Central, no final do ano de 1957, a Editora FTD continuou sendo administrada pelas províncias do Rio de Janeiro (1958-2002) e de São Paulo, e somente em 1973 a PMSP assumiu de forma exclusiva a editora.

Neste período temporal, a PMSP foi governada por três Irmãos: Waldomiro Maria Soares³¹⁵ (1965-1968), Cláudio Girardi (1969-1971/1972-1974) e Dario Bortolini (1975-1977). A renovação pedagógica e catequética dos colégios, o recrutamento de vocações e o atendimento aos pobres foram elencados nos planos de atualização dessa província. Em cada governo provincial elegeram prioridades, mas somente em 1969 deu-se início ao planejamento e a partir de 1971 constituíram os planos globais/trienais de forma sistemática. Compreendiam-se por atualização: cursos para renovação da catequese, iniciada em 1966, antes do XVI Capítulo Geral; a renovação pedagógica, empreendida no final dos anos de 1970, em função do aumento dos professores leigos; o

³¹² LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II, p.225.

³¹³ RUBINI, Ático. Província Marista de São Paulo. **Presença Marista**, ano 2, n.1, p.58-64, março de 1976, p.61.

³¹⁴ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.22.

³¹⁵ Foi Provincial de 1965 a 1968. Em 1969 solicitou o desligamento do Instituto Marista.

atendimento às classes populares nos colégios; o investimento de recursos humanos e financeiros para a fundação de escolas assistenciais e o trabalho missionário; a inserção dos Irmãos na Pastoral de Conjunto; e a atualização do recrutamento e da formação inicial e continuada dos religiosos.

As decisões constituídas pelo Instituto Marista, na contextura internacional, interferiram na elaboração das expectativas da PMSP em relação à recepção do Concílio Vaticano II. A província necessitou alinhar-se às orientações do XVI Capítulo Geral, que recomendou uma série de diretrizes a serem aplicadas nas comunidades religiosas e no trabalho apostólico. Assim sendo, o objetivo deste capítulo é analisar como ocorreu a recepção do Concílio Vaticano II na PMSP de 1967 a 1977, observando as estratégias e transformações da vida religiosa Marista (recrutamento, formação, comunidades) e do apostolado (escolas). Desta maneira, interessa-nos compreender como as experiências do Instituto Marista acomodaram as expectativas no âmbito local das comunidades e colégios da PMSP para fazer frente à renovação. Na esteira desse processo, verificamos a recepção do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) e da Declaração *Gravissimum Educationis* (1965). A recepção teórica diz respeito à maneira como as ideias do Concílio Vaticano II tornaram-se conhecidas, discutidas e apropriadas pelos Irmãos; e a recepção prática procede da teórica e corresponde à assimilação desse concílio na vida prática da província, com a renovação das mentalidades e da organização.³¹⁶ A atualização pressupõe questionar as estruturas da Igreja e do Instituto Marista e propor um caminho de renovação, e, para isso, torna-se imprescindível considerar o diálogo com a modernidade.³¹⁷

O historiador alemão Reinhart Koselleck, em sua obra *Futuro Passado*,³¹⁸ dedicou-se ao estudo do tempo, sobretudo com a história conceitual e a modernidade. Para ele, a acepção de tempo histórico foi alterada nos séculos XVIII e XIX, na Europa, com a interferência das rápidas modificações do espaço de experiência, que possibilitou pensar o tempo histórico em sua singularidade, rompendo com a história *magistra vitae*. Desta maneira, o presente passou a ser compreendido como espaço de construção de um

³¹⁶ Cf. ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993. / ROUTHIER, Gilles. La périodisation. In: ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II: Le concile au risque de l'histoire et des espaces humaIns**. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004, p.225-244.

³¹⁷ Cf. BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

³¹⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

futuro em aberto, sem limitar-se a uma perspectiva escatológica. A aceleração do tempo alterou o horizonte de expectativa dos sujeitos com o surgimento do progresso, desvinculando-o da providência divina.

Desta maneira, a modernidade se constituiu do distanciamento progressivo entre as experiências (passado) e as expectativas (futuro), permitindo o “aumento da diferença e da tensão”³¹⁹ entre essas duas categorias. Portanto, só foi possível constatar a modernidade como novo tempo de abertura para o porvir quando as expectativas foram se distanciando das experiências dos sujeitos e instituições, ampliando o diálogo com os progressos da sociedade (desenvolvimento da ciência e da técnica). “Não se trata, pois, de simples conceitos opostos. Pelo contrário, eles indicam maneiras desiguais de ser, e da tensão que daí resulta pode ser deduzido algo como o tempo histórico.”³²⁰ Nesse sentido, tais reflexões são apropriadas para pensarmos a tensão gerada entre a experiência do XVI Capítulo Geral e a expectativa da PMSP, para compreendermos as experiências históricas que condicionaram os Irmãos Maristas num período em que lhes foi exigida a renovação.

Analisamos a recepção do Concílio Vaticano II com suporte em três dimensões fundamentais para a organização dos Irmãos Maristas, e, ao mesmo tempo, constitui a divisão deste capítulo: o recrutamento de vocações e a formação inicial e continuada; a organização da vida religiosa dos Irmãos nas comunidades; e o trabalho apostólico com a educação.

5.1 O recrutamento e a formação religiosa: formar Irmãos para quê?

Os impasses com o recrutamento de vocações e a formação inicial interferiram na composição numérica das comunidades religiosas, no entanto, os problemas relativos a esses setores foram abordados antes da gênese da PMSP. No decorrer dos anos de 1950, até meados de 1960, a Província do Brasil Central e posteriormente a PMSP constataram a diminuição do número de religiosos não somente com as entradas de candidatos, já que os juvenatos (primeira etapa da formação inicial) estiveram permanentemente apinhados, mas também os problemas relativos à formação

³¹⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014, p.310.

³²⁰ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014, p.312.

continuada.³²¹ Essa realidade foi observada nas demais províncias brasileiras e no contexto internacional do Instituto Marista e fica notabilizada quando analisamos o conteúdo das reuniões dos provinciais do Brasil, os quais reconheciam existir uma formação religiosa deficitária: “constatou-se ser questão vital e urgente dar aos Irmãos uma formação religiosa em profundidade e superior à intelectual.”³²² O fator recrutamento causou preocupação na PMSP e o desejo de solucionar tal problema esteve incluso em suas pautas nas décadas que se seguiram. Isso nos permite salientiar que o recrutamento e a formação religiosa enfrentavam problemas antes mesmo da divisão da Província do Brasil Central (1957).

Nos anos de 1950 e 1960, a Igreja Católica brasileira foi impactada com as mudanças no campo religioso, com a expansão do protestantismo, do espiritismo e a constatação da diminuição das práticas de seus fiéis, que esteve atrelada aos efeitos da secularização e do pluralismo religioso decorrentes do processo de modernização da sociedade com a crescente urbanização e industrialização.³²³ Internamente, a Igreja Católica necessitou lidar com a crise das vocações de sacerdotes, que, segundo Massimo Bonato, foi um fenômeno generalizado após o Concílio Vaticano II. Para o autor, a crise das vocações dos anos de 1960 e 1970 foi tratada pela Igreja com uma postura conservadora, com “o enfraquecimento de várias iniciativas favoráveis à introdução de inovações na dimensão da formação presbiteral e na concepção do modelo de sacerdote.”³²⁴ Embora essa crise concernente às vocações sacerdotais seja tratada num

³²¹ A educação continuada compreendia o estudo religioso e acadêmico, com estudos individuais nas comunidades e cursos de curta e longa duração promovidos por instituições vinculadas à Igreja ou independentes dela. No âmbito religioso, o período pós-Concílio Vaticano II foi caracterizado por uma vasta produção teológica e pastoral, tendo em vista os objetivos do *aggiornamento*.

³²² Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 1ª reunião**. São Paulo, 27 de novembro de 1960, p.2.

³²³ Quanto aos estudos do “campo religioso” no Brasil, verificar o seguinte trabalho: MONTES, Maria Lucia. **As figuras do sagrado**: entre o público e o privado na religiosidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012. Nos campos político, econômico e cultural, ver: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

³²⁴ BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II**: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi. 2009. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p.110. Massimo Bonato observou que, nos anos de 1960 a 1970, a teoria da secularização interferiu na Igreja Católica do Brasil e a ideia de crise teria propiciado um declínio institucional “irreversível”. O autor relaciona a secularização com a crise da religião. Além da constatada preocupação da Igreja Católica com o crescimento protestante e espírita, internamente se fez sentir a falta de vocações. A hipótese levantada pelo autor é de que houve uma crise permanente e progressiva na Igreja Católica na segunda metade do século XX marcada pela perda de sua influência na sociedade e, entre outros aspectos, sentiu a diminuição das vocações com as saídas de sacerdotes e poucas entradas, ocorrendo uma crise acentuada após o Vaticano II, em que a Igreja Católica necessitou tomar consciência e conviver com a circunstância. Cf. BONATO, Massimo. **Igreja Católica e modernização social**: a crise do catolicismo a

contexto nacional da Igreja Católica, torna-se imprescindível analisar as experiências particulares das dioceses e dos institutos religiosos no enfrentamento dos distintos níveis de crise no campo vocacional, e, neste caso, como a questão foi tratada pelos Irmãos Maristas.

Quando recorremos às orientações do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), sobre o fomento de vocações, o documento sugere a atualização dos procedimentos com o recrutamento a fim de corresponder às necessidades da Igreja; deteve-se sobre orientações gerais da formação dos religiosos “segundo a capacidade intelectual e a índole pessoal de cada um, a respeito dos costumes em voga na hodierna vida social.”³²⁵ Uma análise do trabalho de recrutamento remete diretamente à crise instaurada com a perda de vocações sacerdotais e religiosas, que ocorreu de maneira mais crônica após o Concílio Vaticano II. Portanto, pensar a recepção do Concílio Vaticano II requer uma análise das estratégias utilizadas pela PMSP para fazer frente ao recrutamento e à formação religiosa, aspectos considerados centrais para a sua sobrevivência e renovação.

No boletim informativo *Voz Marista*, havia o espaço mensal para tratar das vocações, alcunhado por “Assuntos Vocacionais.”³²⁶ Em uma das publicações, o Irmão Sabino Lino Conte (1915-2005) sublinhou a insistência com que este informativo vinha tratando do assunto e advertiu a Província do Brasil Central sobre o problema: “nossos juvenatos sempre dispuseram de um número satisfatório de elementos. Quem sabe, mesmo, a idéia do número, em certas épocas nos tenha feito esquecer a da qualidade.”³²⁷ Tal aspecto relacionava-se à formação, com a constatação de que lhes faltou a organização.³²⁸ O quesito quantidade não se alterou consideravelmente nos anos de 1950, contudo a formação carecia de preparação e de Irmãos recrutadores e formadores para essa tarefa, já que os colégios se apresentavam mais atraentes para o trabalho dos

partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960. 2014. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.323.

³²⁵ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.485-500, p.500.

³²⁶ Nos anos de 1950, eram três religiosos responsáveis pelo recrutamento e envio para os juvenatos (Casa de Formação Religiosa) de Mendes-RJ e Curitiba-PR. Cada colégio tinha, no entanto, um religioso responsável por esse setor, considerando que as vocações Maristas surgiam essencialmente desses espaços. Em uma reunião de Irmãos recrutadores, em Mendes-RJ, em 20 de dezembro de 1955, sugeriu-se a confecção de folhetos para propaganda vocacional. É um indicativo de que havia a necessidade de continuar garantindo a entrada de candidatos para os respectivos juvenatos e que a diminuição de candidatos à vida religiosa Marista começou a ser sentida pela província do Brasil Central.

³²⁷ CONTE, Sabino Lino. Assuntos vocacionais. **Voz Marista**, São Paulo, n. 4, p.127-129, junho, 1956, p.127.

³²⁸ DEUS, João de. Recrutamento nos colégios. **Voz Marista**, São Paulo, n. 7, p.232, agosto, 1956, p.232.

religiosos. Entre os critérios definidos no final dos anos de 1950 para a admissão dos candidatos, foram priorizadas as aptidões morais em detrimento da capacidade intelectual.³²⁹

De 1958 a 1966, a principal prioridade da PMSP foi a atualização do recrutamento e da formação. O provincial, Irmão Egídio L. Setti (1919-2006),³³⁰ não se eximiu em reconhecer as dificuldades para o desenvolvimento desses setores, exigindo maior empenho dos Irmãos para reunir recursos humanos e financeiros em prol da construção de casas de formação. Neste caso, se referia às casas fundadas nos anos de 1960 e 1970, com a instalação e organização da PMSP, em função do desmembramento da Província do Brasil Central:

Recomendo instantemente que se estabeleça em tôdas as comunidades um grande ESPÍRITO DE FAMÍLIA [sic]. A penúria de pessoal obrigar-nos-á certamente a tomar um acréscimo de trabalho [...] Sendo a preocupação maior atual, a construção das Casas de Formação, apelo para o espírito de família, de sacrifício e de austeridade de todos os Irmãos para que conjugando todos os esforços nesse sentido, tenhamos o numerário [sic] suficiente para fazermos face a esse grave problema.³³¹

As cartas circulares do Irmão Egídio L. Setti foram insistentes sobre a urgência de se intensificar o recrutamento e buscar soluções conjuntas para estancar as saídas dos candidatos das casas de formação. “DIANTE [sic] das defecções que presenciamos este ano, qual a nossa atitude? [...] Segundo vosso parecer, qual é a causa de tantas defecções? Que remédio proporíeis para diminuí-las? Por que esse remédio e não outro? Haveria outras observações a fazer?”³³² Essa preocupação lançada a todos os religiosos teve como intuito responsabilizar-lhes sobre o assunto, que tudo indica ter sido uma

³²⁹ Sobre os critérios para os Irmãos recrutadores: “É preciso que o Irmão se informe bem do ambiente familiar para ver varias cousas: 1- Se há um espírito cristão na família. 2- Se não é uma família leviana. 3- Os recursos de que dispõe para a manutenção do filho no juvenato.” Cf. PAULO, Vicente de. Encontro dos Irmãos recrutadores. **Voz Marista**, São Paulo, n. 11, p. 14-15, fevereiro de 1957, p.15. No mesmo ano, novas orientações pormenorizaram os critérios: “1º) **De ordem moral**: a) Ser de família honesta e religiosa; b) Ser filho legítimo e gozar de boa fama; c) Não estarem os pais desquitados. 2º) **De ordem natural**: Não ter o menino doenças de certa natureza tal a epilepsia como não haver doenças graves e hereditárias na família. 3º) **De ordem disciplinar**: a) Certidão de batismo e crisma, se já estiver recebido este sacramento; b) Certidão de idade com firma reconhecida; c) Enxoval, seguindo o que fora estabelecido nos Estatutos do Juvenato. 4º) **De ordem intelectual**: a) Não se recebem meninos que não saibam ao menos ler e escrever; b) Tendo acabado cursos, nos grupos, por exemplo, ou no próprio colégio, levar o diploma de término de estudos.” [sic] Cf. DEUS, João de. Para os Irmãos recrutadores. **Voz Marista**, São Paulo, n.20, p.343-344, novembro de 1957, p.343.

³³⁰ Foi o primeiro Provincial da PMSP e governou os seguintes triênios: 1958-1960, 1961-1964 e 1981-1983.

³³¹ SETTI, Egídio Luiz. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 23 de janeiro de 1959, p.1.

³³² SETTI, Egídio Luiz. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 11 de fevereiro de 1960, p.3.

atividade considerada secundária em relação ao trabalho nos colégios, pois preferiam trabalhar em sala de aula com as disciplinas curriculares: “As defecções de certos Irmãos dos quais se podiam nutrir belas esperanças entristece-nos, não nos abstêm. É dever nosso, porém, e de TODOS [sic], trabalharmos por diminuí-las, melhor suprimi-las de uma vez.”³³³ Essa exigência do Irmão provincial ocorreu em virtude do constatado desinteresse entre a maior parte dos religiosos com o trabalho de recrutamento e de formação. Ante tais exortações insistentes, o Irmão Ático Rubini (1914-1995) observou que, nos primeiros anos da PMSP, não se imaginava “as convulsões reservadas à década de 1960”³³⁴, o período em que a província mais sentiu os efeitos da diminuição da perseverança dos candidatos à vida religiosa Marista.

Ainda que tradicionalmente os colégios se apresentassem como centros de recrutamento de vocações, em 1967, o Irmão Waldomiro Maria Soares nomeou três Irmãos para o início do trabalho junto de uma escola conveniada com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, na cidade de Itapejara d’Oeste, cujo intuito foi fortalecer o recrutamento nesse município interiorano caracterizado por uma economia procedente da produção agrícola. “Foi para atender de modo especial a esta facêta, que o Conselho Provincial, apesar de toda penúria de Irmãos, se abalçou a aceitar mais êste encargo, julgando ser útil à Congregação.”³³⁵ Sob a mesma motivação, seguiram as determinações do XVI Capítulo Geral com o Plano Missionário, iniciando o trabalho missionário e vocacional em Lábrea, em 1967, junto de uma escola conveniada com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Nota-se que foram espaços estratégicos para fornecer vocações, já que os colégios davam indícios de declínio neste quesito.

As estatísticas da PMSP de 1967 a 1977, evidenciam que houve uma diminuição crescente de Irmãos (Tabela 5). Todos os anos, com as chamadas “colocações”, os provinciais nomeavam a composição das comunidades religiosas e dos colégios com a transferência de moradia e atribuições de cargos dos religiosos. Acessando documentos, detectamos divergências com relação ao levantamento do número de religiosos, entretanto, as colocações anuais – essas, geralmente publicadas ao final de cada ano - constituem-se estatísticas confiáveis por serem nomeações oficiais (Anexo III).

³³³ SETTI, Egídio Luiz. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 28 de abril de 1961, p.1.

³³⁴ RUBINI, Ático. Província Marista de São Paulo. **Presença Marista**, ano 2, n.1, p.58-64, março de 1976, p.59.

³³⁵ SOARES, Waldomiro M. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 25 de dezembro de 1967, p.2.

Tabela 5 – Estatística de Irmãos da PMSP (1967-1977).

Ano	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Número de Irmãos	152	157	154	137	141	134	122	117	123	127	126

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Colocações.** São Paulo, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977.

O Irmão Cláudio Girardi associou as muitas saídas dos Irmãos da congregação aos “descuidos” com a participação nos sacramentos e na oração; os religiosos teriam substituído essas práticas por outros atrativos que começaram a incidir sobre o cotidiano das comunidades e a alterar a relação com o uso do tempo, com atividades consideradas pelos superiores como secundárias. O provincial encontrou obstáculos para conduzir e garantir a execução do planejamento da província nas comunidades:

Nós que continuamos, o que fizemos para que perseverassem? Noto, com tristeza, que à medida em que vamos dando maior tempo ao rádio, ao esporte, à TV, ao chimarrão, coisas boas em si, menos tempo estamos dedicando à oração, à reflexão, ao estudo religioso, provocando assim um esvaziamento profundo na vida religiosa.³³⁶

Segundo o Irmão Cláudio Girardi, o período de 1969 a 1972 foi marcado pelo início dos planejamentos sistemáticos da PMSP, que “despertou” para a realidade de crise econômica, superada com o pagamento das dívidas da Editora FTD, e a constatação de altos índices de abandono vocacional. “Ao lado destas desistências e o conseqüente menor número de operários [...] Diante desta tarefa, estávamos sem rumos, pois não tínhamos programas de ação.”³³⁷ A tabela (6) subsequente foi apresentada em uma reunião de Capítulo Provincial com o intuito de colocar a província a par da realidade das saídas de Irmãos, marcadamente com a redução de 119 membros, de 1959 a 1969 (saídas e mortes). Essa perda foi considerável, já que a província surgiu em 1958 com 216 Irmãos.³³⁸ As maiores perdas foram contabilizadas entre os Irmãos de votos perpétuos.

³³⁶ GIRARDI, Cláudio. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 26 de dezembro de 1970, p.2-3.

³³⁷ GIRARDI, Cláudio. **Carta aos Irmãos Capitulares.** São Paulo, 17 de julho de 1972, s/p.

³³⁸ S/A. Irmãos da Província de São Paulo. **Voz Marista,** São Paulo, n.31, p.444-445, dezembro de 1958, n.31.

Tabela 6 – Saída de Irmãos de 1959 a 1969 da PMSP.

Ano	Estáveis	Perpétuos	Temporários	Total
1959	1	5	3	9
1960	-	8	2	10
1961	-	2	4	6
1962	-	7	14	21
1963	-	3	4	7
1964	-	7	5	12
1965	1	2	14	17
1966	-	13	-	13
1967	2	3	2	7
1968	-	-	2	2
1969	5	10	-	15
Total	9	60	50	119

Fonte: Reprodução da tabela elaborada apresentada ao Capítulo Provincial de dezembro de 1969. Cf. Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. Dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1969, p.2.

O Capítulo Provincial de dezembro de 1969 trouxe à tona as causas mais frequentes do abandono de formandos e Irmãos: o fato de terem entrado muito novos para as casas de formação (juvenatos), a perseverança sob pena de condenação (medo de abandonar a congregação), a solidão no decorrer dos estudos universitários e o não cumprimento dos votos de consagração (“faltas constantes”).³³⁹ Ao mesmo tempo em que os religiosos exigiram melhorias no recrutamento e na formação, grande parcela deles declarou-se indisponível para exercer trabalhos com a formação religiosa, seja por manifestarem preferência pelo trabalho com o magistério ou a ausência de formação atualizada em conformidade com as solicitações do XVI Capítulo Geral:

O juvenato foi aprovado unanimemente pelos Irmãos Capitulares. Nada mais natural pois, que ao menos estes estivessem dispostos a dar a vida pela obra. Mas, para surpresa minha, na consulta feita à Província, 19 dos capitulares responderam não desejar trabalhar nas casas de formação – juvenato – que acham dever continuar. Os motivos por eles alegados são de diversos tipos: 11 não deram nenhuma razão; 3 não deram sequer resposta: deixaram em branco; 2 se dizem desatualizados; 1 diz que não tem entusiasmo; 1 não concorda com o modo atual de se levar o juvenato; 1 respondeu: “acho que não gostaria”; 1 respondeu peremptoriamente: “já trabalhei.”³⁴⁰

Além do problema do recrutamento e da formação, havia a necessidade de formar Irmãos para viver numa sociedade pluralista e não restringir os trabalhos pastorais apenas aos colégios. Interessante é notar que não possuíam clareza sobre o arquétipo de Irmão Marista que desejavam formar, visto que havia dois

³³⁹ Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. Dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1969, p.1

³⁴⁰ Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. Dias 19, 20 e 21 de dezembro de 1969, p.5

posicionamentos distintos na forma de pensar a vida religiosa, com permanências e rupturas de conciliação difícil:

[...] de um lado enfatiza-se o espírito de renúncia e sacrifício como se a vocação marista devesse se concentrar em servir a Deus renunciando às ‘ilusões do mundo’; do outro lado se coloca a necessidade de uma formação aberta, pluralista que dê real preparo para a vida e inserção no mundo. Sente-se mesmo uma diferença de visão na formação do Irmão Marista, colocando lado a lado uma visão tradicional de religiosos como aquele que deve cumprir uma missão desvinculada do mundo, uma visão inovadora de religioso no mundo dando testemunho de sua vocação.³⁴¹

As províncias do Brasil optaram por priorizar o recrutamento de vocações em suas escolas e as dúvidas e indefinições no campo apostólico revelam que o modelo adotado não favoreceu a formação de Irmãos Maristas atualizados com a realidade social e eclesial. Por muito tempo, a vocação Marista esteve vinculada prioritariamente às escolas, ao ofício docente, e isso possui relação direta com um modelo de apostolado circunscrito a esses espaços educativos: “Identificar Irmão a professor se torna problema no campo da promoção vocacional. É mister abrir leque de possibilidades.”³⁴² O problema da identidade também se relacionava com o fato de serem Irmãos e professores, alegando que nem sempre os alunos se interessavam pela vocação do Irmão Marista, mas pelo ofício do magistério. “Nossos alunos deveriam ter a ocasião de ver-nos mais de perto como religiosos e não só como profissionais de ensino.”³⁴³

Em 1973, os provinciais do Brasil constataram que as estruturas de organização da vida comunitária e de apostolado estavam cooperando para o desmantelamento do instituto: perdeu-se a identidade, diminuíram os Irmãos professores e surgiram dúvidas em relação à formação porque também não se possuía clareza sobre o modelo de Irmão Marista que se desejava formar: “Como formar essa gente? Formar para a educação. O testemunho é insuficiente, é preciso descobrir outras linhas [...] Nós mantivemos o carisma estático: OBRAS, IRMÃOS, FORMANDOS [sic]. As obras pressionam.”³⁴⁴ A incompatibilidade que aqui constatamos está em formar Irmãos para o magistério, quando ocorreu a diminuição da participação deles nessa atividade, a presença crescente de professores leigos e a necessidade de envolvimento com a Pastoral de Conjunto,

³⁴¹ SCHDENACKER, Maria Aparecida J. da S. **Pesquisa de campo realizada na Província Marista de São Paulo**. Caracterização da comunidade escolar. Campo Belo, São Paulo, p.1-39, 1971, p.52.

³⁴² Relatório do III Encontro dos Irmãos Formadores. **O Irmão Marista na Igreja e no Brasil de hoje**. Campinas, 23 e 24 de setembro de 1972, p.6.

³⁴³ Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 6ª reunião**. Mendes, 30 de setembro a 02 de outubro de 1977, p.49.

³⁴⁴ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 12ª reunião**. Campina Grande, 02 de maio de 1973, p.31-32.

conforme as orientações do Superior Geral. Uma das consequências diretas do desinteresse gradativo dos Irmãos pelo magistério foi sobrecarregar parte dos religiosos com os trabalhos administrativos nas escolas, além das incertezas quanto aos objetivos da formação religiosa. As “obras pressionam” porque a PMSP aumentou o número de matrículas em suas escolas, havia cada vez menos Irmãos e uma diversificação de funções nos trabalhos: Magistério (43%), Direção e Universidade (18,9%), Serviços (11,7%), Economato (10,7%), Outros (7,5%), Promoção Vocacional (5,8%), Serviço Provincial (2,6%), Estudos (2,6%), Catequese (1,8%).³⁴⁵

Em 1976, a província voltou a constatar a incômoda evasão de formandos e Irmãos, assim como a redução do ingresso de novos membros.³⁴⁶ Portanto, encontrar caminhos de promoção vocacional e manutenção das vocações se tornava crucial para a sobrevivência dessa província.³⁴⁷ As províncias brasileiras divergiram acerca da formação religiosa; entre os que desejavam formar para o trabalho assistencial, missionário e eclesial e os que queriam Irmãos para os colégios, alegando ser este o espaço definidor da identidade dos Irmãos Maristas.

As Casas de Formação, os Formadores, sofrem pressões e críticas porque muitos discordam da formação dada. São choques de Filosofia de formação. Convém, então, abrir as portas das Casas de Formação aos que a criticam para que vejam o que se faz, dêem ideias, façam palestras, colabore.³⁴⁸

Entre os Irmãos provinciais do Brasil, havia o desejo de constituir diretrizes comuns para a formação e estabelecer um perfil de Irmão Marista: “Para que e para quem preparamos nossos candidatos, hoje? Para satisfazer estruturas internas da Província ou para a Igreja?”³⁴⁹ Em grande medida, tal inquietude demonstra que os Irmãos provinciais também não estavam convictos acerca da formação oferecida aos candidatos. Ao menos as diretrizes de formação careciam de atualização, num período em que se orientava o cumprimento das determinações do XVI Capítulo Geral. Havia, porém, a convicção de que não poderiam continuar formando Irmãos somente para atender as demandas dos colégios.³⁵⁰

³⁴⁵ Coordenação de Pastoral. **Diagnóstico**. Província Marista de São Paulo, 17 de setembro de 1975.

³⁴⁶ Plano Global da Província Marista de São Paulo. **Replanejamento**. Itaiaci- São Paulo, janeiro de 1976.

³⁴⁷ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 04 de novembro de 1974, p.2.

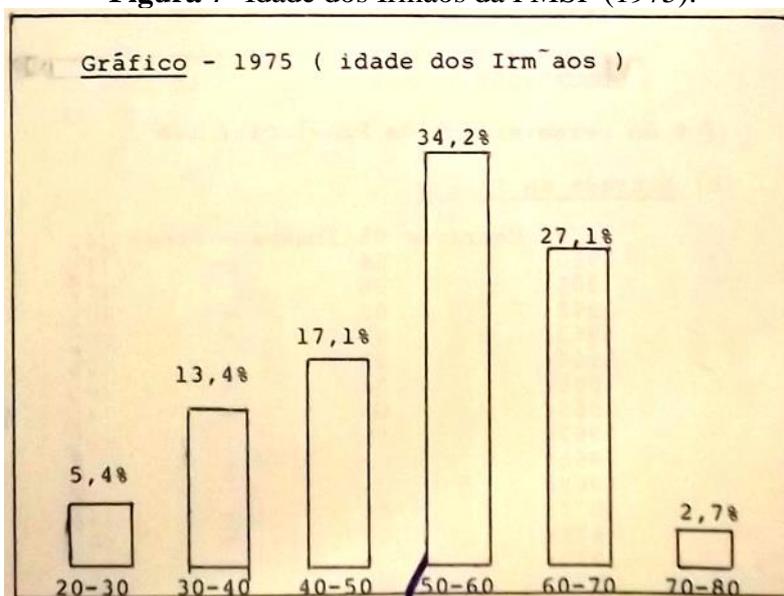
³⁴⁸ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977, p.72.

³⁴⁹ Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 6ª reunião**. Mendes, 30 de setembro a 02 de outubro de 1977, p.48.

³⁵⁰ No Brasil, um esboço do “Plano de Formação das Províncias do Brasil Marista” surgiu na primeira reunião Interprovincial dos Irmãos Formadores, em 1966. Aí foram lançadas as linhas da formação Marista desejada para a realidade brasileira. Paralelamente, havia a urgência de formação para os

O gráfico subsequente (Figura 7) expressa a pouca efetividade com o recrutamento e a formação, e o problema do envelhecimento da província com o constatado aumento do número de religiosos com idade avançada, de 50 a 70 anos. Por essa razão, o Superior Geral solicitou que a PMSP estabelecesse o recrutamento como prioridade, alegando que: “O problema das ‘Vocações’ continua sendo uma interrogação aqui e no Canadá. Já faz seis anos, sempre que pergunto se há sangue novo injetado, respondem: ‘**sim, algumas gotas**’ [sic].”³⁵¹ Esta resposta da província denota uma prática de recrutamento e formação com predomínio do modelo tradicional.

Figura 7- Idade dos Irmãos da PMSP (1975).



Fonte: Província Marista de São Paulo. **Estatística histórica e atual da Província.** São Paulo, 18 de junho de 1975, p.2.

Em 1977, o Irmão Dario Bortolini nomeou os Irmãos Joaquim Panini (1925-2014) e Paulino Jacob (1932-2020) como responsáveis pelo recrutamento vocacional da província, instituindo esse trabalho como prioridade. Nota-se a dificuldade do provincial para encontrar Irmãos a fim de exercer essa função: “Infelizmente há ainda Irmãos que lamentam a falta de continuadores, mas na hora de assumir um vocacionado e acompanhá-lo no amadurecimento vocacional alegam ‘muito trabalho’...‘falta de

formadores. Poucos Irmãos se dispunham para tal trabalho, uma vez que os colégios, unidades assistenciais e missionárias se apresentavam mais atraentes. Foi durante o XVII Capítulo Geral (1976) que surgiu o “Plano de Formação Marista” para delinear as especificidades de cada uma das etapas formativas.

³⁵¹ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo.** São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.6.

jeito!!!!' Onde estamos?"³⁵² Este problema é um reflexo não só da ausência de formação atualizada dos religiosos destinados a esses setores, mas, sobretudo, pela indefinição da identidade Marista ainda vinculada ao apostolado tradicional. O número cada vez mais reduzido de Irmãos interessados pela catequese e pelo magistério, a diminuição da participação dos Irmãos nos horários das comunidades (oração, convivência fraterna, estudo religioso) e o descuido com a atualização da formação continuada, refletiram na resistência dos Irmãos diante das mudanças solicitadas pelos superiores. A divergência entre os Irmãos que trabalhavam na formação e os que trabalhavam nos colégios expôs um modelo de formação religiosa com a ausência de engajamento eclesial, assistencial e missionária: "Esterilidade (ausência de seguidores); resistências à renovação; pouca inovação; não redescoberta do religioso Marista; falta de uma linha de evangelização e inserção eclesial."³⁵³ Neste caso, mesmo diante das incertezas e solicitações por atualização do XVI Capítulo Geral, a formação religiosa continuou formando Irmãos Maristas para o trabalho nos colégios.

5.2 O descompasso das comunidades religiosas com a atualização

As províncias do Instituto Marista são formadas por comunidades religiosas, constituídas por certo número de membros que diferem de acordo com os contextos de cada país. A comunidade é considerada basilar, em que certo número de religiosos compartilha de elementos comuns da consagração (votos religiosos: pobreza, castidade e obediência), cooperam mutuamente e desenvolvem trabalhos apostólicos em conformidade com a peculiaridade do carisma. O cotidiano desses religiosos geralmente é marcado pela organização da vida comunitária em torno da prática da oração, dos trabalhos educacionais e da divisão de várias tarefas relativas à casa que habitam.

Essas comunidades, comumente, permaneciam vinculadas aos colégios e oscilavam quanto ao número de religiosos, com uma dinâmica de fechamento e abertura de casas em função das necessidades apostólicas. O constatado acréscimo do número das comunidades da PMSP não significa que tenha alterado positivamente sua composição numérica, pois indica que houve ampliação das unidades apostólicas e redistribuição dos religiosos. De 1965 a 1977, as comunidades tiveram em sua

³⁵² BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 16 de fevereiro de 1977, p.2.

³⁵³ Seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento. **Relatório**. Província Marista de São Paulo. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.57.

composição uma variação de cinco a dez religiosos, com exceção das casas de formação, que geralmente eram compostas por dois ou três membros (Tabela 7).³⁵⁴

Tabela 7- Número de comunidades religiosas da PMSP (1967-1977).

1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
19	21	20	17	16	15	18	19	20	22	21

Fonte: Cf. Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977.

Conforme já exposto, o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) foi uma referência para a atualização da Vida Religiosa, porém, as comunidades da PMSP enfrentaram problemas antes, durante e depois do Concílio Vaticano II.³⁵⁵ Em 1960, o Irmão Egídio L. Setti já alertava sobre a insatisfação dos Irmãos com o proceder dos diretores dos colégios com a monopolização das decisões e o exercício do poder, já que os Irmãos que assumiam a direção dos colégios também coordenavam as comunidades religiosas. Nesse sentido, os provinciais dependiam diretamente dos Irmãos diretores para orientar e executar os planos da província.

É queixa generalizada que os Irmãos Diretores não dão a devida atenção aos Irmãos. São recebidos com frieza e até rispidez, enquanto reservam todas as atenções para as pessoas de fora. Devemos fazer sentir que os Irmãos são ALGUMA COISA [sic] dentro da comunidade [...] Irmãos, reina um descontentamento geral, na Província, por causa do modo como são tratados os Irmãos. Eu estou francamente alarmado. Está nas mãos dos Senhores pôr um paradeiro a isto, utilizando a DELICADEZA [sic] como norma de proceder. Acontece que alguns Irmãos Diretores conversam com certos

³⁵⁴ Conforme os dados da Conferência dos Religiosos do Brasil, em 1971, havia no País 11.279 religiosos e 41.898 religiosas. A Vida Religiosa brasileira dependia do envio de mão de obra do Exterior; se os religiosos estrangeiros se retirassem, o trabalho pastoral da Igreja Católica brasileira poderia entrar em colapso; os centros de decisão dos institutos ainda estavam na Europa e na América do Norte; o modelo de Vida Religiosa brasileiro foi transplantado do Exterior; e mesmo entre os institutos nascidos no Brasil, o modelo predominante era o europeu. Além disso, surgiram as pequenas comunidades religiosas, geralmente inseridas nos meios populares: “O movimento de fundação das pequenas comunidades obedeceu a um processo crescente, contínuo. Até 1965 foram fundadas 5,3% de pequenas comunidades; no período de 1966-1967 houve um acréscimo de 18,3 % e, no período de 1968-1969, o aumento atingiu a taxa máxima de 63,4%.” Cf. BRITO, Sebastiana. Pesquisa sôbre as Pequenas Comunidades. **Convergência**, Rio de Janeiro, ano 4, n.33/34/35, p.93-101, abr./mai./jun. 1971, p.97.

³⁵⁵ A Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (1971) retomou as decisões do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) referentes à renovação da Vida Religiosa, e entre outros aspectos, orientou que as comunidades religiosas com composição numérica reduzida se adaptassem às “cidades modernas” para evangelizar a partir das condições de vida das pessoas. Propõe a adaptação ao mundo moderno com uma nova consciência religiosa e social para atender as necessidades dos pobres e o compromisso com a justiça social. Cf. PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelica Testificatio**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972. Esses dois documentos não podem ser pensados desvinculados dos demais documentos conciliares, inclusive da carta Encíclica *Populorum Progressio* (1967) que trata da interferência do desenvolvimento econômico e social com base na Doutrina Social da Igreja, numa perspectiva ética e cristã de desenvolvimento. Cf. Paulo VI. **Carta Encíclica Populorum Progressio**. Roma, 26 de março de 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html Acesso em: 13 de junho de 2018.

Irmãos só quando é para repreendê-los. Não sabem? Muitas vocações se perdem porque não se lhes dá ambiente na comunidade?³⁵⁶

Esse “descontentamento” com a vida comunitária foi debatido durante o Capítulo Provincial de 25 de junho de 1969, que estendeu as discussões para o Capítulo seguinte, porque “os acordos eram bastante difíceis.”³⁵⁷ A prática da oração estava sendo suprimida por algumas comunidades, “nos levou à triste constatação do abandono sistemático da vida de oração, com toda a conseqüência de desastrosas mazelas.”³⁵⁸ Ante essa ratificação, o provincial atribuiu aos diretores a ausência de compromisso dos Irmãos com os exercícios espirituais. Se por um lado os diretores exerciam o poder compreendendo que bastava aos membros da comunidade seguir as regras, por outro, havia resistências à centralização das decisões dessas lideranças locais. Em 1977, o Irmão Dario Bortolini foi enfático, exigiu o cumprimento dos horários coletivos de oração sob a justificativa de os religiosos estarem atendendo uma série de ocupações sem relação direta com o apostolado e a comunidade: “Cada um de nós, nossa comunidade está continuando indolente com o exercício da oração?”³⁵⁹

A preocupação em salvaguardar as vocações dos perigos do mundo moderno foi um problema detectado desde os anos de 1950 e é aferida com a utilização do cinema nos colégios e nas comunidades religiosas. “O cinema avassalou o mundo. Não há quem escape.”³⁶⁰ O Irmão João de Deus (1904-1975), em 1957, utilizou-se de sete laudas do informativo *Voz Marista* para orientar os religiosos sobre os cuidados que deveriam ter com o uso de filmes; apoiou-se nas orientações do Papa Pio XII (1876-1958) e advertiu muito mais os perigos do seu uso do que suas possibilidades educativas. Nota-se que o

³⁵⁶ SETTI, Egídio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 01 de janeiro de 1960, p.1.

³⁵⁷ Província Marista de São Paulo. **1º Capítulo Provincial**. 25 de junho de 1969.

³⁵⁸ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 26 de dezembro de 1970, p.1. Em 1969, o Conselho Provincial instituiu orientações para a prática de oração das comunidades, constando a seguinte organização: “a) Completa precedidas de cinco minutos de exame de consciência. Constitui o ato de encerramento das atividades diárias. Pede-se sejam rezadas em comunidade. b) Terço. O terço deve ser rezado, tanto quanto possível, em comunidade, todos os dias, pelos Irmãos. A comunidade procure aplicar na oração marial e nas demais orações, o princípio da criatividade. c) Estudo religioso. Cada Irmão tem o direito e o dever de fazê-lo diariamente. Cabe a cada comunidade fixar o modo e o momento. d) Leitura espiritual. Devoção mínima de 15 minutos. Seja feita em comunidade. Cada Irmão procure o assunto mais apropriado às suas necessidades espirituais. Pede-se sejam lidos em comum os documentos oficiais da congregação – e outros indicados ou quando julgados de interesse comum pela comunidade. e) Confissão. Para facilitar o cumprimento do ordenado a este respeito, o Irmão diretor tomará as providências para que um sacerdote esteja à disposição dos Irmãos ao menos de 15 em 15 dias. f) Bênção do Santíssimo. Nas casas de formação promovam os encarregados com este ato incentivar a devoção a Eucaristia. g) Recolção. A primeira recolção do ano fica marcada para a Semana Santa. Consistirá na participação fervorosa a todas as cerimônias litúrgicas próprias destes dias. h) Cada comunidade determinará seu horário cotidiano de tal forma que sejam respeitadas por todos as normas referentes a vida de oração. Cf. Província Marista de São Paulo. **Atas do Conselho Provincial**. São Paulo, 17 de fevereiro de 1969.

³⁵⁹ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 21 de janeiro de 1977, p.1.

³⁶⁰ DEUS, João de. O cinema. **Voz Marista**, São Paulo, n. 17, p.221-228, agosto, 1957, p.222.

cinema foi concebido como um mal necessário ante as mudanças e avanços no campo educacional, contudo, sem a devida orientação religiosa, seria um instrumento responsável pela depravação e desmoralização de alunos e Irmãos.

Quando o cinema passou a ser utilizado com frequência nos colégios maristas, não havia a precaução com a seleção dos filmes a serem exibidos, sobretudo as cenas que retratavam a sexualidade, porque, segundo o Irmão João de Deus, caberia aos religiosos “corrigir aspectos duvidosos, explicar situações equívocas, elevar a compreensão dos assistentes ou reforçar o sentimento nobre do episódio.”³⁶¹ Apesar de uma narrativa com insistência à censura, o cinema foi tratado como uma das principais causas de saídas de Irmãos e de desobediência à regra, “causando sérias apreensões pelos desastres provocados em nossas comunidades [...] A derrocada de mais de uma vocação principiou numa sala de cinema de nossos colégios. Quem é o culpado? Indague cada um.”³⁶²

É necessário pontuar que nas décadas de 1940, 1950 e 1960 o cinema foi considerado pelo Estado brasileiro uma ferramenta educativa, concebido na perspectiva da modernização da educação pública, ao passo que também foi utilizado para constituir politicamente a imagem de governos autoritários, como ocorreu com o Estado Novo (1937-1946). Todavia, o uso da linguagem cinematográfica foi impulsionado pelo Estado desde a Escola Nova (década de 1930) e constituía uma pedagogia cultural. Já na década de 1930, Fernando de Azevedo (1894-1974) propunha o cinema como instrumento pedagógico para o ensino.³⁶³ Como pedagogia cultural dos anos 1950 e 1960, o cinema indagava a juventude e, nesse contexto, a própria educação católica resistiu ao seu uso contestando os valores da sociedade moderna. Contudo, sob o discurso de modernização da educação, as escolas católicas (cada qual a seu ritmo) não se eximiram das discussões e da utilização de filmes nas práticas educativas:

Nessa época, a “juventude” parece se distinguir, de um modo mais efetivo, da vida adulta, adquirindo um significado específico e particular: seu comportamento, suas roupas, seus corpos, suas músicas, sua dança, sua linguagem e sua estética ganhavam, então, um estatuto próprio. Ocupavam também um lugar importante nos discursos das ciências, das igrejas, dos estados. As teorias psicológicas do desenvolvimento tratavam de mapear e instruir as características emocionais, afetivas e de raciocínio que marcariam

³⁶¹ DEUS, João de. O cinema. **Voz Marista**, São Paulo, n. 17, p.221-228, agosto, 1957, p.224.

³⁶² DEUS, João de. O cinema. **Voz Marista**, São Paulo, n. 17, p.221-228, agosto, 1957, p.228.

³⁶³ Sobre a relação entre cinema e Estado, o desenvolvimento da escola pública, as lutas em sua defesa e sua modernização, pode-se recorrer aos seguintes trabalhos: FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. / SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2017.

tal “etapa” da vida; as escolas pretendiam construir seus currículos e cursos em consonância com essas teorias e com as novas necessidades da sociedade urbana e industrial; as igrejas alertavam para os perigos dos tempos “modernos”, para a progressiva liberação dos costumes, para as transformações da família. Esses vários campos discursivos parecem ter contribuído para produzir, nessa época, uma forma nova de representar os/as jovens, distinguindo-os dos adultos e das crianças. Essa representação não era, no entanto, universal ou homogênea: no interior desses discursos eram também produzidas distinções de gênero, de classe, étnicas e sexuais.³⁶⁴

Os Irmãos Maristas discutiam a utilização de filmes em seus espaços educativos desde os anos de 1930, por meio de jornais ou boletins que traziam as novidades da indústria cinematográfica e ao mesmo tempo as orientações da Igreja Católica. Com a carta Encíclica *Vigilanti Cura*³⁶⁵ o Papa Pio XI (1857-1939) tratou de abordar o cinema, enfatizando os seus malefícios para a moral cristã. Por isso, esse Papa orientou a vigilância da exposição dos filmes para preservar os bons costumes e ao mesmo tempo se adequar à modernidade, já que era inevitável impedir que os católicos tivessem contato com a sétima arte. Da mesma forma, o Papa Pio XII (1939-1958), com a carta Encíclica *Miranda Prorsus*³⁶⁶, estabeleceu orientações sobre o cinema, o rádio e a televisão. Nessa carta, Pio XII definiu que tais meios técnicos deviam cooperar para promover a transmissão dos valores espirituais e culturais do catolicismo, em diálogo com a “sociedade moderna”. Preocupado com os problemas de ordem moral e espiritual que o cinema pudesse causar, este Papa orientou os cuidados que os católicos deveriam ter com o seu uso. Segundo Roseli T. Boschília, tais orientações constavam no jornal do Instituto Santa Maria – Colégio Marista fundado em 1924, na cidade de Curitiba - e nos anos de 1950 chegou a instalar uma sala para a projeção de filmes com a ajuda financeira de ex-alunos e empresários da cidade.

A partir desse período, além das sessões normais aos sábados, domingos e segundas-feiras, ocorriam exibições extras, realizadas em prol de campanhas de caráter beneficente. O público que normalmente freqüentava as sessões de cinema era composto de famílias de alunos e ex-alunos do colégio e moradores da vizinhança.³⁶⁷

³⁶⁴ LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 430.

³⁶⁵ Pio XI. **Carta Encíclica *Vigilanti Cura*** (1936). Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html Acesso em: 06 de março de 2020.

³⁶⁶ Pio XII. **Carta Encíclica *Miranda Prorsus*** (1957). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus.html Acesso em: 06 de março de 2020.

³⁶⁷ BOSCHILIA, Roseli Terezinha. **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos (Curitiba, 1925-1965)**. 2002. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002, p.154. Em um dos anexos da tese consta uma lista de filmes que foram exibidos pelo colégio referentes ao ano de 1950, com

Em 1959, o Irmão Egídio L. Setti proibiu expressamente os Irmãos até mesmo de acompanharem os alunos em atividades com o cinema sob o pretexto de estar interferindo negativamente na vocação religiosa.

O cinema continua sendo um problema muito grave para muitas vocações. Convenhamos todos que é, com certeza, um fator de diminuição do espírito de seriedade em nossas comunidades. O Irmão Diretor e os Irmãos encarregados da exibição de filmes agravam a consciência sempre que exibem filmes cuja moralidade é duvidosa quando não prejudicial.³⁶⁸

Da mesma forma, compreendia-se que a televisão e o rádio constituíam instrumentos desagregadores dos valores cristãos, os quais deveriam manter a comunidade religiosa coesa. Combatiam-se os Irmãos que despendiam do tempo para ouvir músicas e assistir a telenovelas. Se por um lado foi necessário combater os valores culturais trazidos pela modernidade para salvaguardar a tradição, por outro, souberam adaptar-se às transformações sem se indispor com o progresso técnico. Considerando a frequência com que este assunto foi mencionado, há indícios de que o Irmão provincial e os Irmãos diretores das comunidades não conseguiram conter esses mecanismos de modernização no decorrer dos anos de 1960 e 1970, já que se constatou que os Irmãos estavam “sacrificando” o tempo com o “ídolo TV” em detrimento de pouca ou nenhuma atividade apostólica além do que se desenvolvia no interior dos colégios. É interessante notar como o cinema e a TV interferiram na organização das atividades das comunidades religiosas com a introdução de valores seculares que intervinham nas escolhas individuais dos religiosos e a sua relação com o próprio uso do tempo:

ATENÇÃO [sic]: Permitam, prezados Irmãos e formandos, que, para terminar, lhes chame a atenção para um ponto: o ídolo TV! Quanto tempo a ele é sacrificado! O assunto, a meu ver, merece revisão pessoal e comunitária. Nem falemos das novelas!... São sacrossantas! “Ah! Não posso sair, porque tenho a novela! Não posso porque tenho programa às tantas horas (novela)”. À novela, tudo é sacrificado.³⁶⁹

a data, dia da semana e a renda obtida: *A mão que nos guia, Miguel Strogoff, Sinfonia da Montanha, Aconteceu no Sertão, Mark Twain, O vale de ternura, Os sinos de San Angelo, O coração não envelhece, A primavera na serra, Uma luz nas trevas, Princesa boêmia, A Virgem que forjou uma pátria, O último dos moicanos, Bill e Lu, O ouro da Califórnia, A velha senda, Rosa da América, Festival de Carlitos, Musica, Divina Musica, Nas terras de Oklahoma, Sargento Prodígio, O vaqueiro solitário, A tia conselheira, Cidade sem justiça, Aí que está a coisa.*

³⁶⁸ SETTI, Egídio Luiz. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 23 de janeiro de 1959, p.2.

³⁶⁹ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 10 de fevereiro de 1973, p.3.

Em abril de 1968, da 1ª à 2ª sessão do XVI Capítulo Geral, em uma carta destinada aos Irmãos Provinciais do Brasil, o Irmão Basílio Rueda prescreveu orientações sobre o cinema, espetáculos públicos, uso de “transistors” particulares, pecúlio e cigarro. Apesar da constatação de que o cinema já integrava o cotidiano dos colégios e das comunidades religiosas, recomendou que os Irmãos obtivessem formação para a crítica cinematográfica a fim de não colocarem a vocação em perigo: “a assistência incontrolada aos espetáculos cinematográficos chegou a lhes prejudicar – e até anular - a vida de oração, o espírito religioso e mesmo a vocação [...] É uma antinomia e um absurdo que é preciso evitar.”³⁷⁰ Para o Superior Geral, o problema não residia no fato de os religiosos estarem assistindo a filmes e a telenovelas, mas na ausência da formação necessária para realizar a crítica e promover a educação dos alunos e, principalmente, pelo fato de haver Irmãos ausentando-se dos compromissos das comunidades em favor dessas ocupações. Consoante José J. L. Zepeda, esse diálogo com a modernidade suscitou mudanças na relação entre indivíduo-instituição religiosa, desestabilizando “a experiência, as instituições e os conhecimentos.”³⁷¹ Neste caso, estavam em jogo os valores decorrentes da modernidade, com inclinação à individualização e à subjetividade das crenças e experiências religiosas, embora essa modernidade seja aceita pelos Irmãos com reticências: moralmente criticada por alguns superiores com a finalidade de controlar a participação dos religiosos por meio de horários e atividades das comunidades e aceita por outros dispostos a dialogar com as exigências educacionais de uma sociedade secular e pluralista.

Mesmo com as exortações dos governos geral e provincial, o cinema, a TV e o rádio, quando referenciados num contexto de progresso e desenvolvimento, causaram conflitos entre os religiosos em razão da difícil tarefa dos superiores na contenção do seu uso. Por isso, tais mecanismos técnicos (modernização) são compreendidos na perspectiva da modernidade, com a aceleração do tempo, que se choca com o tempo da experiência dos sujeitos.³⁷² No contexto de fins dos anos de 1960 e início de 1970 a relação dos religiosos com a modernidade apresentou algumas ambiguidades mediante as suas consequências consideradas por eles como negativas, com o transitório

³⁷⁰ RUEDA, Basílio. **Carta aos Irmãos Provinciais do Brasil**. Roma, 15 de abril de 1968, p.1-2.

³⁷¹ ZEPEDA, José de J. L. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, p.129-178, jun. 2010, p.130.

³⁷² KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

sobrepondo-se ao imutável.³⁷³ As novidades com o desenvolvimento da ciência e da técnica contribuíram para uma compreensão da temporalidade vinculada à produção e ao progresso, distanciando-se do espaço da experiência que lhes garantia a continuidade das práticas ditadas pelo ritmo das regras da vida religiosa Marista; é o tempo histórico que se choca com o tempo cristão com “uma leitura ritual do tempo, inscrita no âmbito de sua liturgia.”³⁷⁴ A acentuada preocupação do provincial e diretores das comunidades com os possíveis desvios e a perda de vocações atribuídas ao cinema como instrumento corruptível, revelam a dificuldade dos religiosos para lidar com as mudanças do mundo e os valores seculares que, mesmo sendo contestados por algumas lideranças para assegurar a organização das comunidades, imprimiram uma nova mentalidade em que “a consciência religiosa se viu coagida a aceitar processos de adaptação.”³⁷⁵

Por mais que nos anos de 1960 se tenha formulado um discurso que retratou os religiosos acompanhando a modernidade – e, como vimos, o Superior Geral propunha aos Irmãos o diálogo com as formas de modernidade que adentraram os seus estabelecimentos de ensino - a sua negação também passou a ser notória quando foram enfatizados os perigos da utilização do cinema, da TV e do rádio. Ainda que o Superior Geral tenha se posicionado favorável a esse diálogo, os provinciais e diretores das comunidades nem sempre estiveram dispostos, em virtude dos possíveis problemas, sobretudo dos religiosos que passavam a ocupar o tempo com esses recursos e deixavam de lado o estudo religioso³⁷⁶ e a participação em trabalhos pastorais nos colégios e nas igrejas locais. Nos anos de 1970, entretanto, a PMSP defendeu o uso desses suportes técnicos para a educação escolar, em grande medida, conseguindo adaptar o discurso da instituição à modernidade com a atualização pedagógica dos colégios.

As lideranças da província identificaram o fato de que a vida comunitária constituía um setor por demais deficitário: 50% dos religiosos relataram não ter a coragem de levar à frente esse estilo de vida; 24% consideravam inadequadas as

³⁷³ BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

³⁷⁴ PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. In: RICOEUR, Paul *et al.* **As culturas e o tempo**: estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis-RJ: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p.217.

³⁷⁵ HABERMAS, Jürgen. **Dialética da secularização**: sobre razão e religião. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2007, p.53.

³⁷⁶ Conforme as Constituições e Estatutos, as comunidades religiosas deveriam prever e assegurar um tempo diário para o “Estudo Religioso” de cada Irmão por meio de leituras e estudos de temas relativos a fé, teologia, espiritualidade, vida dos santos, história do Instituto e sobre a prática apostólica. “Permitem-nos também alimentar nossa cultura religiosa e capacitam-nos para a catequese. Cada um tem o direito e o dever de consagrar-lhes tempo suficiente.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.65.

estruturas de organização das comunidades; e 26% mencionaram a mentalidade conservadora como maior empecilho. “Ela era a única fonte de transmissão de valores, e o Diretor o privilegiado. Hoje essa transmissão de valores é feita fora também. Ex. rádio, TV, cinema...”³⁷⁷ Apesar das constantes orientações para a prática da colegialidade em todos os níveis administrativos da província, constata-se a concentração de poderes na condução e organização das comunidades sob a responsabilidade dos diretores, sobretudo a dificuldade da província para dialogar com a sociedade moderna, assim como manter os religiosos dentro de um certo grau de coesão institucional, pois “esta persistência/sobrevivência, entretanto, não ocorre sem o preço da adaptação [...] é a garantia da permanência do catolicismo no mundo moderno.”³⁷⁸

Em 1972, foram constituídos grupos de trabalho com a finalidade de planejar as “comunidades religiosas em dinâmica renovada.”³⁷⁹ Não foi apenas uma proposta para a renovação da vida religiosa Marista, mas a necessidade urgente de os religiosos se adequarem ao ritmo da sociedade por meio da atualização profissional. Os colégios se adequaram às exigências das leis educacionais do Estado sem muitas dificuldades, mas a formação religiosa e a organização das comunidades não estabeleceram o mesmo ritmo e disposição, consoante as exortações do Irmão Cláudio Girardi:

- 1.5.1. É dever de todo Marista acompanhar com atenção o desenvolvimento que está tomando a história da Humanidade e de modo especial a história das congregações ligadas à Educação;
- 1.5.2. Em conseqüência, ninguém pode se alhear das transformações e da evolução pelas quais está passando nossa província;
- 1.5.3. Essas transformações, ou nós as assumimos e conduzimos para rumos que lhes impomos através de reflexão intensa, ou nos levarão de roldão;
- 1.5.4. Os homens que não acompanham e não dominam os acontecimentos são marginalizados da História. Em todos os campos encontramos homens marginalizados. Na Vida Religiosa também os notamos e também no campo educacional;
- 1.5.5. Para que não aconteçam mais marginalizações, impõe-se que todos os Irmãos entrem resolutamente no processo renovador que está dinamizando toda nossa província. Há barreiras que precisam cair de vez. Já não é mais tolerável existam Irmãos que não se sujeitam a trabalhos em equipe, que não querem participar de reflexões comunitárias em torno da vida religiosa; que não se submetem ao exercício de sentar-se como os demais membros do corpo docente, ao redor de uma mesa, para pensar a educação; que não atendem às orientações dadas no campo administrativo; que não admitem se toque no campo sagrado de seus lazeres: novelas, pescarias, passeios,

³⁷⁷ Relatório do III Encontro dos Irmãos Formadores. **O Irmão Marista na Igreja e no Brasil de hoje**. Campinas, 23 e 24 de setembro de 1972, p.5.

³⁷⁸ GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018. 461 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense/Universität Eichstätt-Ingolstadt, Rio de Janeiro - Eichstätt, 2018, p.336.

³⁷⁹ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 03 de março de 1972, p.2.

cinemas, leituras, etc., quando assuntos mais prementes reclamam maior dedicação.³⁸⁰

Essas considerações indicam ter ocorrido um descompasso das orientações da província, que ambicionava a atualização das comunidades, com os Irmãos que enfrentavam dificuldades para acompanhar o desenvolvimento no âmbito educacional, quando verificamos que parcela significativa desses religiosos se recusava atualizar a formação profissional e somar esforços com os educadores leigos. O fato de o trabalho apostólico permanecer vinculado à educação os impeliu de acompanhar a modernidade para fins da própria sobrevivência, mesmo com resistências às mudanças, com posturas alheias e divergentes dos Irmãos quanto à atualização. Neste caso, a presença dos funcionários leigos, inseridos na sociedade secular, contribuiu para que os religiosos dialogassem com as novidades educacionais (técnica e pedagógica), embora não se deva dizer o mesmo sobre a atualização da vida religiosa das comunidades.

Diariamente, cada comunidade fixava uma hora do tempo para os seus membros prepararem as aulas de catequese, as leituras de formação religiosa, geralmente sobre temas relativos à espiritualidade, sobre a Igreja, a catequese, o ensino religioso e o Instituto Marista. Essa prática era chamada de “estudo religioso” e foi substituída progressivamente por outras, já que se constatou que todas as comunidades a levaram ao “esquecimento” em detrimento dos trabalhos que realizavam com os colégios. O Irmão Cláudio Girardi alertou para os descuidos com o estudo religioso e os exercícios de piedade: “Irmãos, é preciso acordar! Atenção, Irmãos Diretores que ficam sem reação alguma diante do dismantelamento da vida espiritual dos que foram confiados à sua guarda!”³⁸¹ Neste caso, não se trata somente da redução de tais práticas que se constatou ter perdurado em todo o Instituto Marista, mas a interferência dos valores seculares e a imperícia dos diretores para coordenar as comunidades, quando o tempo que deveria ser destinado para o estudo religioso passou a ser substituído, por exemplo, com as atividades nos colégios ou a ocupação dos Irmãos com leituras não religiosas e a televisão. Compreendia-se que o “estudo religioso” constituía um espaço para atualizar a formação sobre os conteúdos e metodologia das aulas e da catequese, e assim acompanhar o ritmo das mudanças da sociedade:

Enquanto diminui o estudo religioso, aumenta a devoção à TV! Será que não estamos adormecidos diante de uma inversão de valores! Um autor, com

³⁸⁰ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 13 de junho de 1973, p.3-4.

³⁸¹ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 02 de fevereiro de 1971.p.1.

muita malícia, fala do ‘novo tabernáculo’ das comunidades: a TV. Não havendo estudo religioso, um fosso profundo vai se escavando entre o estado que estacionamos e o mundo que se transforma em evolução rápida e surpreendente.³⁸²

Em decorrência de uma reunião dos Irmãos diretores com o Conselho Provincial³⁸³, o Irmão Cláudio Girardi articulou a execução das prioridades, não sem deixar de enumerar uma sequência de impasses com a renovação. “VAMOS PUXAR O CARRO PARA O MESMO LADO [sic]? [...] É visando uma conjugação de todos os esforços em direção da ‘renovação’ que esta mensagem lhes é dirigida.”³⁸⁴ A província havia estagnado diante das orientações de suas lideranças, com divergências claras quando se tratava de empreender mudanças na organização e funcionamento das comunidades, por isso a estratégica reunião com os Irmãos diretores, os quais coordenavam as comunidades. Esse questionamento surgiu em um momento crítico da província, com divisões e oposições ao programa de renovação do XVI Capítulo Geral: “surgiram resistências, um pouco por toda a parte. Há os que ainda não entenderam o Plano. Há os que já perderam e esqueceram.”³⁸⁵ Notam-se a apatia e divergências entre os próprios Irmãos diretores para fazer-se cumprir as determinações do XVI Capítulo Geral.

Apesar desses problemas, as lideranças da província não se eximiram de levar adiante a atualização, que pode ser constatada nos planejamentos (por vezes impostos!), apesar da relutância dos Irmãos com a recepção dos documentos da congregação. Conseqüentemente, a falta de clareza dos Irmãos diretores e a “obrigatoriedade” de promover a atualização nas comunidades comprovam a imobilidade da PMSP para a efetivação de seus planos. Essa renovação empregada pela província não conseguiu conciliar as distintas gerações de Irmãos em consequência das oposições que freavam as orientações das lideranças, conforme os principais problemas apontados pelo Irmão Cláudio Girardi:

1-A resistência de um grupo de Irmãos [sic]: Há Irmãos que declaram guerra aberta a tudo o que é renovação. Fazem-no pela oposição, pela mofa, pelo abstencionismo. Há Irmãos que ao invés de aprofundar a mensagem contida

³⁸² GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 04 de julho de 1973, p.1.

³⁸³ É composto de pelo menos quatro Irmãos, juntamente com o Provincial e o vice-Provincial. “Os conselheiros provinciais são eleitos pelo Capítulo Provincial. Devem ser professores perpétuos. Seu mandato termina com o do Superior, cujo Conselho formam.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.135.

³⁸⁴ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, outubro de 1973, p.1.

³⁸⁵ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, outubro de 1973, p.3.

nos termos novos, deles simplesmente caçoam, como se uma simples zombaria resolvesse os problemas [...]

2- Nossa indecisão, como superiores: [...] **Pressionados entre os que desejam a renovação e os que se mantém ou querem se manter no imobilismo** [sic], muitas vezes, nos sentimos inseguros, quanto ao caminho a seguir [...] Não permitam que nós, superiores, pelo peso da inércia, sejamos obstáculo à renovação que temos a obrigação de promover.

3- A falta de prudência de certos Irmãos [sic]: Dela se aproveitam para se fixar no conservantismo, os Irmãos que não querem mudar nenhum passo. Aproveitam dos erros alheios para se fixarem no próprio erro.

4- A falta de estudo e reflexão em torno das normas e dos meios de renovação [sic]: Se todos os pontos do Plano Trienal merecem nossa atenção, dois dentre eles estão a exigir esforços especiais: **a renovação da vida comunitária e a renovação da oração** [sic]. Nestes dois campos desejamos combater, com energia, quanto se oponha a uma sadia renovação. Respeitar as pessoas, sim, mas não o mal nelas existente. O imobilismo é muito prejudicial.³⁸⁶

As reuniões das comunidades eram infrutíferas, havia a separação das gerações de Irmãos, incompreensão mútua e de aceitação mínima para se constituir e organizar a fraternidade religiosa. O Irmão Dario Bortolini evidenciou que a maior preocupação foi com a postura anistórica dos Irmãos, que em grande medida se deve ao fato de constituírem seus espaços de moradia e trabalho apostólico dentro dos colégios. Em consequência, constata-se a falta de conhecimento sobre a realidade social, o que denota o distanciamento dos acontecimentos econômicos, culturais e políticos do País:

Há grande desconhecimento dos problemas reais que afligem a sociedade. Muitas vezes exigimos dos alunos e professores e funcionários, coisas absurdas. Estamos fora do ritmo da história. Todavia, o que nos preocupa é vivermos no último andar de nossos colégios, em berço esplêndido, preferindo ignorar o sofrimento da sociedade. Como podemos desta forma compreender e dar solução aos problemas de nossos alunos, funcionários e professores! Nada nos falta: temos leite, carne... Não tomamos condução super-lotada e fedorenta todos os dias, temos tudo a nosso dispor etc... Quantos escândalos aos olhos dos professores e alunos e funcionários! Neste aspecto há ainda muito a caminhar...³⁸⁷

As comunidades maristas estavam organizadas em um espaço reservado para os religiosos, no interior dos próprios colégios onde trabalhavam. Mesmo com uma vida religiosa enclausurada nesses espaços, os planejamentos provinciais não obtiveram êxito e grande parcela dos Irmãos resistia à renovação almejada pelo Instituto Marista.³⁸⁸

³⁸⁶ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, outubro de 1973, p.4.

³⁸⁷ BORTOLINI, Dario. Província Marista de São Paulo. **Relatório do seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento**. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.10.

³⁸⁸ “Metade da Província não assumiu o planejamento; O planejamento foi um instrumento fraco de renovação (70%); [...] A Província não aceita novas experiências de vida comunitária (60%); A comunidade não ajuda a crescer; A Província tem medo do novo [sic]; Nossa vida comunitária [sic] não

Detectou-se uma vida espiritual “anêmica” (ausência de fraternidade e de oração); crise de identidade Marista com busca de mecanismos de compensação; comunidades alheias às realidades sociais; falta de estudos de teologia da Vida Religiosa; escassez de engajamento apostólico; e uma conclusão advinda dos próprios Irmãos: “nossa vida comunitária não seguiu um processo de renovação devido a pouca eficácia dos planos comunitários e instrumentos de avaliação.”³⁸⁹

Essas constatações foram expressas em um discurso combativo do Irmão Cláudio Girardi: “A desesperança coletiva leva a um verdadeiro inferno. É a tristeza coletiva, o mau humor coletivo, o desânimo coletivo.”³⁹⁰ Esses indícios revelam a ineficácia da atualização, gerando um cenário pouco otimista em relação à vida religiosa Marista. Uma das estratégias para agregar as divergências foi a implantação do Projeto de Vida Comunitária (PVC) solicitado pelo Superior Geral. Se esse projeto não contribuiu para conciliar as mentalidades dos Irmãos, ao menos os obrigou a seguirem as determinações da província e do Instituto Marista. A tônica da carta circular de março de 1974 foi o PVC e aludiu para a relutância dos Irmãos na elaboração do planejamento do triênio, cujo Irmão provincial destinou cinco laudas para exortá-los acerca da importância desse mecanismo para a renovação da província. Ao fazê-lo, relacionou as intempéries e o sacrifício que o personagem bíblico Abraão teria vivenciado para conduzir o povo à “terra prometida” (Canaã) com a necessidade de a província unificar esforços, a começar pela prática dos planejamentos:

De onde vem o medo de topar uma planificação? [sic] Desculpem o termo ‘topar’ [...]. ‘Topar’ é ‘manter-se dentro’ com tudo o que se tem. É queimar o barco com que viajávamos até ali, para enfrentarmos o desconhecido [sic]. É que, já na planificação nos defrontamos a insegurança: ‘pensamos fazer isto’; ‘programamos aquilo’; etc... e às vezes aparecem os imprevistos que nos obrigam a reformular tudo. Mais: a planificação nos impele à inovação, a sair do habitual. Custa por isto, sair da situação que nos encontramos e que nos parece mais tranqüila, para partir, como Abraão, rumo à terra prometida. É prometida... sim, projetada... mas é preciso ir até ela!... A caminhada é dura, cheia de surpresas, exigente. Que o digam todos os que não permitiram se tornasse letra morta, o plano feito com tanto esforço! É penoso estar em reuniões contínuas, em reflexões e avaliações que aos olhos superficiais podem parecer pura perda de tempo.³⁹¹

funciona.” Cf. Seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento da Província Marista de São Paulo. **Relatório**. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.45.

³⁸⁹ Seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento da Província Marista de São Paulo. **Relatório**. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.49.

³⁹⁰ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, novembro de 1973, p.2.

³⁹¹ GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, março de 1974, p.2-3.

Portanto, a renovação estava atrelada à obediência às recomendações determinadas pelas lideranças do Instituto Marista e da província, que, por sua vez, não favoreceu a inclusão de todos os religiosos. Ao mesmo tempo, as resistências ao planejamento provincial expuseram a indiferença dos Irmãos para com as transformações da Igreja e da sociedade, com dúvidas e inseguranças que os impossibilitavam lidar com as frequentes mudanças; questionavam as certezas que até então os mantinham dentro de um padrão de organização marcado por transformações não tão rápidas, particularmente quando verificamos que a modernidade se impôs com as divergências entre o espaço de experiência dos Capítulos Gerais e o horizonte de expectativa que se traduzia nos Capítulos Provinciais e nas comunidades religiosas.

O uso da batina foi um tema de inúmeras discussões, e tudo indica não ter ocorrido muitas resistências quanto a sua supressão. No início dos anos de 1960, os Irmãos Maristas entendiam que a batina era um sinal que os diferenciava na sociedade secular, além de ser elemento importante para a identidade e o fervor espiritual dos religiosos. “Deve ser para nós motivo de alegria, sermos exteriormente segregados do mundo.”³⁹² A suspensão de seu uso sem a autorização dos superiores era compreendida por desobediência e “mundanismo”, identificado quando o provincial mencionou os casos de religiosos que, na ocasião da visita anual às suas famílias, vestiam-se à paisana. Em 1962, o Irmão Egídio L. Setti já havia manifestado preocupação quando discorreu sobre a desobediência constante de Irmãos com o não uso da batina, seja em viagens ou frequentando espaços sociais como os bares e cafés.³⁹³ Portanto, para os Irmãos Maristas o problema com a vestimenta religiosa não pode ser atribuído unicamente ao Vaticano II. Consoante Caroline Jaques Cubas, ao analisar as mudanças do hábito das freiras, chama a atenção para o significado a ele atribuído, estética e teologicamente. Após o Vaticano II, foi necessário que os religiosos e as religiosas ressignificassem o hábito (batina), imbuídos de uma nova compreensão da teologia da Vida Religiosa, de sua função na Igreja e na relação com o mundo secular:

O hábito religioso pode ser compreendido como signo que agregava e distanciava, como um atributo identitário na medida em que era um meio

³⁹² SETTI, Egídio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 10 de março de 1961, p.1. O decreto *Perfectae Caritatis* não impôs mudanças ao hábito religioso, todavia, compreende ser um sinal de consagração: “seja simples e modesto, simultaneamente pobre e condigno, e, além disso, consentâneo com as exigências da saúde e acomodado às condições de tempo e lugar e às necessidades do ministério. O hábito, masculino ou feminino, que não estiver de harmonia com estas normas, deve ser mudado.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.495.

³⁹³ SETTI, Egídio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 27 de julho de 1962.

através do qual se estabeleciam relações com o mundo e com os outros. É compreensível que a possibilidade de sua ausência causasse estranhamento, não pela roupa “em si”, mas pelo que simbolizava. Através do hábito e da batina constituíam-se formas de identificação socialmente estabelecidas e codificadas por meio do corpo escondido, e, diríamos até, dessexualizado. Seu uso carregava consigo um peso secular de uma Igreja construída sobre a égide da hierarquia, do autoritarismo e do poder verticalizado.³⁹⁴

Em 1965 foi determinado que o uso da batina seguiria as orientações do Conselho Provincial e quaisquer alterações teriam que aguardar as decisões do XVI Capítulo Geral.³⁹⁵ No ano seguinte, os provinciais do Brasil entraram em acordo para isentar os religiosos da obrigatoriedade da batina, e em 1967 o XVI Capítulo Geral autorizou o uso do traje civil (terno preto, cinza ou azul marinho), válido por um ano e seguindo as orientações do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), que recomendou levar em consideração a simplicidade e a adaptação às realidades culturais.³⁹⁶ Em 1971 a PMSP prescreveu em suas normas que os Irmãos deveriam vestir “o traje civil com o distintivo Marista.”³⁹⁷ Muito mais do que um elemento estético de identificação, a sua resignificação exigiu a mudança de mentalidade dos Irmãos em face desta adaptação.

O período inicial de atualização das comunidades, logo após o XVI Capítulo Geral, causou insatisfações generalizadas entre as gerações de Irmãos e alguns problemas foram comuns em todo o Instituto Marista.³⁹⁸ Em virtude da concepção de obediência e de Vida Religiosa, muitos Irmãos com idade avançada optaram por silenciar e se adaptar à renovação. Essa adaptação, contudo, não esteve isenta de resistências. O ato de resistir pode ser compreendido muito mais pela inabilidade dos religiosos se atualizarem, em decorrência da supressão abrupta dos elementos que

³⁹⁴ CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato**: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985). 2014. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p.94.

³⁹⁵ SOARES, Waldomiro M.. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 19 de junho de 1965.

³⁹⁶ “Esta autorização, frisa o C. G. [Capítulo Geral], é válida por um ano. E isso se compreende, por causa do Capítulo que poderá estatuir de forma permanente ou estabelecer outras normas.” Cf. SOARES, Waldomiro M.. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 29 de dezembro de 1967, p.1.

³⁹⁷ Província Marista de São Paulo. **Normas**. São Paulo, 22 de dezembro de 1971, p.1.

³⁹⁸ Embora as experiências não possam ser generalizadas, este depoimento que segue foi coletado pelo Irmão Basílio Rueda e retrata a percepção de um Irmão Marista que vivenciou o período anterior, durante e posterior ao Concílio Vaticano II. Evidencia os efeitos do rompimento com as experiências anteriores em prol da obediência às recomendações de renovação instituídas pelo Instituto Marista: “Totalmente separado do mundo desde os 12 ou 13 anos, fui educado em ambiente fechado. Os grandes problemas da vida e suas dificuldades eram tratados apenas por alto. Éramos formados em uma piedade que consistia em fidelidade às orações das regras [...] Foi com pouco entusiasmo que acolhi a renovação pedida pelo Vaticano II. O afastamento brutal das estátuas da igreja, a missa encurtada, o Santíssimo Sacramento relegado a um canto. Outras supressões ainda estavam sem compensação e tudo isso me penalizou muito. [...] Procuo me adaptar à nova mentalidade sem abandonar o que, até hoje, foi salutar à minha alma.” Cf. Depoimento. *In*: RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984, n.1, p.382.

constituíam a sua identidade religiosa (regras e costumes), do que uma mera desobediência às orientações das lideranças. Neste sentido, os mais jovens manifestaram maior abertura e receptividade às novas orientações do Instituto Marista, embora seja necessário ponderar que as mudanças de mentalidade não ocorreram repentinamente. Assim, não basta interpretar as gerações apenas do ponto de vista de um grupo de pessoas que conviveram no mesmo período histórico, com idades semelhantes, mas a partir da maneira como se posicionaram diante dos acontecimentos, dos valores e experiências adquiridos e compartilhados ao longo da trajetória como religiosos.

5.3 As escolas, os pobres, as missões, e a Pastoral de Conjunto: a adaptação de uma identidade em transição

Ao menos uma década antes do XVI Capítulo Geral, o Instituto Marista já havia identificado a diminuição dos Irmãos que trabalhavam com o magistério e a catequese. Os documentos do XVI Capítulo Geral reconheceram que a escola católica já não era o único *locus* de trabalho e a catequese deveria ser retomada como uma das atividades pastorais. Essa prioridade foi ratificada nas cartas circulares do Irmão Basílio Rueda, quando prescreveu às províncias o trabalho com a educação escolar dos pobres, nas missões, nos movimentos juvenis e com a catequese paroquial.³⁹⁹

A Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) acentuou a escola católica como espaço em que a Igreja deveria ser evidenciada com especial atenção. Por isso, orientou os institutos que trabalhavam com a educação cristã a cogitar outros trabalhos educacionais de naturezas distintas, partindo do princípio de que católicos e não católicos possuem o direito à educação:

Aliás, na ereção e na organização das escolas católicas, não se deve levar-se em conta as necessidades dos novos tempos. Por isso, embora se deva continuar estimulando as escolas de grau elementar e médio, que constituem o fundamento da educação, cerquem-se de grande estima aquelas que são reclamadas com especial insistência nas condições hodiernas. Tais são as assim chamadas escolas profissionais e técnicas, com os institutos destinados à instrução de adultos, à assistência social e às pessoas que por alguma deficiência da natureza precisam de tratamento especial, como ainda com as escolas em que se preparam os mestres tanto quanto para outros setores da educação.⁴⁰⁰

³⁹⁹ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, Roma, 12 de setembro de 1968, n.5.

⁴⁰⁰ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Educationis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.572.

Com as recomendações dessa Declaração, compreendeu-se a educação inserida num processo mais amplo, articulada aos avanços e progressos sociais. Portanto, a educação ofertada pela Igreja deveria considerar a pluralidade da sociedade e colaborar com ela, formando os cristãos para atuarem pastoralmente junto das comunidades eclesiais. Segundo Sérgio A. Junqueira, durante as discussões e votações para a aprovação do texto dessa Declaração, foi questionado “o fato de o documento não assumir suficientemente a defesa da escola católica”⁴⁰¹, além de não contemplar diretamente os pobres e restringir a ideia de educação à escolarização. Nesse sentido, a versão final dessa Declaração (28 de novembro de 1965) definiu a abertura para outras formas de educação, incluindo a educação de adultos e a assistencial. Esse alargamento da ideia de educação não alterou necessariamente a prática dos Irmãos Maristas com suas escolas, no entanto, quando estes recorreram ao carisma, impelidos pelo Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), questionaram-se sobre o público a quem destinavam os seus serviços educacionais e optaram por trabalhar com os pobres. O Instituto Marista solicitou a revisão do trabalho com o apostolado clássico das escolas de todas as províncias, levando em consideração as orientações instauradas no XVI Capítulo Geral para uma inserção progressiva com a educação dos pobres, nas missões e na Igreja local.

A catequese foi a primeira atividade pastoral da PMSP a ser planejada sob o prisma da renovação. Os problemas relativos à participação dos religiosos com a catequese foram detectados desde o final dos anos de 1950. Em 1965, instituiu-se o Centro Provincial de Pastoral Catequética (CPPC), que consistiu em empreender mudanças afinadas com os documentos do Concílio Vaticano II. Com esse intuito, o Irmão Waldomiro Maria Soares solicitou que o Irmão Joaquim Panini realizasse cursos de atualização oferecidos pelo Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC), no Rio de Janeiro. No ano seguinte, o Irmão Joaquim Panini foi nomeado coordenador do CPPC, com o objetivo de empreender a renovação da catequese em toda a província, visando a sistematizar um trabalho de apoio aos diretores e coordenadores dos setores de pastoral e de educação dos colégios, a fim de integrar, uniformizar procedimentos e formar unidade provincial. Portanto, a província iniciou a atualização deste setor antes da realização do XVI Capítulo Geral em decorrência da constatada diminuição de Irmãos trabalhando com a catequese e com as aulas de Ensino Religioso.

⁴⁰¹ JUNQUEIRA, Sérgio Azevedo. *Gravissimum Educationis*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.415.

A catequese foi mantida como prioridade de 1959 a 1971, sobretudo de 1966 a 1971, o que é comprovado com a criação de cursos para a renovação catequética e de um setor de coordenação provincial. Nos anos de 1966 a 1967, os Irmãos Joaquim Panini e Joaquim Silveira⁴⁰², após terem participado dos cursos no ISPAC, organizaram encontros de pastoral catequética para renovar este setor nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro e teve “como objetivo fundamental, para não dizer único, A RENOVAÇÃO [sic] pedida com tanta insistência pelo Concílio e pelos Superiores.”⁴⁰³ Além da atualização teológica, pastoral, litúrgica, metodológica e educacional, pretendeu ser um espaço de trocas de experiências sobre as práticas desenvolvidas com a catequese nas escolas Maristas das duas províncias. Tais iniciativas justificam-se pelo resultado de uma sondagem sobre o funcionamento da catequese e retrataram a necessidade de atualizar os Irmãos e integrar esse trabalho com as dioceses. Foram cursos desenvolvidos em três etapas (janeiro, julho e janeiro), contabilizando a participação de 70% dos Irmãos da PMSP. Mediante esse objetivo, a atualização fez parte das pautas provinciais, no entanto caminhava a passos lentos. Em 1967, o curso do ISPAC foi transferido para a PMSP, manteve os mesmos conteúdos e alguns professores para atender a demanda de formação dos Irmãos das duas províncias, o que perdurou até 1970.⁴⁰⁴

Entre as atribuições do Irmão Joaquim Panini, ele acompanhava os planejamentos e atividades pastorais e pedagógicas dos colégios (*in loco*) e ministrava

⁴⁰² Irmão Marista pertencente à Província do Rio de Janeiro. Em 1980, solicitou o desligamento do Instituto Marista.

⁴⁰³ Província Marista de São Paulo. **Anais do Centro Provincial de Pastoral Catequética**. São Paulo, 1965-1982, p.3.

⁴⁰⁴ 1º Encontro (1967) - 89 Irmãos participaram. 7 Irmãos de outras congregações. 2 sacerdotes. Total=104; 2º Encontro (1968) - 72 Irmãos participaram. Total= 72; 3º Encontro (1969) - 66 Irmãos participaram. 12 sacerdotes. 45 Irmãs. 17 Irmãos de outras congregações. 15 leigos. Total= 155. Cf. PANINI, Joaquim. **Minha experiência pessoal vivencial sobre a catequese**. São Paulo, maio de 1985. Dentre os temas, autores e documentos utilizados para os cursos de formação catequética, constaram: *Mater et Magistra* (João XXIII), *Pacem In Terris* (João XXIII), *Populorum Progressio* (Paulo VI), *L'Eglise et le monde* (François Houtart), *Les adolescents d'aujourd'hui* (J. Marny/Centurion), *A Igreja e o mundo* (Houtart), *Educação da fé* (Comblin/Herder), *Renovação da escola* (Pe. Marins), *Realités humaines et éducation chrétienne* (André Merlaud), *Memórias de uma moça bem comportada* (Simone de Beauvoir), *Diário de uma jovem* (Anne Frank), *Méthodologie pour une catéchèse des jeunes* (Pierre Babin). Temas propostos para a catequese com os alunos: História da salvação, Antigo e Novo Testamento, História da Igreja, Adolescência: vida moral e espiritual, vida litúrgica e sacramental, problemas de vida, vida espiritual, grande adolescência, A Igreja e o mundo, Juventude: fé, problemas filosóficos e sociais, escatologia. Temas para a formação de catequistas: Oração, como catequizar?, A oração na catequese, A imagem na catequese, Modelo de uma aula de religião, As atividades no catecismo, Alguns pontos práticos em catequese, A progressão na catequese, A primavera conciliar, Missão e responsabilidade [sic] do educador da fé, cristologia, Catequese dos adolescentes, Linguagem na catequese. Cf. PANINI, Joaquim. **Biblioteca catequética**. Centro Provincial de Pastoral Catequética. São Paulo, 1968, p.1-13.

cursos de catequese para os professores leigos, para as coordenações e articulava a integração do setor pedagógico com o de pastoral. A renovação da catequese (1967-1971) foi uma porta de entrada para a renovação pedagógica, almejando a dinamização das escolas “pela mística comunitária do Povo de Deus.”⁴⁰⁵ Para isso, entendia-se a evangelização como parte integrante de todas as ações da escola, inclusive os conteúdos de ensino. Quando acessamos o material de apoio bibliográfico dos cursos de atualização catequética, consta o embasamento teórico nos documentos do Concílio Vaticano II, sobretudo com a Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) e as constituições *Lumen Gentium* (1964) e *Gaudium et Spes* (1965). Todavia, tais discussões teóricas não interferiram na alteração dos conteúdos curriculares. O Irmão Joaquim Panini conduziu os cursos de atualização da catequese e da educação. Tais cursos, no entanto, são questionados quando se verifica o decréscimo de Irmãos trabalhando com a catequese, na sala de aula e na Pastoral de Conjunto. Mesmo que esses cursos tenham possibilitado a participação de muitos religiosos, uma sondagem realizada em 1971 indicou que “somente 0,8% dos religiosos desejam aperfeiçoar-se com formação na área da catequese.”⁴⁰⁶ Nota-se que houve uma dinâmica planejada para renovar este setor, mas que não conseguiu alterar as mentalidades e práticas dos religiosos, que, por sua vez, preferiam dedicar-se às aulas de conteúdo acadêmico do currículo escolar.

Em um período de muitas tensões e mudanças na Igreja Católica, o Irmão Joaquim Panini circulava por vários espaços eclesiais: coordenou o setor de catequese e pedagógico da província; promoveu cursos e palestras sobre planejamento e renovação da Vida Religiosa para os Irmãos Maristas e demais institutos que trabalhavam com educação no Brasil, América Latina e Europa; foi presidente nacional da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) por dez anos; por mais de uma década foi assessor da Conferência Latino-Americana de Religiosos (CLAR) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB); foi secretário executivo do Departamento de Educação (DEC) da Conferência Episcopal Latino-Americana, por quatro anos; e articulou com a AEC, CRB e CNBB o primeiro curso de formação para o planejamento educacional da

⁴⁰⁵ PANINI, Joaquim. **A Escola Evangelizadora**. Centro Provincial de Pastoral Catequética. São Paulo, setembro de 1966, p.1.

⁴⁰⁶ SCHDENACKER, Maria Aparecida J. da S. **Pesquisa de campo realizada na Província Marista de São Paulo**. São Paulo, 1971, p.11.

educação católica no Brasil.⁴⁰⁷ Esse religioso coordenou a Equipe Marista Interprovincial de Reflexão (EMIR)⁴⁰⁸, criada em 1972 e formada por um grupo de Irmãos das províncias brasileiras que se reuniam periodicamente para discutir e apresentar estudos detalhados aos provinciais sobre a vida religiosa e o apostolado. Essa experiência de trabalho do Irmão Joaquim Panini em contato com diferentes culturas e lideranças da Vida Religiosa e da Igreja Católica na América Latina certamente oportunizou a ele novas concepções pastorais e eclesiais advindas da Conferência Episcopal de Medellín (1968), da Teologia da Libertação, dos movimentos eclesiais e sociais de base e da crescente inserção dos religiosos com o trabalho entre os pobres.

Como vimos, a relação entre a Igreja e o mundo moderno foi tensionada pelos “sinais dos tempos”, em razão das rápidas transformações ao longo do século XX. Na década de 1960, a televisão “contribuiu imensamente para pôr fim ao isolamento e à ignorância de comunidades distantes, propiciando a todos a mesma experiência e uma cultura visual comum.”⁴⁰⁹ O declínio do modelo de autoridade influenciado pelos movimentos de juventude pelo mundo, particularmente Maio de 1968, na França, e os movimentos de contracultura e de protesto ao autoritarismo político dos EUA interferiram na educação familiar e escolar, questionando o modelo de autoridade e de educação.⁴¹⁰

Nessa década, a educação promovida pelos colégios católicos necessitou se adaptar às exigências do Estado. As Leis de Diretrizes e Bases da educação brasileira n. 4.024/1961 e n. 5.692/1971, embora com objetivos distintos, orientaram mudanças significativas no ensino secundário.⁴¹¹ O conteúdo humanista foi sendo substituído pelo

⁴⁰⁷ PANINI, Joaquim. **Primeiro Curso Nacional de Planejamento Educacional (CNBB, AEC, CRB): relatório**. São Paulo, de 07 a 27 de janeiro de 1973.

⁴⁰⁸ “É uma equipe composta por um representante de cada uma das sete províncias maristas do Brasil com o objetivo de refletir no PROJETO-DE-VIDA-MARISTA-HOJE-NO-BRASIL [sic]. Criada pelos Irmãos Provinciais na reunião de maio de 1972, a ‘EMIR’ realizou quatro reuniões [...] A ‘EMIR’ está sendo um ‘acontecimento’ para o aprofundamento e a consolidação do Projeto-de-vida-Marista-hoje-no-Brasil, pois não é um grupo de Irmãos à margem das províncias, mas as próprias províncias refletindo e planejando sua vida religiosa e apostólica.” Cf. Equipe Marista Inter-Provincial de Reflexão. **4ª reunião**. Porto Alegre, 17 de março de 1973, p.4.

⁴⁰⁹ JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p.352.

⁴¹⁰ Para a melhor compreensão desse período, pode-se recorrer aos seguintes trabalhos: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. / SALEM, Tania. O “Individualismo Libertário” no Imaginário Social dos Anos 60. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.59-75, 1991.

⁴¹¹ Este trabalho não tem por finalidade descrever as práticas pedagógicas dos colégios Maristas, mas destacar como a recepção do Concílio Vaticano II, com a proposta de renovação da Vida Religiosa e da Educação Católica, interferiu nas decisões em torno dos sujeitos a serem atendidos pela ação educativa e evangelizadora desses religiosos. Acerca da história da educação brasileira e a legislação educacional, pode-se recorrer aos seguintes trabalhos: VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. / FREITAS, Marcos

ensino científico e técnico com o objetivo de orientar a formação escolar para o trabalho. Além disso, este período foi marcado pela Ditadura Militar (1964-1985) e que se caracterizou pela tentativa de contenção das lutas e movimentos sociais e a manutenção da ordem socioeconômica. Segundo Rosa Fátima Souza, houve uma ebulição nas áreas política e social:

O início da década foi agitado pelo acirramento das lutas ideológicas, a participação crescente dos movimentos sociais, a ampliação do movimento sindical operário, as lutas dos trabalhadores do campo, a atuação expressiva da esquerda nacionalista e a guinada do governo João Goulart em prol das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral etc.).⁴¹²

Nas décadas de 1960 e 1970 a escola e a sociedade brasileira enfrentavam os impactos de cunho social e político do contexto internacional, com aumento da população urbana e industrial e a explosão demográfica. Os movimentos de juventude contestavam os valores sociais, educacionais, familiares e o modelo de autoridade. A Lei de Diretrizes e Bases 4.024/1961 norteou a estruturação do ensino primário e ensino secundário do país, inseriu o ensino técnico-profissional, assegurou a liberdade de ensino, abrandou os mecanismos de controle da educação privada e facultou “a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reformas de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudos.”⁴¹³ O desenvolvimento nacional deveria passar pela implantação de mudanças com a modernização do ensino secundário para atender as demandas das classes médias e populares dos centros urbanos. Todavia, em função das mudanças políticas advindas do golpe militar de 1964, o Ministério da Educação e Cultura almejou articular a educação desenvolvimentista com a imposição da ideologia de segurança nacional. Ou seja, uma escola a serviço da produção de mão de obra qualificada para o desenvolvimento da economia do país. A gênese da Ditadura Militar aporta-se na derrubada de João Goulart do poder e de suas políticas de reformas de base. As elites tradicionais, classes médias, grupos empresariais e mesmo setores populares, foram correntes de oposição às

Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. / SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas-SP: Autores Associados, 2019. / SAVIANI, Dermeval. **A Lei da Educação: LDB: Trajetória, limites e perspectivas**. 14. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2019. / SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

⁴¹² SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.p.229.

⁴¹³ SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.p.231.

reformas de João Goulart (1919-1976). “Não desejavam destruí-lo, mas não suportavam a irrupção de lideranças populares que se faziam cada vez mais atuantes.”⁴¹⁴ Havia certo receio das classes política e econômica em relação à redistribuição da riqueza e do poder, assim como dos próprios valores da sociedade que poderiam vir a ser ameaçados pelo “comunismo ateu”.

O governo de João Goulart teve Paulo Freire (1921-1997) como coordenador da Comissão Especial de Cultura Popular, no Programa Nacional de Alfabetização (extinto com o Decreto n. 53.886/1964), sobretudo com o Movimento de Educação de Base, que aproximava entidades estudantis, sindicatos, Igreja Católica e Ministério da Educação e Cultura. Concebido por Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base, vinculado a CNBB, visava um processo educativo que possibilitasse transformar as estruturas e mentalidades dos sujeitos:

O MEB aceitou o pressuposto da existência de luta de classes no país, resultante de desigualdades sociais e conflitos de interesses entre as classes favorecidas e desfavorecidas. Colocou-se, então, nessa luta ao lado dos mais pobres, defendendo a promoção humana por meio da conscientização, como única possibilidade de participação na vida política, econômica e social.⁴¹⁵

Contudo, na década seguinte a nova Lei de Diretrizes e Bases n. 5.692/1971 enfatizou a ideologia dos militares na educação. O novo currículo privilegiou os “saberes instrumentais para a vida social em conformidade com os valores da sociedade urbano-industrial-tecnológica e o deslocamento definitivo das humanidades para a cultura científica.”⁴¹⁶ Em relação à Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024/1961, de tendência liberal e flexível, a Lei de Diretrizes e Bases n. 5.692/1971 integrou o primeiro e segundo graus, com a obrigatoriedade de oito anos para o primeiro grau e a centralização curricular com a educação moral e cívica:

O cultivo dos valores cívico-patrióticos foi reforçado nas escolas públicas e privadas nos anos 70 em consonância com a ideologia do regime militar [...] Práticas de hasteamento da bandeira e canto do Hino Nacional nas escolas foram revalorizados. Os desfiles cívicos foram enaltecidos e incentivados pelos poderes públicos, tornando-se espetáculos públicos de grande visibilidade social. Professores de Educação Física e Educação Moral e Cívica foram encarregados de organizar tais certames com brilhantismo. Em muitas escolas esse foi um período de intensa mobilização dos alunos em

⁴¹⁴ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.37.

⁴¹⁵ FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009, p.242.

⁴¹⁶ SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.p.285.

torno das fanfarras e bandas marciais, competições esportivas e ginástica rítmica. Nas solenidades e comemorações cívicas era exigido o comparecimento obrigatório de todos os professores, alunos e funcionários da escola. A educação física e os esportes marcaram época, envolvendo a comunidade escolar e a sociedade local em certames como as olimpíadas estudantis, jogos da primavera, concursos etc.⁴¹⁷

No período da Ditadura Militar (1964-1985) parte da hierarquia da Igreja Católica se posicionou contrária às políticas do governo brasileiro, combatendo a repressão: “conforme os setores da Igreja envolvidos em atividades de promoção da justiça social reforçavam vínculos de engajamento com as classes populares eles acabaram se tornando os alvos principais da repressão política dos governos militares.”⁴¹⁸ Nesse período, as discussões em torno da Teologia da Libertação⁴¹⁹ interferiram na Igreja Católica, na educação católica e na Vida Religiosa de diferentes formas. Contudo, torna-se pertinente as observações de Massimo Bonato⁴²⁰ para a

⁴¹⁷ SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008. p.282.

⁴¹⁸ CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011, p.48.

⁴¹⁹ Michel Löwy utiliza o termo Cristianismo de Libertação, que tem a Teologia da Libertação como produto espiritual por tratar-se de uma reflexão religiosa/espiritual, e não um discurso político/social. “Antes de mais nada, a Teologia da Libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por figuras latino-americanas tais como Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galilea, Ronaldo Munoz (Chile), Pablo Richard (Chile-Costa Rica), José Míguez Bonino, Juan Carlos Scanone, Ruben Dri (Argentina), Enrique Dussel (Argentina-México), Juan-Luis Segundo (Uruguai), Samuel Silva Gotay (Porto Rico), para mencionar apenas o mais conhecidos.” (LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2016, p.73). A TdL não pode ser homogeneizada, tanto em sua concepção quanto em sua práxis, no sentido marxista do termo. Na Argentina, por exemplo, o teólogo Enrique Dussel (1984) propôs uma TdL à partir dos pobres e da revelação por meio das experiências bíblicas do “Povo de Deus”, compreendendo a fé como interpretação histórica cotidiana. Todavia, Gustavo Gutiérrez foi quem por primeiro propôs um discurso sobre a libertação que pudesse ser alternativa e se contrapor ao discurso dominante de desenvolvimento econômico. Por sua vez, a libertação dos pobres deveria passar necessariamente pelo viés marxista para compreender a libertação numa perspectiva social/política da fé, embora alguns autores insistam em dizer que o marxismo seja uma questão periférica nas discussões em torno da Teologia da Libertação (BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Teologia da Libertação no debate atual**. 3. ed. Petrópolis-RJ, Vozes: 1985). “Enquanto os militares endureceram o regime, a Igreja latino-americana rumou para a esquerda. Debatendo a implementação do Vaticano II em 1968, o encontro da CELAM em Medellín marcou o nascimento da teologia da libertação. Esta rejeitou o capitalismo e o imperialismo e usou a ciência social, a teoria da dependência e conceitos marxistas como a luta de classes para apresentar uma crítica radical das estruturas socioeconômicas. Os teólogos da libertação preconizavam o socialismo, embora não tivessem nenhum plano concreto para alcançá-lo. O cerne da teologia da libertação era a opção preferencial pelos pobres, os quais eram vistos como fonte privilegiada de verdade religiosa. A Igreja podia mobilizar os pobres através da conscientização, iniciada com a ajuda do famoso método de alfabetização de Paulo Freire. Em vez da autoridade tradicional, sua ‘pedagogia do oprimido’ visava estabelecer o diálogo democrático com os estudantes e concentrar-se em sua realidade cotidiana. A teologia da libertação pregava também a descentralização da Igreja.” (SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.164-165).

⁴²⁰ BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi**. 2009. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em

interpretação da história da Igreja Católica do Brasil após 1965, ao propor uma análise que considere os diferentes ritmos de recepção do Vaticano II e de atualização da Igreja Católica; essa mesma Igreja precisou conviver com os conflitos advindos das diferentes concepções teológicas e pastorais, com avanços e permanências, não sem contradições.

A Teologia da Libertação influenciou a prática pastoral de parcela da hierarquia eclesiástica, dos religiosos e dos leigos. Porém, é preciso considerar que a inserção social e eclesial junto das classes populares nem sempre estiveram imbuídas dessa corrente teológica. Consoante Scott Mainwaring, as práticas de uma Igreja progressista advindas das interferências de alguns bispos e dos documentos das conferências episcopais de Medellín e Puebla, sobretudo com a Ação Católica (AC) e a Juventude Operária Católica (JOC), foram se consolidando entre a hierarquia, religiosos e leigos. Nesse sentido, aos poucos foi se constituindo práticas pastorais de uma Igreja popular que convivia com a imagem predominante de uma Igreja hierárquica e resistente ao modelo eclesial em discussão na América Latina.⁴²¹

Faz-se necessário trazer à baila esse contexto da história do Brasil em relação a educação e a trajetória do próprio catolicismo, justamente porque tais discussões permeavam os documentos institucionais formulados pelos Irmãos Maristas, quando estes recorriam às orientações das conferências episcopais da América Latina, à Conferência dos Religiosos do Brasil e à Associação de Educação Católica. Contudo, as discussões em torno de uma Igreja popular nem sempre coincidiram com as atividades pastorais predominantes na PMSP, embora tivessem reivindicado a educação dos pobres com base na Educação Libertadora. Estranhamente, os documentos oficiais não fazem alusão ao período da Ditadura Militar; como se os acontecimentos de ordem política e econômica do país não interferissem na dinâmica interna dos colégios da PMSP.⁴²²

Na PMSP, a adaptação de suas escolas ao mundo moderno ocorreu com a entrada de professores e funcionários leigos (homens e mulheres), o início do ensino

História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

⁴²¹ Acerca da história da trajetória da Igreja Católica brasileira, pode-se recorrer aos seguintes trabalhos: ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. / CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011. / MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989. / SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁴²² Os documentos de cunho privado dos religiosos, cujo acesso não nos foi autorizado, assim como o uso da metodologia da História Oral, certamente podem trazer à tona essa memória para uma melhor compreensão da relação entre os Irmãos Maristas que reivindicavam uma Educação Libertadora e o Estado brasileiro marcado pelo autoritarismo da Ditadura Militar.

misto (coeducação) e o aumento do número de alunos. O fato de os Irmãos Maristas trabalharem com a educação escolar, a atualização lhes exigiu o diálogo com a legislação e as tendências pedagógicas vigentes para que pudessem modernizar as suas escolas. O ensino misto nos colégios maristas ocorreu de forma gradual. A inclusão das meninas foi uma estratégia necessária ante a constatada diminuição das matrículas, em virtude da concorrência entre as instituições de ensino com o aumento da oferta de escolas públicas e privadas (Figura 8).⁴²³

Figura 8 - Solicitação de autorização do Colégio Santa Maria para o funcionamento em regime misto. Foi o último colégio da PMSP a promover a coeducação, em 1978.

Curitiba (PR), 21 de novembro de 1977

Exa. Revma.
Dom Pedro Fedalto
DD. Arcebispo Metropolitano
Curitiba

Excelência Reverendíssima

É exigência da Congregação dos Irmãos Maristas das Escolas para que haja frequência mista em suas escolas torna-se necessária autorização da Autoridade Eclesiástica local.

O Colégio Santa Maria vem funcionando, há quase 52 anos, em regime somente masculino.

Refletimos e ponderamos as seguintes colocações:

1. O Colégio vem ressentindo diminuição de sua clientela por motivo de não ser misto.
2. Há constantes e insistentes pedidos da comunidade de que o Colégio atenda também a meninas.
3. Entendemos que a educação deve dar-se numa atitude de vida de convivência das pessoas.
4. O regime misto - meninos e meninas - em nada diminuiria a formação dos estudantes ou a seriedade do processo educacional. Pelo contrário, viria beneficiar tal processo.
5. Acreditamos que, ao tempo, a sociedade Curitiba seria influenciada benéficamente por lideranças femininas a exemplo do que aconteceu e vem acontecendo na história da cidade fruto do que significou e significa o Colégio Santa Maria para Curitiba.
6. Cristãmente seria mais uma opção para a comunidade em termos educativos da juventude.

Diante do exposto, pedimos a Vossa Excelência Reverendíssima a devota autorização para, em 1978, iniciarmos o regime misto - meninos e meninas - a nível de Pré-escolar e 1ª série do 1º Grau, numa implantação gradativa para os anos futuros.

Certos da compreensão de Vossa Excelência e do seu atendimento, nos colocamos a seu inteiro dispor, reafirmando nossa elevada estima e apreço a sua digna pessoa.

Respeitosamente

Antonio Aldo Salvatti
- DIRETOR -

Fonte: SALVATTI, Antonio Aldo [Correspondência]. Destinatário: Pedro Fedalto (Arcebispo Metropolitano de Curitiba). Curitiba, 21 de novembro de 1977.

⁴²³ Cf. CECATTO, Adriano. **A Implantação do ensino misto no colégio Marista Santa Maria de Curitiba no final da década de 1970**. 2008. 67 f. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Essa documentação carece de informações detalhadas sobre o ensino misto, porém, individualmente, os colégios possuem documentos de natureza pedagógica e disciplinar que podem ser acessados. A Encíclica *Divini Illius Magistri* (Papa Pio XI), desde os anos de 1930, estabeleceu críticas à educação mista alegando os perigos que causaria com a promoção da igualdade entre meninos e meninas frequentando os mesmos espaços educativos. O Papa Pio XI defendeu a educação separada sob a justificativa de que “o Criador ordenou e dispôs a convivência perfeita entre os dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade.”⁴²⁴ Essa Encíclica sobre a educação vigorou até o Concílio Vaticano II, com a publicação do Decreto *Gravissimum Educationis* (1965). No Brasil, desde os anos de 1960, os institutos religiosos, conforme a necessidade e organização específica, implantaram a educação mista em distintos momentos ao largo do século XX. Neste caso, para sobreviver e se adaptar ao mercado educacional, foi preciso flexibilizar os valores morais e religiosos e aliar-se à modernidade. Há indícios de que a educação mista foi implantada no Instituto Marista nos anos de 1960. Antes desse período, predominou a recusa da educação mista, conforme os escritos de um Irmão Marista canadense, que, no auge dos debates sobre a renovação, posicionou-se desfavorável a essa mudança, alegando que a sua implantação deveria ir além do aspecto financeiro, quando mencionou que “[...] muitos educadores e administradores escolares vêem na coeducação generalizada a chave que resolverá todos os problemas que lhes são colocados pela reunificação e reforma escolar!”⁴²⁵

Em um material de apoio teórico utilizado para os cursos destinados à formação pastoral e catequética dos Irmãos, cujo autor foi Deolindo Caetano Valiati, o então diretor do Departamento de Educação da CRB, ressaltou que a educação católica necessitava se adaptar às mudanças. Criticou o engessamento das escolas católicas e atribuiu os problemas relativos à renovação às transformações ocorridas com a sociedade.

É preciso convencer-se de que é normal, nesta quadra da história, o abalo generalizado das instituições mais firmes e das estruturas mais tradicionais. Trata-se de fenômenos que não são da responsabilidade interna. Mas é o mundo que nos rodeia que vacila. Existe responsabilidade interna no fato de

⁴²⁴ Pio XI. **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***. Sobre a Educação Cristã da Juventude. 31 de dezembro de 1929. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1950, p.28.

⁴²⁵ “[...] plusieurs éducateurs et administrateurs scolaires voient dans la coéducation généralisée la clé qui va résoudre tous les problèmes que leur posent le regroupement scolaire et la réforme scolaire!” Cf. POTVIN, Laurent. **Vatican II et l’éducation**. Desbiens, Canadá: Les Éditions du Phare, 1967, p.90.

tomar consciência da desagregação que nos rodeia. E esta tomada de consciência cresce com o progressivo contacto com a Igreja e o mundo.⁴²⁶

É justamente essa relação com o mundo moderno que suscitou apreensão dentro dos institutos religiosos, quando foram orientados à revisão de seus documentos e dos trabalhos que desenvolviam. No texto de Deolindo Caetano Valiati, fica evidenciado que só poderia existir um caminho aos institutos: ter ciência dos problemas do mundo moderno, assumi-los e atualizar-se. Neste caso, caberia à escola católica dialogar com as ciências modernas da educação, suas metodologias e tendências pedagógicas.⁴²⁷ Trata-se de um período em que o Estado brasileiro ampliou a oferta de educação pública e acirrou-se a concorrência entre os estabelecimentos privados de ensino, cujo sucesso educacional atrelava-se à capacidade de as instituições adaptarem-se às novidades tecnológicas.

Não podem os educadores descansar à sombra de originalidades pedagógicas e intelectuais de grande tradição, na hora em que as aulas dadas pela escola popular da televisão, do filme, do rádio, do transistor, do toca-disco, das revistas especializadas, dos diapositivos, das viagens, das figurinhas, etc... tiram da escola tradicional o monopólio das informações e da educação.⁴²⁸

De 1966 a 1974, cada vez menos Irmãos trabalhavam em sala de aula e o número de professores leigos e de alunos aumentou substancialmente (Tabela 8). Esses dados da PMSP se assemelham aos apresentados no contexto internacional do Instituto Marista e há dois aspectos a serem considerados: a insuficiente preparação profissional continuada dos Irmãos e a formação para os professores leigos em conformidade com a filosofia Marista de educação.⁴²⁹ Quanto ao primeiro ponto, tudo indica não ter sido

⁴²⁶ VALIATI, Deolindo Caetano. **Os sinais dos tempos e a educação**. Rio de Janeiro, 1967, p.4.

⁴²⁷ ALVES, Manoel. Perspectivas da escola católica no Brasil: ajudando a pensar as estatísticas da Pesquisa CERIS-ANAMEC. In: **Censo das Escolas Católicas no Brasil**. Pesquisa ANAMEC/CERIS. Bauru-SP: EDUSC, 2006, p.19-57. / CECATTO, Adriano. **A Implantação do ensino misto no colégio Marista Santa Maria de Curitiba no final da década de 1970**. 2008. 67 f. Monografia (Graduação em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. / AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil: Contribuição dos Irmãos Maristas: novos rumos da obra de Champagnat no Brasil (1972-1997)**. São Paulo: SIMAR- Secretariado InterProvincial Marista, 2005, v.4.

⁴²⁸ VALIATI, Deolindo Caetano. **Os sinais dos tempos e a educação**. Rio de Janeiro, 1967, p.7.

⁴²⁹ O “Guia das Escolas” foi o primeiro documento oficial que prescreveu o pensamento pedagógico dos Irmãos Maristas, oriundo dos trabalhos realizados durante o II Capítulo Geral (1852-1853-1854). Diz respeito a um texto normativo que orienta a formação pedagógica e as práticas educativas de todo o Instituto Marista, na França e no Exterior. Desejou ser um manual prático para promover a unidade dos métodos, procedimentos e unificar a organização das escolas. Para constituir esse documento, os Irmãos Maristas utilizaram como referência o manual pedagógico dos Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas), que no século XIX eram referência em educação, naquele país. A título de informação, o manual pedagógico dos Lassalistas foi analisado por Michel Foucault, em seu livro **Vigiar e Punir**. No “Guia das Escolas” orientavam-se normas referentes à educação física, educação moral, educação cristã, disciplina, organização do ensino, métodos, procedimentos dos educadores e educandos e metodologia

sanado, ao menos no curto prazo. E o segundo, apesar da relutância dos Irmãos, foi a estratégia considerada mais eficaz para assegurar a atualização dos setores pedagógico e de pastoral dos colégios.

Tabela 8- Estatística de Irmãos, professores e alunos da PMSP (1966 e 1974).

<u>Estatística de nossas escolas: Irmãos, Professores, Alunos</u>			
(nos anos 1966 e 1974)			
<u>Estabelecimentos</u>	<u>Irmãos</u>	<u>Professores</u>	<u>Alunos</u>
Brasília.....	6 - 8	17 - 70	600 - 2409
Cascavel.....	7 - 7	19 - 57	690 - 1303
Santa Maria.....	20 - 9	19 - 87	1272 - 2187
Franca (fechado 1971).	10 -	9 -	502
Canutama - missões....	- 2	- 1	55
Lábrea - Missões.....	- 6	- 40	1488
Tapauá - Missões.....	- 2	- 7	205
Itapejara d'Oeste.....	- 5	- 14	537
Londrina.....	11 - 6	14 - 64	500 - 1500
Maringá.....	6 - 6	18 - 46	883 - 1083
Ponta Grossa.....	5 - 9	7 - 37	207 - 666
Ribeirão Preto.....	8 - 6	23 - 32	702 - 748
Santos.....	13 - 9	42 - 56	1366 - 1727
Arguidiocesano.....	19 - 8	24 - 96	1180 - 2950
Glória.....	9 - 7	24 - 41	1327 - 1154
Çarmo (fechado 1972)	7 -	16 -	854 -

Universidade Católica do Paraná

Irmãos : 5
Professores: mais de 300
Alunos: mais de cinco mil.

Editora FTD

Irmãos : 3
Funcionários: 157

S. Paulo, 18/6/'75

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Informações sobre a Província: pessoal e obras.** São Paulo, 18 de junho de 1975, p.6.

O Superior Geral estabeleceu duras críticas à PMSP quando constatou o crescimento das matrículas, presumindo que os colégios haviam se tornado rígidas estruturas que sobrecarregavam os religiosos com atividades administrativas, sobrando-lhes pouco tempo para participar das pastorais eclesiais e atender os pobres; os colégios apresentavam-se como barreiras para a renovação da congregação. O questionamento ocorreu em função do aumento das demandas de matrículas e de obras apostólicas, não necessariamente das unidades missionárias e assistenciais fundadas de 1967 a 1974⁴³⁰,

para cada disciplina. Portanto, é um tratado de filosofia de ensino desse instituto e diz respeito à conduta, ao jeito de ser e de proceder com a educação advindo dos primórdios da congregação e serviu para orientar o pensamento pedagógico dos Irmãos Maristas em suas atividades apostólicas com base nalguns valores que ao longo dos anos foram atualizados. Cf. STROBINO, Ivo. Apresentação. In: FURET, Jean-Baptiste *et al.* **Guia das Escolas para uso nas casas dos Pequenos Irmãos de Maria:** Documento do II Capítulo Geral do Instituto Marista. 4. ed. Brasília: UMBRASIL, 2009, p.15.

⁴³⁰ Escola Santo Ângelo (1967), Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont (1968), Escola Eduardo Ribeiro (1973), Escola Prof.^a Marizita (1974), Centro Social Pau d'Alho (1974).

mas, sobretudo, em razão da Universidade Católica do Paraná, que foi assumida e gerenciada pelos Irmãos Maristas em 1974, em um contexto de decréscimo de vocações:

Nos dados estatísticos há coisas sérias. Vocês já pensaram na quantidade de obras que abraçaram ultimamente? Não digo que cada obra dessas não fosse meritória, porém assumiram e não deixaram outras! [...] Não havendo substitutos que assegurem os horizontes, de acordo com a pirâmide de idades que vocês têm, **não se pode, racionalmente assumir sem deixar** [sic].⁴³¹

Conforme as normas da PMSP, além do trabalho com os colégios, os Irmãos deveriam exercer o apostolado em movimentos de jovens, cursos de alfabetização, educação de base, meios de comunicação social, promoção humana e com outros colégios privados ou públicos, já que a província determinou que “em suas atividades apostólicas, voltar-se-á decididamente para as classes menos favorecidas.”⁴³² Em 1970, em uma reunião do Capítulo Provincial, a PMSP cogitou em fechar alguns colégios para atender às novas frentes solicitadas pelo XVI Capítulo Geral nos campos missionário, assistencial e vocacional. Novos trabalhos educacionais (assistencial e missionário), contudo, foram implantados na província, sem necessariamente ocorrer o fechamento dos colégios.⁴³³

Havia a urgência em atualizar os Irmãos, já que foi detectada uma formação deficitária para os trabalhos administrativos da gestão escolar: “Precisamos preparar Irmãos Diretores. Não será preferível CONSTRUIR [sic] nosso futuro em vez de SUPORTÁ-LO [sic]?”⁴³⁴ Neste caso, a construção de um futuro associava-se não só às exigências de preparação profissional dos religiosos, mas também à incorporação dos leigos, oferecendo-lhes formação de acordo com as especificidades da educação Marista. Apesar de tais constatações, a pesquisa realizada em 1971 indicou que as relações entre os Irmãos e os leigos careciam de cooperação e aceitação, pois “os próprios professores não religiosos são vistos como uma categoria à parte.”⁴³⁵

Há de se destacar novamente o fato de que a abertura para os professores e funcionários leigos foi ao encontro da precariedade de religiosos, com o reconhecimento de que “as perspectivas não se apresentam tão sombrias, devido à presença do elemento

⁴³¹ RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975, p.22.

⁴³² Província Marista de São Paulo. **Normas**. São Paulo, 22 de dezembro de 1969, p.4.

⁴³³ Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. São Paulo, 03 de agosto de 1970.

⁴³⁴ Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. 19, 20 e 21 de dezembro de 1969, p.1.

⁴³⁵ SCHDENACKER, Maria Aparecida J. da S. **Pesquisa de campo realizada na Província Marista de São Paulo**. Caracterização da comunidade escolar. Campo Belo, São Paulo, p.1-39, 1971, p.7.

leigo que se integra cada vez mais no movimento Marista.”⁴³⁶ Em face da diminuição das vocações, a província priorizou a formação do corpo docente leigo, capacitando-o para assumir também as coordenações dos colégios (Tabela 9).

Tabela 9- Professores leigos na PMSP (1970-1997).

Ano	Professores Leigos	Funcionários Leigos
1970	291	172
1975	606	259
1980	699	310
1985	907	507
1990	1.088	625
1995	1.093	620
1997	1.132	716

Fonte: Dados obtidos da seguinte obra: AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil:** Contribuição dos Irmãos Maristas: novos rumos da obra de Champagnat no Brasil (1972-1997). São Paulo: SIMAR- Secretariado interprovincial Marista, 2005, v.4, p.345.

Os dados estatísticos referentes à PMSP, de 1972 a 1977, contidos nas cartas circulares do Irmão Basílio Rueda e no *Bulletin de l'Institut*, reforçam que houve o aumento do número de alunos nos estabelecimentos de ensino, assim como em todas as províncias do instituto. Por outro lado, decaíram o número dos jovens em formação religiosa e os efetivos de votos temporários e perpétuos (Tabela 10). Durante o Capítulo Provincial de 1969, após “longas considerações”, os Irmãos votaram na decisão de fechar até quatro colégios em um prazo de dois anos e estudar a possibilidade de abertura de novos trabalhos. “Podemos continuar com todos os nossos colégios? Em caso positivo, como nos orientar? Em caso negativo, quais os colégios a serem fechados?”⁴³⁷ O fechamento foi cogitado, mas não executado. Essas indagações não obtiveram única resposta, mas tiveram como referência o XVI Capítulo Geral, que exigiu mudanças no trabalho educacional das províncias com a finalidade de ocupar os religiosos com o apostolado que estivesse de acordo com as decisões de renovação. Uma das linhas de ação tratadas pela Equipe Marista Interprovincial de Reflexão (EMIR) instituiu que até os anos de 1980 cada colégio administraria pelo menos uma escola gratuita para atender os pobres. Deste modo, mantiveram-se os colégios. Em resposta a essa solicitação da EMIR, a PMSP fundou três centros missionários e três centros assistenciais, embora o objetivo da Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont

⁴³⁶ Província Marista de São Paulo. **Relatório do Seminário de planejamento:** avaliação e replanejamento. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.53.

⁴³⁷ Província Marista de São Paulo. **Diário do Capítulo Provincial.** São Paulo, 19, 20 e 21 de dezembro de 1969, p.4.

estivesse mais atrelado ao recrutamento de vocações na região sudoeste do Estado do Paraná.

Tabela 10- Estatística das casas de formação, dos religiosos e dos alunos da PMSP.

	Juvenato	Postulado	Noviciado	Total	Temporários	Perpétuos	Estáveis	Total	Alunos
1972	92	-	5	97	6	61	62	129	15.276
1974	57	3	1	61	5	52	69	126	16.970
1977	43	-	6	49	3	50	54	107	25.335
1979	-	1	3	4	10	99	-	109	-
1981	-	6	4	10	11	95	-	106	-
1985		6	7	13	18	94		112	-

Fonte: Dados extraídos dos seguintes documentos: RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 22 de fevereiro de 1972, n. 9, p.469. / RUEDA, Basílio. **Circular.** Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 30 de setembro de 1974, n.11, p.575. / Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, n.27, p.353-366, set./out. 1977, p.366. / Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, n.43, p.611-626, setembro/outubro, 1980, p.615. / **Bulletin de l'Institut**, Roma, n.221, tomo XXXI, p.1-44, setembro de 1982, p.42. / Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino. **FMS Mensagem**, Roma, n. 1, fevereiro, 1987, p.27.

O setor pedagógico e de evangelização dos colégios enfrentou resistência dos Irmãos para integrar o movimento de atualização traçado nos planejamentos da província. Essa provável relutância decorre, em grande medida, da necessidade de atualização da formação técnica e profissional dos religiosos, por apresentar um descompasso em relação à formação dos leigos, conforme relatou o Irmão Cláudio Girardi: “no contato que tivemos com os professores leigos dos colégios, quanto aos Irmãos, de modo geral, estão ficando para trás. Criticam as reuniões pedagógicas, procuram bombardeá-las, classificam-nas como ‘teóricas’, ‘pura perda de tempo’, etc...”⁴³⁸ Insiste-se no fato de que alguns Irmãos “precisam acordar!”, não mais perder tempo nas comunidades com leituras de jornais, telenovelas e passeios. “Procuramos despertar os indolentes, deslocar os passivos para que não percam o trem.”⁴³⁹ Tal constatação indica a preocupação do Irmão provincial com o ritmo de atualização dos religiosos, a carência de formação no campo educacional, resistência às mudanças, ausência de compromisso com os colégios. Esse “novo Marista” ligado à ideia de renovação, encontrou como principal empecilho os próprios colégios, compreendidos como espaços de apostolado que contribuíam para a manutenção da identidade Marista:

⁴³⁸ GIRARDI, Cláudio. **Circular.** Província Marista de São Paulo, São Paulo, 04 de julho de 1973, p.3.

⁴³⁹ GIRARDI, Cláudio. **Circular.** Província Marista de São Paulo, São Paulo, 04 de julho de 1973, p.4.

“a maior abertura aos pobres e marginalizados, almejada por toda a Província, esbarra nas estruturas de sustentação do nosso sistema de educação Marista.”⁴⁴⁰

No âmbito econômico, os colégios forneciam respostas satisfatórias, mas não necessariamente para a vida religiosa dos Irmãos. Neste caso, para os Irmãos imbuídos da proposta de renovação, ir aos pobres significou o retorno aos princípios do fundador. Enquanto isso, outro grupo de Irmãos compreendeu que a fidelidade ao carisma seria assegurada com a continuidade do trabalho com os colégios. Não que o segundo grupo deixasse de reconhecer o lugar dos pobres no carisma da congregação, mas compreendiam que não poderiam abandonar a trajetória com as experiências que tiveram com a educação durante todo o século XX, até porque o carisma é dinâmico e não pode se restringir ao movimento de retorno às origens ou até mesmo direcionado a determinado grupo socialmente classificado pelo critério econômico.

O diagnóstico apresentado durante o seminário de planejamento de janeiro de 1975 revela limitada participação dos Irmãos nas igrejas locais; insuficiente vivência cristã nas escolas; ausência de integração da catequese com as demais disciplinas curriculares; e escassa “participação nas atividades e acontecimentos dos organismos sociais, eclesiais e educativos, insuficiente preocupação pelos marginalizados, tímidas iniciativas de inserção nos movimentos dos jovens.”⁴⁴¹ Neste caso, houve atualização administrativa, técnica e pedagógica dos colégios, mas não a renovação solicitada pelo Instituto Marista, que consistia em fechar alguns estabelecimentos e ampliar o trabalho com a educação das classes populares, com as missões e com as pastorais das igrejas locais.

Mesmo que a maior parte dos religiosos condicionasse o apostolado à educação nos colégios, havia religiosos dispostos a seguir as orientações do provincial e do Superior Geral com experiências de trabalho entre os pobres. Tanto no trabalho assistencial como no missionário, os mesmos religiosos que trabalhavam e defendiam esses setores eram apoiados pela província e comumente eram os mesmos que se revezavam em tais trabalhos. No primeiro momento, a PMSP compreendeu que as missões no Estado do Amazonas (Canutama, Lábrea e Tapauá) constituíam um passo importante no trabalho missionário e assistencial, e estaria respondendo às solicitações do XVI Capítulo Geral. Esse projeto missionário foi implantado após um levantamento

⁴⁴⁰ Província Marista de São Paulo. **Relatório do Seminário de planejamento: avaliação e replanejamento.** Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.50.

⁴⁴¹ Província Marista de São Paulo. **Seminário de planejamento e replanejamento (1975-1977).** Curitiba, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.94.

de dados que indicou carências nas áreas de educação, saúde, capacitação de mão de obra e promoção agropecuária. As atividades educacionais desenvolvidas no setor missionário obtiveram cooperação financeira dos Ministérios de Educação e do Trabalho do Governo Federal, além da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Mesmo com os religiosos fixos nesses locais, a província também enviou os leigos que manifestavam interesse em trabalhar por um determinado período nas missões. Em decorrência dessa iniciativa, no segundo semestre de 1975, as enfermeiras Magali Brendariol e Ivanetti Laura Fortunato foram preparadas para os trabalhos com a pastoral da saúde, e em 1976 enviadas para a cidade de Lábrea.⁴⁴² Importante é ressaltar que o setor missionário não se restringiu ao trabalho educacional e assistencial; atendeu as demandas das pastorais eclesiais.

Além das missões, os Maristas empreenderam parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, com a Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont, em Itapejara d'Oeste, como ponto estratégico para recrutar vocações. E no campo assistencial ocorreu a fundação de duas unidades: o Núcleo Social Papa João XXIII (1972) e o Centro Social Pau d'Alho (1974). Há de se pontuar que, assim como nas unidades missionárias, nas unidades assistenciais e no trabalho com o recrutamento de vocações, estiveram à frente os religiosos que comumente se identificavam, permaneciam nessas atividades, defendiam tais propostas de trabalho e em muitas situações questionavam a imobilidade da província em razão das exigências de renovação do Instituto Marista.

Mesmo que os planejamentos da província tenham estabelecido prioridades em conformidade com as decisões do XVI Capítulo Geral, não estiveram isentos de impasses e contradições. Por mais que houvesse a aceitação das obras assistenciais e missionárias, não significa que tal compromisso tenha constituído o horizonte de todos os religiosos. Os Irmãos que permaneceram nos colégios aceitavam e apoiavam o trabalho assistencial e missionário para que se cumprissem as determinações legais dos governos geral e provincial. Por ter sido uma exigência do XVI Capítulo Geral, entretanto, a disponibilidade de Irmãos para esses trabalhos nem sempre ocorreu, e, possivelmente por este motivo, os mesmos religiosos se mantiveram nos respectivos locais de apostolado por identificação pessoal, alternando de tempos em tempos entre as

⁴⁴² BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 27 de fevereiro de 1975. / BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 27 de abril de 1976.

unidades.⁴⁴³ Por outro lado, mesmo que um número maior de religiosos quisesse optar por tais trabalhos, a diminuta proporção de obras impossibilitava ampliar a inserção.

Os pobres foram incluídos nos planejamentos da província e a Educação Libertadora⁴⁴⁴ foi introduzida em suas pautas como proposta metodológica a ser utilizada pelos colégios. O documento da Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín, marcadamente influenciado por bispos progressistas, empregou a unidade de ideia Educação Libertadora, posicionando-se ante as injustiças socioeconômicas, afirmando ser a educação um instrumento de libertação integral das estruturas de opressão e estabelecendo os sujeitos da evangelização como agentes de transformação do próprio desenvolvimento.⁴⁴⁵ Deste modo, convocou a Igreja da América Latina para comprometer-se com a formação do “espírito crítico” dos cristãos perante a realidade social, assim como o fomento de vocações a serviço desse “subcontinente”. Tal “espírito crítico” deveria ser promovido nos espaços dos colégios, seminários e universidades da Igreja.

⁴⁴³ Província Marista de São Paulo. **Seminário de planejamento e replanejamento (1975-1977)**. Curitiba, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.12.

⁴⁴⁴ No final dos anos de 1960, no período da Ditadura Militar (1964-1985), Paulo Freire publicou duas obras que possibilitam compreender a educação libertadora e que contribuam para fornecer as bases para a reflexão crítica da Teologia da Libertação. O autor compreendia a educação como um ato fundamentalmente político, em que os oprimidos precisavam libertar-se dos opressores com autonomia, com responsabilidade social e política. Uma pedagogia para a educação libertadora só adquiriria significado com a permanente atitude crítica, ao considerar a luta concreta de homens e mulheres contra todas as formas de opressão e manutenção de poder. Diante da sociedade brasileira em transição (naquele momento, caracterizada pela ausência de democracia no campo político), a passagem de um modelo de educação reprodutivista para um modelo crítico e participativo poderia ocorrer com a resistência às formas de poder dos opressores. Cf. FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. Por isso, a educação libertadora ou pedagogia libertadora pressupunha a libertação tanto do oprimido como do opressor: “A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.” Cf. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.27. Nessa perspectiva, Paulo Freire destaca que a práxis deve estar envolvida pela reflexão e ação sobre o mundo, e sua transformação ocorreria quando superadas as contradições entre o opressor e o oprimido. Quanto mais as massas populares conhecessem a própria realidade, mais se inseririam nela de forma crítica. Portanto, a pedagogia do oprimido é uma pedagogia da luta por libertação de toda forma de poder, e “tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos [...] Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.” Cf. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.27.

⁴⁴⁵ “Existe, em primeiro lugar, o vasto setor dos homens ‘marginalizados’ da cultura, os analfabetos e especialmente os analfabetos indígenas, privados por vezes até do benefício elementar da comunicação por meio de uma língua comum [...] A tarefa de educação destes irmãos nossos não consiste propriamente em incorporá-los nas estruturas culturais que existem em torno deles, e que podem ser também opressoras, mas sim em algo muito mais profundo. Consiste em capacitá-los para que, eles próprios, como autores de seu próprio progresso, desenvolvam de uma maneira criadora e original, um mundo cultural, em acordo com sua própria riqueza e que seja fruto de seus próprios esforços, especialmente no caso dos indígenas, devem-se respeitar os valores próprios de sua cultura.” Cf. Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968, p.20.

Esta Conferência do Episcopado Latino-Americano, que teve o propósito de entrosar a Igreja no processo de transformação dos povos latino-americanos, fixa muito especialmente sua atenção na educação, como um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente.⁴⁴⁶

Dentre as doze linhas de evangelização da Igreja Católica propostas no documento de Medellín, consta a educação. O documento caracteriza a educação do Continente como deficiente e inadequada, ao reconhecer o analfabetismo, destacadamente o indígena, além da ausência de democratização da educação, de modo particular a universitária. Para isso, o documento questionou os sistemas educativos daquele período pelo fato de reproduzirem os conteúdos e se ausentarem da crítica destes na formulação do conhecimento: “estão orientados para a manutenção das estruturas sociais e econômicas imperantes, mais do que para sua transformação.”⁴⁴⁷ Portanto, houve o anseio por uma Educação Libertadora, que consistiu em formar os alunos das escolas católicas para serem os sujeitos do próprio desenvolvimento. Este documento é bastante controverso em função da interferência de grupos progressistas e conservadores, pois, ao mesmo tempo em que defende a educação católica inserida entre os pobres, destaca a relevância da escola católica tradicional para a formação das elites.

As bases da Educação Libertadora foram formuladas com suporte no documento de Medellín, recomendando a sincronia da escola católica com a fundamentação teológica de uma Igreja que foi solicitada a realizar a opção pelos pobres e exercer o papel de transformação das estruturas sociais. Ao mesmo tempo, a escola católica precisava pensar a inclusão das distintas classes sociais: “É nessa escola de corte liberal, atenta às aspirações da média e alta burguesia brasileira, que são introduzidas modificações que obedecem a uma outra lógica: a lógica do projeto educativo ‘libertador’.”⁴⁴⁸ Segundo Samyra Crespo, o que se apresentou de novo foi a abertura das escolas católicas de alguns institutos para atender às classes populares com cursos noturnos, destinação de bolsas de estudos, inclusão de professores leigos, aproximação das escolas com as comunidades eclesiais, alinhamento do ensino religioso com as atividades pastorais em harmonia com a proposta da Teologia da Libertação, articulação

⁴⁴⁶ Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968, p.21.

⁴⁴⁷ Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968, p.21.

⁴⁴⁸ CRESPO, Samyra. Escolas católicas renovadas e a educação libertadora no Brasil. In: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: Modernidade e tradição**. São Paulo: Loyola, 1992, p.208.

da pastoral escolar com a Igreja local no tocante às campanhas de fraternidade, experiências de solidariedade em realidades sociais de pobreza, comissões pedagógicas para reestruturar o currículo escolar e a promoção de debates em torno da realidade social brasileira.

A PMSP, entretanto, estudou a metodologia da Educação Libertadora com as lideranças dos colégios com o intuito de estimular o espírito crítico no processo de ensino-aprendizagem de seus estudantes e despertar o interesse dos alunos para a justiça social: “aproveitar as obras que temos, grandes colégios, para uma conscientização de nossos alunos a fim de que se tornem agentes de transformação dessa situação de precariedade da maioria dos brasileiros.”⁴⁴⁹ Nesse caso, a província não alterou os destinatários da ação educativa e evangelizadora, pois prosseguiu a ideia de formar os alunos, para que estes, no futuro, promovessem a justiça social: formar bons cristãos e cidadãos virtuosos.⁴⁵⁰ Esse ideal de formação corresponde a uma das exigências que a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín havia elaborado para a educação católica, contrapondo-se ao conceito de uma igreja popular instituída na centralidade do documento:

É necessário animar, dentro das elites, as minorias comprometidas, criando - enquanto possível - equipes de base que façam uso da pedagogia da revisão da vida, fazendo-as compreender que são, simultaneamente, apóstolos de seu próprio ambiente, e estimulando, além disso, contatos com os demais grupos na vida paroquial, diocesana e nacional. Esta pastoral das elites não deve ser separada da pastoral geral da Igreja.⁴⁵¹

A PMSP fomentou espaços para discussão por acreditar que, mesmo na condição de colégio rico e para os ricos, havia a necessidade de suscitar uma proposta de educação na óptica dos pobres e atualizar o carisma do fundador. Não promoveu, entretanto, mudanças na estrutura curricular dos colégios para incluir a Educação Libertadora. As discussões constituíram pauta das reuniões pedagógicas semestrais dos diretores e coordenadores, e em grande medida isto é constatado com a utilização de teóricos e o próprio documento da Conferência Episcopal Latino-Americana de

⁴⁴⁹ Província Marista de São Paulo. **Seminário de planejamento e replanejamento (1975-1977)**. Curitiba, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.26.

⁴⁵⁰ “A missão do Irmão consiste em ajudar as crianças e os jovens a se tornarem ‘bons cristãos e bons cidadãos’.” Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986, p.73.

⁴⁵¹ II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Medellín**. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968, p.36.

Medellín.⁴⁵² Inicialmente a província considerou que, para uma Educação Libertadora nos colégios, bastava formar os alunos e sensibilizá-los com as injustiças sociais e ofertar bolsas de estudos para os pobres. Para as lideranças da província, a educação também se tornaria libertadora na medida em que os colégios democratizassem o acesso para as distintas classes sociais e estimulassem os estudantes para o compromisso religioso e social, num período histórico em que a educação esteve caracterizada pela reprodução e ausência de autonomia na formulação do conhecimento, com as “teorias não-críticas.”⁴⁵³ Além disso, pelo fato de a província ter optado por permanecer com todos os seus colégios, a Educação Libertadora poderia contribuir para sanar as dificuldades com a evangelização nesses espaços, formando seus alunos provenientes do alto poder econômico para a prática da justiça e legitimar a identidade da escola católica num momento em que precisava também adotar procedimentos de empresa para lidar com a concorrência das escolas privadas.

Não havia consenso, porém, entre os religiosos, os educadores e as famílias. Reconhecidamente, as exigências da Educação Libertadora eram outras, entre elas inserir os Irmãos em trabalhos com a educação nos meios populares. Para o Irmão Dario Bortolini, a ausência de engajamento eclesial e assistencial foi o grande empecilho à renovação da província. A pouca ou inexistente participação dos Irmãos nas pastorais diocesanas e junto às realidades de pobreza revelam que não se tratava somente de uma opção por permanecer com os colégios, nas missões ou entre os pobres, mas de uma ausência de clareza sobre os objetivos do Instituto Marista no campo apostólico e a difícil articulação dessas metas nas comunidades religiosas. Mesmo a província reconhecendo ser a escola tradicional o seu principal apostolado, constatamos que houve o fomento, mesmo que mínimo, de outros trabalhos para o engajamento dos

⁴⁵² “Educação Libertadora” (Clara Yañez), “Educação e mudança” (Paulo Freire), “O que significa política” (Leonardo Boff), “O tema da educação em Puebla” (J. B. Libânio), “Educação para a Justiça”, “Educação e evangelização”, entre outros textos que constam como matérias de apoio das Assembleias e Capítulos da PMSP. Cf. Província Marista de São Paulo. **Plano Global: Replanejamento**. Itaipu- São Paulo, janeiro de 1976. O texto de Clara Yañez, *Educação Libertadora*, não está datado, no entanto foi utilizado com frequência como embasamento teórico das discussões dos religiosos, e tudo indica ter sido escrito na segunda metade da década de 1970. Nesse texto a autora faz crítica aos sistemas educativos da América Latina, atribuindo-lhes a perpetuação de uma estrutura social injusta nessa parte do continente. A consciência crítica deveria passar necessariamente pela participação política e por ensinar o diálogo dos educandos no processo educativo. Para a autora, a libertação deveria ser coletiva, por isso criticava os sistemas educativos autoritários, fazendo menção às contribuições de Paulo Freire, quando destaca que os sujeitos não se educam sozinhos, mas mutuamente em sintonia com o mundo. “Para que uma pessoa ou grupo aceite entrar num processo de libertação, é necessário que primeiro tome consciência das situações de dependência ou alienação em que se encontra. Do contrário seguirá submetido ou alienado por falta de motivações para reagir.” Cf. YAÑEZ, Clara. **Educação Libertadora**. s/d, p.15.

⁴⁵³ GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

religiosos, e desta maneira, responder às exigências de atualização do Instituto Marista. Ao mesmo tempo, a província limitou as suas opções apostólicas:

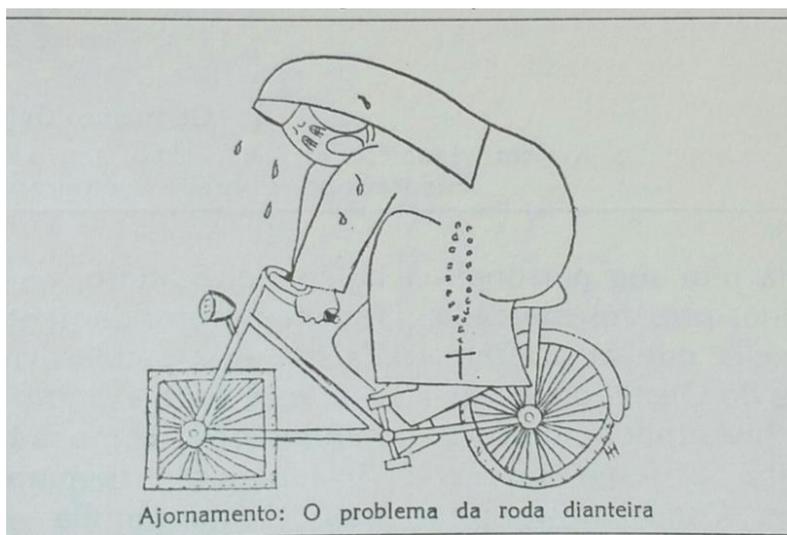
Senti, nesses dias, da parte da maioria dos Irmãos, pouca participação pastoral [...] Vejo nossos colégios mais como empresas do que como ‘espaços para servir pastoralmente’ [...] Na prática, todas as nossas obras são ‘escolas’. Há Irmãos que, por vocação pessoal ou circunstancialmente, precisam estar felizes em um só campo de ENCARNAÇÃO [sic]. O leque de opções que a província oferece é pequeno.⁴⁵⁴

O horizonte de expectativa constituído nos Capítulos e Assembleias da PMSP se concretizou parcialmente; encontrou resistências para imprimir sincronia com as decisões do XVI Capítulo Geral. Os provinciais e diretores empregaram estratégias para estancar as saídas de Irmãos, fomentar o recrutamento, inserir os Irmãos na Pastoral de Conjunto, ampliar o trabalho apostólico para atender os pobres e as missões. Nesse sentido, houve o distanciamento entre o espaço de experiência dos planejamentos formulados pelo Instituto Marista e o horizonte de expectativa das comunidades religiosas da PMSP.

A imagem seguinte (Figura 9), de uma religiosa pedalando com desmedido esforço, pretendeu retratar a Vida Religiosa no Brasil, em 1970. Elucida a ideia de que o problema da atualização esteve associado, sobretudo, às lideranças das províncias e comunidades das ordens e congregações. A roda dianteira “quadrada” é relacionada às adversidades que impossibilitaram a atualização almejada nos diversos níveis da PMSP, mas especificamente a inabilidade dos superiores e de seus comandados para lidar com as distintas mentalidades dos Irmãos e fazer-se cumprir as decisões. Por outro lado, pode ser associada aos religiosos que tiveram uma formação anterior ao XVI Capítulo Geral e não manifestaram disposição para abandonar determinados valores e costumes ante as exigências de renovação.

⁴⁵⁴ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 14 de junho de 1976, p.1.

Figura 9- Aggiornamento: o problema da roda dianteira



Fonte: S/A. Sinal dos tempos. **Grande Sinal**, Petrópolis, ano 24, n.1, p.61, jan./fev., 1970, p.61.

Ainda que a PMSP tenha promovido cursos de atualização, o recrutamento prosseguiu com predominância no formato tradicional e a formação registrou a queda progressiva de vocações. Havia incertezas quanto ao perfil de Irmão Marista a ser formado, o que gerou impasses em relação ao carisma e à identidade. As poucas experiências missionárias, assistenciais e de Pastoral de Conjunto incorporadas pela província, foram assumidas por um número reduzido de Irmãos.

Notamos a reivindicação de uma identidade em construção que mobilizou a memória de acordo com os interesses acerca do apostolado e da vida comunitária. A releitura que elaboraram do carisma é de uma memória majoritária e seletiva constituída pelos religiosos participantes dos espaços decisórios do Instituto Marista e da PMSP, que contribuiu para “cimentar”⁴⁵⁵ mais de uma identidade, ou melhor, estruturas de identificação. Portanto, ocorreu a indefinição de uma identidade homogênea vinculada à educação dos colégios em função das determinações do Instituto Marista para extrapolar os limites do apostolado tradicional. A província promoveu a abertura para outras formas de trabalho para contemplar os distintos interesses dos Irmãos, porém, sem abrir mão dos colégios.

Considerando que o Instituto Marista interpretou a renovação com base em um deslocamento progressivo dos religiosos para a inserção entre os pobres e as missões, é possível constatar uma recepção predominantemente teórica dos documentos do

⁴⁵⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. / CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra, Portugal: Edições AlmedIna, 2009.

Concílio Vaticano II.⁴⁵⁶ Por sua vez, verifica-se uma recepção prática que seguiu rumos opostos, tanto entre os religiosos que se posicionaram resistentes à renovação, como entre os que se mantiveram em consonância com as orientações das lideranças. A renovação do apostolado não seguiu as determinações do XVI Capítulo Geral ao restringirem-se às mudanças estruturais, administrativas e pedagógicas dos colégios, sem o envolvimento solicitado com as pastorais das igrejas locais e com as classes populares. Ampliaram, entretanto, a participação dos leigos, renovaram a catequese, introduziram o trabalho missionário e assistencial. Mesmo assim, os problemas relativos à vida religiosa Marista e ao apostolado se fizeram sentir antes do Concílio Vaticano II, o que possibilita inferir que essa cimeira ecumênica não pode ser tratada como marco, um referencial para analisar as crises instauradas na educação católica e na Vida Religiosa.

É preciso considerar que o trabalho com os pobres e as missões, mesmo com o engajamento de uma minoria, é classificável como uma recepção prática do Concílio Vaticano II por apresentar elementos de assimilação dos ensinamentos desse evento no processo de atualização da província. Houve um descompasso dos documentos do Instituto Marista com sua efetivação, todavia, a província oficializou essa recepção quando decidiu contemplar as distintas aspirações dos Irmãos no campo apostólico: permaneceram com os colégios e iniciaram trabalhos assistenciais e missionários. A recepção como um ato que se prolonga no tempo, também, é criativa e seletiva. Neste caso, a permanência com o apostolado tradicional dos colégios também constituiu a hermenêutica do concílio e a sua recepção prática. Mesmo que PMSP tenha determinado a renovação em sincronia com as diretrizes do Instituto Marista, não obteve a aceitação unânime entre os Irmãos, por isso precisou tornar menos rígida a atualização do terreno apostólico a fim de conciliar os interesses dos religiosos relativos ao apostolado.

⁴⁵⁶ ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993. / LAVOIE, SylvaIn. **L'herméneutique théologique de Vatican II sur le thème de la pastoralité**: de 1988 à 2009. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2010. / LAROUCHE, Andrée. **L'herméneutique théologique de Vatican II sur I e thème du laïc at la question de l'exercice des ministères par des laïcs**. 2008. 219f. Thèse (Maîtrise en Théologie) - Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2008. / THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2015, v.1.

6 A RECEPÇÃO DO CONCÍLIO VATICANO II NA PMSP (1978-1986)

Nos meses de setembro e outubro de 1976, o Instituto Marista empreendeu o seu XVII Capítulo Geral, que repercutiu nas decisões da PMSP a partir de 1977 e, mais especificamente, em 1978, com o planejamento de um novo triênio de governo. De maneira insistente, o Irmão Basílio Rueda, quando reconduzido ao cargo de Superior Geral, retomou algumas orientações que, no seu entender, teriam sido negligenciadas pelas províncias desse instituto, de 1967 a 1976, a saber, a atualização da vida religiosa e do apostolado. Para essa empreitada, as províncias foram instruídas a seguir o que definiu o XVII Capítulo Geral: “O nosso Capítulo deseja que no instituto, nas Províncias e entre os Irmãos, tudo seja orientado para a pobreza, para os pobres, para a justiça e a promoção humana e que esta orientação seja tão rápida e decidida quanto a realidade o permita.”⁴⁵⁷

De 1978 a 1986, estiveram à frente da PMSP os seguintes Irmãos provinciais: Dario Bortolini (1978-1980), Egídio L. Setti (1981-1983) e Davide Pedri (1983-1986). A atualização pedagógica dos colégios, a formação religiosa dos Irmãos e o recrutamento prosseguiram como as principais bandeiras dessa província; todavia, o trabalho com as escolas privadas passou a ser indagado com maior insistência pelo Instituto Marista, que, por via do documento *Pobreza e Justiça*, solicitou aos religiosos que priorizassem a educação dos pobres em todas as províncias.

Com a ampliação da contratação dos leigos, a província procurou suprir a falta de Irmãos e atender a uma demanda relacionada ao crescimento de matrículas das escolas, assim como os centros assistenciais; a identidade religiosa continuou sendo questionada à medida que a PMSP recebeu orientações para rever o trabalho dos colégios e ampliar o atendimento aos pobres e às missões. Essa abertura da província vincula-se não somente aos prazos impostos pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a todos os institutos religiosos, mas também à interferência das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e de Puebla (1979), das diretrizes de Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil e das orientações da CRB e da AEC.

As Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) recomendaram a leitura da realidade histórica do Continente, posicionando-se perante problemas

⁴⁵⁷ *Pobreza e Justiça*. In: Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **XVII Capítulo Geral**. Setembro-Outubro de 1976. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, s/d, p.12.

concernentes à justiça social, comprometendo-se em aplicar as recomendações do Concílio Vaticano II e a discutir o lugar da escola católica como instrumento de democratização do ensino para católicos e não católicos de distintas classes sociais.⁴⁵⁸ A Conferência Episcopal de Puebla (1979) concebeu a escola católica como um espaço ecumênico de evangelização, com abertura “para todos os setores da sociedade.”⁴⁵⁹ Essa abertura descrita no documento questionou o modelo de educação empreendido até o momento, que tendia a favorecer as elites econômicas, com uma mentalidade classista em detrimento das mudanças sociais sob o impacto da desigualdade e o aumento da pobreza. Os documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979) apresentam uma variação lexical com a ampliação do uso dos termos evangelização, pastoral e libertação. Esse vocabulário foi introduzido na documentação da PMSP, sinalizando que os Irmãos Maristas acompanhavam as discussões e orientações da Igreja Católica da América Latina. Entre outros aspectos, a Igreja nacional aspirou a promover a participação dos religiosos e das religiosas com maior ímpeto em suas tarefas pastorais nos meios populares, na Pastoral de Conjunto.

Scott Mainwaring observou que, de 1974 a 1985, a Igreja Católica brasileira tornou-se conhecida internacionalmente por seu posicionamento progressista, apoiando o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e favorecendo o que chamou de “Igreja popular”. O autor entende que uma Igreja popular é aquela que se preocupa com a justiça social, assegura a participação efetiva dos leigos e promove o compromisso com os pobres. Com as CEBs surgiram as primeiras reflexões acerca do trabalho pastoral com as classes de trabalhadores (JOC- Juventude Operária Católica) e “uma nova teologia latino-americana emergiu, desenvolvendo muitos dos temas discutidos pela JOC: a fé e a política, a fé e a libertação, a opção preferencial pelos pobres, práticas pastorais e a pedagogia com as classes populares.”⁴⁶⁰ Uma Igreja que adquiriu várias facetas, com posturas e sujeitos bastante heterogêneos, e alguns setores dessa instituição manifestaram interesse mais acentuado para as questões sociais, não necessariamente imbuídos da Teologia da Libertação.

⁴⁵⁸ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II**. Medellín, Colômbia, 1968, p.24. Disponível em: <https://www.faculdadejesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2019.

⁴⁵⁹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Puebla: A Evangelização do presente e no futuro da América Latina**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979, p.83.

⁴⁶⁰ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p.150.

No Brasil, se até meados dos anos de 1970 a Vida Religiosa deteve-se sobre as mudanças no âmbito jurídico e estrutural de sua organização, do final dessa década em diante, se intensificaram as experiências com comunidades numericamente menores e inseridas junto aos meios populares, conformando experiências entre os institutos.⁴⁶¹ Os pobres deixaram de ser categorias abstratas quando os religiosos e religiosas inseriram-se no seu cotidiano. Esse deslocamento dos religiosos, todavia, não foi homogêneo entre os institutos, nem mesmo foi empreendido por todos. Mesmo que a PMSP tenha realizado o trabalho com a educação assistencial com o Núcleo Social Papa João XXIII (1972), o Centro Social Pau d'Alho (1974) e a Escola Nossa Senhora da Paz (1985), assim como nas missões da Amazônia, os colégios privados destinados às elites não foram atualizados consoante as exigências das lideranças do Instituto Marista. A atualização dos colégios, no entanto, não deixou de ocorrer em função das necessidades financeiras da província e do desejo da maioria dos Irmãos de permanecer trabalhando nesses espaços. Por sua vez, o Irmão Dario Bortolini, seguindo as recomendações do XVII Capítulo Geral, exigiu da PMSP a avaliação do trabalho que realizavam nos colégios, aspirando ao efetivo deslocamento dos Irmãos para o trabalho com a educação popular (sistemática e assistemática) e maior inserção nas igrejas locais: “Sei, vai nos faltar coragem, mas precisamos voltar nossas forças de trabalho para a parte da população que forma a maioria absoluta do Brasil.”⁴⁶²

O objetivo deste capítulo é analisar a recepção do Concílio Vaticano II na PMSP, de 1978 a 1986, indagando como o espaço de experiência do XVII Capítulo Geral interferiu no horizonte de expectativa da PMSP mediante as exigências por atualização. Para as lideranças do Instituto Marista e as da PMSP, a atualização esteve associada à capacidade de os religiosos inserirem-se em trabalhos assistenciais com a educação dos pobres, nas missões e nas pastorais das igrejas locais. Por outro lado, o apostolado tradicional continuou um ponto de tensão de conciliação difícil entre a atualização oficializada nos documentos da PMSP e a acomodação das experiências dos religiosos nas comunidades.

⁴⁶¹ CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. / BIANCHEZZI, Clarice. Novos rumos dentro da Igreja: a comunidade de religiosa Fraternidade Esperança. *In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (Orgs.). Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, p. 334-358.

⁴⁶² Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980, p.17. / BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 15 de abril de 1978.

O capítulo está dividido em três partes. Inicialmente, analisamos o recrutamento e a formação dos religiosos; em seguida, a organização de suas comunidades; e, por último, verificamos como as orientações sobre a atualização interferiram na reorganização do trabalho apostólico.

6.1 “Irmãos Maristas Hoje”: formar para o trabalho nos colégios ou para a inserção nos meios populares?

Em 1977, os provinciais do Brasil relataram que os Irmãos que trabalhavam nas casas de formação sofriam “pressões e críticas”⁴⁶³ dos demais membros por haver discordâncias quanto à formação empregada, com “choques de Filosofia de formação.”⁴⁶⁴ Num momento em que o trabalho dos colégios e a identidade religiosa Marista foram questionados, tais divergências são relacionadas, sobretudo, com a indefinição de uma proposta unificada de trabalho apostólico. Não havia unanimidade em relação aos objetivos da formação. Desde o XVII Capítulo Geral, os Irmãos formadores dessa província preconizaram a vida religiosa Marista estruturada tanto para formar Irmãos para continuar atendendo os colégios privados, como para trabalhar nas escolas entre as classes populares, nas missões e com as pastorais das igrejas locais. Ainda assim, os Irmãos que defendiam a continuidade do trabalho com os colégios, que tradicionalmente atendiam as elites, reivindicaram a manutenção da identidade por não se sentirem inteiramente contemplados na formação religiosa - uma formação que inseriu em seus planos um perfil de Irmão Marista com influência do projeto religioso defendido pela CRB, inspirado e organizado “a partir da MEDIAÇÃO DO POBRE [sic] [...] incentivando e acompanhando o processo de inserção dos Religiosos nos meios populares, que constitui hoje no Brasil uma clara forma alternativa de vivência do projeto religioso.”⁴⁶⁵

Para o Irmão Dario Bortolini, a diminuição das vocações Maristas possuía relação com a alteração do perfil das famílias, com a diminuição do número de filhos, além da difícil tarefa de se encontrar Irmãos recrutadores e formadores aptos e disponíveis para uma atividade considerada cada vez mais incerta quanto aos seus resultados, em função do alto índice de candidatos que desistiam durante a formação

⁴⁶³ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977, p.72.

⁴⁶⁴ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977, p.72.

⁴⁶⁵ Conferência dos Religiosos do Brasil. **XIII Assembleia Geral da CRB/Nacional**. Rio de Janeiro, 22 a 29 de julho de 1983, p.35.

religiosa. Essa dificuldade de encontrar formadores, em grande medida, se deve ao fato de sempre os mesmos terem assumido essa função e pelas exigências de atualização da formação continuada. A permanência dos jovens na formação religiosa estava aquém do esperado, mesmo que os índices demonstrassem um discreto aumento de vocações nos anos de 1980.⁴⁶⁶ Nas etapas finais da formação inicial, constata-se comumente um número menor de formandos. De 1978 a 1986, no entanto, oscilou o percentual e aumentou a estabilidade dos candidatos nas etapas finais da formação inicial (noviciado e escolasticado) (Tabela 11).

Tabela 11- Estatística da formação inicial da PMSP (1975-1986).

ANO	ESCOLÁSTICOS	NOVIÇOS	POSTULANTES	JUVENISTAS	TOTAL
1975	3	3	2	PG 7 Mgá. 13	28
1976	3	1	6	PG 13 Lpg. 19	42
1977	3	6	5	PG 22 Lpg 15	51
1978	8	3	10	PG 13 Mgá. 19	53
1979	8	4	PG 3	PG Mgá Mn 1 8 3	27
1980	3	1	5 + Ms 1	Lna. Mgá. Mn 21 1 4	36
1981	4	4 + Ms 1	7	Lna. Mgá. Mn 8 3 4	31
1982	4	6	4 + Ms 2	Lna. Mgá. Mn 6 16 4	42
1983	8	4 + Ms 2	10 + Ms 1	Lna. Mgá. Mn 5 13 5	48
1984	10	7 + Ms 1	8 + Ms 2	Lna. Mgá. Mn 17 1 3	49
1985	10	6 + Ms 2	7 + Ms 1	Lna. Mgá. Mn 13 0 7	46
1986	8	4	2	Lna. Mn 21 5	40

Legenda: PG = Juvenato Menor de Ponta Grossa
Mgá = Juvenato de Maringá
Lna = Juvenato de Londrina
Mn = Juvenato de Manaus
Ms = Postulantado e Noviciado nas Missões

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986.** São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.17.

A ampliação do número de casas de formação é outro aspecto a ser considerado, mormente as que atendiam as primeiras fases formativas. Esse leve aumento de vocações relaciona-se com a reorganização da formação religiosa - discutido durante o

⁴⁶⁶ Província Marista de São Paulo. **Reunião do Conselho Provincial.** São Paulo, abril, maio e junho de 1979, p.32.

XVII Capítulo Geral-, com a sistematização das etapas no Guia de Formação⁴⁶⁷ e refletiu numa lenta retomada do crescimento do número de religiosos na primeira metade dos anos de 1980 (Tabela 12).

Tabela 12 – Estatística de Irmãos da PMSP (1978-1986).

Ano	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Número de Irmãos	126	117	115	107	116	118	122	123	114

Fonte: Cf. Província Marista de São Paulo. **Colocações.** São Paulo, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986.

Em 1978, a PMSP recomendou às comunidades o estudo dos documentos *Pobreza e Justiça e Irmãos Maristas Hoje*, cujo intuito foi de promover a inserção do trabalho educacional dos Irmãos em realidades sociais de pobreza e repensar a atualização da formação inicial para esta mesma finalidade. Ambos os documentos são indissociáveis pelo fato de incutirem novas características no perfil do Irmão Marista. Desde 1978, a formação passou a incorporar, em seus documentos, a ideia de uma Vida Religiosa inserida nos meios populares em paralelo com a formação para suprir as demandas dos colégios.⁴⁶⁸

Nessa lógica, em todas as etapas de formação inicial, foram fomentadas “as linhas da pobreza e justiça propostas pela Congregação e pela Igreja: contatos com a pobreza, trabalhos apostólicos, inserção.”⁴⁶⁹ Como vimos, de 1967 a 1976, o recrutamento de vocações era desenvolvido basicamente no interior de suas escolas. De 1978 a 1980, não foi diferente, pois se constata uma “defasagem entre a entrada e saída dos candidatos e uma grande evasão de Irmãos nos últimos 15 anos.”⁴⁷⁰ Havia a urgência de uma reformulação no recrutamento e na formação, diante da constatada ausência de engajamento das comunidades com essas atividades e com as pastorais

⁴⁶⁷ Esse documento passou por uma revisão em 1982 e foi publicado em 1986 para um período de experimentação/aplicação. O texto foi concluído e aprovado em definitivo somente no XIX Capítulo Geral (1993). O guia teve por finalidade estabelecer um itinerário formativo (objetivos, conteúdos, duração, estratégias, critérios e dimensões da vida religiosa Marista a ser tratadas) para as etapas de formação, aspirantes e Irmãos. Com esse guia, cada província estabeleceu seus planos de recrutamento e formação. Cf. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **Guia da Formação.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

⁴⁶⁸ Além das diretrizes do Instituto Marista, as reflexões dos documentos das Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) e da CRB foram utilizadas para atualizar a formação da PMSP, que incluiu a inserção na Pastoral de Conjunto e a educação das classes populares.

⁴⁶⁹ Província Marista de São Paulo. **Reunião do Conselho Provincial.** São Paulo, abril, maio e junho de 1979. Segundo os planejamentos trienais, a inserção constituiu-se prioridade nos estudos das casas de formação, propondo-se “sempre mais em ambientes modestos onde se torna mais fácil formar para um mundo marcado pela pobreza e opressão.” Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980.** São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.93.

⁴⁷⁰ Província Marista de São Paulo. **2ª CAMAR.** Curitiba, 20 a 27 de janeiro de 1980, p.2.

eclesiais. As comunidades religiosas não despertavam o interesse vocacional nos jovens, havia pouca perseverança dos formandos e muitos Irmãos não demonstravam motivação pela vocação Marista.⁴⁷¹ Se por um lado as vocações maristas advindas dos colégios haviam diminuído sensivelmente, esse trabalho de recrutamento começou a ser realizado também junto das igrejas locais, com a designação de Irmãos com dedicação exclusiva para esta finalidade, como foi o caso da comunidade de Itapejara d'Oeste:

Na Pastoral Vocacional trabalhamos sozinhos ou suscitamos a colaboração dos Irmãos das comunidades para um trabalho conjunto? Que comunicação o nosso trabalho de Pastoral Vocacional tem com as comunidades? Nosso trabalho serve para tranquilizar a consciência de nossos coIrmãos acomodados? Quem, realmente está comprometido com o trabalho de Promoção e Animação Vocacional? O que motiva a Província a este trabalho: agenciamento de candidatos, proselitismo, o medo do desaparecimento da Província, ou verdadeiro trabalho de Igreja?⁴⁷²

Tais questionamentos advindos dos responsáveis pelo recrutamento e formação das províncias do Brasil evidenciam que o trabalho que desenvolviam, via de regra, recaía sobre uns poucos Irmãos, mesmo havendo preocupação unânime com a sobrevivência das províncias.⁴⁷³ Por outro lado, havia a necessidade de um trabalho de recrutamento inserido nas igrejas locais, em conformidade com as orientações das dioceses. Partindo dessa linha de inserção eclesial, os Irmãos provinciais estabeleceram como prioridade reestruturar a formação religiosa com base no documento capitular *Pobreza e Justiça*, com a finalidade de “colocar os formandos em situações concretas de pobreza.”⁴⁷⁴ Gradativamente, os jovens em formação deixaram de se identificar somente com o apostolado tradicional e a manifestar inclinação para a inserção entre os pobres e com as pastorais eclesiais.

Mesmo que a CRB não tivesse um caráter regulador, foi um organismo que fomentou o desenvolvimento da Vida Religiosa, coordenando atividades e intercâmbio formativo entre os diversos institutos religiosos do Brasil. O relatório de atividades

⁴⁷¹ Província Marista de São Paulo. **Plano Trienal (1981-1983)**: Avaliação do triênio 1978-1980. Campinas, julho de 1981.

⁴⁷² Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 8ª reunião**. Vila Velha-ES, 8 a 10 de março de 1978, p.53-54.

⁴⁷³ De 1978 e 1980, a PMSF designou um Irmão para cada região da província a fim garantir o trabalho de acompanhamento e recrutamento de vocações para as casas de formação: norte e sudoeste do Estado do Paraná e Ponta Grossa; Curitiba, Campo Largo e Bituruna; São Paulo e região de Campinas; e Norte do Estado de São Paulo. Três casas de formação religiosa foram fundadas: Escolasticado (Curitiba-1978), Juvenato (Manaus-1979) e Postulantado (Ponta Grossa-1979). O Irmão Paulino Ignácio Jacob era o coordenador geral da pastoral vocacional e da formação inicial. Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980.

⁴⁷⁴ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 22ª reunião**. Fortaleza-CE, 21 a 26 de abril de 1980, p.94.

desse organismo, referente ao período 1981-1983, reconheceu que a consciência da existência dos pobres teria provocado a mudança de lugar social da Vida Religiosa e uma releitura de sua identidade. Muito embora esse relatório não evidencie as experiências particulares das Ordens e Congregações, tal narrativa circulou entre as comunidades dos diversos institutos religiosos, revelando os impasses entre uma nova consciência “histórico-social” e as práticas consideradas tradicionais que ainda perduravam na formação religiosa.⁴⁷⁵

Entre as prioridades aprovadas pela CRB para o triênio de 1983-1986, consta o acompanhamento da inserção da Vida Religiosa entre os pobres como alternativa de um novo projeto religioso que constituiu as pautas desse organismo desde o final dos anos de 1960: “Que a CRB anime e promova a formação integral dos religiosos, adequando seus programas aos novos valores da VR [Vida Religiosa], às exigências eclesiais e sociais do atual momento histórico e, sobretudo, à opção preferencial pelos pobres.”⁴⁷⁶

As discussões da CRB, articuladas à proposta de evangelização da Igreja na América Latina, foram assimiladas às reflexões sobre a formação dos Irmãos Maristas: “Como promover e formar nossas vocações maristas para o contexto de nossa realidade latino-americana?”⁴⁷⁷ Não havia clareza sobre o trabalho de formação, e a considerar as discussões e prioridades assumidas pela PMSP, fez-se necessário atender as necessidades formativas dos Irmãos que tencionavam permanecer trabalhando nos colégios e dos que ambicionavam trabalhar com a educação dos pobres nos setores assistencial e missionário.

Os índices de jovens em formação religiosa, embora baixos, revelam que, em relação às outras províncias brasileiras, quantitativamente, a PMSP apresentou números positivos com a penúltima fase formativa (noviciado)⁴⁷⁸ (Tabela 13).

⁴⁷⁵ Conferência dos Religiosos do Brasil. **Relatório de atividades 1980-1983**. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1983, p.10-11.

⁴⁷⁶ Conferência dos Religiosos do Brasil. **Ata n.08**. XIII Assembléia Geral Ordinária, 22 a 29 de julho de 1983, p.38.

⁴⁷⁷ Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 18ª reunião**. São Paulo, 01 a 03 de abril de 1982, p.110.

⁴⁷⁸ A mudança no recrutamento e a diminuição das vocações advindas dos colégios católicos foram algumas das constatações da PMSP no início da década de 1980, embora seja necessário considerar que cada Ordem e Congregação teve experiências singulares neste setor. Em um artigo de 1983, publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a autora destacou a XIII Assembleia Geral Ordinária da CRB, realizada no Rio de Janeiro, de 22 a 29 de julho do mesmo ano. Dentre outros aspectos, demonstra que desde 1975 houve a retomada do crescimento vocacional nos institutos religiosos masculinos com “um aumento de 100% na procura pela vida religiosa”: “O levantamento revelou ainda que, ao contrário de épocas passadas, o grande celeiro das vocações não é mais a classe média, mas a periferia das grandes zonas urbanas e, numa escala menor, porém de grande importância, a zona rural. Essas mudanças são

Tabela 13 - Índices da Formação no Brasil (1983)

	BN	POA	RIO	SC	SM	SAO	TOTAL
Noviciado (1º ano)	06	03	02	05	03	10	29
Noviciado (2º ano)	03	02	09	05	07	06	33
Postulantes	07	-	09	05	02	10	33
Juvenistas	40	52	30	60	37	42	261

*BN- Brasil Norte; POA- Porto Alegre; RIO- Rio de Janeiro; SC- Santa Catarina; SM- Santa Maria; SAO- São Paulo.

Fonte: Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 25ª reunião.** Porto Alegre-RS, 14 a 19 de março de 1983, p.130.

A avaliação do triênio 1984-1986 da PMSP revelou uma acentuada crise na formação inicial e continuada – não necessariamente com relação ao número de jovens que entravam para as casas de formação. Nesse caso, mesmo ocorrendo mudanças no recrutamento com a designação de religiosos para esta função junto das igrejas locais, perpetuava uma prática ainda nos moldes tradicionais, realizada nas escolas e para as escolas, além da necessidade dos formadores se adequarem ao Plano Orgânico de Formação.⁴⁷⁹ Com esse plano, a província promoveu cursos para a capacitação dos formadores com ênfase em um perfil religioso para a inserção social e eclesial.⁴⁸⁰ Estava em jogo a sobrevivência provincial que, por sua vez, dependia do engajamento coletivo

mais fortes entre o clero diocesano e, o que mais impressionou, caiu quase a zero a influência do colégio católico nessas vocações, deixando de ser, como era.” Cf. ALMEIDA, Magda. “Igreja vê fim da crise de vocações sacerdotais”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 de julho de 1983, p.22.

⁴⁷⁹ Nesse triênio (1984-1986) foi redigido um plano que consta dos seguintes elementos: a) Princípios fundamentais da formação; b) As etapas de formação; c) O conteúdo das etapas de formação com enfoque em três dimensões: Educador, Religioso e Marista. Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986. É preciso ressaltar que a PMSP não obteve o êxito almejado com as vocações advindas do setor missionário, já que os jovens amazonenses ávidos por se tornarem Irmãos Maristas, geralmente, realizavam a primeira etapa formativa em seu próprio Estado (inserido nas comunidades religiosas ou no juvenato de Manaus) e posteriormente eram encaminhados para as casas de formação nos Estados do Paraná e de São Paulo para cumprirem as demais etapas da formação inicial (religiosa e acadêmica), dentro de um modelo formativo que desconsiderava as suas peculiaridades culturais. Esses jovens em formação eram pertencentes a uma realidade diferente daquela em que o processo de formação acontecia, eram expostos a outras características socioculturais; quando voltavam para a cultura de origem, esses jovens religiosos precisavam ressignificar a formação recebida. Desta forma, havia muitas desistências durante e após a formação Inicial. “Vocações autóctones e populares: desafiam nossas possibilidades de mantê-las vinculadas com suas origens ao mesmo tempo em que devem integrar-se na Província que tem um passado histórico.” Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.93. A PMSP prosseguiu com o envio de missionários para a manutenção das três comunidades até o ano de 2002, quando houve a junção das províncias de São Paulo e Santa Catarina.

⁴⁸⁰ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986. Desde o triênio 1978-1980, foram promovidos cursos de reciclagem dos Irmãos formadores, sobretudo os cursos promovidos pela Confederação Latino-Americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR): “Durante o triênio, uns 60 Irmãos tiveram a oportunidade de seguir cursos com duração superior a um mês, seja no Brasil, seja no exterior.” Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.14.

para garantir a entrada de novos membros e rejuvenescer a pirâmide de idade dos religiosos:

[...] estamos definindo, estamos morrendo como Instituição Provincial e parece que não percebemos. O problema vocacional de longa data, vem sendo abordado, mas em palavras. Está faltando uma ação decidida da parte de todos, no sentido de partirmos, de fato, na concretização de gestos pessoais e comunitários para acudirmos esse problema que é crucial e imprescindível para a nossa subsistência como instituição.⁴⁸¹

A província viabilizou cursos de atualização dos Irmãos formadores (15 religiosos), adequou suas decisões ao Guia da Formação e realizou a avaliação periódica do trabalho formativo. “Foi dada atenção à preparação dos Irmãos Formadores: Ir. Dario (Roma), Ir. Paulino (CETESP), Ir. Pedro Trainotti (CETESP), Ir. Ilário (Roma), Ir. Afonso (Colômbia), [...]”⁴⁸² Em 1978, a etapa de formação do escolasticado (pós-noviado) foi constituída na cidade de Curitiba com a finalidade de fomentar trabalhos na periferia, com a Igreja local, além de inserir os jovens religiosos em ações missionárias com moradores das ilhas do litoral do Estado do Paraná. Nos meses de janeiro e julho, os Irmãos do escolasticado e os formadores empreendiam uma semana missionária em duas ilhas localizadas na baía de Guaraqueçaba-PR: Peças e Superaguí. “Um trabalho em realidade pobre, difícil, com inúmeras carências... ajuda na formação, desperta o sentido missionário e abre perspectivas na linha do carisma e dos apelos da Igreja na América Latina.”⁴⁸³ Este modelo de experiência, seguindo em grande medida as orientações da CRB e influenciada pela atmosfera eclesial da Igreja da América Latina, fez parte do horizonte dos religiosos que trabalhavam com a formação, mas não necessariamente entre os que defendiam um modelo de Irmão Marista com a identidade vinculada à educação escolar, com uma concepção de trabalho pastoral centrada nos colégios privados. Os confrontos de ideias sobre o perfil da formação inicial não ocorriam necessariamente entre os jovens em formação, mas entre os formadores e os Irmãos que trabalhavam com o apostolado tradicional. Dessa maneira, a província manteve uma proposta de formação que considerou o trabalho educacional com a inserção social e eclesial, mas sem abandonar a formação para os colégios. As novas gerações de Irmãos, entretanto, que concluíam a formação almejando trabalhar com as

⁴⁸¹ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.10.

⁴⁸² Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.18.

⁴⁸³ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.19.

classes populares, em sua maioria, eram encaminhadas para os colégios. Essa incoerência entre a formação recebida e o espaço de trabalho e vivência religiosa a que os Irmãos eram submetidos, muitas vezes sem ocorrer a devida identificação dos envolvidos, comumente os desestimulava e os levava muitas vezes a desistir da vocação.

Em 1986, o assunto formação continuou sendo um problema para todas as províncias maristas brasileiras. “Deve o Irmão Marista de 1900 ser idêntico ao de 1950, 1960, 1970? – No essencial, sim, mas em outros aspectos? – Este é mais um desafio para nós.”⁴⁸⁴ Por mais que o discurso se empenhe pela atualização da identidade, a província se adaptou, aumentando a divergência entre os religiosos que defendiam a atualização com o atendimento das classes populares e aquela parcela de Irmãos que desejou continuar trabalhando nos colégios privados. Apesar da Província delegar religiosos para o trabalho de recrutamento de vocações em regiões estratégicas dos Estados de Paraná e São Paulo, não compartilhava necessariamente das práticas da Pastoral de Conjunto nem promoveu alterações no formato que vigorava na província, com exceção do trabalho realizado em Itapejara d’Oeste, Estado do Paraná, cuja comunidade foi constituída com a finalidade de recrutar vocações daquela cidade e região. “A nível de Pastoral Vocacional ‘Tradicional’, bastante criticada e considerada superada pela reflexão atual da P.V., continua sendo, para nossa Província, a fonte das vocações que temos.”⁴⁸⁵

Após o Concílio Vaticano II e seus desdobramentos nos Capítulos Gerais especiais dos institutos, a teologia sobre a Vida Religiosa acentuou a compreensão de que todos os cristãos poderiam alcançar a “santidade” iniciando pelo batismo, com a vivência da fé por meio do engajamento eclesial e social (*Perfectae Caritatis* e *Lumen Gentium*). Uma vez que a santidade deixou de ser vista como exclusiva dos religiosos consagrados pelos votos de pobreza, castidade e obediência, os religiosos que consideravam que a sua consagração lhes garantia a perfeição espiritual entraram em crise; e “essa revelação causou uma forte crise de identidade entre os religiosos porque questionou a validade de nossa identidade de ‘perfeitos’.”⁴⁸⁶ Ora, se também a vivência

⁴⁸⁴ PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 06 de junho de 1986, p.4

⁴⁸⁵ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 30ª reunião**. 16 a 22 de março de 1986, p.13.

⁴⁸⁶ “[...] esta revelación causo una fuerte crisis de identidad entre los religiosos porque cuestionó la validez de nuestra identidad de ‘perfectos’.” Cf. KEARNS, Lourenço. **Teología de la Vida Consagrada**. Bogotá: San Pablo, 2011, p.12.

batismal, comum aos leigos, garante a santificação, qual seria o sentido da vida religiosa consagrada?⁴⁸⁷

6.2 A reorganização das comunidades religiosas

De acordo com o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), “uma renovação eficaz e atualização correta”⁴⁸⁸ depende da cooperação dos religiosos para “acomodarem sua vida às hodiernas exigências.”⁴⁸⁹ Entre outros aspectos, esse Decreto convidou as congregações de Irmãos para ordenar presbíteros alguns de seus religiosos a fim de suprir a carência de sacerdotes, que era geral em toda a Igreja. De 1967 a 1976, essa orientação dividiu opiniões no Instituto Marista, mas tudo indica não ter sido motivo de divergências durante o XVIII Capítulo Geral (1985), quando os Irmãos estiveram inclinados pela não ordenação.

Em 1978, a Conferência dos Provinciais do Brasil cogitou na possibilidade de os jovens Irmãos viverem em comunidades inseridas em meios populares e menos estruturadas do que as dos colégios; era um desejo expresso também pelos jovens que refutavam o modelo vigente de organização comunitária e de apostolado. Este problema de convivência entre as gerações relaciona-se às mentalidades constituídas ao longo da trajetória formativa dos religiosos, sobressaindo uma em relação a outra, com permanências e atualizações, contendo concepções de Igreja, de pastoral e de Vida Religiosa. Segundo Jacques Le Goff, as mudanças de mentalidade são lentas e só ocorrem após a tomada de consciência de um novo tempo, com a alteração da “estrutura mental.”⁴⁹⁰ As províncias brasileiras, contudo, relutaram e propuseram que as novas gerações incorporassem as experiências comunitárias tradicionais antes de contestar e reivindicar um novo formato em discussão, alegando que “os jovens Irmãos também

⁴⁸⁷ A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (n.39, n.40, n.41) considera a possibilidade de os diversos estados de vida cristã alcançarem a “mesma santidade”. Portanto, os cristãos leigos que se propõe seguir Jesus Cristo, contribuindo ativamente nos trabalhos de evangelização nas diversas pastorais da Igreja, podem alcançar a santidade na condição de batizado, da mesma forma que a santidade pode ser lograda pelos ministros ordenados e religiosos consagrados. “Todos os fiéis se santificarão cada dia mais nas condições, tarefas e circunstâncias da própria vida e através de todas elas, se receberem tudo com fé da mão do Pai celeste e cooperarem com a divina vontade, manifestando a todos, na própria atividade temporal, a caridade com que Deus amou o mundo.” Cf. KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Lumen Gentium*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.81.

⁴⁸⁸ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.490.

⁴⁸⁹ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.494.

⁴⁹⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p.196.

devem assumir a Província assim como ela é, com suas obras e sua história.”⁴⁹¹ Neste caso, houve abertura para constituir comunidades inseridas em meios populares, porém, isto não isentou a participação dos Irmãos nas comunidades e apostolado predominantes nas províncias brasileiras. Esse posicionamento demonstra apreensão com a ruptura entre o antigo e o moderno, com a defesa de uma identidade que já não comportava a novidade de uma possível alteração do modelo de comunidade historicamente consolidado dentro dos colégios. Portanto, passou a não atender mais as expectativas dos Irmãos que concluíam a formação inicial imbuídos também de uma mentalidade de Vida Religiosa segundo a qual a inserção era parte integrante da trajetória formativa.

Gradativamente, as comunidades religiosas foram transferidas para locais separados dos colégios com a finalidade de promover uma rotina integrada com a dinâmica da sociedade. Assim como as demais congregações que trabalhavam com a educação, os Irmãos Maristas constituíam suas comunidades no próprio imóvel de funcionamento dos colégios, numa ala reservada para os seus membros. Esses espaços de organização dos religiosos eram compostos basicamente por quartos individuais ou comuns, sala de estudos e reuniões, sala de TV, biblioteca, capela para os exercícios espirituais (em alguns casos, utiliza-se a capela do próprio colégio), cozinha e refeitório. Os Irmãos desenvolviam as suas atividades diárias com os horários fixos e uma organização relativamente rígida em paralelo com as funções que cada membro desempenhava em seus trabalhos apostólicos. Estabeleciam os momentos coletivos para os exercícios espirituais, as refeições, as reuniões e o lazer.

Cada comunidade contava com um superior/diretor, responsável para organizar e dirigir as atividades e orientar os demais membros em conformidade com as regras de vida do Instituto Marista, os planos provinciais e o que estabeleciam como prioridade no Projeto de Vida Comunitária (PVC). Gradualmente, os Irmãos Maristas desta província realizaram a mudança para os espaços de moradia externos, justificando que “a saúde mental, física, psíquica... nas condições atuais está a exigir o desvinculamento do local de trabalho da moradia.”⁴⁹² Em 1978, a PMSP estava constituída por 18 comunidades; nos anos de 1979 e 1980, totalizavam 23; de 1981 a 1986, elevou-se para

⁴⁹¹ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 20ª reunião**. Florianópolis-SC, 03 de abril de 1978, p.82.

⁴⁹² Província Marista de São Paulo. **Reunião de Irmãos Superiores**. São Paulo, 27 e 28 de maio de 1978, p.2. Na sequência, seguem as comunidades e datas de transferência dos espaços dos colégios, com exceção da Nossa Senhora da Glória que permaneceu no mesmo local: Brasília (22/12/1972), Cascavel (12/06/1978), Arquidiocesano (15/08/1980), Maringá (15/08/1980), Curitiba-Universidade (02/08/1982), Curitiba-Colégio (09/07/1984), Ribeirão Preto (09/05/1985), Santos (27/12/1987), Ponta Grossa (02/01/1995). Cf. Secretaria Provincial. **Fundações da Província Marista de São Paulo**. São Paulo, s/d.

26. Se em 1977 a média da composição das comunidades era de seis Irmãos, em 1986, decaiu para quatro (Quadro 2).

Quadro 2- Comunidades da PMSP em 1986.

a) Comunidades que atuam em Casas de Formação: 5 Comunidades - 14 Irmãos	
1) Juvenato de Manaus	3 Irmãos
2) Juvenato de Londrina	3 Irmãos
3) Postulanteado - Ponta Grossa	3 Irmãos
4) Noviciado de Campinas	2 Irmãos
5) Escolasticado - Curitiba	3 Irmãos + 10 Irs. Escol.
b) Comunidades que atuam em Escolas Conveniadas: 4 Comunidades - 12 Irmãos	
6) Lábrea - Amazonas	3 Irmãos
7) Canutama - Amazonas	3 Irmãos
8) Tapauá - Amazonas	2 Irmãos
9) Itapejara d'Oeste-Paraná	4 Irmãos
c) Comunidades que atuam em Escolas mantidas pela ABEC: 10 Comunidades - 52 Irmãos	
10) Brasília - Distrito Federal.....	6 Irmãos
11) Ribeirão Preto - São Paulo	6 Irmãos
12) Glória - São Paulo	4 Irmãos
13) Arquidiocesano - São Paulo	4 Irmãos
14) Santos - São Paulo	4 Irmãos
15) Santa Maria - Curitiba	7 Irmãos
16) Pio XII - Ponta Grossa	5 Irmãos
17) Londrina - Paraná	5 Irmãos
18) Maringá - Paraná	5 Irmãos
19) Cascavel - Paraná	6 Irmãos
d) Comunidades que atuam em Obras da Província : 5 Comunidades - 24 Irmãos	
20) Abrigo de Pau D'Alho - Rib. Preto.....	3 Irmãos
21) Casa de Acolhida - Manaus	2 Irmãos
22) Casa de Repouso - Campinas	4 Irmãos
23) Residência Provincial - São Paulo.....	8 Irmãos
24) Residência Universitária-Curitiba.....	7 Irmãos
e) Irmãos fora do Território Nacional.....	4 Irmãos

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986.** São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.6.

Esse movimento de transferência dos locais das comunidades visava a colocar os Irmãos mais sintonizados com a dinâmica da sociedade, portanto, inicialmente, não houve a preocupação com a inserção em bairros populares, pois esses religiosos continuavam atendendo os seus colégios. As discussões sobre a inserção nos meios populares causavam preocupação nos Irmãos, além do desconhecimento das experiências que a própria Igreja e os demais institutos religiosos realizavam com esse público específico, sobretudo porque havia o distanciamento e a ausência de familiaridade com as realidades sociais de pobreza:

Pouca mentalidade e vivência do que é ser pobre e pobreza; Desconhecimento do documento “Justiça e Pobreza”; Desconhecimento real de nossos empregados; Pouca simplicidade [sic] em nosso modo de viver; insensibilidade frente ao problema do marginalizado.⁴⁹³

As lideranças da província almejavam o trabalho com a educação das classes populares, a redistribuição dos religiosos para esta finalidade e o aumento da participação dos Irmãos na Igreja local, seguindo as solicitações do Irmão Basílio Rueda, de que tudo no Instituto Marista deveria ser dirigido aos pobres e às missões. “Foi o desafio que aceitamos. Ninguém seja tropeço nesta trilha pela qual a Província deve caminhar”⁴⁹⁴, declarou o Irmão Dario Bortolini. Neste caso, não havia outra opção, que não fosse este caminho apontado por suas lideranças. Os planos da província estavam em sintonia com os do instituto, não necessariamente alinhados às práticas das comunidades religiosas que manifestavam “naturais e esperadas resistências.”⁴⁹⁵ Efetivamente, as comunidades contribuíam financeiramente, com frequência no período litúrgico da quaresma, para auxiliar os pobres por meio das paróquias nas quais os religiosos estavam inseridos com a participação nas celebrações litúrgicas. O documento *Pobreza e Justiça* permitiu à província auxiliar financeiramente as famílias de funcionários e outras situações pontuais de pobreza material. Apesar disso, havia um reduzido engajamento dos Irmãos em trabalhos de combate à miséria material, por isso as exortações do Irmão Dario Bortolini tiveram por finalidade orientá-los para a inserção entre os pobres e revela uma concepção de Vida Religiosa e de Igreja que figurava nas discussões da CRB e da Conferência Episcopal Latino-Americana de Puebla:

A realidade eclesial e de Vida Religiosa aí está: opção preferencial pelos pobres, num engajamento efetivo para com as classes populares. Esteja, cada Irmão, aberto a esta realidade. Deixemos as discussões estéreis, as polêmicas desgastantes, as racionalizações fugidias. É hora de ação. É hora de perceber, mais nitidamente, JESUS CRISTO [sic] com ‘rosto de indígena, de afro-americano, de camponês, de operário, de marginalizado, de desempregado, de criança, de jovem, de ancião abandonado’.⁴⁹⁶

Em grande medida, as comunidades da PMSP realizaram mais esforços para se adequarem às orientações do Instituto Marista e da CRB, do que em propor soluções para o problema dos Irmãos que não desejavam a inserção nos meios populares, mas

⁴⁹³ Província Marista de São Paulo. **Relatório da II Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 29 a 31 de janeiro de 1978, p.7.

⁴⁹⁴ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 08 de agosto de 1979, p.3.

⁴⁹⁵ Província Marista de São Paulo. **Relatório da III Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 05 a 07 de julho de 1978, p.4.

⁴⁹⁶ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 12 de maio de 1979, p.22.

que necessitaram acatar as decisões instauradas por suas lideranças: “uma análise em profundidade nos parece estar a mostrar mais ‘alinhamento’ do que soma de busca pessoal e comunitária.”⁴⁹⁷ Ainda que a documentação não evidencie as iniciativas individuais de trabalhos dos religiosos com os pobres - mesmo entre as unidades assistenciais e missionárias que viviam em ambientes de pobreza material - uma carta⁴⁹⁸ destinada ao Conselho Provincial atesta a experiência de dois Irmãos que trabalhavam em uma comunidade eclesial, com a população pobre na periferia de Curitiba, no bairro Boqueirão. Em 1979, os Irmãos Carlos Noel Mazzia⁴⁹⁹ e Odorico Tomazzoni⁵⁰⁰ lecionavam catequese, participavam de círculos bíblicos, grupos de jovens, liturgia, visitavam as famílias e em alguns casos ajudavam a consertar “algum barraco”. Apoiados no documento *Pobreza e Justiça*, essa carta teve como propósito solicitar ajuda financeira à província para algumas famílias reformarem as casas, custear a reforma da Igreja e doar alimentos. Assim descreveram a realidade:

O bairro é de gente pobre e que luta de todas as maneiras possíveis para sobreviver. São aproximadamente 1.500 famílias que moram no bairro. Vieram de longe, todas oriundas do campo: 90% do interior de Santa Catarina e os outros 10% de fazendas do norte do Paraná. Forçados a virem para a cidade, moram em terreno pantanoso, em casas pequenas e sem as mínimas condições de convivência familiar.⁵⁰¹

Em alguns casos, havia situações-limite em função da constatada dificuldade das famílias com a alimentação básica e a saúde. Esses dois Irmãos justificaram a ajuda financeira atestando o conhecimento e inserção na realidade por meio de um trabalho sistemático de pastoral. Além do fato de se proporem seguir os objetivos da província relacionados ao documento *Pobreza e Justiça*, essa experiência ensejou a esses religiosos o trabalho pastoral e assistencial em comunidades eclesiais com carência material.⁵⁰² Esse trabalho, embora não fosse compartilhado por todos os Irmãos da província, foi consentido e sustentado nas discussões dos seus espaços decisórios.

⁴⁹⁷ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.3.

⁴⁹⁸ Não tivemos acesso às cartas do Conselho Provincial, do Provincial e até mesmo dos demais Irmãos, por se tratar de documentos canônicos (assuntos relacionados à vida dos religiosos). Esta carta e as remetidas pelo Irmão Joaquim Panini estavam deslocadas de seus arquivos de origem, em meio aos demais documentos.

⁴⁹⁹ Nasceu em 1949 e de 1966 a 1976 estudou para se tornar Irmão Marista. Desligou-se do Instituto em 1980.

⁵⁰⁰ Nasceu em 1955 e de 1966 a 1975 estudou para se tornar Irmão Marista. Desligou-se do Instituto em 1980.

⁵⁰¹ MAZZIA, Carlos; TOMASSONI, Odorico [**Correspondência**]. Destinatário: Celedônio Cruz. Curitiba, 10 de março de 1979, p.1.

⁵⁰² “Nos propusemos a ter como objetivos desse nosso trabalho: a) A tentativa de vivenciar mais evangelicamente o nosso voto de serviço ao pobre ajudando o povo a assumir a sua própria história de

Tal experiência começou a compor as atividades da formação religiosa. É preciso considerar que esses Irmãos estavam na última etapa de formação e a inserção social e eclesial são compreendidas como fundamentos e aptidões obtidos durante o processo formativo. As discussões sobre a Igreja popular impactaram esses dois Irmãos que, a partir daí, passaram a divergir da proposta de formação Marista ainda vinculada à educação dos colégios. Isso revela que os discursos das lideranças contidos nos planejamentos provinciais, embora estivessem imbuídos das práticas assistenciais e eclesiais, não conseguiram alterar as comunidades de maneira uníssona e com o ritmo almejado, com exceção dos religiosos inseridos nos trabalhos assistencial, missionário e nas casas de formação. “O carisma não está sendo envolvido na sua totalidade, pois se nota acentuada desproporção entre o que se vê como prioritário na linha de atendimento ao pobre e o número de Irmãos destinados a esse serviço.”⁵⁰³ Essa ratificação salienta a dificuldade das lideranças para promover a atualização, assim como as incoerências e conflitos no campo de disputas da identidade, à medida que a interpretação do carisma se limitou ao atendimento aos pobres.

Nas comunidades religiosas, foi unânime a constatação de que os exercícios espirituais deixavam a desejar e o trabalho eclesial carecia do engajamento de seus membros. O Irmão Dario Bortolini foi enérgico quando lamentou a ausência de estudo entre os Irmãos, um problema detectado desde fins dos anos de 1960 e que perdurava na formação continuada com o “enfraquecimento do estudo (religioso e profano) por falta de motivação pessoal, de tempo ou vontade.”⁵⁰⁴ Este aspecto relaciona-se com a inabilidade dos superiores das comunidades em conduzir as atividades, considerando

uma forma mais integral. b) Nossa inserção com eles no esforço de viver a mesma simplicidade comungando as mesmas dificuldades e aspirações. c) Mentalização, descobertas e treinamento de lideranças. d) Promoção do bairro: tentativa de resolver com o povo os problemas fundamentais do bairro, abrindo com esta experiência uma visão mais ampla do Brasil e do mundo. e) Tentativa de desenvolver com o povo uma Igreja na base, no esforço de vivenciar mais concretamente a união, a solidariedade e a comunhão.” Cf. MAZZIA, Carlos; TOMASSONI, Odorico [**Correspondência**]. Destinatário: Celedônio Cruz. Curitiba, 10 de Marco de 1979, p.1. Acerca das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Igreja Popular, pode-se recorrer aos seguintes trabalhos: FERRARO, Benedito. CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.91-99. / LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2016. / MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. / SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵⁰³ Província Marista de São Paulo. 2ª CAMAR. Curitiba, 20 a 27 de janeiro de 1980, p.4.

⁵⁰⁴ Província Marista de São Paulo. **Relatório da II Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 29 a 31 de janeiro de 1978, p.4. / Província Marista de São Paulo. **Reunião dos Irmãos Superiores (Síntese)**. São Paulo, maio de 1978.

que exerciam a liderança local, e, segundo esse religioso, um número reduzido de Irmãos se atualizava nos diversos campos de especialização.

É realmente lamentável a ‘decadência’ em nossas comunidades quanto ao estudo religioso e a leitura. Não se lê mais, a não ser o ‘jornal’... Observei em diversas comunidades, montões de revista PRESENÇA MARISTA [sic] apanhando poeira. Por que não colocá-la na sala dos Professores e deixar que a levem para casa? Não está aí uma mina de nossa filosofia educacional marista a ser explorada? Que apostolado nós poderíamos realizar! E vamos nos lamentando que há professores ‘mercenários’. Tomamos os meios para formá-los? Aí está um meio ao nosso alcance. É preciso dar mais valor ao que é nosso.⁵⁰⁵

De 1981 a 1983, o Irmão Egídio L. Setti voltou a constatar o mesmo problema e conclamou as comunidades a priorizar a capacitação profissional e o estudo religioso na formação continuada. “Moral da ‘história’: Lemos pouco demais. Que um espaço respeitável de tempo seja consagrado à leitura, ao estudo tanto religioso como profano. Nas casas de formação esteja-se muito atentos para a criação de hábitos de leitura e estudos pessoais.”⁵⁰⁶ Na mesma esteira, o Irmão Davide Pedri definiu as comunidades religiosas como “desenfocadas”, “descomprometidas”, “aburguesadas”, por favorecerem a manutenção do *statu quo*, com o distanciamento entre as práticas das comunidades maristas e as das comunidades eclesiais: “há dificuldade, quando não aversão à mudança, ao modelo de Igreja de hoje [...] Há defasagem e até afastamento dos valores e visão da juventude, deixando transparecer uma imagem negativa de vida religiosa.”⁵⁰⁷ As observações desse provincial revelam que os problemas não foram sanados: priorizavam-se os colégios e o percentual de Irmãos dedicados ao magistério era reduzido: “13 Irmãos dando aula de catequese e 9 lecionando outras disciplinas”⁵⁰⁸; a formação intelectual estava depreciada e com a exceção dos Irmãos que frequentavam as universidades, “poucos são os Irmãos que estudam sistematicamente, que fazem cursos, que são capazes de dedicar um fim de semana a um curso de reciclagem ou a um ciclo de palestras.”⁵⁰⁹ A província, no entanto, não se eximiu em promover cursos de curta e longa duração para a formação continuada dos Irmãos, com seminários e palestras de atualização da Vida Religiosa e no campo pedagógico, comumente realizados pela província, a AEC e a CRB.

⁵⁰⁵ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 08 de dezembro de 1980, p.5.

⁵⁰⁶ SETTI, Egídio L.. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 17 de setembro de 1981, p.2.

⁵⁰⁷ PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 09 de dezembro de 1986, p.23.

⁵⁰⁸ PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 09 de dezembro de 1986, p.1.

⁵⁰⁹ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.11.

Destacam-se, ainda, algumas posições dos religiosos trazidas à baila durante uma das assembleias da província, que interferiu na organização das comunidades e refletiu na ausência de identificação dos Irmãos com a vocação, constatando-se

[...] falta de preparo diante das mudanças contínuas; falta de aprofundamento da VR [Vida Religiosa]; deficiência no relacionamento interpessoal; despreparo e pessimismo frente ao futuro; perda do sentido da Vida Religiosa; falta de fundamentação teológica; pouco apostolado frente às muitas necessidades.⁵¹⁰

As expressões “falta de preparo diante das mudanças contínuas” e “despreparo e pessimismo frente ao futuro” remetem aos religiosos que não acompanharam “a passagem do tempo”⁵¹¹ e preferiram negar as mudanças históricas em vez de elaborar a leitura dos “sinais dos tempos” com a atualização da formação continuada. A expressão “sinais dos tempos” foi utilizada na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (n.4) para afirmar que a Igreja não poderia se deter somente sobre o anúncio da Sagrada Escritura, mas também nas condições do mundo contemporâneo, e acerca dos fatos observáveis fenomenológica e sociologicamente. Portanto, pode ser definido pela tomada de consciência das rupturas e continuidades com o passado e pelas “características fundamentais de um período da história ou de um espaço humano através do qual podemos considerar as mudanças em curso, em um dado momento.”⁵¹²

“Repetir ou buscar?” As reflexões do Irmão Ático Rubini, durante o Capítulo Provincial de outubro de 1983, foram publicadas e retratam o que ele considerou como avanços e imobilidades da província. Para esse religioso, as comunidades acataram as orientações do governo provincial, apesar de ter sido um momento de crise. Por sua vez, essa crise é compreendida quando vinculada à inabilidade dos Irmãos para atualizar a vida religiosa e profissional, o que demonstra pouca receptividade das orientações dos superiores geral e provincial. Principalmente, fica evidenciado o fato de que o retorno ao passado se exprimiu como uma opção para a reconstrução da identidade, porém, anistórica:

O ponto crucial não é saber se ficamos com as escolhas dos que nos precederam, os quais viviam uma realidade que não é idêntica à nossa. A

⁵¹⁰ Província Marista de São Paulo. **Plano Trienal 1981-1983**: Avaliação do triênio 1978-1980. / Prioridades para o triênio 1981-1983. Campinas, julho de 1981, p.29.

⁵¹¹ LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013, p.15.

⁵¹² “[...] sont les traits fondamentaux d’une période de l’histoire ou d’un espace humain à travers lesquels nous pouvons considérer les mutations en cours, à un moment donné.” Cf. ROUTHIER, Gilles. “Les signes du temps”. Fortune et Infortune d’une expression du Concile Vatican II. **Transversalités**, Paris, n. 118, p. 77-102, 2011/2, p.87. Francês (Paris, Internacional).

questão principal é: que detectamos na realidade presente? Que prioridade damos a certos valores no único contexto real para nós, hoje e agora?⁵¹³

A narrativa empregada pelo Irmão Ático Rubini assinala a dificuldade de as comunidades atualizarem-se, fazer a leitura dos “sinais dos tempos”, sobretudo pelo fato de a atualização ter sido uma determinação do Instituto Marista à província. “Faltou-nos imitar Champagnat que não temeu de discordar da Hierarquia sempre que descobriu outros caminhos no seu próprio discernimento da vontade de Deus.”⁵¹⁴ Para esse religioso, a PMSP não conseguiu dar respostas satisfatórias para a vida religiosa dos Irmãos; faltou correr os riscos, dialogar com a modernidade e aptidão para lidar com as mudanças. Embora o Irmão Ático Rubini tenha sido favorável à renovação proposta pelas lideranças, finalizou seu texto em tom pessimista, retratando um grupo que não se atualizou pelo fato de ter centralizado as decisões, desconsiderado a pluralidade de opiniões e as particularidades das experiências dos religiosos dessa província. “Só os que andam sempre podem perder alguma coisa, não os que guardam ciosamente a riqueza conquistada. Tivemos a chance.”⁵¹⁵ Portanto, fez-se referência aos Irmãos que majoritariamente optaram pela manutenção das estruturas comunitárias tradicionais em detrimento da instabilidade provocada pelas exigências de renovação. Por sua vez, as comunidades se mantiveram instaladas nas proximidades de seus colégios. A mudança de mentalidade se impôs como o principal desafio à província, e, conforme assinalou Hannah Arendt, a perda da tradição não provoca necessariamente a perda dos elementos que remetem ao passado, no entanto, a adaptação não ocorre sem o conflito entre o sentimento de perda e de preservação das experiências das gerações.⁵¹⁶

As lideranças da PMSP estiveram cientes de ser “uma época de mudança”⁵¹⁷, com uma sobrecarga de trabalho atribuída a um reduzido número de Irmãos e a grande porcentagem deles com idade avançada. Efetivamente, havia 27 Irmãos com idade de 70 a 80 anos, e 28 de 60 a 70 anos. Com a faixa etária de 30 a 50 anos, constata-se uma porcentagem menor, somando-se 37. Por outro lado, os Irmãos com idade de 20 a 30 anos totalizaram 23, e esse dado relaciona-se ao sensível aumento de vocações no início dos anos de 1980. É preciso considerar, no entanto, que praticamente a metade dos

⁵¹³ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.2.

⁵¹⁴ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.4.

⁵¹⁵ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.3.

⁵¹⁶ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016, p.53.

⁵¹⁷ Província Marista de São Paulo. **Assembleia Provincial**. Campinas-SP, 02 a 08 de julho de 1985, p.29.

religiosos tinha mais de 60 anos. Em adição, o baixo índice de Irmãos de 30 a 50 anos associa-se ao período mais crônico de perda de vocações, de 1967 a 1977 (Quadro 3).

Quadro 3- Lista, por idade, dos Irmãos da PMSP (1986)

1886	* Pedro Cirilo	01/04 (90)	1929	* Cláudio Girardi	23/07 (57)
1908	+ Frutuoso Lazarraga	16/04 (78)		* Gilberto R.Rocha	12/09 (57)
1909	* Arduino Demattê	23/12 (77)		+ Paulo A.F.Ramos	14/09 (57)
1911	* Astrogildo de O.Dutra	05/06 (75)	1930	+ Beno Tomasoni	02/04 (56)
	* Pedro Huk	29/06 (75)		+ Lino Pedrotti	24/08 (56)
1912	* João Smaniotto	11/03 (74)	1931	+ Ireneu Martim	07/02 (55)
	* Antonio Marchiori	05/07 (74)		+ Leopoldo Felipp	07/02 (55)
	+ Lino Moresco	26/10 (74)		+ Carlos Wielganczuk	29/05 (55)
	* Narciso Nicolodi	29/10 (74)	1932	+ Paulino I.Jacob	22/08 (54)
1913	* Celestino Depinê	30/04 (73)	1934	+ Alberto Girardi	15/01 (52)
	* Mário Frainer	02/05 (73)		* Zeferino Zandonadi	29/07 (52)
	* Pedro Retkwa	11/07 (73)	1935	+ Altino Dal Ri	20/02 (51)
	* Bernardino Pedrotti	23/09 (73)		+ Albino Tecilla	14/03 (51)
1914	* Mário Moser	06/02 (72)	1937	+ Davide Pedri	20/02 (49)
	* Miguel Cobrak	15/06 (72)		+ Pedro Danilo Trainotti	26/08 (49)
	* Firmino Bonatto	15/08 (72)	1939	+ Basilio Melnek	14/01 (47)
	+ Ático Rubini	04/09 (72)		+ Dario Bortolini	06/04 (47)
	* Delfim Elias	26/09 (72)	1940	+ Rafael Mendes	21/05 (46)
	* Antonio Tagliaro	05/10 (72)		+ Antonio N.Esmanhotto	23/06 (46)
1915	* José Suárez F.	17/03 (71)		+ Ilário Caresia	29/07 (46)
	* Lino Conte	03/04 (71)		+ Clemente Ivo Juliatto	16/08 (46)
	* Luiz Montibeller	21/05 (71)	1941	+ Demétrio Hermann	24/10 (45)
	* Severino Voltolini	30/05 (71)	1942	+ Afonso Levis	06/03 (44)
	* Caetano Andriolli	07/08 (71)		+ Nilso Antonio Ronchi	15/06 (44)
	* Marcos Teixeira	07/10 (71)	1944	+ José Lot	02/11 (42)
1916	+ José Cordun	01/04 (70)	1947	- Edmundo Inacio Pina	16/07 (39)
	* Gildo Demattê	24/06 (70)		+ André Mika	26/11 (39)
	* José Armando Bonatto	18/09 (70)	1948	+ Sebastião A.Ferrarino	27/07 (38)
1917	+ Rui Leopoldo Depinê	16/04 (69)	1952	+ Luiz Carlos Siena	16/05 (37)
	* Carlos Leone	17/05 (69)	1953	+ Pedro Armando Fossa	28/01 (33)
	* Isidoro Camilo	24/07 (69)	1954	- José Onetta Fermiano	28/01 (32)
	* Josafat Kmíta	12/09 (69)		+ Lauro Dubena	31/07 (32)
1918	* Oswaldo Collombo	05/03 (68)	1956	+ Luiz Carlos Radigonda	05/01 (30)
	+ Floriano João	15/10 (68)		- Darci Nicolli	06/04 (30)
	+ Alberto Smaniotto	13/12 (68)		+ Antonio Cattelan	26/09 (30)
1919	* Julio Bilibio	10/01 (67)	1957	+ Silvestre Uller	03/01 (29)
	* Florentino Adami	17/03 (67)		+ Paulo Ferrarezzi	10/04 (29)
	* Egidio Luiz Setti	31/03 (67)	1959	- Miguel Figura	01/01 (27)
	* Orestes Bertholdi	12/06 (67)		- Josino Malagueta	17/11 (27)
	* Alfredo Moretti	05/03 (67)		- Enio Bettine Rocha	30/11 (27)
	* Demétrio Kosicki	13/03 (67)		- Gilmar Aricini	26/12 (27)
1920	+ Stefano Debbatiste	22/08 (66)	1960	- Lauro Darós	09/01 (26)
1921	+ Julio Pawluk	07/11 (65)		- José R.Brandão	20/10 (26)
1922	+ Waldemar Bertholdi	04/07 (64)		- Carlos A.Maio	28/11 (26)
	* Romão Rewucki	06/09 (64)	1961	- Sérgio A.Ladario	08/12 (25)
	* Zenabio Kocianski	28/10 (64)	1962	- Waldir Uller	29/08 (24)
1923	* Hilário Andriolli	23/11 (63)		- Walmir Zanatta	13/03 (24)
1924	+ Vicente Caresia	04/01 (62)	1963	- Amadeu Nery Carneiro	02/04 (23)
	* Mauricio Moretti	19/02 (62)		- Gerveson T.Silveira	11/08 (23)
	* Paulo Romankiv	31/05 (62)		- Jaime Darossi	18/09 (23)
	+ Guilherme Dalceglio	06/08 (62)		- Valmir Gomes	23/10 (23)
1925	+ Luiz Mazzarotto	11/01 (61)	1964	- Antonio B.de Oliveira	08/04 (22)
	+ Dionísio Caresia	11/03 (61)		- Pedro Laércio Corrêa	04/06 (22)
	+ José Cegalla	04/04 (61)		- Francisco A.da Silva	20/07 (22)
	+ Celedônio Cruz	21/07 (61)	1965	- Sérgio Giacomozzi	21/02 (21)
	* Joaquim Panini	29/07 (61)		+ Elias da Costa	28/01 (21)
1927	+ Estevão Müller	18/09 (59)		- Valdecir Bortolossi	08/08 (21)
	* Paulo Wodonos	06/11 (59)	1966	- Marcelo A.R.dos Santos	07/02 (20)

* Irmãos estáveis
+ Irmãos de votos perpétuos
- Irmãos de votos temporários

São Paulo, 20 de outubro de 1986.

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986, p.8-9.

As novas constituições foram aprovadas pelos Irmãos Maristas e pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica,

em 1985, e publicadas oficialmente em 1986.⁵¹⁸ Com relação às mudanças das constituições, poucas discussões constam na documentação. Quanto a isso, o Irmão Ático Rubini salientou ter sido um período de experiências propício (desde 1967), destinado para a província realizar as alterações e proposições nas constituições (*ad experimentum*), mas que, no seu entender, as províncias se omitiram da renovação proposta pelo Concílio Vaticano II quando optaram por centralizar as discussões. Além do mais, esse religioso fez críticas às lideranças da PMSM pelo fato de promoverem a atualização sem considerar a diversidade de mentalidades e experiências: “A nível de Província houve mais preocupação em cumprir determinações do Centro da Congregação do que em buscar a pluralidade propugnada pelo Vaticano II.”⁵¹⁹ Portanto, mesmo que as modificações das constituições não se apresentasse como garantia para a renovação do Instituto Marista, foi o primeiro passo para unificar e promover orientações para a vida comunitária e apostólica. E, pelo que consta, embora as alterações das regras de vida tenham se constituído pauta dos espaços decisórios das Assembleias e dos Capítulos Provinciais, em grande medida, as discussões foram realizadas com o intuito de atender as exigências do XVII Capítulo Geral, a fim de responder às solicitações e os prazos estipulados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica.

6.3 A adaptação do carisma: atender os pobres ou permanecer com os colégios?

Concernente ao trabalho dos institutos religiosos, seja qual for a sua especificidade (escolas, universidades, hospitais, orfanatos, missões etc.), a atualização prevista pelo Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) supõe que a interpretação dos carismas seja coerente com as motivações fundacionais e as exigências contemporâneas, “abandonem porém aquelas obras que nos dias de hoje menos se acomodem ao espírito e à índole autêntica do instituto.”⁵²⁰ Ainda que o documento institua princípios e critérios, visa a contemplar uma diversidade de Ordens e Congregações, portanto, não orienta como a Vida Religiosa deveria proceder com a atualização prática. Na mesma esteira, a Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) recomendou que as instituições

⁵¹⁸ Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986.

⁵¹⁹ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.4.

⁵²⁰ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.494.

educativas católicas levassem em consideração os novos “métodos de educação e instrução”⁵²¹ para cooperar com “o diálogo entre a Igreja e a comunidade dos homens.”⁵²² Tanto o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) como a Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) não exigiram dos institutos religiosos que a atualização ponderasse outra natureza de trabalho apostólico, porém, a releitura dos carismas incluiu uma diversidade de práticas na gênese dos institutos, entre elas, a opção de trabalhar entre os pobres. Dessa maneira, o Decreto *Perfectae Caritatis* (1965) teve maior relevância e influência nas decisões do Instituto Marista.

Uma análise da educação católica desse período não há que se restringir às orientações oficiais da Igreja, considerando que todos os institutos religiosos que trabalhavam com a educação estiveram inseridos em sociedades, cujas leis específicas do Estado orientavam a organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Na segunda metade do século XX, a educação católica necessitou se adaptar ao Estado, e não o inverso. A pesquisa de Dominique Laperle⁵²³ atesta, por exemplo, que as *Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie* (SNJM) promoveram mudanças sustentadas no Decreto *Perfectae Caritatis* (1965), porém, sem dissociar o contexto religioso da realidade sociopolítica e econômica de Québec (Canadá), circunscrito em um período de alterações na educação estatal, com a chamada Revolução Tranquila ou Silenciosa (*Révolution Tranquille*).⁵²⁴ Esse instituto se adaptou tanto ao Vaticano II quanto ao Estado que empreendeu uma ampla reforma educacional no final dos anos de 1960,

⁵²¹ KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Edicationis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.562.

⁵²² KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Edicationis*. In: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.570.

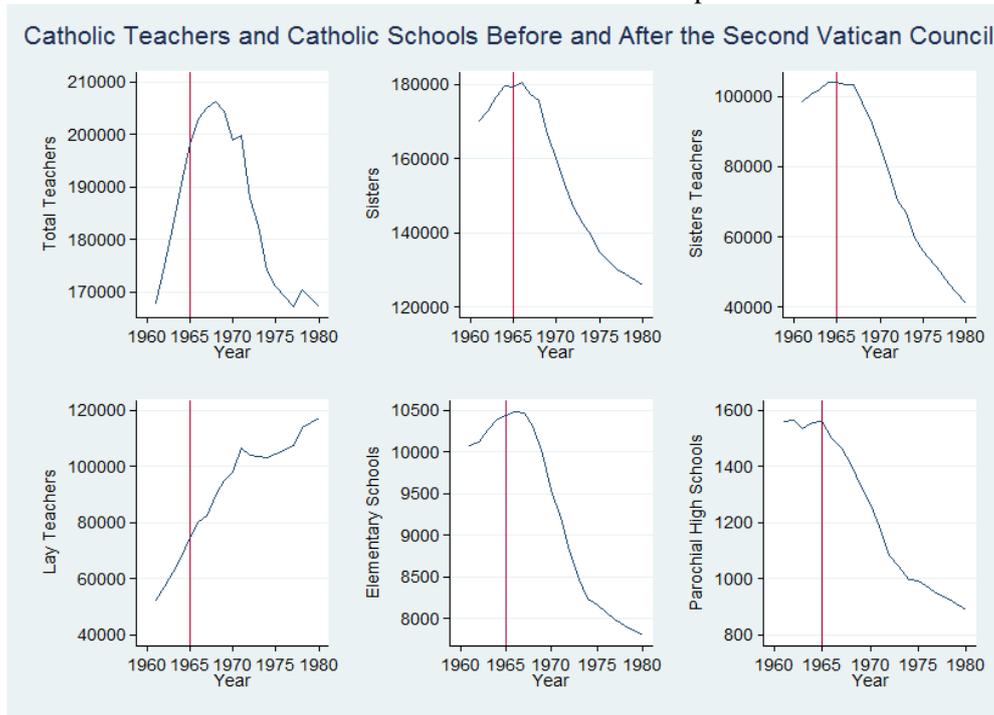
⁵²³ LAPERLE, Dominique. “**Enflammer le monde et libérer la vie**”: l’évolution et l’adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013.

⁵²⁴ Nos anos de 1960, a província de Québec passou por um processo de secularização, com investimento no ensino público, reformas na economia e na política. Essa realidade de reformas contribuiu para a retirada gradual dos institutos religiosos da esfera pública, que necessitaram se adaptar às leis educacionais do Estado para continuar oferecendo ensino em seus estabelecimentos. Cf. LAPERLE, Dominique. “**Enflammer le monde et libérer la vie**”: l’évolution et l’adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013. Essa reforma modernizadora caracterizou-se pela centralização, planejamento e burocratização. Verificou-se a presença de uma cultura administrativa no Estado e na Igreja de maneira concomitante. A Diocese de Québec implantou a reforma institucional; adotou um modelo de pastoral para a diocese tendo como referência os procedimentos administrativos do Estado; verificou-se que a renovação da Igreja de Québec estava em andamento antes das diretivas do Vaticano II e as reformas promovidas pela diocese estiveram marcadas pelo progresso sociocultural que caracterizou a **Revolução Tranquila** nos anos 1960. Portanto, a Igreja Católica promoveu reformas em função das exigências do Estado. Cf. ROUTHIER, Gilles. Entre Révolution tranquille et aggiornamento conciliaire: évolution dans le gouvernement du diocese de Québec au cours des années 1960. **Études d'histoire religieuse**, Montréal, n. 67, p. 47–56, 2001. Francês (Canadá, Internacional).

exigiu mudanças estruturais das Ordens e Congregações religiosas que trabalhavam com educação e impôs prazos para se adaptarem à legislação.

No caso dos Estados Unidos da América de 1966 a 1980, a educação católica expressou um panorama nacional com sensíveis alterações nos estabelecimentos de ensino e na Vida Religiosa feminina. Nesse período, o número de freiras reduziu em pouco mais de 30%, houve o fechamento de escolas católicas, em torno de 50%, principalmente em função das novas ofertas de educação por outras instituições de ensino e a dificuldade de adaptação dos institutos religiosos às mudanças desencadeadas após o Concílio Vaticano II.⁵²⁵ Entre as principais causas para este declínio de matrículas, constam o aumento da oferta de escolas públicas gratuitas, a diminuição de sacerdotes e freiras para coordenar os colégios e o aumento dos custos para a manutenção dos estabelecimentos cada vez menos procurados pelas famílias. Mesmo com o aumento dos índices de professores leigos, houve o fechamento de escolas católicas (Figura 10).

Figura 10- Professores católicos e escolas católicas antes e depois do Concílio Vaticano II.



*Total de professores; Irmãs; Professoras Irmãs; Professores leigos; Escola Elementar (Primária); Escola Paroquial. **Fonte:** GIHLEB, Rania; GIUNTELLA, Osea. Nuns and the Effects of Catholic Schools: Evidence from Vatican II. *Journal of Economic Behavior & Organization*, n.137, p.191-213, November, 2013, p.28. Inglês (EUA, internacional).

⁵²⁵ GIHLEB, Rania; GIUNTELLA, Osea. Nuns and the Effects of Catholic Schools: Evidence from Vatican II. *Journal of Economic Behavior & Organization*, n.137, p.191-213, November, 2013. Inglês (EUA, Internacional). Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp7753.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2019.

No Brasil, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/1961, o Estado concedeu maior autonomia às escolas para a organização pedagógica e administrativa, mas exigiu a reorganização dos estabelecimentos de ensino católicos e não católicos ajustados com a legislação educacional. Na década seguinte, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71, “assiste-se ao processo de retração da Igreja no campo da educação. Muitos Colégios Católicos fecham as suas portas.”⁵²⁶ Isso se deve, entre outros aspectos, ao crescimento da oferta de estabelecimentos de educação pública e privada, à educação profissionalizante, à ampliação da obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, à perda de espaço do catolicismo no campo religioso e um relativo distanciamento Igreja-Estado, em função das arbitrariedades advindas da Ditadura Militar (1964-1985).

O Estado implantou a educação profissionalizante (Lei n. 5.692/71) basicamente para fornecer mão de obra qualificada para o mercado - uma educação tecnicista que objetivou aplicar a reprodução de um sistema empresarial nas escolas, num período marcado pelo modelo econômico do nacional-desenvolvimentismo e que precisou lidar com muitos problemas de ordem social, política e econômica: “para inserir o Brasil no sistema do capitalismo internacional, seria preciso tratar a educação como capital humano. Investir em educação significaria possibilitar o crescimento econômico.”⁵²⁷ Nesse período em que o País foi governado pelo regime militar, acentuaram-se a tecnocracia e o autoritarismo como pilares de sustentação da educação nacional e a escola constituiu um instrumento ideológico do Estado.

A respeito da recepção do Concílio Vaticano II na educação católica brasileira, Clarice Bianhezzi analisou como o Instituto das Irmãs da Divina Providência, no Estado de Santa Catarina, promoveu a atualização e uma divisão na província nos anos de 1970. Essas religiosas trabalhavam com a educação das classes economicamente abastadas na Capital catarinense, e em função da falta de consenso entre as Irmãs que desejavam permanecer nos colégios e as que ambicionavam a inserção na periferia, muitas religiosas abandonaram a congregação. O grupo dissidente se apropriou das orientações da Igreja e fundou a Fraternidade Esperança, em que as religiosas facultaram o uso do hábito, constituíram comunidades menores em bairros pobres e tiveram como propósito desenvolver trabalhos eclesiais e sociais de inserção. Neste

⁵²⁶ ALVES, Manoel. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.16, p. 209-228, set./dez. 2005, p.212.

⁵²⁷ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996, p.213.

caso, a hermenêutica do Concílio Vaticano II contribuiu para a redefinição da identidade dessas religiosas que romperam com a congregação das Irmãs da Divina Providência e optaram pela “periferia das cidades, em áreas empobrecidas e rurais, como marca diferencial e religiosa.”⁵²⁸

Clarice Bianchezzi parte do princípio de que a recepção do Concílio Vaticano II ocorreu entre as religiosas que optaram pela inserção nos meios populares sob a justificativa do Decreto *Perfekte Caritatis* e das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), ausentando-se da análise do grupo que optou por permanecer no colégio. Portanto, o critério analítico adotado pela autora para investigar a recepção do concílio foi a capacidade de as religiosas inserirem-se nas classes populares imbuídas do catolicismo progressista. Desse modo, as Irmãs que optaram pela permanência com o apostolado tradicional não teriam promovido a atualização solicitada pelo concílio. Há de se considerar, porém, que, mesmo as religiosas que optaram pela manutenção do apostolado com os colégios não foram indiferentes ao concílio. No Brasil, embora se reconheça que historicamente as instituições escolares católicas tenham favorecido o atendimento à elite econômica, muitos institutos religiosos empreenderam mudanças em suas escolas, e, em alguns casos houve abandono do próprio campo da educação em busca de trabalhos pastorais de naturezas distintas. Enquanto as pesquisas de Dominique Laperle e Rania Gihleb e Osea Giuntella evidenciam que as mudanças na educação católicas tiveram mais interferência do Estado do que do Vaticano II, Clarice Bianchezzi foi seletiva em sua análise, deteve-se sobre o papel do Vaticano II e da Teologia da Libertação na atualização da identidade das religiosas que optaram pela inserção nas periferias.

Com a análise do apostolado da PMSP, verifica-se que os colégios não se eximiram em seguir as orientações da Igreja, contudo, as exigências do Estado foram mais impactantes e foi necessário atualizar os estabelecimentos de ensino e acompanhar os progressos e desdobramentos da educação pública e privada. Ou seja, para continuar trabalhando com a educação, foi necessário se adaptar à modernidade.

Desde 1977, o documento *Pobreza e Justiça* questionou o trabalho dos Irmãos Maristas no Brasil e os provinciais estudaram duas proposições para a atualização. A primeira diz respeito a uma inserção radical, imediata ou progressiva, com a finalidade

⁵²⁸ BIANCHEZZI, Clarice. A recepção do Concílio Vaticano II entre religiosas de uma Congregação católica feminina no sul do Brasil. **XIV Jornadas Interescuelas**. Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, 2 al 5 de octubre de 2013, p.13.

de fomentar mudanças nas escolas e na formação religiosa, mas que poderia gerar “tensões e divisões internas e exigiria uma mudança da atual imagem do Irmão Marista; até mesmo o fechamento de Colégios, quando já não houver pessoal para o manter.”⁵²⁹ Esta proposta atenderia à solicitação de renovação do Instituto Marista, mas impactaria negativamente os Irmãos que foram formados antes do XVI Capítulo Geral (1967/1968) e sempre tiveram os colégios como referência. A segunda proposta não alteraria significativamente a identidade; continuariam com os colégios, porém, com um engajamento mais acentuado no trabalho entre os pobres, numa perspectiva de abertura e inserção social crescente. Na segunda proposta, os Irmãos poderiam optar pelo apostolado nos colégios privados ou com a educação dos pobres. As províncias do Brasil fizeram a opção pela harmonia entre as duas frentes de trabalho, elucidada na segunda proposição, e essa flexibilização possui relação com a interpretação que realizaram do carisma, da difícil conciliação entre ambas e do receio de ocorrer divisões nas províncias.

Tudo isso expressa que as províncias brasileiras possuíam um trabalho organizado muito incipiente com os pobres e por isso manifestavam resistência às mudanças que o Instituto Marista desejava promover, particularmente entre os Irmãos de idade mais avançada, pelo fato de terem experimentado somente a Vida Religiosa tradicional.⁵³⁰ Embora seja necessário considerar que as expectativas não determinam obrigatoriamente as experiências, o modelo de Vida Religiosa das gerações passadas ficou notabilizado quando a PMSP optou pela manutenção do apostolado tradicional, levando em consideração a ideia de que “na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia.”⁵³¹ Torna-se relevante ponderar que não foram apenas os mais jovens que optaram por

⁵²⁹ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977, p.75.

⁵³⁰ Antes do Concílio Vaticano II, a finalidade de quem desejava entrar para a Vida Religiosa era alcançar a perfeição, que não poderia ocorrer por meio de outro estado de vida, como, por exemplo, por intermédio do matrimônio. Segundo Martina M. E. G. Garcia, que analisa a Vida Religiosa feminina, a Vida Religiosa Tradicional foi caracterizada pela supervalorização das vestes, das obras, das construções, com uma vida estruturada separada do mundo secular, marcada com “rituais, regras e normas coletivas que levam à renúncia, à entrega, aventura e ao compromisso. Humilhações, provações, provas e sofrimentos no processo de iniciação à Vida Religiosa são partes dos rituais que servem para homogeneizar os membros que, desta forma, mostram se conseguem pertencer ao conjunto do grupo. Um grande investimento afetivo cria laços que unem as pessoas entre si e com a hierarquia, como entre mãe-filha. As instâncias de decisão na Congregação estão com as superiores de comunidades ou daquelas com cargos à frente de hospitais, colégios e outras obras. Geralmente, exercem esses cargos quem detêm o poder da palavra, as intelectuais do grupo.” Cf. GARCIA, Martina M. E. G. **Recomposição da Vida Religiosa: estudo das relações entre indivíduo e comunidade nas congregações femininas**. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.23.

⁵³¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.309-310.

trabalhar com os pobres e as missões, pois havia Irmãos de várias idades habitando juntos nas comunidades de inserção com a educação assistencial e atividades missionárias. Essas discussões levaram os provinciais a pensar qual seria a finalidade da formação do Irmão Marista, qual o melhor modelo de trabalho apostólico, e levou-os a conciliar as duas proposições de apostolado, com a adaptação e a renovação fazendo parte dos planejamentos:

Houve toda uma linha de evolução nesses últimos anos: primeiro, a acentuação era posta sobre o movimento para a Catequese Popular; depois, a insistência foi sobre as Missões: agora, parece que tudo consiste em estar com os pobres, ir às Comunidades de Base. Não deve haver só um caminho. A marcha será lenta. Devemos ter estratégias.⁵³²

Evidentemente, os Irmãos Maristas do Brasil possuíam ciência de que somente a flexibilização do trabalho apostólico poderia contemplar todos os religiosos e evitar possíveis divisões internas, rupturas e saídas. A PMSP modernizou e adaptou seus colégios e, ao mesmo tempo, viabilizou recursos humanos e financeiros para fomentar a educação assistencial e missionária. O Irmão Joaquim Panini⁵³³ esteve à frente da Pastoral do Menor (na cidade de São Paulo); a prática de planejamento foi recorrente na organização da província; a etapa de formação do escolasticado desenvolveu trabalhos assistenciais e pastorais na Igreja local; e os funcionários mais pobres foram assistidos financeiramente. Mesmo que os Irmãos Maristas do Brasil tivessem iniciativas pontuais de trabalho assistencial, nunca houve consenso entre os religiosos.⁵³⁴

Para a PMSP o trabalho educacional com os pobres constituiu a história do Instituto Marista e os conceitos de pobre e educação foram bastante homogêneos na

⁵³² Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977, p.76.

⁵³³ Quando recorremos aos escritos do Irmão Joaquim Panini, atestamos que foi um religioso que esteve envolvido com distintos trabalhos na PMSP e no Instituto Marista, com a execução de planejamentos. O Superior Geral teria sido um dos maiores apoiadores e interessado nas práticas de planejamento, por compreender ser o instrumento para alinhar as diretrizes do Instituto Marista em cada província. O Irmão Joaquim Panini conduzia cursos e palestras para as províncias da América Latina, onde empregava a concepção de Igreja e de evangelização prescrita nos documentos de Medellín e Puebla, tratando, sobretudo dos seguintes temas: planejamento pastoral, evangelização, participação, libertação, promoção humana, ideologias políticas, opção preferencial pelos pobres, CEBs, paróquias, Igreja particular. Cf. Irmãos Maristas das Escolas. **Nuestra respuesta educativa y evangelizadora a la luz de Puebla 79. Primer Encuentro de los HH. Provinciales Maristas de América Latina**. Roma-Itália, 15 a 19 de octubre de 1979.

⁵³⁴ “Nota-se que, se por um lado, muito está sendo feito em toda a parte, até hoje, não está sendo possível, no Brasil, atender ao nosso carisma de educar cristãmente a juventude, especialmente a mais carente. Tampouco, damo-nos conta que não é possível, materialmente falando, atender a PUEBLA [sic] que nos manda optar preferencialmente pelos pobres. [...] Enquanto precisarmos de dinheiro das classes mais afortunadas, para formar os Irmãos, para atender os doentes e os anciãos, para manter as escolas, pagar os professores e funcionários leigos, seremos obrigados a atender preferencialmente os mais afortunados e não os mais pobres.” Cf. Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 21ª reunião**. Santa Maria-RS, 26 de abril de 1979, p.91.

gênese de sua fundação. Havia unanimidade entre os Irmãos em reconhecer os pobres como os destinatários da educação empreendida pelo fundador e pelos primeiros Irmãos franceses. Não compartilhavam, no entanto, da mesma releitura e interpretação da atualização do carisma da congregação. Quando essa província alegou a necessidade de obter recursos financeiros para a manutenção das casas de formação e das comunidades religiosas, optou pela permanência e adaptação das estruturas de seus colégios. Assim, a província não se eximiu em destinar Irmãos e recursos financeiros para as missões na Amazônia⁵³⁵, a fornecer 10% das matrículas dos colégios para os pobres e funcionários, garantir 1% da receita bruta dos colégios para os pobres, manter o trabalho com as unidades assistenciais, distribuir 25% do fundo assistencial da província para os pobres e dar continuidade às iniciativas sustentadas pelo documento *Pobreza e Justiça*.⁵³⁶ Além dos recursos destinados para as ações assistenciais em suas poucas unidades, auxiliavam financeiramente o trabalho administrado por outras instituições religiosas, nesse setor (Tabela 14).

⁵³⁵ De 1975 a 1980, foram realizados os seguintes cursos: 2 cursos de pedagogia para professoras (Lábrea), 4 cursos para atendentes e parteiras (Lábrea), 2 cursos para atendentes e parteiras (Canutama), 7 cursos de artesanato (Lábrea), 1 curso de Administração (Lábrea-prefeitura), 2 cursos de Educação Sanitária (Lábrea), 1 curso de Educação Sanitária (Canutama), 3 cursos de Educação Sanitária (Tapauá). Na cidade de Lábrea, foi construída uma residência para os voluntários, com capacidade para abrigar até 10 pessoas. 13 alunos da Universidade Católica do Paraná (UCP) estiveram desenvolvendo atividades profissionais de cunho assistencial e, de 1978 a 1980, dois programas foram realizados - "Educação Sanitária" e "Assistência Médica" - com o envio de universitários da UCP e médicos. Cf. Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.93.

⁵³⁶ Província Marista de São Paulo. **Relatório da II Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 29 a 31 de janeiro de 1978, p.7. No capítulo provincial de julho de 1977, foi aprovado o artigo 37 das 'Normas da Província' que expressa o compromisso de destinar parte de seus lucros líquidos para a prioridade deste documento capitular. Cf. BORTOLINI, Dario. **Projeto Pobreza e Justiça**. São Paulo, dezembro de 1978.

Tabela 14- Recursos financeiros concedidos a outras instituições (auxílios e doações).

4.11. <u>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</u>	
a) <u>Gratuidades e descontos:</u>	
1978 ... Cr\$	9.785.437,00
1979 ... Cr\$	12.275.897,00
1980 ... Cr\$	25.931.899,00
	Cr\$ 47.996.233,00
b) <u>Auxílios e doações</u>	
- Favela Adutora (Região Leste - SP)	Cr\$ 300.000,00
- Favela Itápolis (Região Leste - SP)	Cr\$ 257.000,00
- Lar Escola da Criança de Maringá	Cr\$ 280.000,00
- Hospital de Nova Trento (Irmãs Im.C.)	Cr\$ 50.000,00
- CRB - Manaus	Cr\$ 126.000,00
- CRB - Nacional - Elo Integração	Cr\$ 78.302,00
- Irmãs Estigmatinas (lar de menores)	Cr\$ 72.000,00
- Instituto João Emílio (Ir. do Bom Pastor)	
Lar de menores abandonados - Juiz de Fora-MG	Cr\$ 87.000,00
- Flagelados das Enchentes-Diocese Araçuaí-MG	100.000,00
- Associação Santo Inácio (Boqueirão-Curitiba	Cr\$ 100.000,00
- Creche do Colégio Santista (Santos)	Cr\$ 165.000,00
- Auxílio a Famílias de Irmãos	Cr\$ 293.000,00
- Centro Social Pau D'Alho	Cr\$ 2.108.860,00
- Carro "Brasília" (Pastoral do Menor-SP) ...	Cr\$ 120.000,00
	Cr\$ 4.137.162,00

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.50.

Portanto, a ideia tão discutida pela PMSP, de abandonar alguns colégios para ofertar educação exclusivamente para os pobres, parece não ter encontrado consenso entre os Irmãos, que tiveram limitações para oferecer serviços ao “menor abandonado.”⁵³⁷ Em razão das discussões e das resistências dos Irmãos, a província optou pela manutenção e continuidade do trabalho com os colégios e a ampliação progressiva com a educação assistencial. Essa proposta não modificou a organização do apostolado tradicional, tampouco se eximiu de introduzir o trabalho com as classes populares para corresponder às exigências do Instituto Marista.

Levar adiante a velha idéia de um colégio para carentes, numa periferia, mantido pelo colégio que tem maiores recursos, não só financeiros, mas humanos [...] Não seria esse um desafio à Província? Haveria muitos Irmãos já ‘aposentados’ e que poderiam prestar nesse campo excelentes serviços, além de se realizarem.⁵³⁸

Os religiosos reconheceram ser incoerente administrar uma quantidade demasiada de obras, haja vista o reduzido número de membros, já que essa constatação

⁵³⁷ Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980, p.3.

⁵³⁸ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1981-1983**. São Paulo, 22 a 24 de outubro de 1983, p.90.

fez parte das exigências do Superior Geral à província. Notamos, contudo, que o Núcleo Social Papa João XXIII (1972), o Centro Social Pau d'Alho (1974) e a Escola Nossa Senhora da Paz (1985) surgiram com a administração apoiada pelos colégios. De 1978 a 1986 não houve fechamento de nenhuma unidade de apostolado, o que contrariou as orientações do Superior Geral (Quadro 4). Avançando um pouco o recorte temporal dessa pesquisa, constata-se, porém, que, de 1987 a 2000, a província fundou 10 unidades educacionais assistenciais e encerrou as atividades do colégio de Santos-SP. Dessa forma, as decisões formuladas no final dos anos de 1970, com a finalidade de ampliar o atendimento aos pobres, foram concretizadas somente durante os anos de 1990.

Quadro 4- Unidades de apostolado da PMSP (1978-1986).

COLÉGIOS	CIDADE	ESTADO	ABERTURA
Nossa Senhora da Glória	São Paulo	São Paulo	1902
Santista	Santos	São Paulo	1904
Arquidiocesano	São Paulo	São Paulo	1908
Santa Maria	Curitiba	Paraná	1925
Nossa Senhora Aparecida	Ribeirão Preto	São Paulo	1938
Londrina	Londrina	Paraná	1955
Maringá	Maringá	Paraná	1958
Pio XII	Ponta Grossa	Paraná	1961
Cascavel	Cascavel	Paraná	1962
Brasília	Brasília	Distrito Federal	1962
CENTROS ASSISTENCIAIS	CIDADE	ESTADO	ABERTURA
Creche Lar Feliz	Santos	São Paulo	1959
Escola Estadual Irmão Isidoro Dumont	Itapejara D'Oeste	Paraná	1968
Núcleo Social Papa João XXIII	Maringá	Paraná	1972
Centro Social Pau D'Alho	Ribeirão Preto	São Paulo	1974
Escola Nossa Senhora da Paz	Londrina	Paraná	1985
UNIDADES MISSIONÁRIAS	CIDADE	ESTADO	ABERTURA
Escola Santo Ângelo	Lábrea	Amazonas	1967
Escola Eduardo Ribeiro	Canutama	Amazonas	1973
Escola Prof. ^a Marizita	Tapauá-AM	Amazonas	1974
OUTROS	CIDADE	ESTADO	ABERTURA
Editora FTD	São Paulo	São Paulo	1902
Universidade Católica	Curitiba	Paraná	1974
Instituto Nossa Senhora Medianeira	Campinas	São Paulo	1956

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das nomeações anuais dos religiosos pelos provinciais da PMSP e da obra: FERRARINI, Sebastião; RUNINI, Ático. **Pequeno histórico dos Irmãos Maristas:** Província de São Paulo-Paraná. Curitiba-PR: EDUCA, 1985.

A EMIR, constituída por um grupo de Irmãos das províncias brasileiras para discutir e apresentar estudos detalhados sobre a trabalho apostólico aos provinciais, quando avaliou os colégios com base no documento *Pobreza e Justiça*, atestou que havia “uma preocupação exagerada pelo econômico, com detrimento de valores formativos; gasta-se mais para o sucesso pedagógico do que para a formação cristã.”⁵³⁹ Tal constatação assevera o êxito que os Irmãos Maristas obtiveram com a renovação pedagógica de seus colégios, ao passo que o trabalho de evangelização carecia de atualização (catequese, recrutamento de vocações, vida religiosa dos Irmãos). Deste modo, a PMSP não desprezou o aumento da concorrência entre as escolas privadas confessionais e não confessionais em função da necessidade de contar com os recursos financeiros de seus colégios para a própria sobrevivência, haja vista a necessidade de manter as comunidades religiosas, as casas de formação, as escolas assistenciais e as missões. “No mundo de hoje, as obras que mantemos entram num ritmo organizativo, empresarial, que não pode suplantar o carisma congregacional. Necessário se faz ampliar o espírito pastoral [sic] da obra, que está a serviço do evangelho, da Igreja, do homem.”⁵⁴⁰ A estratégia da província para atualizar o apostolado ao mundo moderno revela suas ambiguidades quando os religiosos optaram pela adaptação das estruturas tradicionais de evangelização. Os colégios não lhes forneciam mais respostas satisfatórias do ponto de vista religioso, os estudantes e egressos não se envolviam com as pastorais eclesiais, e, além disso, a sua atualização técnica dentro da perspectiva de mercado, mesmo obtendo êxito administrativo, tornou-se incoerente com as orientações oficiais do Instituto Marista e da própria província, que havia determinado:

Enfoque social de todas as nossas obras: a opção da Igreja e da Congregação é que todas as obras sejam ‘sociais’, i. é., tomem posição a partir dos mais necessitados e não ter somente algumas obras com eles. Uma coisa é a opção pelos pobres e outra é ter o trabalho por eles.⁵⁴¹

Havia a urgência para reformular a formação continuada dos Irmãos e dos leigos e promover a “pastoralização das obras”⁵⁴² como estratégia para suprir a deficiência constatada no trabalho de evangelização dos colégios, que permaneceram com as mesmas estruturas, com o aumento considerável do número de alunos, professores e

⁵³⁹ Equipe Marista Interprovincial de Reflexão. **33ª reunião**. Teresópolis, RJ, 21 a 22 de novembro de 1979, p.110.

⁵⁴⁰ BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 25 de janeiro de 1979, p.6.

⁵⁴¹ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980, p.95.

⁵⁴² BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 23 de fevereiro de 1978, p.4.

funcionários, inclusive nas unidades missionárias (Tabela 15). A PMSP continuou com os colégios e promoveu a modernização técnica desses espaços com a finalidade de preparar os alunos para o mercado de trabalho. Por outro lado, pressionados pelas decisões e orientações de atualização do Instituto Marista, optaram por integrar a administração das escolas à proposta de evangelização da Igreja e promover o engajamento progressivo dos Irmãos nas atividades assistenciais e missionárias.

Tabela 15 - Estatística das obras apostólicas da PMSP.

	MATRÍCULA-ALUNOS			PROFESSORES			CORPO T.ÉC. E AUX.			FUNCIONÁRIOS		
	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980	1978	1979	1980
BRASÍLIA	3538	3648	4197	89	105	125	12	15	31	24	30	49
RIBEIRÃO	727	956	1046	37	38	38	09	09	09	06	06	11
N.S.DA GLÓRIA	1283	1335	1511	40	44	49	09	11	07	10	11	19
SANTISTA	1762	1755	1698	55	53	56	10	09	08	14	15	19
ARQUI	4030	4335	4656	105	110	116	25	29	30	41	44	46
LONDRINA	1834	1822	1955	78	73	75	20	23	19	12	12	13
MARINGÁ	733	1203	1321	42	41	43	05	05	06	09	10	13
CASCADEL	1191	1191	1224	49	53	56	06	08	09	05	08	09
ITAPEJARA*	565	648	638	14	14	16	02	01	02	02	04	01
PONTA GROSSA	730	725	497	33	36	32	05	08	03	05	05	06
SANTA MARIA	1774	1952	2053	73	81	79	25	27	31	14	16	16
UNIVERSIDADE*	5812	6500	7030	430	459	497	98	88	70	145	150	145
LÁBREA*	394	469	446	12	12	12	01	01	01	04	04	04
CANUTAMA*	423	449	596	16	17	22	00	00	00	02	03	03
TAPAUÁ*	553	571	642	23	22	21	04	04	02	04	04	13
T O T A L	25349	27558	29510	1096	1158	1237	128	238	228	297	322	367

Obs.: Os assinalados com um * são pagos pela SPC(UCP) ou pelo Estado.

Set.80.

* SPC (Sociedade Paranaense de Cultura) - Mantenedora da Universidade Católica do Paraná (UCP).

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 01 e 02 de novembro de 1980, p.13.

De 1981 a 1983, o número de matrículas continuou crescendo e com certa estabilização, assim como a contratação de professores e funcionários leigos, com exceção de quatro colégios que tiveram um leve decréscimo (Tabela 16).

Tabela 16- Estatística das obras apostólicas da PMSP.

OBRA	MATRÍCULAS -ALUNOS-			PROFESSORES			CORPO TÉC. E AUXILIAR			FUNCIONÁRIOS		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
BRASÍLIA	4251	4347	4340	124	116	124	36	55	63	32	36	27
CANUTAMA	519	612	679	22	22	21	-	-	03	04	04	11
CASCAVEL	1237	1080	1083	48	52	57	10	09	11	09	10	09
CURITIBA	2107	2381	2548	90	88	101	31	30	33	16	16	22
ITAPEJARA	579	582	470	14	10	15	03	02	02	03	03	04
LÁBREA	450	460	533	11	11	12	01	01	02	02	02	03
LONDRINA	1927	1895	1822	68	74	66	28	15	21	10	17	18
MARINGÁ	1244	1460	1605	47	45	54	10	07	09	08	13	14
PONTA GROSSA	391	367	446	21	17	22	01	04	03	08	09	12
RIB. PRETO	1172	1230	1334	45	48	49	06	08	09	13	12	13
SANTOS	1652	1589	1556	61	56	54	14	16	08	17	18	18
SP-ARQUI	4959	5027	4994	139	133	146	35	62	63	47	61	63
SP-GLÓRIA	1316	1134	1077	39	49	44	13	12	14	12	18	19
TAPAUÁ	663	710	788	22	17	22	01	03	04	09	09	21
ABEC-SEDE	-	-	-	-	-	-	07	08	08	04	04	04
UCP/H. CAJURU	7364	8003	8209	537	518	568	266	306	570	57	381	322
EDITORA FTD	-	-	-	-	-	-	36	59	65	186	158	170
C.S. PAU D'ALHO	50	52	42	02	02	02	-	01	01	02	02	02
T O T A L	29953	30929	31526	1288	1258	1357	498	599	889	439	773	742

Fonte: Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1981-1983.** São Paulo, 22 a 24 de outubro de 1983, p.13.

Se de 1967 a 1976 a província priorizou a atualização da catequese, no final dos anos de 1970 em diante, com o constante aumento de professores e funcionários leigos, foi exigido dos Irmãos Maristas o fomento da formação continuada. A EMIR promoveu um curso para os funcionários leigos, com teores de formação humana e Marista.⁵⁴³ No final dos anos de 1970, a PMSP viabilizou a formação permanente dos leigos; organizou a Caminhada de Aperfeiçoamento Marista (CAMAR) para oferecer formação cristã e Marista, já que a “reativação” do apostolado se vinculava à necessidade de formação dos leigos. Essa formação acontecia no início de cada semestre letivo, com as coordenações dos distintos setores dos colégios. Foi preciso adaptar os leigos em conformidade com a proposta Marista de educação para garantir a sobrevivência e continuidade dos trabalhos apostólicos, sobretudo dos colégios. Como vimos, o crescimento numérico dos leigos esteve relacionado à falta de religiosos, mas também

⁵⁴³ Equipe Marista InterProvincial de Reflexão. **29ª reunião.** São Paulo, SP, 9 a 12 de novembro de 1978, p.96. Esse curso foi implantado na PMSP a partir de 1978 (Caminhada de Aperfeiçoamento Marista) e, dentre os conteúdos descritos, constam: integração de grupo, espiritualidade Marista, visão de Igreja, sentido pastoral e apostólico da educação, oração, Concílio Vaticano II, história da Congregação, formação da consciência crítica na educação, evangelização, mariologia e técnicas de liderança.

porque as novas gerações de Irmãos, em função da formação recebida, não se identificavam de maneira unânime com os colégios privados:

Os Irmãos escasseiam. Os novos, geralmente, não são atraídos pela escola tradicional. Nossos colégios continuam sendo elitistas, embora se procure dar vez aos menos aquinhoados da fortuna. O aspecto grandioso do passado vai cair. Importa nos situemos na realidade concreta.⁵⁴⁴

A província enfrentou impasses para acompanhar o ritmo das mudanças da sociedade e as orientações do Estado em relação ao ensino. Além disso, com a ampliação da contratação de leigos, teoricamente, os Irmãos teriam mais tempo para a vida comunitária, o recrutamento de vocações, as atividades com a Igreja local e com a educação dos pobres, sem deixar de “organizar os colégios com sistema de empresa.”⁵⁴⁵ Os religiosos atribuíram aos leigos a possibilidade de renovação da província pela capacidade que eles teriam para interagir com as transformações da sociedade nos campos econômico e educacional. Logo, vê-se a dificuldade dos Irmãos para acompanhar a modernidade, caracterizada pelo progresso, a pluralidade sociocultural e a aceleração do tempo como marcas do meio secular.⁵⁴⁶

Em 1983, durante uma Assembleia, concluiu-se que “engajar os leigos em nossas obras é uma necessidade.”⁵⁴⁷ Havia, porém, algumas preocupações, caso esses educadores leigos assumissem cargos de direção: a província propunha iniciar com um ou dois colégios; demarcar as atribuições e período de permanência na direção; delinear a supervisão com mecanismos de cobrança; não poderia ser ex-Irmão Marista, ex-padre, ex-religioso de outro instituto; assegurar a fidelidade aos propósitos e valores educacionais do instituto para que os colégios continuassem sendo Maristas; estabelecer a direção colegiada para que não houvesse concentração de poderes nos diretores; e continuar promovendo a formação dos leigos com a CAMAR. Havia o receio de os colégios perderem a identidade Marista com a referência leiga. Em vista disso, alguns critérios foram enumerados para a condução de um educador leigo ao cargo de diretor:

Vivência cristã exemplar; Cristão convicto, apóstolo; Idôneo e de confiança dos Irmãos, capacitados; Pessoa afinada com a Filosofia Marista; Pessoa

⁵⁴⁴ Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 23ª reunião**. Fortaleza-CE, 26 de abril a 03 de maio de 1981, p.122.

⁵⁴⁵ Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980, p.13.

⁵⁴⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

⁵⁴⁷ Província Marista de São Paulo. **Avaliação do triênio 1978-1980**. Prioridades para o triênio 1981-1983, p.52.

preparada e imbuída do espírito Marista; Tenha liderança, seja aceito pelos demais; Tenha capacidade administrativa.⁵⁴⁸

Apesar dos critérios assinalados, boa parte dos Irmãos não consentiu com a ideia de trabalhar sob a direção de um leigo, alegando que os colégios teriam gastos adicionais com esses funcionários e que preferiam reduzir o número de colégios a submeter-se a essa experiência com um “estranho à Congregação.”⁵⁴⁹ Embora não existisse consenso, eram unânimes em concordar que a direção dos colégios não deveria permanecer com os religiosos sem a devida capacitação para o exercício da função. Independentemente das divergências, para esse cargo, foram priorizados os professores e ex-alunos pelo fato de conhecerem o Instituto Marista, imbuídos dos seus valores. “Os Colégios se complexificaram muito e os leigos constituem os 96% dos que trabalham em nossas obras educacionais. Prezados Irmãos, conclamamos todos a assumirem a responsabilidade de animadores da Missão Marista [sic].”⁵⁵⁰ Ainda que nem todos os Irmãos concordassem com a atribuição de cargos de direção e coordenação aos leigos, foram unânimes em apoiá-los em vista da necessidade de mão de obra, certos de que não poderiam mais se esquivar das exigências da conjuntura religiosa e econômica.

Em uma reunião dos provinciais do Brasil, o Irmão Achylles Scapin (1928-2008), da Província Brasil Norte, expressou o risco de as províncias brasileiras permanecerem restritas às atividades internas dos seus colégios. Por isso, propôs o fechamento de alguns e a inserção dos Irmãos com a educação dos pobres em locais onde o Estado não ofertava serviços educacionais. Na mesma esteira, o Irmão Luiz Silveira (1933-1991), conselheiro geral de 1977 a 1985, foi diligente em manter os religiosos dentro de uma leitura do carisma do instituto, remetendo diretamente à opção que o fundador Marcelinho Champagnat fez com a educação dos pobres em terras francesas: “Que é prioritário: a fidelidade ao Fundador, isto é, ao Espírito Santo, ou a fidelidade à situação criada e alimentada por nós?”⁵⁵¹

Essa indagação do Irmão Luiz Silveira foi dirigida às províncias brasileiras em função da relutância dos Irmãos que justificavam a fidelidade ao carisma apoiados no trabalho escolar com as elites, uma postura considerada por esse religioso como nociva à renovação solicitada pelo Instituto Marista e pela Igreja Católica da América Latina.

⁵⁴⁸ Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980, p.12.

⁵⁴⁹ Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980, p.12.

⁵⁵⁰ PEDRI, Davide. **Aos Irmãos e Formandos**. São Paulo, 28 de fevereiro de 1985, p.4.

⁵⁵¹ SILVEIRA, Luiz. Congregação Marista: uma nítida opção pelos pobres. **Presença Marista**, Campinas, n.27, p.213-219, setembro de 1981, p.219.

Ao fazer isso, desconsiderou as experiências de décadas que foram constituídas entre muitas gerações de Irmãos Maristas, pois nem todos compartilhavam da mesma leitura do carisma, visto que o seu caráter dinâmico se torna incompatível com a uniformidade interpretativa sobre o apostolado. Deste modo, o retorno às origens acabou se tornando um paradoxo diante da modernidade, quando a busca pela renovação foi vinculada ao retorno às experiências do passado, ao antigo: “à beira do abismo do presente, volta-se para o passado. Se, por um lado, recusa o antigo, tende a refugiar-se na história [...] Este período, que se diz e quer totalmente novo, deixa-se obcecar pelo passado.”⁵⁵²

Com certa regularidade, nos planejamentos e formação continuada dos Irmãos e dos leigos, discutia-se a Teologia da Libertação, consoante a Educação Libertadora/Educação Evangelizadora,⁵⁵³ e esses temas também faziam parte das discussões que circulavam nas escolas católicas com as publicações da revista mensal da AEC.⁵⁵⁴ Se por um lado os colégios permaneceram atendendo à mesma clientela, por outro, a Educação Libertadora tornou-se inconciliável, acentuando-se “o conflito entre Escola Católica particular, paga e de acesso exclusivo às classes abastadas e uma Igreja que faz declarada Opção Preferencial pelos Pobres.”⁵⁵⁵ Por mais que a província tivesse o propósito de implantar a Educação Libertadora, os Irmãos e os leigos concluíram ser impossível aplicá-la com a clientela frequentadora de seus colégios na mesma perspectiva conferida pelos documentos das Conferências Episcopais de Medellín e de

⁵⁵² LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p.199.

⁵⁵³ Durante as Assembleias e Capítulos Provinciais, utilizavam textos que serviam como base teórica para as discussões sobre a educação católica dos colégios maristas: “Pensar ou repensar a educação: como?” (Moacir Gadotti); “Educação e prática da liberdade. Reflexões de um educador cristão numa entrevista exclusiva a tempo e presença” (Paulo Freire); “Educação Libertadora” (Clara Yañez); “Educação Libertadora” (Pe. Tarcísio Scaramussa); “Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira: Introdução a uma pedagogia do conflito” (Moacir Gadotti); “A Educação Católica de Medellín a Puebla” (Ir. Panini)”.

⁵⁵⁴ Alguns artigos publicados em *Cadernos da A.E.C.*, de 1980 a 1986, pinçados aleatoriamente, e que evidenciam as pautas daquele período: “Educar para a justiça” (João Batista Libânio); “A política social da educação e da cultura” (Pedro Demo); “O que significa política” (Leonardo Boff); “Opção pelos pobres: desafios e prospectivas para a Educação Católica”; “Opção pelos pobres e a democratização do ensino”; “Democratização do ensino: projeto fundamentalmente político”; “Cultura política, democratização e sociedade” (Pedro Demo); “O educador e a opção pelos pobres: consciência crítica”; “O leigo católico testemunha a fé na escola”; “O educador e a escola: como viabilizar a opção pelos pobres?”; “Educação popular e escolarização popular” (Sérgio Haddad); “Educação popular e educação escolar: confronto ou articulação?” (Agostinho Castejón); “Educação religiosa e opção pelos pobres: desafios e prospectivas”; “Escola, educação religiosa e opção pelos pobres: questionamentos”; “Os pobres nos evangelizam: desafios à educação cristã”; “Educação popular: saber e poder”; “Prioridades para uma sólida pastoral educativa (Ir. Joaquim Panini)”;

“O MEB: origens, experiências e visão do episcopado” (Nivaldo Monte); “A prática educativa do MEB ontem” (Osmar Fávero); “A educação Popular e a sua caminhada no Brasil” (Luiz Eduardo Wanderley); “Uma experiência em alfabetização de adultos” (Sérgio Haddad); “Educação e participação” (Edno Valle).

⁵⁵⁵ ALVES, Manoel. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.16, p. 209-228, set./dez. 2005, p.5.

Puebla. Neste mesmo período, a CRB relatou alguns impasses dos institutos religiosos que trabalhavam com educação, desde os elevados custos para manterem as suas escolas, até a necessidade de atender uma clientela abastada para sobreviverem.⁵⁵⁶

De 1967 a 1977, a PMSP acreditava ser possível conciliar a Educação Libertadora com a elitista, entretanto, essa proposta tornou-se cada vez mais incoerente e menos presente nas discussões dos anos que se seguiram, pois concluíram que essa perspectiva de educação só seria viável com a inserção dos religiosos e leigos nos meios populares:

[...] não se conseguiu operacionalizar uma educação libertadora, por divergências entre os vários setores das escolas, pela oposição entre o nosso projeto e os interesses da clientela, por não termos propostas claras e pelo medo de correr o risco; também não se conseguiu a preparação adequada dos religiosos educadores, nem se motivaram suficientemente os religiosos jovens; sobretudo, não se conseguiu conciliar nossa realidade educacional com a opção pelos pobres.⁵⁵⁷

Na cidade de São Paulo, em conjunto com a Arquidiocese, a província financiou o atendimento de oitenta menores infratores, centros educacionais comunitários e um projeto de formação de agentes a serviço do atendimento ao menor.⁵⁵⁸ Tais ações, porém, são consideradas pontuais e não alteraram o funcionamento dos colégios e a ocupação dos Irmãos. Essa assistência, em grande medida, se deve ao trabalho do Irmão Joaquim Panini que esteve também envolvido com as atividades da CRB e da AEC. Esse religioso, que por muito tempo trabalhou com a atualização dos colégios – e neles promoveu reflexões sobre a Educação Libertadora – concluiu que somente o trabalho educacional inserido na realidade social de pobreza poderia aproximar a província das origens da congregação. Mesmo a província optando por permanecer com os colégios privados e expandir de forma gradativa o trabalho assistencial e missionário, o Irmão Joaquim Panini defendia o fechamento progressivo dos colégios como medida importante para impelir os religiosos a inserirem-se entre os pobres, alegando que havia muitos Irmãos que desejavam cooperar com o trabalho assistencial:

O coração dos Irmãos está inclinado para os mais necessitados, mas a maioria de nossas obras, por serem pagas pelos pais, impede que através delas cheguemos aos nossos destinatários plenos: as crianças e os jovens pobres. Em consequência, pensamos e agimos facilmente a partir dos “grandes”,

⁵⁵⁶ Conferência dos Religiosos do Brasil. **Relatório de atividades 1980-1983**. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1983.

⁵⁵⁷ Província Marista de São Paulo. **Animação do setor da educação formal de uma Província a partir do ser religioso**. Mendes-RJ, 08 a 14 de agosto de 1982, p.9.

⁵⁵⁸ Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1981-1983**. São Paulo, 22 a 24 de outubro de 1983.

dificultando assim a vivência de nossa Vida Religiosa e o cumprimento de nosso carisma que nos pede de termos preferência às crianças e jovens mais necessitados.⁵⁵⁹

Esse posicionamento, advindo de um diálogo com o Irmão provincial, expressa a pretensão pessoal do Irmão Joaquim Panini de trabalhar com os pobres, acreditando ser o caminho de renovação para a província. Ainda que a província oficialmente tenha decidido incorporar as duas naturezas de trabalho, ficou notabilizada a ausência de consenso sobre os caminhos do apostolado. Questionamos a afirmação de que muitos Irmãos estariam inclinados para o trabalho assistencial e missionário desde o momento em que constatamos os mesmos religiosos trabalhando nesses setores. As poucas obras administradas pela província, entretanto, limitaram a inserção de um número maior de Irmãos no trabalho assistencial e missionário. Além disso, os planejamentos foram negligenciados no que tange a inserção, por isso o Irmão Joaquim Panini criticou a lentidão da província e o silenciamento de suas lideranças ante a atualização em curso, já que haviam decidido ampliar os trabalhos com os pobres.

Porque quase todas as forças, recursos, esforços voltados para este setor e ainda sem dar prioridade ao essencial [sic]. Dario, isto não pode e não deve continuar. O pecado é GRAVE [sic]. Não basta a gente falar disso nas reuniões e propor intenções nas orações para isto. Dario, o que estou pedindo é a CONVERSÃO NA PRÁTICA [sic]. Quem é aéreo na Província? Quem já conseguiu mudar de lugar social na Província, tendo já em si a conversão? O Ir. Rui, o Ir. Alfredo, o Ir. Narciso, os Irmãos das Missões, o Ir. Nilso, o Ir. Alberto, o Ir. Gilberto, o Ir. Dario, o Ir. Panini, o Ir. Afonso, o Ir. Zeferino, o Ir. Caetano, o Ir. Carlos... Quem mais dos Conselheiros? Quem mais dos Superiores e Diretores? Não queremos camisas de força nem uniformidade, mas busca de conversão.⁵⁶⁰

Para o Irmão Joaquim Panini, a renovação vinculava-se à capacidade de o governo provincial e superiores das comunidades concretizarem os planejamentos concatenados ao XVII Capítulo Geral. Os religiosos mencionados no fragmento anterior estavam inseridos em trabalhos assistenciais, missionários e na formação religiosa. Portanto, mesmo que a província tenha elaborado e oficializado uma narrativa de renovação que priorizou os pobres, estes não constituíram necessariamente o horizonte das comunidades vinculadas aos colégios: “Sentimos que há um grande desperdício da generosidade dos Irmãos e uma grande lentidão na conversão fundamental do instituto

⁵⁵⁹ PANINI, Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: Irmão Provincial e Irmãos Capitulares. São Paulo, 06 de junho de 1985, p.3.

⁵⁶⁰ PANINI, Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: Irmão Dario Bortolini (Provincial). São Paulo, 25 de agosto de 1979, p.3.

para a ‘OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES E AS MISSÕES’ [sic].”⁵⁶¹ Neste caso, há um nítido descompasso das decisões e orientações da província em relação a sua execução na vida prática das comunidades religiosas, marcadamente com a atualização dos colégios e a dificuldade para inserir os Irmãos com os pobres e as missões.

É possível identificar distintos comportamentos entre os religiosos, por vezes contraditórios, a depender do que estava posto em jogo.⁵⁶² No âmbito da oficialidade, houve adesão da província à renovação, quando elaborou os planos para atender as decisões do XVII Capítulo Geral, tanto pelos Irmãos que almejavam a inserção entre os pobres, como os que pretendiam permanecer trabalhando nos colégios. Por sua vez, é possível identificar resistência e acomodação entre os religiosos que pretendiam permanecer nos colégios, recusando-se a seguir as decisões provinciais, ao mesmo tempo em que se adaptaram à proposta de renovação. O comportamento de conciliação pode ser constatado nas relações entre as lideranças da província e as comunidades religiosas, marcadamente com intervenções para reduzir os conflitos entre os religiosos que almejavam permanecer nos colégios e os que defendiam a inserção entre os pobres. Ainda que o primeiro grupo não concordasse com a imposição das orientações de renovação, não se opuseram, à medida que lhes foi concedido permanecer nos espaços almejados. Deste modo, as lideranças da PMSP optaram pela estratégia de conciliação dos distintos interesses em jogo, com a permanência de duas opções de trabalho apostólico concomitantes: com os colégios privados e com os pobres. Mesmo, entretanto, havendo-se imposto uma decisão em sintonia com a renovação oficializada pelos documentos do Instituto Marista, na prática, a maioria dos Irmãos assentou o

⁵⁶¹ PANINI, Joaquim. **Irmãos Provinciais, as pessoas-chave da renovação significativa do Instituto. Releitura de um sonho de Champagnat**: “lês frères moitié frères et moitié soldats”. São Paulo, 1979, p.19.

⁵⁶² Rodrigo Patto Sá Motta empregou em suas pesquisas as categorias de adesão, resistência e acomodação como parte constituinte da cultura política brasileira para analisar os agentes políticos nos estudos da Ditadura Militar. “Cultura política seria um conjunto de representações, valores e padrões de comportamento político comuns a determinado grupo, sem que isso signifique qualquer forma de atavismo. O campo da política supõe o protagonismo de agentes que fazem escolhas: há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos de ação. O argumento é que as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores. Assim, não há porque (*sic*) supor oposição entre a influência de padrões culturais e a escolha dos agentes políticos. A cultura política indica caminhos e estratégias com maiores chances de sucesso que, por isso, podem tornar-se opções interessantes para os agentes envolvidos.” Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura militar brasileira e a influência da cultura política. **Revista Digital de la Escuela de Historia**, Rosario-Argentina, ano 8, v. 8, n.17, p.9-25, 2016, p.14. / MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

apostolado nos colégios, adequando-se às “exigências do jogo, ainda que não estejam reunidas num código de regras.”⁵⁶³

O Irmão Joaquim Panini indagou a morosidade e as incoerências da província, sobretudo quando constatou que o apostolado continuava restrito aos colégios. Por isso, o trabalho assistencial e com as pastorais das igrejas locais foi uma exigência do Superior Geral a todas as províncias, para que os religiosos pudessem trabalhar com atividades pastorais mais amplas do que as relacionadas à educação escolar do Instituto Marista. Entre as críticas do Superior Geral, consta o fato de os Irmãos restringirem suas atividades de evangelização aos colégios, num momento em que a Vida Religiosa brasileira, sobretudo a feminina, havia dado passos largos com a inserção social e eclesial.

Fechados em nossas obras, vivemos distantes do povo e da Igreja. Estamos esquecendo que uma das características da Vida Religiosa surgida do Vaticano II foi a descoberta da Igreja Particular e da inserção na mesma. Achamos fundamental recuperar o “*sentire cum ecclesia*” tão pregado pelo Bdo. Pe. Champagnat.⁵⁶⁴

Uma das inquietações constantes foi a tensão que gerou o carisma Marista diante das exigências do momento histórico. Os Irmãos provinciais exerceram uma postura conciliatória, porém, seguiram as decisões do XVII Capítulo Geral para evitar possíveis divergências com o Superior Geral e progressivamente determinaram à PMSP a ampliação do atendimento aos pobres:

Não nos resta outro caminho, se quisermos ser fiéis. O nosso Irmão Superior Geral, ao concitar-nos a agir com prudência, calma e muito discernimento, pede, também, a todos nós muita audácia. Todos os Irmãos são concitados a abrir este caminho que está por ser feito, vencendo os obstáculos decorrentes de nosso saudosismo, da tranqüilidade, do egoísmo, do medo do povo.⁵⁶⁵

Foram muitas as incógnitas sobre a identidade religiosa dos Irmãos Maristas dessa província, que permaneceu num processo inconcluso em função da difícil tarefa de acompanhar a modernidade e as solicitações da Igreja do Brasil (CNBB, CRB), de modo particular a formação religiosa, cujo problema residia na tensão entre formar para os colégios e a inserção social e as exigências da Igreja do Brasil. “Como ser religioso consagrado, em nossos dias? Como servir à Igreja, na vida consagrada, na AL, hoje?

⁵⁶³ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.82.

⁵⁶⁴ PANINI, Joaquim. **[Correspondência]**. Destinatário: Irmão Provincial e Irmãos Capitulares. São Paulo, 06 de junho de 1985, p.3.

⁵⁶⁵ PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 06 de junho de 1986, p.8.

Como formar os Irmãos para o mundo atual? Como manter a vitalidade de nossa congregação?⁵⁶⁶ As orientações da CRB e das conferências episcopais do Continente interferiram nas reflexões e documentos da PMSP, contudo, passados doze anos do início da atualização desse instituto, prosseguiram com dúvidas e limitações. Apresentava-se um caminho em aberto, assim como a recepção do Vaticano II na Igreja. No Sínodo de 1985, convocado pelo Papa João Paulo II (1920-2005) em solenidade aos vinte anos do Vaticano II, os bispos reconheceram que a recepção desse evento se expressava como uma área em elaboração.

Houve um distanciamento entre as orientações do Instituto Marista e as experiências das comunidades da PMSP; a província precisou lidar com uma geração de Irmãos que teve dificuldades para cooptar a mesma ideia de renovação, em função de terem constituído uma trajetória e identificação demarcada pelo modelo clássico de apostolado e de vida comunitária. Interessante é observar o acentuado conflito entre as gerações, tensionado pelas experiências dos religiosos, marcadamente com o que José Maurício Domingues denomina de “unidades de geração”,⁵⁶⁷ quando constituídas e fortalecidas por meio dos contatos pessoais, espirituais e emocionais:

[...] é necessário percebê-las como capazes de dirigir ou mesmo impor umas às outras, e a outras subjetividades coletivas, cursos de movimento que se conformem com o que almejam, seja isso produzido de maneira intencional e organizada, ou se passe como fruto de ações individuais ou movimentos de subcoletividades que acabam por tomar uma feição que favorece esse poder de uma sobre outra ou sobre outros sistemas.⁵⁶⁸

Considerando que o “campo religioso é o lugar de uma luta pela definição”,⁵⁶⁹ prevaleceu o desejo de uma maioria que divergiu da proposta de renovação por ter sido determinada à província pelas principais lideranças do Instituto Marista. Desta maneira,

⁵⁶⁶ PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 13 de junho de 1985, p.4.

⁵⁶⁷ DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.115. Importa salientar que Karl Mannheim foi o principal teórico utilizado por José Maurício Domingues para fundamentar o conceito sociológico de “geração”. Um dos aspectos tratados por Karl Mannheim, diz respeito às unidades de gerações: “uma geração enquanto uma realidade é constituída quando contemporâneos similarmente ‘situados’ participam de um destino comum e das idéias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir unidades de geração particulares. Elas se caracterizam pelo fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhado igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma unidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas” Cf. MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p.89.

⁵⁶⁸ DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p.116.

⁵⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.120.

a renovação recomendada pelo XVII Capítulo Geral e conduzida pelo Irmão Basílio Rueda com o intuito de estabelecer um programa de governo descentralizado para conceder autonomia às províncias, não conseguiu incorporar a diversidade de experiências e gerações de Irmãos, nem alcançou os objetivos almejados em função da uniformidade de seus encaminhamentos, conforme expressou o Irmão Ático Rubini ao criticar o engessamento do carisma:

Os encontros de Provinciais no Centro da cúpula congregacional deveriam aproximar-se do ‘Concílio de Jerusalém’, quando os apóstolos, na alegria, mas também no confronto – Paulo interpelando Pedro – repartiam entre si a variedade das maravilhas que o Espírito realizava entre os gentios, em vez de buscar unanimidade de passos em todos os quadrantes do mundo Marista.⁵⁷⁰

Reinhart Koselleck, nos estudos da modernidade, salientou que as experiências das mudanças com relação à temporalidade foram fundamentais para compreender o distanciamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa, “só tendo ocorrido disputa sobre o ritmo e sobre a direção a seguir.”⁵⁷¹ Se por um lado ocorreu uma lenta adaptação da vida religiosa dos Irmãos (recrutamento, formação, vida comunitária), por outro, atualizaram os colégios em conformidade com a leis de educação do País, as tendências pedagógicas, a inclusão de professores leigos, o ensino misto e a concorrência do mercado desse setor. Assim, o diálogo com a modernidade apresentou suas dubiedades. Do ponto de vista técnico e pedagógico, renovaram os seus colégios, ampliaram as matrículas e continuaram com o apostolado tradicional para satisfazer os anseios dos Irmãos que se posicionaram contrários à atualização. A manutenção do apostolado tradicional contribuiu para a cristalização de uma identidade que historicamente foi constituída entre os Irmãos Maristas do Brasil, e revela uma província que teve dificuldades para definir sua relação com a sociedade, à medida que são constatados ritmos distintos de renovação, entre os colégios e as comunidades religiosas, exigindo-lhes a adaptação.

As mentalidades estiveram em disputa e legitimaram os interesses com base na hermenêutica que elaboram do concílio, portanto, a recepção vai além dos decretos, declarações e constituições. As mudanças promovidas pela PMSP correspondem a uma etapa da recepção do Vaticano II, que é um caminho mais longo e demorado pelo fato de as reformas camuflarem as mentalidades no decorrer do processo de renovação,

⁵⁷⁰ RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983, p.3.

⁵⁷¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p.295.

quando se constata que “os quadros institucionais mudam sem que a mentalidade seja profundamente afetada pelo evento conciliar.”⁵⁷²

Deste modo, a PMSP conciliou as duas propostas de apostolado: manteve os colégios e ampliou o trabalho com a educação dos pobres: “acolher, discernir, dirigir e atender Irmãos que desejarem iniciar uma atividade junto aos mais necessitados, com critérios evangélicos e dentro da viabilidade.”⁵⁷³ Em razão disso, mesmo sem consenso, permaneceram dois campos de trabalho com a educação, de naturezas distintas, cujos religiosos se identificavam e desenvolviam suas atividades, sem eliminar um em detrimento do outro e sem deixar de reconhecer a legitimidade das orientações do Instituto Marista e da Igreja Católica. Não sem conflitos e contradições, porém.

⁵⁷² “Les cadres institutionnels changent sans que la mentalité soit profondément affectée par l’événement conciliaire.” Cf. ROUTHIER, Gilles. **La réception d’un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993, p.103.

⁵⁷³ Província Marista de São Paulo. **Reunião do Conselho Provincial**. São Paulo, abril, maio e junho de 1979, p.3.

7 CONCLUSÃO

“Poderemos então dizer que também o vivido religioso cristão encontrou seu lugar entre os estilos de vida da nossa modernidade?”⁵⁷⁴ Ao analisar o catolicismo, vinte e seis anos após o encerramento do Concílio Vaticano II, o filósofo Cláudio Henrique Lima Vaz assinalou que esta indagação ainda carecia de respostas; a relação da Igreja Católica com a modernidade provocou uma crise temporal com as experiências históricas do seu presente e das pretensões com o seu futuro, marcado por distintos ritmos de atualização. Ou seja, a Igreja Católica necessitou empreender esforços para se adaptar e acompanhar os progressos da sociedade. Nesse sentido, a recepção desse concílio permanece um campo aberto, e diz respeito à sua hermenêutica e à análise da sua apropriação no cotidiano dos contextos particulares da vida eclesial. As variadas interpretações do Concílio Vaticano II se relacionam à sua recepção numa perspectiva de longa duração, nas experiências dos sujeitos e instituições vinculadas ao catolicismo, nas culturas locais, nos atos oficiais e no âmbito de sua não oficialidade, com a seletividade e a criatividade dos agentes envolvidos.

Assim, fez-se necessário compreender a inculturação das orientações oficiais da Igreja Católica no Instituto Marista, transpondo uma análise da capacidade de os religiosos se adequarem às orientações do concílio na vida prática da PMSP. Mesmo que os documentos dessa província demonstrassem sintonia com as decisões dos Capítulos Gerais, a prática dos religiosos atestou que não havia consenso sobre a renovação, além de predominar uma recepção teórica.

Na PMSP, os documentos conciliares, de fato, deram fundamento para a formação, as missões, o trabalho com as classes populares, a participação dos Irmãos nas igrejas locais e a inclusão dos leigos no trabalho Marista, o que certamente significou uma mudança nas concepções das práticas eclesiológicas e pastorais. De maneira unívoca, os religiosos não se eximiram de reconhecer a validade do concílio e o aceitaram como ato supremo da Igreja Católica, aderindo às suas orientações de maneiras muito particulares.

Divergindo da historiografia que defende o Concílio Vaticano II como marco de rupturas, em diversos níveis, sobretudo aquela produzida no âmbito da teologia, os impasses enfrentados pela Igreja Católica e pelos institutos religiosos com a atualização

⁵⁷⁴ VAZ, Henrique C. de Lima. *Religião e Modernidade. Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v.18, n.53, p.147-165, 1991, p.164.

não podem ser compreendidos somente com suporte nesse evento, embora tenha contribuído para potencializar os problemas relativos à renovação. Mesmo que o Vaticano II tenha apresentado os ensinamentos da Igreja Católica desde uma nova linguagem, há de se considerar que “o concílio não é a Igreja, é um fato de sua vida.”⁵⁷⁵ As experiências dessa instituição milenar demonstram que a adaptação foi uma constante em sua trajetória histórica. Portanto, este concílio foi recebido de maneira singular em cada cultura, com determinações doutrinárias e disciplinares, mesmo com o risco de permanecer estranho aos sujeitos da recepção.

Partindo do princípio de que o Instituto Marista assumiu a renovação orientada pela Igreja Católica, não deixou de transparecer as ambiguidades quando recorreu às experiências do passado para responder às necessidades do presente e projetar o futuro: “permanecendo a mesma, completamente fiel ao Fundador, sem ruptura com seu passado, julga acolher hoje o chamamento do Concílio e sintonizar com os sinais dos tempos.”⁵⁷⁶ Deste modo, os religiosos levaram em consideração os princípios e critérios do Decreto *Perfectae Caritatis* (1965); a releitura e instrumentalização do carisma desse instituto aspirou a promover elementos identitários, fazendo com que os religiosos recorressem à memória das experiências fundadoras para lidar com os seus dilemas e impasses do presente. A hermenêutica que o Instituto Marista fez dos documentos do Concílio Vaticano II, estabeleceu os pobres como destinatários do apostolado. Essa hermenêutica não fez parte do horizonte de expectativa de todos os religiosos, que, em grande medida, foram mal compreendidos em suas experiências e compelidos a se adaptarem às decisões e orientações dos Capítulos Gerais. As gerações que tiveram uma identidade religiosa constituída em tempo anterior ao concílio, nem sempre conseguiram atualizar-se, por acreditarem que não deveriam modificar abruptamente suas trajetórias pessoais e institucionais. Por mais que o Irmão Basílio Rueda tenha empreendido esforços de renovação, notamos um distanciamento entre o espaço de experiência dos Capítulos Gerais e o horizonte de expectativa de suas províncias. Mesmo que os Capítulos Gerais tivessem elaborado um conjunto de documentos bastante coeso, as exortações do Superior Geral revelam um descompasso das decisões oficiais relativamente à apropriação das províncias.

⁵⁷⁵ CONGAR, Yves. Estrutura ou regime conciliar da Igreja. *Concilium*, Petrópolis-RJ, n.187, p.6-14, 1983, p.13.

⁵⁷⁶ RUEDA, Basílio. *Circular*. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968, p.161.

A identidade da Vida Religiosa, em grande medida, é demarcada pelo trabalho pastoral das Ordens e Congregações. Ainda que o trabalho com a educação dos pobres tenha se tornado prioridade, os embates em defesa da manutenção da escola privada impossibilitaram a renovação prescrita nos documentos da PMSP. Havia divergências e descompasso entre a formação dos novos religiosos e os espaços de trabalho a que eram submetidos posteriormente; uma formação que tardiamente conseguiu incorporar e acompanhar as orientações da CRB, com ênfase num perfil de religiosos inseridos entre as classes populares e nas pastorais das igrejas locais, porém, sem se eximirem de recomendar os colégios como espaços possíveis de trabalho para os religiosos. A releitura do trabalho apostólico gerou embates e exigiu das lideranças a conciliação dos interesses pastorais das distintas gerações de Irmãos, considerando que o entrelaçamento dessas experiências “abarca vitoriosos e derrotados, mesmo que elas sejam percebidas e elaboradas de forma distinta.”⁵⁷⁷

A desarmonia da identidade, contudo, é identificável na opção que fizeram pelo trabalho assistencial em paralelo com a continuidade do apostolado tradicional. Neste caso, o problema não residia nos colégios, mas os colégios para os ricos, que se apresentavam na contramão da atualização oficializada pelo Instituto Marista. O problema da atualização não se limitou à tensão gerada entre permanecer no apostolado tradicional ou com os pobres, mas também com a ausência de inserção na sociedade e nas pastorais eclesiais.

Notamos que a adaptação do apostolado da PMSP foi indispensável para acomodar dois caminhos e contemplar os interesses de toda a província: justificar a continuidade do trabalho com os colégios e permitir a inserção gradativa dos religiosos entre os pobres. Os Irmãos que se identificavam com os colégios neles permaneciam. Os Irmãos que optavam por seguir as orientações oficiais do Instituto Marista, comumente, eram os mesmos que trabalhavam nos setores assistencial e missionário. Dessa maneira, dentro da oficialidade dos documentos, e mesmo nas atitudes contrárias à atualização, observa-se que ninguém negou o Concílio Vaticano II. A renovação da PMSP, contudo, pautou-se muito mais pela obediência desse instituto às recomendações do concílio, do que na proposição de um programa que favorecesse a sua pluralidade de sujeitos e experiências históricas.

⁵⁷⁷ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014, p.36.

O espaço de experiência dos Capítulos Gerais nem sempre corresponderam ao horizonte de expectativa elaborado pela PMSP. Ao mesmo tempo em que houve relutância da província às orientações do Superior Geral, modernizaram os colégios: adaptaram-se à legislação educacional, ampliaram as matrículas de alunos, implantaram a educação mista, incluíram os professores leigos (homens e mulheres) e fomentaram a formação continuada dos leigos. Essa atualização, no entanto, não ocorreu com o mesmo ímpeto no recrutamento de vocações, na formação religiosa e profissional e na organização das comunidades; o apostolado privilegiou as escolas privadas, resistiram aos trabalhos com as pastorais das igrejas locais, ensejaram uma estrutura reduzida para o trabalho com os pobres e as missões, enfrentaram conflitos relativos à identidade e articularam uma proposta de renovação que não conseguiu incluir as distintas gerações de Irmãos. Por sua vez, no final dos anos de 1970, a formação para a inserção constituiu os planos de formação religiosa, que divergia das práticas de apostolado predominantes na província.

Se por um lado o Vaticano II cooperou para potencializar algumas crises na vida religiosa dos Irmãos Maristas, por outro, eles se adaptaram à modernidade com estratégias de atualização do apostolado. A atualização dos colégios esteve muito mais relacionada às exigências do Estado do que às orientações do Concílio Vaticano II, embora a PMSP demonstrasse iniciativas para se adequar ao concílio. Por mais que os colégios se apresentassem como ponto de tensão ante as orientações do Instituto Marista, foi necessário modernizar esses estabelecimentos em função da concorrência do mercado educacional e, conseqüentemente, da necessidade de recursos financeiros para a manutenção das casas religiosas, casas de formação e os trabalhos assistenciais e missionários.

Não existia uma concepção de apostolado favorável à inclusão dos Irmãos nas atividades pastorais das igrejas locais, havendo, portanto, o trabalho de evangelização se restringido aos espaços dos colégios maristas. Dizemos que, pastoralmente, os Irmãos dessa província viviam em uma estrutura desvinculada dos demais organismos da Igreja, com atitude *ad intra*, conforme verificamos nas constantes exortações do Superior Geral: “Formamos cristãos, mas não católicos inseridos na Igreja; e isto é com certeza devido à situação de ghetto de que não somos os únicos responsáveis; mas não percamos todo nosso tempo a justificar-nos. Procuremos sair desse ‘ghetto, e será

melhor.”⁵⁷⁸ As discussões da Igreja do Brasil e da CRB, mesmo não traduzindo as particularidades da realidade da PMSP, não devem ser negligenciadas; suas orientações tencionaram a identidade dos Irmãos Maristas dessa província.

Ressaltamos que as lideranças da PMSP reconheceram que as suas comunidades religiosas e o trabalho apostólico tardaram para estabelecer uma dinâmica de renovação acompanhando as mudanças solicitadas pela CRB e a AEC; reconhecidamente, houve um distanciamento entre o espaço de experiência desses organismos da Igreja Católica e a expectativa da PMSP:

O momento em que vive o Brasil é um “fervilhar em todos os campos” e ao mesmo tempo bastante sério em termos de decisões para o futuro. Por outro lado, sinto muito frágil nossa Vida Religiosa e a animação da mesma e a preparação muito insuficiente dos Irmãos para enfrentar a complexidade do momento. Temos duas tentações que para mim são cômodas, mas perigosas: **ignorar o atual momento histórico ou usar a força do poder econômico para manter simplesmente o que temos [...]. Tenho o pressentimento que se não apressarmos as coisas chegaremos tarde.** Sinto-o na pele, porque vivo os momentos fortes da CRB, AEC e CNBB [...]. **Sinto que esperamos demais e os problemas se avolumam cada vez mais.** O mais grave disso tudo é que os Jovens Irmãos não estão mordendo o que está aí. É para clarear um pouco mais aos jovens nossa proposta que estou lhes falando de que **temos que nos apressar um pouco mais.**⁵⁷⁹ (*grifamos*)

Portanto, há de se destacar a morosidade com que a PMSP implementou as decisões dos Capítulos Gerais, evidenciada com um número reduzido de escolas de natureza assistenciais (três). Por sua vez, após um breve levantamento das unidades de trabalho apostólico, de 1987 a 2000, constata-se que essa província fundou dez centros de educação assistencial e manteve o funcionamento dos colégios privados. Isso denota a lentidão para implantar a renovação prescrita em seus documentos. Esse recorte temporal requer, todavia, estudos acerca do prolongamento da recepção do Vaticano II.

A busca por caminhos que justificassem e legitimassem o projeto religioso da escola católica não encontrou mais um cenário pacífico como foi no passado, anterior aos anos de 1960. “Ainda tem sentido uma escola católica no Brasil? A escola católica encontra plausibilidade junto ao povo, à hierarquia da Igreja e junto aos próprios religiosos que nela trabalham?”⁵⁸⁰ Mesmo considerando a diversidade de experiências dos institutos religiosos vinculados ao ensino, tais indagações remetem à crise da

⁵⁷⁸ RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, Roma, 25 de dezembro de 1975, n.3, p.180.

⁵⁷⁹ PANINI, Joaquim. **[Correspondência]**. Destinatário: Irmão Provinciais do Brasil. São Paulo, 28 de setembro de 1985, p.1.

⁵⁸⁰ ROSSA, Leandro. Escola Católica no Brasil, hoje. **Revista de Educação AEC**, Brasília, ano 16, n.65, p.7-13, jul./set. 1987, p.7.

formação religiosa dos colégios, que necessitaram submeter-se às exigências do Estado e do mercado educacional, pois cada vez mais necessitaram formar os alunos para as demandas da sociedade. Essa realidade pontificou nos colégios da PMSP, sobretudo quando se constatou a ineficácia para alicerçar a formação de seus alunos nos valores cristãos. Em grande medida, a opção pastoral da Igreja Católica e da Vida Religiosa do Brasil tornou-se incompatível com a manutenção das estruturas e organização do apostolado tradicional dos colégios católicos. As discussões que envolveram a opção pelos pobres e o processo de democratização da educação e da sociedade brasileira questionaram a razão de ser das escolas católicas, que, ao se adaptarem, optaram por trabalhos de naturezas distintas.

Quando as fontes são eclesiais, existem especificidades que precisam ser consideradas; são múltiplos os sujeitos, instituições e experiências que compõem o campo religioso católico. Portanto, novas fontes de pesquisa não de contribuir para revelar as singularidades das mentalidades e práticas do catolicismo, assim como reconstruir as narrativas que tendem a apresentá-lo como um bloco homogêneo. Para o historiador social, que se propõe a ter como objeto um instituto religioso, apresenta-se o desafio de lidar com as fontes oficiais, marcadas pela narrativa religiosa, na maioria das vezes constituídas por religiosos. Sobretudo, o desafio de acessar o arcabouço documental que compõe os arquivos das Ordens e Congregações para fomentar novos estudos desde a diversificação do escopo documental e para que as pesquisas não se limitem aos documentos e períodos que comumente são apresentados pela historiografia sobre os estudos do catolicismo brasileiro.⁵⁸¹ Nesse sentido, as pesquisas sobre a recepção do Concílio Vaticano II na educação católica permanecem um campo em aberto, tendo em conta as variadas camadas temporais que constituem as experiências do catolicismo.

Este estudo possibilitou o entendimento da recepção do Concílio Vaticano II em um instituto religioso vinculado à educação em seu contexto regional e internacional. Assim, argumentamos que a recepção do Concílio Vaticano II esteve relacionada ao processo de atualização dos Irmãos Maristas, constituída nos espaços decisórios e

⁵⁸¹ Referente aos arquivos e fontes eclesiais, Carlos Bacellar limitou-se ao período colonial e imperial, indicando os registros paroquiais, processos e correspondências. Tais categorias documentais são importantes, porém, não o suficiente para dar conta de estudos dos distintos sujeitos e grupos que compõem o catolicismo brasileiro, já que o autor reúne os documentos comumente utilizados em períodos anteriores ao século XX, e pelo fato de resumir os arquivos às dioceses e suas respectivas paróquias. Cf. BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

implementada nas realidades regionais de suas províncias. Abrem-se possibilidades de pesquisas comparativas entre as províncias maristas brasileiras e estrangeiras, e entre o Instituto Marista e outros institutos religiosos que trabalham com a educação, seja no Brasil ou no Exterior.

A historicização das Ordens e Congregações, os estudos do funcionamento, da estrutura e da organização, ainda carecem de trabalhos na seara da História. Para essa empreitada, os diálogos com as ciências humanas e sociais são imprescindíveis do ponto de vista teórico-metodológico. Considerando que são escassas as pesquisas que têm por objeto os institutos religiosos que trabalham com a educação, sobretudo referentes ao período da segunda metade do século XX, alguns temas tratados nesta tese abrem possibilidades de ampliar as demandas científicas e estabelecer a comparação com outros institutos: a educação mista, os professores leigos, a diminuição das vocações, a interferência do cinema e da televisão na Vida Religiosa e na educação católica, assim como as permanências e rupturas das práticas educativas e dos ideais de formação dos colégios católicos. Além da diversidade de arquivos e documentos das Ordens e Congregações, a metodologia da História Oral apresenta-se como perspectiva para descrever as minúcias e nuances das práticas religiosas e das práticas educativas, que só podem ser definidas na singularidade dos contextos espaciais e temporais.

Como possibilidade de análise da recepção do Concílio Vaticano II além do Instituto Marista, torna-se pertinente ampliar os estudos com a verificação das representações da recepção na Vida Religiosa do Brasil. Para isso, as revistas *Grande Sinal* e *Convergência* constituem-se instrumentos mediadores da recepção, documentos primordiais para compreendermos a trajetória das Ordens e Congregações, e apresentam a organização da Vida Religiosa, aspectos teológicos, práticas pastorais, concepções doutrinárias e eclesiológicas. Esses periódicos nacionais destinados aos religiosos, comumente escritos por especialistas religiosos e religiosas, são passíveis de contribuir para a compreensão das dinâmicas de recepção do Concílio Vaticano II por meio do estudo das “culturas conciliares”.⁵⁸²

⁵⁸² “Denominamos como *culturas conciliares* as crenças, representações, sentimentos e práticas que emergem entre os diferentes atores que recebem o Vaticano II – Interpretações do concílio concretizadas em certas narrativas.” Cf. CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 54, p. 1526-1543, set./dez. 2019, p.1531.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Antonio José *et. al.* A 50 anos do Vaticano II. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n.288, out. 2012.
- ALVES, Manoel. Sistema católico de educação e ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n.16, p. 209-228, set./dez. 2005.
- ALVES, Manoel. Perspectivas da escola católica no Brasil: ajudando a pensar as estatísticas da Pesquisa CERIS-ANAMEC. *In: Censo das Escolas Católicas no Brasil*. Pesquisa ANAMEC/CERIS. Bauru-SP: EDUSC, 2006, p.19-57.
- ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AMARAL, Ronaldo. **A santidade habita o deserto**: a hagiografia à luz do imaginário social. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: uma relação de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.
- AZEVEDO, Dermi. A Igreja católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.52, p.109-119, 2004.
- AZZI, Riolando. **História da Educação Católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas: os primórdios da obra de Champagnat no Brasil (1897-1922). São Paulo: SIMAR/Loyola, 1996, v.1.
- AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: Contribuição dos Irmãos Maristas: a consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947). São Paulo: SIMAR- Secretariado Interprovincial Marista, 1996, v.2.
- AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: Contribuição dos Irmãos Maristas: a expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972). São Paulo: SIMAR- Secretariado Interprovincial Marista; Edições Loyola, 1999, v.3.
- AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: Contribuição dos Irmãos Maristas: novos rumos da obra de Champagnat no Brasil (1972-1997). São Paulo: SIMAR- Secretariado Interprovincial Marista, 2005, v.4.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla B.. Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-79.

BARROS, Myriam Lins de. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. *In*: BARROS, Myriam Lins de (Org.) **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p.17-38.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BEOZZO, José Oscar. A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil. *In*: ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II: Le concile au risque de l'histoire et des espaces humains**. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004, p.2003-223.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. Concílio Vaticano II. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.184-204.

BERGER, Peter L. **Os múltiplos altares da Modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIANCHEZZI, Clarice. Novos rumos dentro da Igreja: a comunidade de religiosa Fraternidade Esperança. *In*: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (Orgs.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 334-358.

BIANCHEZZI, Clarice. **Entre documentos e narrativas, marcas de identidade: a organização dos dois primeiros Centros de Desenvolvimento Infantil e as religiosas da Fraternidade Esperança**. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BIANCHEZZI, Clarice. A recepção do Concílio Vaticano II entre religiosas de uma Congregação católica feminina no sul do Brasil. **XIV Jornadas Interescuelas**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, 2 al 5 de octubre de 2013.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Teologia da Libertação no debate atual**. 3. ed. Petrópolis-RJ, Vozes: 1985).

BONATO, Massimo. **Transformações do catolicismo brasileiro pós-Concílio Vaticano II: uma análise da ação pastoral do padre Alberto Antoniazzi**. 2009. 130 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BONATO, Massimo. **Igreja Católica e modernização social: a crise do catolicismo a partir da experiência missionária de um grupo de jovens italianos em Belo Horizonte nos anos 1960**. 2014. 346 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOSCHILIA, Roseli Terezinha **Modelando condutas: a educação católica em colégios masculinos** (Curitiba, 1925-1965). 2002. 225 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

BRIGHENTI, Agenor. **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2016.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. A especificidade do religioso: um diálogo entre historiografia e teologia. **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 53-64, jul. 2008.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 17, n. 54, p. 1526-1543, set./dez. 2019.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Concílio Vaticano II: 50 anos depois. *In*: MARCHI, Euclides; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Poder e religiosidade: o espaço do sagrado no século XXI**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015, p. 71-93.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Recepção do Concílio Vaticano II: objeto do historiador. *In*: BRANDÃO, Sylvana; CABRAL, Newton Darwin de Andrade (Orgs.). **História das Religiões no Brasil**. Recife- PE: AIP-Associação da Imprensa de Pernambuco; Carpe Diem Edições e Produções, 2015a, p.93-115.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. **Estudos Teológicos**, Belo Horizonte-MG, v.55, n.1, p.60-75, jan./jun., 2015b.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O pontificado de João Paulo II e a herança do Concílio Vaticano II: em busca de uma interpretação normalizante. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá-PR, edição especial, p.155-173, jan., 2013.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II**. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II: apontamentos bibliográficos para um estudo historiográfico. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, ano 43, n.120, p.211-226, mai./ago, 2011a.

CANCIAN, Renato. **Igreja Católica e ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009.

- CECATTO, Adriano. **A implantação do ensino misto no colégio Marista Santa Maria de Curitiba no final da década de 1970**. 2008. 67 f. Monografia (Graduação em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CECATTO, Adriano. Narrativas e representações da Vida Religiosa feminina no Brasil (1969-1974). **Semina**, Passo Fundo-RS, v. 19, n. 1, p. 164-184, jan/abr. 2020.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- CODINA, Victor. Nova configuração da Igreja. *In*: BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (Orgs.). **O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015, p.108-127.
- CONGAR, Yves. Renovação do espírito e reforma da Instituição. **Concilium**, Petrópolis-RJ, n.3, n.73, p.305-313, 1972.
- CONGAR, Yves. Estrutura ou regime conciliar da Igreja. **Concilium**, Petrópolis-RJ, n.187, p.6-14, 1983.
- CRESPO, Samyra. Escolas católicas renovadas e a educação libertadora no Brasil. *In*: SANCHIS, Pierre (Org.). **Catolicismo: Modernidade e tradição**. São Paulo: Loyola, 1992, p.153-218.
- CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.93-131.
- DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- FAGGIOLI, Massimo. **Vaticano II: a luta pelo sentido**. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT, David F.; PACKER J.I. **Novo Dicionário de Teologia**. São Paulo: Hagnos, 2009.
- FERRARO, Benedito. CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. *In*: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.91-99.
- FIORES, Stefano de; GOFFI, Tullo (Orgs.). **Dicionário de Espiritualidade**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989, p.32-44.

FORTIN, Cassandra. **“Une femme de tout temps, d’hier, d’aujourd’hui et de demain”**: Les Petites Soeurs de la Sainte-Famille dans le contexte du concile Vatican II (1962-1983). 2017. 141 f. Thèse (Maîtrise en Histoire) - Département D’Histoire. Faculté des lettres et sciences humaines, Université de Sherbrooke, Québec, 2017.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GAGNEB, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GARCIA, Martina Maria Eudósia Gonzáles. **Recomposição da Vida Religiosa**: estudo das relações entre indivíduo e comunidade nas congregações femininas. 2006. 265 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIHLEB, Rania; GIUNTELLA, Osea. Nuns and the Effects of Catholic Schools: Evidence from Vatican II. **Journal of Economic Behavior & Organization**, n.137, p.191-213, November, 2013. Inglês (EUA, Internacional). Disponível em: <http://ftp.iza.org/dp7753.pdf> Acesso em: 15 de abril de 2019.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. 2018. 461 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense/Universität Eichstätt-Ingolstadt, Rio de Janeiro - Eichstätt, 2018.

GOMES, Sara Cristina de Souza. **A Cristandade De Cores**: A Igreja Católica e o Movimento de Cursilhos de Cristandade durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1980). 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2009.

GREEN, Michael. C. **História do Instituto dos Irmãos Maristas**: uma luz incerta da aurora (1985-2016). Roma, Itália: FMS STUDIA, 2017, tomo III.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética da secularização**: sobre razão e religião. Aparecida-SP: Idéias & Letras, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

JUDT, Tony. **Reflexões sobre um século esquecido (1901-2000)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Azevedo. Gravissimum Educationis. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.414-417.

KEARNS, Lourenço. **Teología de la Vida Consagrada**. Bogotá: San Pablo, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-RJ, 2014.

LAARHOVEN, Jan Van. Balanço dos concílios ecumênicos: resumo quantitativo. **Concilium**, Petrópolis-RJ, n.187, p.62-75, 1983.

LANFREY, André. **Introdução à vida de M.J.B. Champagnat**. Brasília, DF: UMBRASIL, 2011.

LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: da aldeia de Marlhès à expansão mundial (1789-1907)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2015, tomo I.

LANFREY, André. **História do Instituto dos Irmãos Maristas: a missão Marista em um mundo violento e secularizado (1907-1985)**. Roma, Itália: FMS STUDIA, 2016, tomo II.

LAPERLE, Dominique. **“Enflammer le monde et libérer la vie”**: l'évolution et l'adapation de la Congrégation des Soeurs des Saints Noms de Jésus et de Marie en contexte conciliaire (1954-1985). 2013. 554 f. Thèse (Doctorat en Histoire) - Université du Québec à Montréal, 2013.

LAROUCHE, Andrée. **L'hermeneutique theologique de Vatican II sur le thème du laïc at la question de l'exercice des ministères par des laïcs**. 2008. 219f. Thèse (Maîtrise en Théologie). Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2008.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LAVOIE, Sylvain. **L'herméneutique théologique de Vatican II sur le thème de la pastoralité: de 1988 à 2009**. 2010. 128 f. Thèse (Maîtrise en Théologie) - Faculté de Théologie et de Sciences Religieuses, Université Laval, Québec, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Barueri-SP: Manole, 2007.

LIBÂNIO, J. B. **Igreja contemporânea: encontro com a Modernidade**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LINS DE BARROS, M. M.. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LÓPEZ, Salvador. **Psicologia e Vida Consagrada: maturidade, sexo e eu**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

LORSCHIEDER, Aloísio *et al.* **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. O cinema como pedagogia. *In*: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p.423-446.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação?** Religião e política na América Latina. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular, 2016.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano. DE EVA A MARIA: os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. *In*: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (ORG.). **História e memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002, p.77-92.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MANACORDA, Mário A. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. *In*: MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservadorismo. *In*: MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982, p. 107-136.

MENOZZI, Daniele. **A Igreja Católica e a secularização**. São Paulo: Paulinas, 1998.

MONTES, Maria Lucia. **As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura militar brasileira e a Influência da cultura política. **Revista Digital de la Escuela de Historia**, Rosario-Argentina, ano 8, v. 8, n.17, p.9-25, 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NUNES, Maria José F. Rosado. **Vida Religiosa nos meios populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

O'MALLEY, John W. **O que aconteceu no Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

PATTARO, Germano. A concepção cristã do tempo. *In*: RICOEUR, Paul *et al.* **As culturas e o tempo**: estudos reunidos pela UNESCO. Petrópolis-RJ: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p.197-228.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POULAT, Emile. La modernité à l'heure de Vatican II. **Persée**, École Française de Rome, n. 113, p.809-826, 1989. Francês (França, internacional). Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/efr_0000-0000_1989_act_113_1_3404.pdf Acesso em: 20 de outubro de 2017.

PRIMOLAN, Emilio Donizete. **Do catolicismo conservador ao Concílio Vaticano II**: a transição do catolicismo nas dioceses de Botucatu/Bauru (1948-1970). 2011. 348 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 2011.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUTHIER, Gilles. **La réception d'un concile**. Paris: Les Éditions Du Cerf, 1993.

ROUTHIER, Gilles. Entre Révolution tranquille et aggiornamento conciliaire: évolution dans le gouvernement du diocèse de Québec au cours des années 1960. **Études d'histoire religieuse**, Montréal, n. 67, p. 47-56, 2001. Francês (Canadá, internacional).

ROUTHIER, Gilles. La périodisation. *In*: ROUTHIER, Gilles (Org.). **Réceptions de Vatican II**: Le concile au risque de l'histoire et des espaces humains. Leuven – Dudley, MA, Uitgeverij Peeters, 2004, p.225-244, p.232.

ROUTHIER, Gilles. **Vatican II**: herméneutique et réception. Québec: Éditions Fides, 2006.

ROUTHIER, Gilles. **II Concilio Vaticano II**: recezione ed ermeneutica. Milano: Vita e Persiero, 2007.

ROUTHIER, Gilles. “Les signes du temps”. Fortune et Infortune d’une expression du Concile Vatican II. **Transversalités**, Paris, n. 118, p. 77-102, 2011/2. Francês (França, Internacional).

ROUTHIER, Gilles. La ricezione del concilio: mentalità, soggetti e tempo di un percorso laborioso. **Revista Pistis e Práxis**, Curitiba, v. 4, n. 2, p.475-501, jul./dez. 2012.

RUSH, Ormond. **Still Interpreting Vatican II**. Some Hermeneutical Principles. New York, EUA: Paulist Press, 2004.

SALEM, Tania. O “Individualismo Libertário” no Imaginário Social dos Anos 60. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.59-75, 1991.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de “ser santo”. **Estudos Históricos**. Franca, v. 7, n. 1, p. 27-39, 2000.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho dos. **“Verbalização do Sagrado” em tempos de fronteira**: A recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão (1959 1979). 2015. 241 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **A Lei da Educação**: LDB: Trajetória, limites e perspectivas. 14. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SCHLESGER, Hugo; PORTO, Humberto. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.210, v.1.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SERBIN, Kenneth. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Solange Maria. **Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970**: negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II. 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVEIRA, Diego Omar da. **Sacerdos Magnus. Dom Oscar de Oliveira, O Arquidiocesano e a recepção fragmentada do Concílio Vaticano II na Arquidiocese**

de Mariana (1959-1988). 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Minas Gerais, 2009.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2017.

SOUZA, Ney; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

THEOBALD, Christoph. **A recepção do Concílio Vaticano II**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2015, v.1.

TOZZI, A.A. Carisma. In: PACÔMIO, Luciano *et al* (Orgs.). **Lexicon: Dicionário Teológico Enciclopédico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.94.

VAUCHEZ, André. Santidade. In: **Enciclopedia Einaudi**. Lisboa: Casa da Moeda/Imprensa Nacional; Mythos/Logos, v. 12, 1987, p.287-300.

VAZ, Henrique C. de Lima. Religião e Modernidade. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v.18, n.53, p.147-165, 1991.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma Introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.7-72.

ZAMAGNA, Domingos. Documentos conciliares. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015, p.298-300.

ZEPEDA, José de J. L.. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, p.129-178, jun. 2010.

ZILBERMAN, Regina **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DOCUMENTOS:

ALMEIDA, Magda. Igreja vê fim da crise de vocações sacerdotais. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 de julho de 1983.

ANDRÉ, Joseph. Catequese e pastoral das vocações. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 219, p.81-87, dezembro de 1978.

Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.1.

Atas e Documentos do XVI Capítulo Geral. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma, 21 de novembro de 1968, v.2.

Ata da Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **11ª reunião**, Porto Alegre, 14 de setembro de 1972.

BENAVIDES, Luis G. **Bulletin de l'Institut**, Roma, n. 209, tomo XXVIII, p.125-269, julho de 1969.

BETTO, Frei. Tem futuro a VR? **Grande Sinal**, Petrópolis-RJ, p.250-262, maio de 1976.

BOCOS, L Gonzáles *et al.* **Discernimento comunitário.** Madrid, Espanha: EDITA-Publicaciones Claretinas, 1976.

Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino. **FMS Mensagem**, Roma, n. 1, fevereiro, 1987.

Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino. **FMS Mensagem**, n.19, maio de 1996.

BORTOLINI, Dario. *In: Província Marista de São Paulo. Relatório do seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento.* Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975, p.10.

BORTOLINI, Dario. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 27 de fevereiro de 1975.

BORTOLINI, Dario. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 27 de abril de 1976.

BORTOLINI, Dario. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 14 de junho de 1976.

BORTOLINI, Dario. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 21 de janeiro de 1977.

BORTOLINI, Dario. **Circular.** Província Marista de São Paulo, 16 de fevereiro de 1977.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 23 de fevereiro de 1978.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 15 de abril de 1978.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 25 de janeiro de 1979.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 12 de maio de 1979.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 08 de agosto de 1979.

BORTOLINI, Dario. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 08 de dezembro de 1980.

BRAMBILA, Aureliano. O Irmão Basílio Rueda e o seu pensamento sobre a obediência religiosa. **FMS Cadernos Maristas**, Roma, n. 22, Ano XVII, p.23-46, dez. 2005.

BRAMBILA, Aureliano. Basílio Rueda Guzmán, Irmão Marista da Educação. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XVI, n.34, p.87-96, maio 2016.

BRITO, Sebastiana. Pesquisa sobre as Pequenas Comunidades. **Convergência**, Rio de Janeiro, ano 4, n.33/34/35, p.93-101, abr./mai./jun. 1971.

Bulletin de l'Institut, Roma, v. XXVIII, n.188, p.5-84, outubro de 1962, p.6. Francês (Itália, internacional).

Bulletin de l'Institut, Grugliasco-Itália, v.XXIV, n. 178, Julliet, 1961, p.55-58. Francês (Itália, internacional).

Bulletin de l'Institut, Roma, v. XXVIII, n.209, p.125-269, julho de 1969. Francês (Itália, internacional).

Bulletin de l'Institut, Roma, v. XXVIII, n.208, p.3-121, maio de 1968. Francês (Itália, internacional).

Bulletin de l'Institut, Roma, v. XXIV, n.211, p.1-107, julho de 1970. Francês (Itália, internacional).

Bulletin de l'Institut, Roma, v. XXXI, n.221, p.1-44, setembro de 1982, Francês (Itália, internacional).

CHASTEL, Guy *et al.* **Nossos Superiores Gerais: Biografias dos Superiores do Instituto dos Irmãos Maristas, de 1839 a 1993**. Curitiba: PUCPRESS, 2019.

Código de Direito Canônico. Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa: Editorial Apostolado da Oração, 1983, p.106.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 1ª reunião**. São Paulo, 27 de novembro de 1960.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 12ª reunião**. Campina Grande, 02 de maio de 1973.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 15ª reunião**, Mendes-RJ, 29 de setembro de 1975.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 19ª reunião**. Recife, 17 de abril de 1977.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 20ª reunião**. Florianópolis-SC, 03 de abril de 1978.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 21ª reunião**. Santa Maria-RS, 26 de abril de 1979.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 22ª reunião**. Fortaleza-CE, 21 a 26 de abril de 1980.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 23ª reunião**. Fortaleza-CE, 26 de abril a 03 de maio de 1981.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 25ª reunião**. Porto Alegre-RS, 14 a 19 de março de 1983.

Conferência dos Irmãos Provinciais do Brasil. **Ata da 30ª reunião**. 16 a 22 de março de 1986.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Puebla: A Evangelização do presente e no futuro da América Latina**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II**. Medellín, Colômbia, 1968. Disponível em: <https://www.faculdadesjesuita.edu.br/eventodinamico/eventos/documentos/documento-FwdDtt9v3ukKPDZq.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2019.

Conferência dos Religiosos do Brasil. **Relatório de atividades 1980-1983**. Rio de Janeiro, 5 de julho de 1983.

Conferência dos Religiosos do Brasil. **XIII Assembleia Geral da CRB/Nacional**. Rio de Janeiro, 22 a 29 de julho de 1983.

Conferência dos Religiosos do Brasil. **Ata n.08**. XIII Assembleia Geral Ordinária, 22 a 29 de julho de 1983

Conferência dos Religiosos do Brasil. **XIV Assembleia Geral**. Rio de Janeiro, 21 a 26 de julho de 1986.

Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**. 6. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.

CONTE, Sabino Lino. Assuntos vocacionais. **Voz Marista**, São Paulo, n. 4, p.127-129, junho, 1956.

Coordenação de Pastoral. **Diagnóstico**. Província Marista de São Paulo, 17 de setembro de 1975.

DEUS, João de. Recrutamento nos colégios. **Voz Marista**, São Paulo, n. 7, p.232, agosto, 1956.

DEUS, João de. Para os Irmãos recrutadores. **Voz Marista**, São Paulo, n.20, p.343-344, novembro de 1957.

DEUS, João de. O cinema. **Voz Marista**, São Paulo, n. 17, p.221-228, agosto, 1957.

DEUS, João de. Mapa demonstrativo da Província Marista do Brasil Central, **Voz Marista**, São Paulo, n.31, dezembro de 1958.

DELORME, Alain. Circulares do Irmão Basílio Rueda: circunstâncias da sua composição pelo Irmão Gabriel Michel. **Cadernos Maristas FMS**, Roma, ano XXI, n. 29, p.101-128, maio de 2011.

Documento do XVII Capítulo Geral. Irmãos Maristas. Porto Alegre, Setembro-Outubro: Escola Profissional Champagnat, 1976.

DUFFY, Quentin. Superior Geral, 1967-1985. *In*: Basílio Rueda Guzmán, FMS (1924-1996). **FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino**, Zaragoza-Espanha, n.19, maio, 1996.

DUFFY, Quentin. Réflexions post-capitulaires. **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXVIII, n.209, p.125-269, julho de 1969. Francês (Itália, internacional).

DUFFY, Quentin. **Bulletin de l'Institut**, Roma, v. XXX, n. 218, p.405-431, junho de 1976. Francês (Itália, internacional).

Equipe Marista Inter-Provincial de Reflexão. **4ª reunião**. Porto Alegre, 17 de março de 1973.

Equipe Marista Inter-Provincial de Reflexão. **29ª reunião**. São Paulo, SP, 9 a 12 de novembro de 1978.

Equipe Marista Inter-Provincial de Reflexão. **33ª reunião**. Teresópolis, RJ, 21 a 22 de novembro de 1979.

ESTAÚN, Antonio Matínez. **El Hermano Basílio Rieda y su Cátedra universitária**. Delegación Cuauhtémoc, México: Editorial Progreso S.A de C. V, 2004.

FERRARINI, Sebastião; RUBINI, Ático. **Pequeno histórico dos Irmãos Maristas: Província de São Paulo-Paraná**. Curitiba-PR: EDUCA, 1985.

- FLORES, José. **Hermano Basilio Rueda Guzmán**: quemar la vida como un círio encendido por ambos cabos. Cuauhtémoc, Cidade do México, México: Editorial Progreso, 1997.
- FLORES, José. **Síntesis Biográfica**: H. Basílio Rueda Guzmán F.M.S. Delegación Cuauhtémoc, México: Editorial Progreso, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURET, Jean-Baptiste *et al.* **Guia das Escolas para uso nas casas dos Pequenos Irmãos de Maria**: Documento do II Capítulo Geral do Instituto Marista. 4. ed. Brasília: UMBRASIL, 2009.
- GARRONE, Gabriel Maria. **A Escola Católica**. Sagrada Congregação para a Educação Católica, Roma, 19 de março de 1977. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19770319_catholic-school_po.html Acesso em: 14 de junho de 2018.
- GIRARDI, Claudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 26 de dezembro de 1970.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, São Paulo, 02 de fevereiro de 1971.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 03 de março de 1972
- GIRARDI, Cláudio. **Carta aos Irmãos Capitulares**. São Paulo, 17 de julho de 1972.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 10 de fevereiro de 1973.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 04 de julho de 1973.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 13 de junho de 1973.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, outubro de 1973.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, novembro de 1973.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, março de 1974.
- GIRARDI, Cláudio. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 04 de novembro de 1974.
- GOFFI, Tullio. **Obediência e liberdade pessoal**. São Paulo: Edições Paulinas, 1970.

HOWARD, Charles. Basílio Rueda, Superior Geral. *In*: Basílio Rueda Guzmán, FMS (1924-1996). **FMS Mensagem**. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino, Zaragoza-Espanha, n.19, maio, 1996.

Instituto dos Irmãos Maristas. **Constituições e Estatutos**: texto de 1986 com as modificações introduzidas pelos Capítulos Gerais de 1993, 2001 e 2009. Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Roma: CSC Gráfica, 2010.

Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. XVI Capítulo Geral. Recife-PE, 1967.

Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. **Constituições e Estatutos**. Roma, Itália: Casa Generalícia dos Irmãos Maristas, 1986.

Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, n.27, p.353-366, setembro/outubro, 1977.

Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, n.43, p.611-626, setembro/outubro, 1980.

Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. **Guia da Formação**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Irmãos Maristas das Escolas. Nuestra respuesta educativa y evangelizadora a la luz de Puebla 79. **Primer Encuentro de los HH. Provinciales Maristas de América Latina**. Roma-Itália, 15 a 19 de octubre de 1979.

João XXIII. Constituição Apostólica *Humanae Salutis* (1961). Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html Acesso em: 16 de outubro de 2020.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Lumen Gentium*. *In*: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.37-117.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gaudium et Spes*. *In*: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.141-256.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Ad Gentes*. *In*: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.349-399.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Perfectae Caritatis*. *In*: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.485-504.

KLOPPENBURG, Boaventura; VIER, Frederico. *Gravissimum Educationis*. *In*: _____. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p.559-596.

LANFREY, André. Esboço de uma história do Instituto. **FMS Cadernos Maristas**, Roma-Itália, ano XXII, n.30, p.131-154, mai. 2012.

MAZZIA, Carlos; TOMASSONI, Odorico [**Correspondência**]. Destinatário: Celedônio Cruz. Curitiba, 10 de Marco de 1979.

Minutes de Quinzième Chapitre Général des Petits Frères de Marie. Grugliasco, Itália, du 15 septembre au 13 octobre 1958. Francês (Itália, internacional).

Normas do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas ou Pequenos Irmãos de Maria. Recife-PE: Tipografia Marista, 1968,

Normas de Aplicação. Irmãos Maristas. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, Setembro-Outubro de 1976.

PANINI, Joaquim. **A Escola Evangelizadora**. Centro Provincial de Pastoral Catequética. São Paulo, setembro de 1966.

PANINI, Joaquim. **Biblioteca catequética**. Centro Provincial de Pastoral Catequética. São Paulo, 1968.

PANINI, Joaquim. **Primeiro Curso Nacional de Planejamento Educacional (CNBB, AEC, CRB)**: relatório. São Paulo, de 07 a 27 de janeiro de 1973.

PANINI, Joaquim. [**Correspondência**]. Destinatário: Irmão Dario Bortolini (Provincial). São Paulo, 25 de agosto de 1979.

PANINI, Joaquim. **Irmãos Provinciais, as pessoas-chave da renovação significativa do Instituto. Releitura de um sonho de Champagnat**: “lês frères moitié frères et moitié soldats”. São Paulo, 1979.

PANINI, Joaquim. A proposta Marista de educação à luz da missão Marista. **Presença Marista**, Campinas, n. 30, p.106-112, junho de 1982.

PANINI, Joaquim. **Minha experiência pessoal vivencial sobre a catequese**. São Paulo, maio de 1985.

PANINI, Joaquim. [**Correspondência**]. Destinatário: Irmãos Provinciais e Irmãos Capitulares. São Paulo, 06 de junho de 1985.

PANINI, Joaquim. [**Correspondência**]. Destinatário: Irmãos Provinciais do Brasil. São Paulo, 28 de setembro de 1985.

PAULO VI. **Carta Encíclica Populorum Progressio**. Roma, 26 de março de 1967. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html Acesso em: 13 de junho de 2018.

PAULO VI. **Exortação Apostólica Evangelica Testificatio**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1972.

- PEDRI, Davide. **Aos Irmãos e Formandos**. São Paulo, 28 de fevereiro de 1985.
- PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 13 de junho de 1985.
- PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 06 de junho de 1986.
- PEDRI, Davide. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 09 de dezembro de 1986.
- PIO XI. **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri***. Sobre a Educação Cristã da Juventude. De 31 de dezembro de 1929. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1950.
- PIO XI. **Carta Encíclica *Vigilanti Cura*** (1936). Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_29061936_vigilanti-cura.html Acesso em: 06 de março de 2020.
- PIO XII. **Carta Encíclica *Miranda Prorsus*** (1957). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_08091957_miranda-prorsus.html Acesso em: 06 de março de 2020.
- Plano Global da Província Marista de São Paulo. **Replanejamento**. Itaici- São Paulo, janeiro de 1976.
- POTVIN, Laurent. **Vatican II et l'éducation**. Desbiens, Canadá: Les Éditions du Phare, 1967.
- Província Marista de São Paulo. **Anais do Centro Provincial de Pastoral Catequética**. São Paulo, 1965-1982.
- Província Marista de São Paulo. **Animação do setor da educação formal de uma Província a partir do ser religioso**. Mendes-RJ, 08 a 14 de agosto de 1982.
- Província Marista de São Paulo. **Assembléia Provincial**. Campinas-SP, 02 a 08 de julho de 1985.
- Província Marista de São Paulo. **Atas do Conselho Provincial**. São Paulo, 17 de fevereiro de 1969.
- Província Marista de São Paulo. **Avaliação do triênio 1978-1980**. Prioridades para o triênio 1981-1983.
- Província Marista de São Paulo. **2ª CAMAR**. Curitiba, 20 a 27 de janeiro de 1980.
- Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. 25 de junho de 1969.
- Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. São Paulo, 19, 20 e 21 de dezembro de 1969.
- Província Marista de São Paulo. **Capítulo Provincial**. São Paulo, 03 de agosto de 1970.

- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1967.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1968.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1969.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1970.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1971.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1972.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1973.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1974.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1975.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1976.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1977.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1978.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1979.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1980.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1981.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1982.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1983.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1984.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1985.
- Província Marista de São Paulo. **Colocações**. São Paulo, 1986.
- Província Marista de São Paulo. **Diário do Capítulo Provincial**. São Paulo, 19, 20 e 21 de dezembro de 1969.
- Província Marista de São Paulo. **Estatística histórica e atual da Província**. São Paulo, 18 de junho de 1975.
- Província Marista de São Paulo. **Informações sobre a Província**: pessoal e obras. São Paulo, 18 de junho de 1975.
- Província Marista de São Paulo. **Normas**. São Paulo, 22 de dezembro de 1969.

- Província Marista de São Paulo. **Normas**. São Paulo, 22 de dezembro de 1971.
- Província Marista de São Paulo. **Plano Global**: Replanejamento. Itaici- São Paulo, janeiro de 1976.
- Província Marista de São Paulo. **Plano Trienal (1981-1983)**: Avaliação do triênio 1978-1980. Campinas, julho de 1981.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório da II Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 29 a 31 de janeiro de 1978.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório da III Sessão do IV Capítulo Provincial**. Campinas-SP, 05 a 07 de julho de 1978.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1978-1980**. São Paulo, 1 e 2 de novembro de 1980.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1981-1983**. São Paulo, 22 a 24 de outubro de 1983.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório Geral do Triênio 1984-1986**. São Paulo, 30 e 31 de outubro de 1986.
- Província Marista de São Paulo. **Relatório do Seminário de planejamento**: avaliação e replanejamento. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975.
- Província Marista de São Paulo. **Reunião de Irmãos Superiores**. São Paulo, 27 e 28 de maio de 1978.
- Província Marista de São Paulo. **Reunião do Conselho Provincial**. São Paulo, abril, maio e junho de 1979.
- Província Marista de São Paulo. **Seminário de planejamento e replanejamento (1975-1977)**. Curitiba, 02 a 12 de janeiro de 1975.
- Província Marista de São Paulo. **Sondagem**. São Paulo-SP, setembro de 1980.
- Relatório do III Encontro dos Irmãos Formadores. **O Irmão Marista na Igreja e no Brasil de hoje**. Campinas, 23 e 24 de setembro de 1972.
- Revista Interprovincial de Reflexão e Comunicação. **Presença Marista**, Porto Alegre, ano 16, n. 58, p.24-25, 1989.
- ROLDÁN, Alejandro. **As crises na Vida Religiosa e Sacerdotal**. São Paulo: Edições Loyola, 1965.
- ROSSA, Leandro. Escola Católica no Brasil, hoje. **Revista de Educação AEC**, Brasília, ano 16, n.65, p.7-13, jul./set. 1987.

RUBINI, Ático. Província Marista de São Paulo. **Presença Marista**, ano 2, n.1, p.58-64, março de 1976.

RUBINI, Ático. **Pronunciamentos**. Curitiba: Editora Champagnat, 1983.

RUEDA, Basílio. **Carta aos Irmãos Provinciais do Brasil**. Roma, 15 de abril de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de janeiro de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, de 24 de fevereiro de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 02 de julho de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas, Roma, 15 de julho de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 12 de setembro de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 30 de novembro de 1968.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 06 de junho de 1970.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de julho de 1971.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 22 de fevereiro de 1972.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de novembro de 1973.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 30 de setembro de 1974.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 01 de janeiro de 1975.

RUEDA, Basílio. **Mensagem à Província de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1975.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 25 de dezembro de 1975.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1976.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 09 de março de 1978.

RUEDA, Basílio. **Circular**. Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas. Roma, 08 de setembro de 1984.

RUEDA, Basílio. **Formação à Oração**. Cadernos de Formação. Tradução: José Cegalla e João Batista Camilotto. Porto Alegre: Gráfica da Escola profissional Champagnat, s/d.

S/A. Irmãos da Província de São Paulo. **Voz Marista**, São Paulo, n.31, p.444-445, dezembro de 1958.

S/A. Sinal dos tempos. **Grande Sinal**, Petrópolis, ano 24, n.1, p.61, jan./fev., 1970.

SALVATTI, Antonio Aldo [**Correspondência**]. Destinatário: Pedro Fedalto (Arcebispo Metropolitano de Curitiba). Curitiba, 21 de novembro de 1977.

SCHDENACKER, Maria Aparecida J. da S. **Pesquisa de campo realizada na Província Marista de São Paulo**. Caracterização da comunidade escolar. Campo Belo, São Paulo, p.1-39, 1971.

Secretaria Provincial. **Fundações da Província Marista de São Paulo**. São Paulo, s/d.

Seminário de planejamento: Avaliação e replanejamento. **Relatório**. Província Marista de São Paulo. Curitiba, Paraná, 02 a 12 de janeiro de 1975.

Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 6ª reunião**. Mendes, 30 de setembro a 02 de outubro de 1977.

Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 8ª reunião**. Vila Velha-ES, 8 a 10 de março de 1978.

Serviço Interprovincial de Animação Vocacional. **Ata da 18ª reunião**. São Paulo, 01 a 03 de abril de 1982.

SESTER, Paul. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 220, p.3-117, junho de 1980. Francês (Itália, Internacional).

SESTER, Paul. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 221, p.113-185, junho de 1982. Francês (Itália, Internacional).

SESTER, Paul. Pastoral das Vocações. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n.221, p.1-44, setembro de 1982. Francês (Itália, Internacional).

SESTER, Paul. A vida apostólica. *In: Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXXI, n. 221, p.7-26, setembro de 1982, p.7. Francês (Itália, Internacional).

SESTER, Paul. Para além dos vegetais. *In: FMS Mensagem. Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas do Ensino*, Zaragoza-Espanha, n. 19, p.29-33, maio de 1996.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 23 de janeiro de 1959.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 01 de janeiro de 1960.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 11 de fevereiro de 1960.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 10 de março de 1961.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 28 de abril de 1961.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 27 de julho de 1962.

SETTI, Egídio L. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 17 de setembro de 1981.

SILVEIRA, L. Congregação Marista: uma nítida opção pelos pobres. **Presença Marista**, Campinas, n.27, p.213-219, setembro de 1981.

SOARES, Waldomiro M. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 19 de junho de 1965.

SOARES, Waldomiro M. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 25 de dezembro de 1967.

SOARES, Waldomiro M. **Circular**. Província Marista de São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

SPDELDREIER, Ademar. Vida Religiosa e vida comunitária. **Grande Sinal**, Petrópolis-RJ, ano 23, p.96-105, março de 1969.

VALIATI, Deolindo Caetano. **Os sinais dos tempos e a educação**. Rio de Janeiro, 1967.

WRIGHT, John. **Consciência e autoridade**: tensão e harmonia. São Paulo: Edições Paulinas, 1971.

YAÑEZ, Clara. **Educação Libertadora**. s/d.

Anexo I – Estatística geral das províncias e distritos do Instituto Marista (1986).

UNITÉS ADMINISTRATIVES	Post.	Nov.	Total	Temp.	Perp.	Total	Décès	Sorties	Total
01 Afrique du Sud	4	—	4	4	34	38	—	—	0
02 Allemagne	2	3	5	3	77	80	1	1	2
03 Amérique Centrale	18	15	33	33	141	174	3	1	4
04 Beaucamps St-Genis	4	3	7	4	244	248	7	2	9
05 Belgique Hollande	1	—	1	2	155	157	4	—	4
06 Bética	2	6	8	28	176	204	2	2	4
07 Brésil Nord	4	16	20	12	79	91	3	—	3
08 Castilla	—	9	9	24	154	178	1	4	5
09 Catalunya	14	32	46	41	213	254	3	3	6
10 Chili	2	2	4	7	103	110	1	2	3
11 Chine	1	—	1	5	46	51	1	—	1
12 Colombie	—	17	17	12	77	89	1	1	2
13 Córdoba	1	3	4	6	93	99	—	4	4
14 Équateur	3	3	6	13	44	57	1	2	3
15 Esopus	6	—	6	5	173	178	4	2	6
16 Grande-Bretagne	—	7	7	11	66	77	1	1	2
17 Iberville	—	1	1	1	220	221	6	—	6
18 Irlande	—	1	1	1	40	41	—	2	2
19 Italie	1	3	4	9	108	117	1	—	1
20 León	3	10	13	10	170	180	3	1	4
21 Levante	—	4	4	13	107	120	1	5	6
22 Liban-Syrie	—	—	0	—	19	19	2	—	2
23 Luján	—	3	3	9	110	119	3	1	4
24 Madagascar	12	—	12	37	37	74	—	3	3
25 Madrid	—	2	2	11	125	136	3	3	6
26 Melbourne	—	—	0	8	147	155	1	4	5
27 Mexique Central	47	9	56	37	127	164	3	4	7
28 Mexique Occidental	27	4	31	24	177	201	—	4	4
29 Midi-C.O.-NDH	—	—	0	2	270	272	9	—	9
30 Nigéria	8	6	14	23	60	83	—	1	5
31 Norte	—	2	2	5	147	152	4	9	11
32 Nouvelle-Zélande	—	8	8	18	176	194	2	1	3
33 Pérou	9	20	29	17	60	77	2	1	2
34 Philippines	10	5	15	10	43	53	1	3	3
35 Porto Alegre	8	7	15	5	152	157	—	2	2
36 Poughkeepsie	2	2	4	7	149	156	2	—	2
38 Québec	—	7	7	14	161	175	6	—	6
39 Rio de Janeiro	4	—	4	19	80	99	5	3	8
40 Rwanda	2	3	5	15	32	47	—	—	0
41 Santa Catarina	4	4	8	11	66	77	—	3	3
42 Santa Maria	3	2	5	9	91	100	—	3	3
43 São Paulo	2	4	6	22	92	114	2	3	5
44 Sri Lanka	—	2	2	12	44	56	—	1	1
45 Suisse	—	—	0	—	27	27	—	1	1
46 Sydney	9	2	11	16	326	342	3	8	11
47 Uruguay	7	1	8	4	37	41	1	2	3
48 Vénézuéla	10	8	18	30	43	73	—	5	5
49 Zaïre	—	11	11	23	29	52	2	1	3
<i>Total 1986</i>	<i>230</i>	<i>252</i>	<i>482</i>	<i>637</i>	<i>5.406</i>	<i>6.043</i>	<i>95</i>	<i>101</i>	<i>196</i>
<i>Total 1985</i>	<i>211</i>	<i>242</i>	<i>453</i>	<i>628</i>	<i>5.482</i>	<i>6.110</i>	<i>82</i>	<i>145</i>	<i>227</i>
<i>Différences</i>	<i>+19</i>	<i>+10</i>	<i>+29</i>	<i>+9</i>	<i>-76</i>	<i>-67</i>	<i>+13</i>	<i>-44</i>	<i>-31</i>

*Unidades Administrativas | Postulantes | Noviços | Total | Votos Temporários | Votos Perpétuos | Total | Mortes | Saídas | Total.

Fonte: FMS Mensagem- Boletim do Instituto dos Irmãos Maristas. Roma, n.2, novembro de 1987, p.30.

Anexo II- Projeto de Vida Comunitária.**A N E X O I****PROJETO DE VIDA COMUNITÁRIA**

O XVI Capítulo Geral examinou longamente nossa vida comunitária, com a intenção de promover uma renovação, cujo apelo era sentido por muitos.

Durante os últimos nove anos, foram feitas numerosas experiências em muitos lugares. Seria impossível relatá-las aqui. Embora muito diversas, elas se aproximam em muitos pontos comuns, parecendo indicar um método novo de viver comunitariamente a vida religiosa marista. Deixando de considerar suas diversas formas, abordamos aqui o que chamamos de projeto de vida comunitária, dando-lhe uma definição descritiva e apresentando os elementos principais.

1. DESCRIÇÃO

Para criar uma nova comunidade, ou para aprofundar a vida de uma comunidade já existente, os Irmãos partem de considerações concretas:

- personalidade dos Irmãos que já vivem na comunidade existente, ou
- personalidade dos Irmãos que vão formar a nova comunidade,
- compromissos apostólicos do grupo ou de seus membros,
- etc.

Em vez de optarem por um tipo de vida comunitária, de forma definitiva, os irmãos, **juntos, tomam consciência**

- dos valores contidos nas Constituições
- e das prioridades da Província.

Em seguida, declaram, por escrito, os **objetivos concretos** que se propõem.

Este é o primeiro elemento para estabelecer um projeto de vida comunitária.

O segundo elemento é a escolha dos **meios adequados** para atingir os objetivos escolhidos.

A comunidade deve fazer avaliações periódicas de seu projeto para julgar os resultados ou para reformulá-lo, se for necessário.

Tais avaliações podem contar com a assistência do Irmão Provincial, de um conselheiro provincial ou de outra pessoa qualificada.

2. ELEMENTOS PRINCIPAIS

O projeto de vida comunitária deve necessariamente determinar de que maneira se faz o encontro e a partilha em nível fraterno e religioso, e dentro dos compromissos da comunidade e de seus membros.

Os elementos apresentados são indicativos e variam conforme a comunidade.

2.1. Encontro e partilha fraternos:

- .1.1. Acolhida não somente das pessoas, mas também de suas vidas: alegrias, preocupações, família, amigos, etc., num respeito e atenção equilibradas do mistério que é a pessoa de cada um.

2.1.2. Partilha

- da presença em comunidade: serviços, atividades, lazeres, etc.
- dos bens: pobreza, orçamento, uso dos bens comuns, etc. Lembramos o caso dos aspirantes à vida religiosa que vivem em comunidade.

2.2. Encontro e partilha religiosos

- na oração comunitária com suas modalidades de estilo, freqüência, modo de animação por parte de cada um, etc.
- nos tempos fortes de oração: recoleções, etc.
- nas reuniões comunitárias periódicas para
 - revisão de vida,
 - aprofundamento religioso: estudo partilhado de documentos, problemas específicos, etc.
 - busca em comum, etc.

2.3. Encontro da comunidade em torno de seus compromissos

- revisão das atitudes evangélicas nos compromissos coletivos e pessoais;
- discernimento comunitário para ajudar as opções pessoais e comunitárias;
- inserção no meio:
 - hospitalidade — acolhida dos que nos cercam, das outras comunidades religiosas,

dos amigos e da família dos membros da comunidade, etc.

- participação na vida cívica, paroquial, etc.
- partilha com os menos favorecidos.

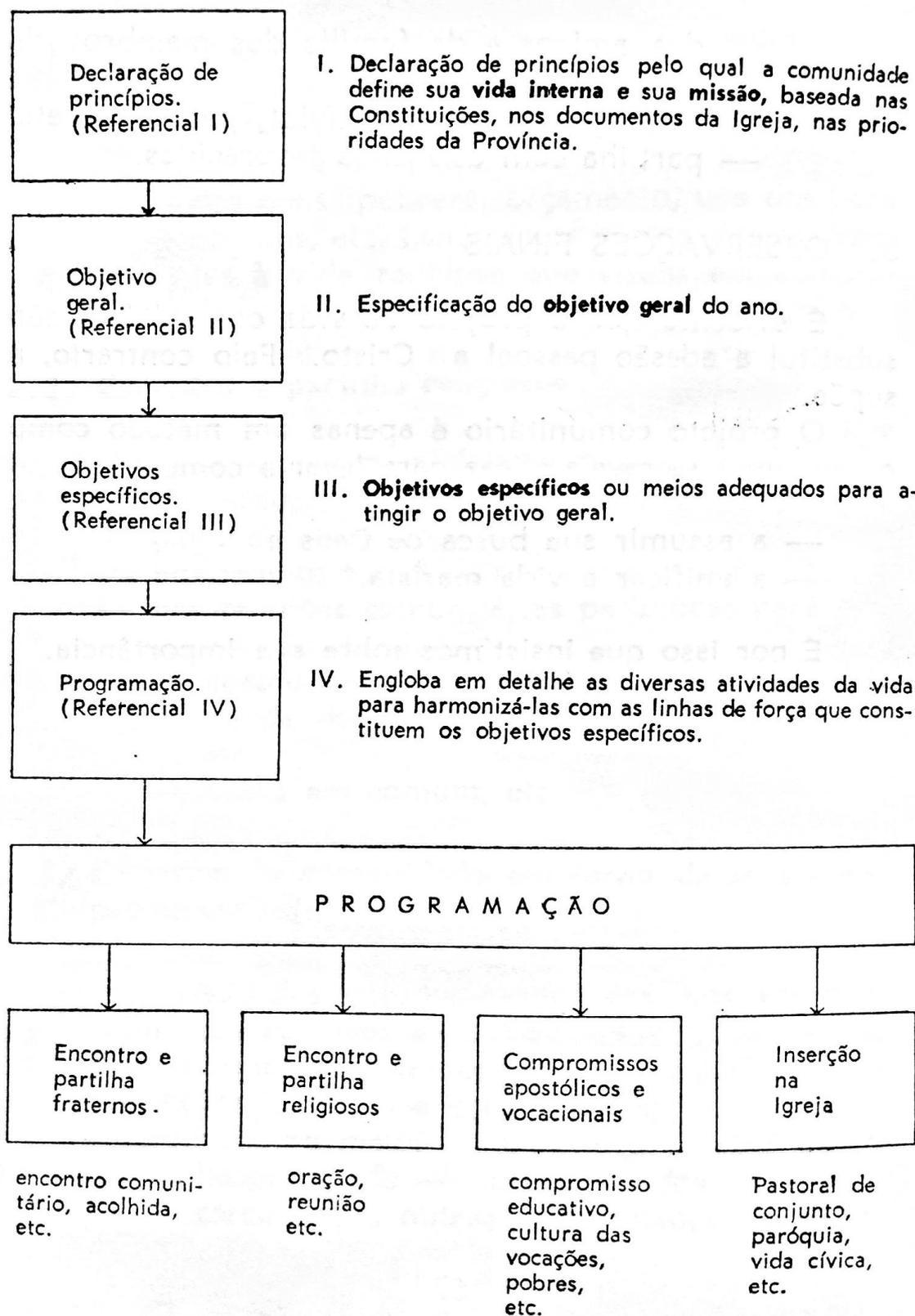
3. OBSERVAÇÕES FINAIS

É evidente que o projeto de vida comunitária não substitui a adesão pessoal a Cristo. Pelo contrário, a supõe.

O projeto comunitário é apenas um método como outros, mas se revela eficaz para levar a comunidade

- a assumir sua busca de Deus e
- a unificar a vida marista.

É por isso que insistimos sobre sua importância.



Fonte: Oração, apostolado, comunidade. *In: Documento do XVII Capítulo Geral.* Irmãos Maristas. Setembro-Outubro de 1976. Porto Alegre: Escola Profissional Champagnat, s/d, p.54-58.

Anexo III – Estatística geral das Províncias e Distritos do Instituto Marista (1968).

2^o STATISTIQUE GENERALE de l'INSTITUT au 1^{er} janvier 1969

DISTRICTS et PROVINCES	Juv.	Post.	Nov.	Temp.	Perp.	Stab.	Total prof.	Elèves	Décès	Maisons
ADM. Générale						15	15			4
1. Af. du Sud	2		1	7	51	24	82	3.821	3	12
Allemagne	62	2	1	29	69	61	159	2.035	2	6
Beaucamps	38		3	31	86	52	169	7.130	2	18
Belg. Holl.	56	3	4	25	117	93	234	8.640	5	25
5. Bética	254	4	12	42	169	71	282	10.016	1	21
Brésil sept.	60		3	21	75	62	158	15.449	3	18
Castilla	218		6	43	152	43	238	6.151		11
Cataluña	218	12	19	69	149	67	285	10.140	4	24
Caxias do S.	61	4	1	7	54	22	83	3.993	2	13
10. Chili	174	12	9	54	81	50	185	6.404	2	14
Chine	57	1	3	18	62	46	126	14.885		15
Colombie	60	10		16	103	83	202	10.580	2	22
Congo-Rwanda	45	21	7	17	63	34	114	13.060	1	12
Córdoba	58		2	25	94	44	163	5.653		11
15. Cuba-Am. C.	253	18	11	51	144	96	291	10.145	2	25
Desbiens	75	4		7	75	40	122	7.148		12
Esopus		39	17	99	144	92	335	9.270		19
G. Bret-Irl. N.	90	14	15	53	150	52	255	10.527	2	34
Iberville	379	11	12	63	226	115	404	16.742	2	29
20. Italie	154	4	4	17	68	69	154	2.992	1	10
León	318		6	28	145	53	226	6.571	2	12
Levante	178		9	60	86	52	198	6.707	1	9
Lévis	150	6	1	19	106	68	193	8.930	2	23
Luján	64		2	25	80	59	164	5.448	3	11
25. Madrid	241		15	42	88	43	173	5.738		15
Melbourne	23		10	60	103	52	215	9.319	1	28
Mex. Central	140	6	16	81	113	55	249	14.920		23
Mex. Occid.	105	7	6	93	143	74	310	18.691	1	28
Norte	168		7	46	154	63	263	9.270	3	16
30. ND Herm. S. O.	54		1	31	134	84	49	7.200	5	31
N. Zélande	53	20	9	90	117	90	297	10.016		27
Pérou	137	13	10	43	63	47	153	6.970		14
Porto Alegre	127	10	8	10	146	60	216	18.354	3	18
Poughkeepsie		15	11	45	123	103	271	12.225	3	18
35. Rio	140			17	66	72	155	10.072	2	14
St Genis-L.	84			57	174	93	324	8.527	2	38
Sta. Catarina	126			30	53	19	102	3.327		14
Sta. Maria	160			40	111	31	182	8.539	1	15
São Paulo	165			15	78	69	162	10.870		18
40. Sud-Est	48			9	64	45	118	3.431	4	11
Sydney	13	17	19	98	227	108	433	13.010		36
Varenes	71		1	20	50	63	133	4.989	3	13
Ceylan	18		4	17	17	11	45	4.590		7
Liban-Syrie	62	1	1	7	22	23	52	4.640	4	8
45. Madagascar	52	4		20	24	16	60	4.745		11
Philippines	11	6	8	19	25	16	60	7.089		8
Portugal	114	5		20	50	33	103	3.222		11
Suisse-M.	4			3	22	19	44	665		6
Uruguay	32		3	13	27	27	67	2.656		7
50. Venezuela	166		4	16	46	19	81	2.930		6
TOTAUX 1.1.69	5.338	298	252	1.783	4.789	2.797	9.369	431.134	76	857
TOTAUX 1.1.68	5.732	320	350	1.986	4.782	2.853	9.621	395.583	70	845
Différence	-294	-22	-98	-203	+7	-56	-252	+35.551	+6	+12

N.B. - Regardons cette statistique sans pessimisme, mais avec réalisme. Elle doit inciter à ne pas s'endormir! Une raison justifie cependant le nombre réduit de postulants et de novices. Un peu partout, le passage au noviciat a été retardé de 1 ou plusieurs années.

*Unidades Administrativas | Postulantes | Noviços | Total | Votos Temporários | Votos Perpétuos | Votos Estabilidade | Total | Mortes | Saídas | Total.

Fonte: *Bulletin de l'Institut*, Roma, v. XXIV, n.211, p.1-107, julho de 1970, p.91. Francês (Itália, Internacional).